



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DOUTORADO**

**TESSITURAS DO ENSINO PÚBLICO:**  
**A UNIDADE EM PRIMITIVO MOACYR (1910 – 1930)**

**LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA**

**MARINGÁ**  
**2014**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DOUTORADO

**TESSITURAS DO ENSINO PÚBLICO:  
A UNIDADE EM PRIMITIVO MOACYR (1910 – 1930)**

Tese apresentada por LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>: Maria Cristina Gomes Machado.

MARINGÁ  
2014

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA

**TESSITURAS DO ENSINO PÚBLICO:  
A UNIDADE EM PRIMITIVO MOACYR (1910 – 1930)**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora)

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra – UERJ

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – UFU

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo – UEM

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Analete Regina Schelbauer – UEM

Abril de 2014

Dedico este trabalho a meus pais, que me proporcionaram valores e ensinamentos de vida e em sua simplicidade sempre souberam motivar minha vida de estudante.

## AGRADECIMENTOS

A minha querida orientadora Maria Cristina Gomes Machado, que em paciência, sabedoria, atenção, amizade, bom humor permitiu o desenvolvimento do estudo com autonomia e alegria, em especial pela presença discreta e provocativa que sempre respeitou a minha caminhada;

A minha querida família, particularmente aos meus pais Francisco e Dirce, pelo apoio incondicional que sempre me proporcionaram em minha vida, em especial no incentivo aos estudos. Aos irmãos, por compreenderem os motivos de minhas ausências;

A esposa Mara Lúcia, companheira e amparo nas horas de desânimo, pelo amor e carinho compartilhados. Aos meus filhos, Ana Lara e Luiz Arthur, pelo tempo deles tomado em momentos tão importantes de suas vidas, e pela compreensão sofrida dessas ausências;

A todos que de uma forma ou de outra são colaboradores neste trabalho. João Marcos Vitorino, pela assessoria na visita ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; Roberta, pela leitura e sugestões; Fernando de Souza, pela acolhida compulsória em sua residência durante as viagens a Maringá;

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Instituto de Estudos Brasileiros e da Biblioteca Central da UEM;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, professores, funcionários; a Hugo e Márcia, da Secretaria do PPE, pelo carinho, solicitude e alegria;

Aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa, que com muita generosidade ofereceram valiosas contribuições para a condução da pesquisa.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de. **TESSITURAS DO ENSINO PÚBLICO: A UNIDADE EM PRIMITIVO MOACYR (1910 – 1930)**. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2014.

## RESUMO

Elegemos a obra de Primitivo Moacyr (1867-1942) como fonte e objeto desta tese seguindo o pressuposto de que o autor manifesta-se no processo da história política da instrução no Brasil que resenhou. O objetivo é apresentar a existência de um projeto mais amplo que os recortes supostamente desinteressados. O autor defende a expansão da instrução primária como suporte do desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Há na organização das publicações um discurso e uma proposição sobre a educação brasileira que se descobre no movimento das tendências, posturas, projetos e críticas que destacou à medida que organizou e publicou o material sobre a instrução na forma de artigos e livros. Existe uma unidade em seu trabalho que expressa a defesa do papel da União na oferta do ensino primário que privilegie conteúdos científicos e culturais, superando o estreito limite do ler e escrever. Este relatório está organizado em três capítulos: o primeiro aborda a vida de Primitivo Moacyr desde seu primeiro trabalho como educador na Chapada Diamantina, até sua aposentadoria na Câmara dos Deputados; o segundo centra-se na apresentação dos volumes publicados e na incidência da produção nos veículos de divulgação do campo da história e historiografia da educação; o terceiro segmento apresenta a posição de Moacyr quanto à importância da instrução primária e a responsabilidade primeira do Estado nacional.

Palavras-chave: Federalização; Instrução Pública; Primitivo Moacyr.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de. **STRUCTURE OF THE PUBLIC TEACHING: THE UNIQUENESS IN PRIMITIVO MOACYR (1910 – 1930)**. 202p. Thesis (Doctoring in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2014.

### **ABSTRACT**

The work of Primitivo Moacyr (1867 – 1942) was chosen as the source and aim of this thesis presuming the author writes in memory of instructional political history in Brazil. The objective is to show the existence of a project different from the supposedly disinterested ones. The author defends the expansion of elementary instruction as a support for Brazilian nationality development. There is a speech and a proposition in the organization of the publications about the Brazilian education which is found in the movement of the tendencies, attitudes, projects and criticisms that were in evidence as books and articles about instructions were published. There is a unit in his work that expresses the defense on the role of Union offering elementary teaching what gave value to scientific and cultural knowledge, overcoming the narrow limit of reading and writing. The report is organized in three chapters. The first chapter deals with the life of Primitivo Moacyr since his first work as an educator at Chapada Diamantina to his retirement at the House of Representatives; the second deals with the presentation of the published volumes and the incidence of production through advertisement in history and historiography of education; the third segment shows the position Moacyr has as to the importance of elementary instruction and the main responsibility of the National State.

Key-words: Federalization; Public Instruction; Primitivo Moacyr.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACES**

Associação Brasileira de Educação – ABE

Associação Brasileira de Imprensa – ABI

Biblioteca Pedagógica Brasileira – BPB

Conselho Nacional de Ensino – CNE

Departamento Nacional de Ensino – DNE

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Primitivo com os filhos em Genebra .....	41
Foto 2: Visita de amigos – Colégio Chateau de Lancy.....	43
Foto 3: Alunos brasileiros no Chateau de Lancy .....	44
Foto 4: Exposição de Flores .....	45

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incidência de pesquisadores – ligação com Primitivo Moacyr .....	111
Quadro 2 – Incidência de temas .....	112
Quadro 3 – Situação das ocorrências dos títulos .....	113
Quadro 4 – Motivo da presença do autor .....	114
Quadro 5 – Ocorrências dos títulos nos periódicos – Império e Províncias.....	118
Quadro 6 – Ocorrências dos títulos nos periódicos – República .....	118
Quadro 7 – Percentual dos títulos nos periódicos .....	119
Quadro 8 – Condição de fonte .....	119

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1 UM CAMINHO DE LUTAS E ESCOLHAS</b>	24
1.1 Da Chapada Diamantina para a Câmara dos Deputados	25
1.2 Entre a Procuradoria dos Feitos da Saúde Pública e a Câmara dos Deputados	33
1.3 Um observador crítico do Ensino Público no Congresso Nacional	47
<b>2 A OBRA DE PRIMITIVO MOACYR E SUA PRESENÇA NA HISTORIOGRAFIA</b>	68
2.1 A NARRATIVA DE PRIMITIVO MOACYR – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIVROS	68
2.1.1 A Instrução e o Império (1936, 1937,1938) e A Instrução e as Províncias (1939, 1939, 1940)	71
2.1.1.1 A Instrução e o Império. 1º volume (1936)	73
2.1.1.2 A Instrução e o Império. 2º volume (1937)	75
2.1.1.3 A Instrução e o Império. 3º volume (1938).	79
2.1.1.4 A instrução e as Províncias 1º volume (1939)	81
2.1.1.5 A Instrução e as Províncias. 2º volume (1939)	83
2.1.1.6 A Instrução e as Províncias. 3º volume (1940)	85
2.1.2 A instrução em tempos republicanos	86
2.1.2.1 O ensino público no Congresso Nacional, breve notícia (1916)	88
2.1.2.2 A instrução pública no Estado de São Paulo. 1º e 2º volumes (1942)	90
2.1.2.3 A instrução e a República. 1º volume (1941)	92
2.1.2.4 A instrução e a República. 2º volume (1941)	95
2.1.2.5 A instrução e a República. Terceiro 3º volume (1941)	96
2.1.2.6 A instrução e a República. 4º volume (1942)	98

2.1.2.7 A instrução e a República. 5º volume (1944)	100
2.1.2.8 A instrução e a República. 6º e 7º volumes (1942)	102
<b>2.2 PRIMITIVO MOACYR NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS</b> .....	105
2.2.1 A condição de fonte .....	106
2.2.2 Primitivo Moacyr na plataforma Lattes CNPq e nos periódicos .....	111
<b>3 TESSITURAS DO ENSINO PÚBLICO: A UNIDADE EM PRIMITIVO MOACYR</b> .....	125
3.1 A Instrução primária na “selva selvaggia” de Primitivo Moacyr.....	133
3.2 Federalização do ensino: uma proposta de Moacyr .....	150
3.3 O financiamento da instrução .....	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	181
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	187

## 1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, as fontes são os livros de Primitivo Moacyr e os artigos publicados no Jornal do Comercio no final da década de 1920. Em sua maioria, essas publicações constituem-se na organização de textos de terceiros, contudo essa forma de escrita não impediu a apresentação de um discurso de sua posição sobre a situação e os desdobramentos que julgava necessários à educação brasileira. O processo de investigação considerou a existência de posturas e ideários do autor em um tipo de produção que teria impossibilitado ao autor expressar sua análise do tema da educação no imbricado processo de seu tempo. Segundo a crítica contemporânea e posterior ao autor, trata-se de uma opção que não se reduz aos condicionantes da escolha do tipo de escrita que fizera, mas sim que já indicaria uma seleção pelo autor à medida que organizou e publicou o material relativo à instrução na forma de livros<sup>1</sup> e em periódico.

Uma das marcas identificadoras do autor que perseguimos é o uso que fez do itálico, embora neste estudo mostramos que Moacyr expressa-se por outras formas, como a retomada de questões e fatos que indicam o acento a determinadas questões e dimensões do processo de construção do tema da instrução no Brasil. Conforme Venâncio Filho (1943, p. 96), dada “[...] a impessoalidade, a escusa da opinião própria, que apenas aparece nos grifos expressivos, ficando somente o corpo vivo do documento, do original, da ideia principal, das iniciativas e realizações [...]” (grifos nossos). Estes, muito comuns nas trilogias do Império e Províncias, estão ausentes em parte das publicações republicanas, em especial na primeira parte de 1916, e nas três últimas de 1942 e 1944.

No transitar pelo conjunto dos escritos, norteados pelo recurso anteriormente identificado, procuramos responder à questão: O autor simplesmente narra os fatos históricos conforme a perspectiva de relato que o move ou é possível identificarmos um pensamento, uma postura no interior de seus recortes e observações do processo da instrução pública brasileira?

---

<sup>1</sup>Temos que ressaltar que o período de pesquisa e organização das coleções “A instrução e as Províncias”; “A instrução e República”, “A instrução pública no Estado de São Paulo” foram desencadeadas em 1932, conforme palavras do próprio Moacyr (JORNAL DO BRASIL, 1942, p.7). Destacamos que as publicações se referem ao contexto das transformações e processamento do conjunto de ideias que marcaram a as décadas de 1910-1920, com ênfase na experiência e no processo social e político a partir do qual realizou sua própria leitura do presente a partir de indicativos do passado.

Observamos que no movimento de formação do Estado Nacional Republicano, ainda como desafio, no período 1916-1930, Moacyr enveredou-se por uma construção que demarca o conteúdo das discussões e proposições que amadurecia com o passar das décadas, no processo de reorganização paulatina das forças políticas, sociais e culturais em torno de um projeto nacional, por meio do qual se consolidaria o sentimento de pertencimento ao Brasil. Entretanto, tal decurso marcou-se por forte matriz biológica que precisava de uma ação mais enérgica, não só de orientação e controle nacional, mas que considerasse o processo social mais geral, que elevou o tema da instrução popular ao centro do debate político nos anos 1910-1920.

O autor abriga a defesa de um papel estratégico do governo nacional na condução da instrução primária. Nesse sentido, motivos – extensão territorial, a escassa e irregular ocupação do território, a concentração urbana nas zonas litorâneas, as diferenças econômicas entre as unidades que a suposta “descentralização” não conseguiu solucionar, as relações políticas patrimoniais –, que tradicionalmente eram argumentos em favor da descentralização, constituem-se para Moacyr razões para pensar a federalização.

A compreensão dessa propositura tem como base o entendimento de que as publicações de Moacyr, na condição de acervo de documentação histórica, podem ser entendidas como montagem que repercute sua época. Mesmo quando de seu retorno ao passado mais distante, é seu contexto que abordava. Assim, adquiriu a condição de *monumentum*<sup>2</sup> ao incorporar a função de transmitir e recordar algo ou alguém elevado à condição de fato que não deveria ser esquecido. No caso, a escrita sobre o processo de organização da instrução brasileira por Primitivo Moacyr revela que ele foi um pesquisador de fatos, de objetos nos quais se amontoavam conteúdos pelos quais nutria interesse. O seu esforço de preservação da memória da instrução nacional repercute uma função social e um compromisso político que ele assumiu perante sua conjuntura.

Desta forma, entendemos que a problematização e fonte complementam-se. Se a problematização responde a uma circunstância específica, que possa ser o do pesquisador, ela é possível em função da fonte que se tem. Não há uma sem a outra, e no caso da história,

---

<sup>2</sup>“Construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algum.” "**monumento**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/monumento> [consultado em 24-01-2014].

representam sempre a possibilidade de uma nova narrativa. “Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado [...]” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 92). Paradoxalmente, talvez por isso Afrânio Peixoto entendesse que os pesquisadores sempre retornariam a Moacyr, mesmo quando tal intenção não existisse, dada a sua condição de repositório de informações e fontes a partir das quais o autor conjecturou sua perspectiva para a solução do problema da instrução primária na realidade brasileira.

Nesse ponto de vista, observamos que os “escritos” de Primitivo Moacyr não se reduzem a recortes de fatos soltos e sem nexos. A ausência de comentários mais aprimorados não significa que o autor não tenha se projetado no texto. Ao longo das publicações, apresenta sua compreensão de instrução sem deixar-se cair em incoerências. A trajetória dos textos indica a portabilidade de perspectivas, de visão de mundo, de sociedade e do papel que a educação deve cumprir. Não se trata de uma atividade, simplesmente, para resguardar as informações do risco de desaparecimento ou ostracismo, embora esta se constituísse uma de suas preocupações fundamentais. Ele não destoa dos autores que no seu tempo conseguiram identificar a instrução popular como resultado necessário e decorrente do tipo de sociedade que se instaurava. Moacyr diferencia na medida em que observa o passado desprovido de uma perspectiva acusatória.

Nas entrelinhas de sua construção, Moacyr imprimiu sua marca: a preferência pela instrução popular – instrução primária – sob a responsabilidade da União, condição que a livraria do controle e tutela das oligarquias locais. O seu entendimento da complexidade da realidade evidencia-se no posicionar-se de debates das mais contraditórias perspectivas desde o tempo da Monarquia ao primeiro período republicano. Não se trata de leitura única, que coloca o leitor em contato com proposituras diferenciadas e contrapostas. Além da escrita da história da instrução, na perspectiva do diagnóstico da sua situação na República, o autor esteve preocupado com uma proposta de âmbito nacional.

Em um período marcado por significativas transformações que retomavam a discussão da redefinição no Brasil na ordem política, econômica e social, a importância do estudo se dá pelas questões anteriormente expostas, uma vez que permite tratar Primitivo Moacyr de forma diferente da que normalmente temos encontrado na historiografia.

A pesquisa é de caráter bibliográfico, baseia-se nas leituras dos livros de Primitivo

Moacyr sobre a instrução, bem como em suas publicações no *Jornal do Comércio*, que embora façam parte, não foram incluídas na totalidade no volume V de “A instrução e a República”. Aquelas apresentam conteúdos, análises e posturas críticas que não encontramos nas publicações em forma de livro.

As fontes “A Instrução e as Províncias”, “A Instrução e a República” são especiais e específicas para o intento do presente estudo, mas a compreensão da história não se reduz a elas. Os temas e fontes situados em universos mais amplos exigiram considerar outras fontes (LOPES; GALVÃO, 2001). Desta forma, a organização da biografia do autor privilegiou os periódicos. A consolidação dessas fontes deu-se pela descoberta de informações significativas para traçar o perfil histórico do homem, intelectual e servidor público. Os semanários e mensários informam como Moacyr transitava por grupos políticos, intelectuais, seus espaços e instituições, sem que necessariamente fosse submetido por eles. O apoio material veio de publicações que auxiliam nos estudos do momento histórico, bem como de alguns contemporâneos. Assim, constituímos o *corpus* documental da pesquisa.

As instituições, dentre elas as leis, são criadas para atenderem a necessidades humanas. Essas fazem parte de um processo social dinâmico que as colocam em constante processo de alterações. O conjunto da legislação é resultado de necessidades e interesses estabelecidos na dinâmica de um processo social histórico. Elas surgem por meio de relações de sujeitos históricos com interesses e necessidades que se conflitam em função da diversidade que os compõe. Daí a importância de pensar a legislação como resultante de relações contextuais mais amplas:

A legislação educacional foi aqui definida como síntese de múltiplas determinações, porque ela foi consequência de e/ou, nela estão presentes utopias, sonhos, desejos, projetos políticos, interesses pessoais e de grupos, direitos e deveres dos cidadãos ou categorias profissionais, planos de carreiras, preconceitos, inclusões/exclusões, enfim, todas as contradições da sociedade (CASTANHA, 2011, p. 326).

O estudo compreende o histórico na condição de totalidade, que significa situar a discussão da instrução popular na conjuntura da complexa sociedade brasileira do período recortado e inserida em um movimento mais amplo do capitalismo. O debate da instrução, guardadas as especificidades dos espaços nos quais se situa, é a história da luta que os homens travam entre si, situados em um momento específico e determinado. Representam projetos

específicos de sociedade, no interior dos quais a educação é ajustada aos interesses hegemônicos da ordem local e mundial. Nesse sentido, Moacyr, ao apresentar as mais plurais tentativas e proposições durante a história do Brasil independente, implementadas ou não, considerou a dinâmica complexa que resultava em desdobramentos diversos, resultados das contradições das conjunturas e dos interesses que nele se encontram em luta.

Dadas as condições específicas da realidade brasileira do período, usamos como referenciais teórico-metodológicos os conceitos de patrimonialismo (FAORO 2011)<sup>3</sup>, modernização autoritária<sup>4</sup> (FAUSTO, 2001) e conservadora<sup>5</sup> (FERNANDES; 2006; (GRAMSCI, 1991; PÉCAUT, 1990).

O trabalho de Moacyr (1916, 1944) em relatórios e pronunciamentos parlamentares indica posicionamentos políticos. Sua construção aponta a descrição de fatos e dados colhidos que carregam em si motivos definidores da seleção, que supomos superaram a questão institucional e demarcam as posições do autor. Processo semelhante se deu com o modo de seleção e narrativa histórica selecionada por ele. O Brasil republicano era um Estado em constituição, formado de instituições em processo de construção. Os relatórios dos presidentes da República indicam um movimento de formação do Estado e de suas instituições, no qual a instrução do povo não se deu como prioridade (GIGLIO, 2001).

Apesar da qualificação da historiografia consolidada por Saviani (2008), de que a experiência de Primitivo Moacyr no Parlamento o levou a realizar ao pé da letra o lema positivista “o documento fala por si”, pelo próprio formato da escrita e ausência mais direta de suas impressões sobre o movimento da história e história da educação na Monarquia e República, é o mesmo Moacyr quem dá indícios de que a fidedignidade ao passado não fora a intenção de sua organização da escrita da história. Seu trabalho fora de organizar informações.

---

<sup>3</sup>A organização política patrimonialista fecha-se sobre si mesma e seu grupo, de forma que se apropria do Estado e o transforma em estamento burocrático de poder próprio a serviço dos seus, por meio do qual se administra os interesses hegemônicos e se controla a rede de subordinados, desde os mais próximos aos mais distantes na cadeia social (FAORO, 2011).

<sup>4</sup>Modernização autoritária que Fausto (2001) caracteriza por pouco investimento das áreas da vida social, ausência de simbiose entre partido e Estado (partido dependente do Estado), controle e restrição das mobilizações das massas.

<sup>5</sup>Modernização conservadora, em Fernandes (2006), deve-se a um processo histórico no qual um círculo vicioso repete as estruturas existentes (econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas), sem ruptura significativa e definitiva com o passado. Assim, as classes dominantes beneficiam-se da extrema concentração de riqueza e de poder decorrente social e político.

Da mesma forma que entendia a lei como resultado de um processo dos embates de direitos e interesses, no qual deveria aquela proteger os direitos mais coletivos em primeiro lugar, entendia a condição da estruturação da própria condição de nação moderna. Tal perspectiva pautava as questões jurídicas discutidas por Rudolf Von Jhering<sup>6</sup> (1818-1892), um dos maiores juristas a influenciar o final do século XIX e princípio do XX, uma das maiores influências na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde estudara Moacyr. Mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, acrescentaram-se as influências de Bertrand Russel (1872-1970) sobre Primitivo Moacyr em uma fase já mais tardia da vida deste autor.

Da vida, dos espaços e pessoas frequentadas, e em especial pela atividade juntos aos arquivos, situamos Primitivo Moacyr como um intelectual. O autor pode ser pensado como intelectual por conta de sua formação em Direito, pela sua condição de exercício de relator dos discursos parlamentares na Câmara Federal, por seu segmento de convivência (pertencimento), pelos aparecimentos nos meios publicistas (Jornal do Comércio, Correio Paulistano, entre outros), pelos trabalhos desenvolvidos para a Coleção Brasileira. Mas, fundamentalmente, pela condição definida, pela imprensa e homens do tempo de suas publicações, de guardião da memória da instrução nacional.

Segundo a propositura desta tese, a preocupação do autor com a questão nacional e o papel que “estabeleceu” ao Estado para a instrução primária como espaço primeiro da formação do homem nacional, é possível concebê-lo de acordo com Pécaut (1990), para o qual existem duas tarefas básicas que permitem identificar a condição de intelectual e que se fazem presentes na realidade brasileira desde os anos 1910: a promoção de uma consciência nacional e a contribuição para que se execute a consciência nacional. Assim, os intelectuais assumiam-se como responsáveis pela superação da ignorância do povo, necessária para a constituição da nação brasileira em bases democráticas.

Caracterizar a atuação dos intelectuais é tarefa sempre complexa e original, nunca encerrada, dada a polissemia do termo segundo a complexidade das realidades. Atividade intelectual expressa-se em uma diversidade de campos. Alguns tiveram expressão no campo social, outros na política, outros na academia, na educação e ainda outros nos movimentos

---

<sup>6</sup>Rudolf Von Ihering (nascido em Aurich na Frísia, em 22 de agosto de 1818, e falecido em Gottingen, em 17 de setembro de 1892), já no final do século XIX fez-se personalidade de renome como jurista, consagrado-se como uma das maiores expressões da ciência jurídica do século XIX. Trata-se de pioneiro na compreensão do direito como produto social. Fundou seus estudos nas relações entre direito e mudanças sociais.

proletários e patronais. Segundo o critério gramsciano, o campo de projeção de sua condição indica alguma forma de militância. Os intelectuais atuam em diferentes dimensões da atividade intelectual (organização da cultura, produção de conhecimento, disseminação de saber, participação e ou influência nos processos de organização das instituições e movimentos político-sociais). Assim, intelectual refere-se a todo aquele que exerce funções de organização na sociedade, como resultado do desenvolvimento histórico das classes, expressando na condição orgânica ou tradicional. O intelectual orgânico pode contribuir na formação de uma inteligência que age pela manutenção da realidade existente ou aciona processos revolucionários (GRAMSCI, 1991).

Os intelectuais são agentes da hegemonia, que contribuem para a constituição do domínio e direção no interior do bloco social e nas relações sociais mais amplas entre os blocos sociais, uma vez que são resultados desses mesmos blocos sociais. Das diferentes dimensões da atividade intelectual, situamos Moacyr entre aqueles que organizam contribuições culturais, produção de conhecimento, preservação da memória e disseminação de saber. Em termos gramscianos, seus críticos poderiam dizer que se aproxima de um intelectual tradicional, notadamente por sua atuação em estruturas convencionais de poder, seus círculos de relações e meios de divulgação de suas produções.

De outro lado, a forma de construção e recortes dos debates e proposituras da instrução organizados por Primitivo Moacyr não escondem a realidade conflituosa manifesta nas ações parlamentares e governamentais. O que nos remete à consideração de que educação não se constitui uma realidade centrada em si mesma, mas perpassada por processos e resultados mais complexos decorrentes de sua inserção em construções históricas mais amplas da história contemporânea, bem como da especificidade da história do Brasil (MACHADO, 2002), dentre elas, as próprias possibilidades e formas de se escrever história que marcaram o período de vida do autor.

Situamos, desse modo, as publicações de Primitivo Moacyr na relação com um projeto político e social mais amplo, a República dos cidadãos livres e participantes em condições de igualdade jurídica do processo político de representação. Assim, tornava-se imperativo um projeto que promovesse a mobilidade social e a redução das desigualdades entre os entes federativos, função que a República não conseguiu ainda cumprir. Destarte, impõe-se o desafio de pensar que há uma unidade temática, bem como um projeto em Primitivo Moacyr

para a organização da escola e da sociedade. Ao reunir e compilar leis, discursos, projetos de lei, decretos, relatórios, revela seu posicionamento com relação à educação ofertada e preconiza um projeto de instrução a ser construído.

Ao período posterior a 1910, temos uma segunda geração de intelectuais republicanos que atua nas situações decorrentes da atuação da primeira e dos sonhos desencantados por aquela. Entre eles, há em comum a repercussão de novos fundamentos, de novos problemas, em especial na contramão da experiência republicana acontecida até então. No primeiro caso, o “bando de ideias novas”, especificamente, o positivismo. No segundo caso, os fundamentos que influenciaram os profissionais de medicina, engenharia e educação. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994). No primeiro caso, Paim (2000) entende que a influência positivista alterou a perspectiva das gerações de 1870.

Trata-se agora de 'tomar o poder' e impor o programa positivista - marxista. Adicionalmente, a ciência, deixa de ser um instrumento de investigação para tornar-se um simples discurso. É a isso precisamente que se chamou de cientificismo, umas das mais arraigadas tradições de nossa cultura, porquanto iniciada no século XVIII, com o Marquês de Pombal (PAIM, 2000, p.10).

Paim (2000) apresenta como problemas do Brasil o patrimonialismo, o cientificismo, e o contrarreformismo. Orienta-se pela argumentação de que o desafio do Império era a afirmação como povo. Dos anos 1870 para frente, o desafio foi da integração na civilização ocidental, conjuntura na qual se fomentaram as diferenças em relação aos países mais adiantados. Nessa realidade, prevaleceu um cientificismo de exacerbação teórica das ciências sem empreendimento da pesquisa.

A realidade aristocrática brasileira favoreceu as permanências, com a eventual pressão sobre a emergência da instituição escolar limitada pela complexidade das questões sociais, uma vez que o Estado e o poder das oligarquias conseguiram manter a ordem de que necessitavam por um longo tempo, por meio de outros meios. Entretanto, até mesmo tal solução fora abandonada pela Primeira República, sobretudo a partir de sua constituição civil com a consolidação da “Política dos Governadores” por Campos Sales. Assim, a formação de cidadãos úteis à pátria, com conteúdos e comportamentos para a promoção do gosto pelo trabalho e pelos estudos, fora substituída pela solução imigratória. (CARVALHO, 2003).

Definitivamente, a instrução não era tratada como prioridade social, e só se constituiu com a dinamização do complexo processo social da urbanização, industrialização, organização proletária e desemprego que impetrou a urgência da instrução popular.

A solução da modernização conservadora tutelada ao entorno das elites agrárias, no entanto, promoveu um discurso da educação fundamentado na apropriação do conceito de progresso que preservou a estrutura de subordinação dos segmentos de classe, representados nos denominados “grupos perigosos” aos seus interesses. A educação constituída em elemento de permanência do *status quo* garantiria a permanência de interesses e impediria a dinâmica reivindicatória das classes subalternas. Para Moacyr (1916, 1944), a educação deveria constituir-se em fonte da autonomia dos indivíduos; porém, diferentemente dos escolanovistas, continuava atribuindo ao professor e aos conteúdos a centralidade do processo, embora reconhecesse que novas relações e método eram imperativos. Tal panorama teórico expressa as influências de Jhering e de Russel, como vimos anteriormente. Moacyr definia como atribuição peculiar da educação a condição moralizadora, cívica e civilizadora a partir da formação da intelectualidade como condição da cidadania republicana.

Assim, na linha dos debates gestados no interior da primeira geração republicana, esperava-se pelo desenlace da constituição e consolidação do sistema nacional republicano de educação. A priorização da instrução primária no advento e nos primórdios da República apresentava-se como condição da sustentação republicana enquanto organização política de matriz democrática, fundamentada no legado da finalidade moralizadora, cívica e civilizadora da educação, fins aos quais Primitivo Moacyr apresenta-se filiado (MOACYR, 1916; 1936; 1937; 1938; 1916; 1941; 1942c; 1944) e que fundamentam sua defesa da responsabilidade da Nação e do Estado como mecanismo político da primeira, na responsabilidade de formação do povo para um novo país, um novo Estado, outra sociedade.

Destacamos que quando da qualificação, em 2013, a perspectiva era outra, como relatamos nas próximas linhas. Na dissertação de mestrado, realizamos um trabalho de apresentação de Primitivo Moacyr e sua produção no campo da história da educação, reportando aos livros em que tradou da instrução do Império, Províncias e República. As dificuldades para decifrar o autor mantiveram o desafio de prosseguir na expectativa de realizar uma contribuição mais significativa em direção de compreender um pouco mais o autor e suas posições. Assim, o empreendimento no doutorado representa o enfrentamento de

tal lacuna. Ao longo do processo, novas descobertas e disponibilização de fontes permitiram avançar de forma significativa; salientamos a coleção de recortes de jornais realizada por Fernando de Azevedo, que encontramos no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, por meio dos quais foi possível conhecer um Moacyr mais ousado em relação aos livros publicados sobre o período republicano. Identificamos que aqueles recortes de Fernando de Azevedo constituem-se em fontes significativas para o estudo do processo da instrução no Brasil e de autores que ao tema dedicaram-se no período da primeira década do século XIX. As publicações de Moacyr, encontradas no referido acervo, abrangem os anos 1920 – 1930, e suspeitamos que as diferenças que se apresentam em “A Instrução e a República”, notadamente nos volumes IV e V, tenham se dado por ação do editor, ou do próprio Fernando de Azevedo, guardião da organização de Primitivo Moacyr para a citada coleção. Tal material, somado às fontes periódicas do final do século XIX e primeira metade do século XX, disponibilizadas pela Biblioteca Nacional, com acesso facilitado pela página Hemeroteca Digital Brasileira, alteraram significativamente a estrutura e os rumos do trabalho que tínhamos na qualificação em de outubro de 2013.

Naquela oportunidade, os capítulos eram: Primitivo Moacyr – vida e obra, organizado nas seções Primitivo Moacyr na historiografia da educação e Breve apresentação das obras de Primitivo Moacyr; O debate da expansão da instrução pública, composto de O debate republicano da instrução pública e O lugar da escolarização na República dos Governadores; Emergência da educação pública – temas necessários na perspectiva de Primitivo Moacyr, formado pelas partes denominadas de Centralização e descentralização, Oficialização e desoficialização do ensino (liberdade de ensino), Sistema nacional de ensino – gratuidade e obrigatoriedade.

Após o processo de adequações e reorientação dos rumos, esta tese apresenta-se organizada em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro, denominado “Um caminho de lutas e escolhas”, reporta-nos a espaços e tempos de construção da pessoa, profissional e cidadão, a vida, o trabalho, a família e as atividades do pesquisador Primitivo Moacyr. Subdivide-se nas seções: “Da Chapada Diamantina para a Câmara dos Deputados”; “Entre a Procuradoria dos Feitos da Saúde Pública e a Câmara dos Deputados”; “Um observador crítico do Ensino Público no Congresso Nacional”. O capítulo responde ao

objetivo de organizar a biografia de Primitivo Moacyr, contribuindo para uma compreensão mais ampla do autor a partir dos espaços de sua ação.

No segundo capítulo, tecemos considerações no sentido de apresentar os livros de Primitivo Moacyr, bem como situar o estado do conhecimento considerando a sua presença em publicações no campo da história da educação a partir do sistema *lattes* e revistas da área. Assim, o intitulamos “A obra de Primitivo Moacyr e sua presença na historiografia”. No título “A narrativa de Primitivo Moacyr – algumas observações sobre os livros”, realizamos algumas considerações sobre os conteúdos, ressaltando os acentos do autor. No segundo item, analisamos “Primitivo Moacyr na historiografia da educação e novas perspectivas” procurando pela incidência no autor no sistema *lattes* e nas revistas do campo.

O terceiro capítulo, "A unidade em Primitivo Moacyr: tessituras do ensino popular", é subdividido em três itens: "A Instrução primária na “selva selvaggia” de Primitivo Moacyr", em que observamos a importância e a concepção daquele segmento do ensino para o autor; a "Federalização do ensino: uma proposta de Moacyr", com indicativos do quanto essa questão é central no pensamento do autor; e "O financiamento da instrução", que indica a compreensão de Moacyr sobre os subsídios de manutenção de ensino popular, e no qual pretendemos indicar a propositura de Primitivo Moacyr relativa ao papel da União na formação da nacionalidade brasileira por meio da instrução primária.

## 1 UM CAMINHO DE LUTAS E ESCOLHAS

A princípio, entendemos que a biografia de um autor se faz necessária aos leitores. Em casos como o de Primitivo Moacyr, sobremaneira, haja vista que o que temos até o presente são informações reduzidas a respeito da trajetória de sua vida. Outros contrapõem, afirmando que não se trata de algo decisivo. Um terceiro grupo tenderá a afirmar que depende do tipo de produção, do tipo de literatura, e que em alguns casos o mais importante é que o autor permaneça desconhecido do leitor. Nesse caso específico, julgamos importante traçar uma biografia mais consistente do autor pela necessidade de avançarmos nesse item e por constituir condição para compreendermos as condições que determinaram suas opções quanto ao tema da instrução nacional.

Apesar da importância atribuída à biografia, entendemos que a obra de um autor, em especial ao que propomos, ultrapassa a referida descrição. De um lado, porque carrega em si projetos e perspectivas que intencionam prospectivas que podem se apresentar objetivas, bem como inseridas nas produções que permanecem escondidas em suas construções; mesmo em aparentes formas desinteressadas, projetam-se em sua produção. Nesse último caso, as relações do processo de vida corroboram para decifrá-lo e também suas observações.

No caso de Primitivo Moacyr, sua biografia é fundamental porque ainda pouco se sabe sobre as relações mais enraizadas em sua vida e que podem ajudar a compreender suas posturas e indicar suas proposituras no tema da instrução. É emblemático em sua trajetória o fato de fazer parte da saga de muitos brasileiros que, em condições socioeconômicas desfavoráveis, migravam para centros urbanos, notadamente, naquele tempo, às capitais, em busca de melhores condições de vida e de oportunidade de um futuro mais promissor. O rompimento de limitações de ordem econômica e social que lhe permitiram a ascensão social é a marca de sua luta, que de certa forma repercute a peleja de outros. O processo da vida do autor pode ter relação com a visão que se consolidou de Brasil. Fato é que conheceu a vida do brasileiro por dentro, de extremo a outro, da longínqua e interiorana Lençóis, na condição de professor das primeiras letras, para o centro nervoso do poder político na Câmara dos Deputados. Sua história presenteou-o com uma condição peculiar para olhar a vida da sociedade brasileira.

### 1.1 Da Chapada Diamantina para a Câmara dos Deputados

Primitivo Moacyr (1867-1942) nasceu na Bahia. “Órfão desde muito cedo, educado em asilo, adolescente, ainda fez concurso para o magistério elementar, sendo designado para Lençóis<sup>7</sup>” (VENÂNCIO FILHO, 1943, p.94). Devido às limitações da carreira, solicitou transferência para Salvador, o que lhe foi negado. Recebeu então o convite do Inocêncio de Góis Calmon, presidente de Pernambuco (por pouco mais de um ano: 15 de dezembro de 1888, de 3 de janeiro a 24 de abril de 1889), para inspetor do Liceu de Recife. Essa foi a oportunidade que teve para iniciar seus preparatórios para ingresso no ensino superior (VENÂNCIO FILHO, 1943). Venâncio Filho cometeu um erro na identificação do nome do presidente que dera uma oportunidade a Moacyr. Trata-se de Inocêncio Marques de Araújo Góis Júnior, filho de Inocêncio Marques de Araújo Góis (1811-1897), influente político baiano, conforme a Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco (BARBOSA, 2007).

Migrou para a sede do Império, cursou Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Na República, ocupou o cargo de redator dos debates parlamentares na Câmara Federal<sup>9</sup>, lugar que lhe permitiu contatos e desenvolvimento do gosto pelos arquivos. Essa

---

<sup>7</sup>O povoamento de Lençóis deve-se a fazendeiros de criação de gado que se instalaram às margens do rio São João em torno de 1844. A intensificação ocorreu a partir de 1845, com a descoberta de diamantes nos leitos dos riachos, que atraiu garimpeiros de Minas Gerais e de Santa Izabel do Paraguaçu (Bahia). O nome da localidade originou da cobertura das casas improvisadas cobertas com pano branco, que à distancia dava a impressão de lençóis estendidos. A povoação foi o maior produtor mundial de diamantes entre 1845 e 1871, que lhe rendeu a posição de terceira maior cidade da Bahia, entreposto comercial com a Europa.

<sup>8</sup>Fundada em 11 de junho de 1891 por Dr. Carlos Antonio *França de Carvalho*, com a colaboração dos colegas Drs. José Hygino Duarte Pereira, Benedicto Cordeiro de Campos Valladares, Ubaldino do Amaral Fontoura, João Pedro Belfort Vieira, Antonio Paula Ramos Júnior, Sylvio Romero, Manoel Ignacio Gonzaga, José Joaquim do Carmo, Cheano Caminha, Tavares da Silva, Eduardo Teixeira de Carvalho Durão, Luiz Carlos Frões da Cruz, Francisco Rangel Pestana, Frederico Augusto Borges, José de Oliveira Coelho, Augusto Daniel de Araujo, Eugenio de Valadão Catta – Preta, Antonio Joaquim Vaz Pinto Coelho, Paulino Guedes, José Candido de Albuquerque Mello Matos e José de Goes Siqueira. A Equiparação deu-se pelo Decreto de 31 de outubro de 1891 (observemos a facilidade com que se conseguia esse instituto), e permaneceu independente até 1920. Dessa data, foi fundida à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, nascendo assim a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. A Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro existiu de maneira independente até 1920, quando se fundiu à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, dando origem à Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup>Trabalhou como redator de debates da Câmara dos Deputados, entre 1895 e 1933. Segundo o centro de documentação e informação daquela instituição parlamentar, constam nos arquivos dos assentamentos funcionais que em 20/05/1895 foi admitido como redator de debates da Câmara dos Deputados; em 04/01/1910 foi designado redator dos documentos parlamentares; em 27/11/1916 foi nomeado chefe da redação dos debates, continuando incumbido da redação dos documentos parlamentares e, em 07/07/1926, foi nomeado redator desses documentos. Portanto, em torno dos 26 anos iniciou seus trabalhos junto ao Legislativo e lá permaneceu por 38

condição, somada a outras de atividades decorrentes da função, teria lhe oportunizado organizar mais de uma dezena de compêndios sobre a instrução no Império, nas Províncias e no Município Neutro da Corte, bem como na República. Entretanto, o próprio Moacyr explicou, em carta de 1937, que sua relação com a história da instrução, como pesquisador pelos arquivos Brasil afora, deu-se a partir de 1932. “Há cinco anos penetrei nessa activa selvaggia<sup>10</sup>, sem conhecer-lhe a extensão e profundidade” (JORNAL DO BRASIL, 1942, p.7). A sua insistência nessas expedições e sua permanência em lugares insalubres, agindo contra as prescrições médicas, teria acelerado a fragilidade de sua saúde, resultando em sua morte. De qualquer forma, a experiência na Câmara com a organização dos “Documentos Parlamentares” rendeu-lhe uma condição ímpar, presente na tarefa a que se dedicou a partir dos anos 1930. Além disso, nos anos 1920, não deixou de se expressar nos periódicos, em especial no Jornal do Comércio, sobre o tema da instrução.

Oriundo da Bahia, jovem sem muitos recursos, dividiu quartos com outros estudantes como Afrânio Peixoto. E entre um trabalho temporário e outro, cursava Direito. A condição equiparada da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro talvez lhe tenha rendido a solução de protegido do Estado nas vagas que essas instituições reservavam aos mais pobres, dada sua relação com autoridades federais baianas. De qualquer forma, são conjecturas que as entrelinhas das descobertas nos permitem por ora considerar.

As primeiras informações de Moacyr, já no ensino superior, demonstram uma personalidade atuante e envolvida com questões jurídicas e nacionais. No dia 27 de junho de 1893, os estudantes da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro reuniram-se para discutir os estatutos do Grêmio Estudantil e realizar a eleição da primeira Diretoria. Aprovados os estatutos, deu-se a eleição, com o seguinte resultado: Presidente: Primitivo Moacyr, vice-presidente Frederico Russel, 1º secretário Paranhos Silva, 2º secretário Souza Campos; tesoureiro, Sebastião Patatá. A reunião deu-se nas dependências da Escola Normal. Foi

---

anos. Falecido aos 76 anos, suas produções em forma de livro foram publicadas em 1916, 1936 - 1944, estas últimas em pleno contexto do Estado Novo. A obra republicana teve partes publicadas em órgãos de comunicação como o Jornal do Comercio, assim com já fizera com a primeira publicação aglutinada em 1916 na forma de livro. Permanece, porém, um interlúdio, entre nascimento e a descoberta de seus passos na Faculdade Livre de Direito, que ainda não nos foi possível cobrir.

<sup>10</sup>O termo refere-se à atividade difícil em terreno desconhecido e, por vezes, perigoso.

também nomeada a comissão da redação dos estatutos, composta pelos senhores Paranhos Silva, Souza Campos e Nina Parga (JORNAL DO BRASIL, 1893).

A representação estudantil estava sintonizada com as questões que atingiam os interesses do corpo de estudantes, como no caso em que reivindicaram coerência da parte do Governo no respeito à seriedade do processo de seleção dos acadêmicos. Os estudantes não aceitavam sua interferência no processo de seleção e matrícula na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Vemos na movimentação junto aos alunos a repercussão da liderança de Primitivo Moacyr.

O Grêmio dos Estudantes da Faculdade Livre de Direito, reunido ontem em sessão, sob a presidência do Sr. Primitivo Moacyr, nomeou uma comissão composta de alunos de todas as séries, afim de representar à congregação contra o aviso do ministro do interior, que mandou considerar válidos para matrícula da mesma faculdade exames feitos para concurso de fazenda. É impossível acrescentar algumas palavras a esta notícia (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893).

O texto do periódico esclarece, na sequência, que as faculdades livres respondiam às leis e aos regulamentos em vigor nas faculdades oficiais, que normatizavam seu funcionamento. A reportagem representa a exigência dos estudantes no cumprimento das determinações da lei, sob pena de criar-se regime de exceções abusivas. Para o articulista da “Gazeta de Notícias”, tal interferência teria repercussões tão desastrosas que melhor seria fechar as faculdades livres ou evitar o regime de privilégios legais; referia-se às equiparações.

Parece que nenhum homem sensato e interessado realmente pelo bem do ensino superior porá em dúvida estas proposições. Pois bem. Se as condições de matrícula nas faculdades livres são as mesmas das faculdades oficiais, como se pode compreender o ato do honrado Sr. Ministro da justiça e negócios interiores, considerando válidos para semelhante matrícula exame feitos no concurso para um lugar na Recebedoria? Semelhante resolução é, além de contrária à lei, atentadora dos brios da faculdade, que muito justamente se há de sentir melindrada. Pois tem acaso comparação o exame completo, e por vezes rigoroso, do Ginásio Nacional ou da antiga inspetoria geral de instrução pública com as provas perfunctórias de um concurso de fazenda? (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893, p. 1).

Afora o desrespeito à legislação, o texto indica, quanto ao conteúdo, a inviabilidade da equiparação em função da distinção de natureza entre os dois processo de seleção, que constitui uma incoerência legal e moral. O fato colocou em evidência o caráter superficial dos

concursos que se queria validar como porta de entrada para o curso de Direito. Acresciam-se suspeitas de ordem moral que marcavam os concursos para a fazenda, extensível a outros órgãos do governo. Sugeria-se que os concursos não eram sérios e respeitáveis; nesse sentido, era incômoda a criação de antecedente que acabaria por consolidar uma prática inadequada.

Suponhamos porem a melhor hipótese, a de um concurso difícil, sério e respeitável por todos os títulos. Como aventurar-se o governo a dispensar na lei, que é clara e positiva quando estabelece as condições de matrícula nas escolas superiores. Não se justifica a decisão do aviso de 22 de julho, e queremos crer que o Sr. Ministro não teve ocasião de prestar ao caso a atenção que ele merece. Digne-se S. Ex. reconsiderá-lo, respeitando a lei orgânica das faculdades. As leis devem ser religiosamente observadas, e aí de nós se em matéria de instrução pública também descambarmos pelo plano inclinado das concessões, que tanto tem concorrido para o descrédito da administração republicana. Aberto o fatal precedente, entrarão por essa porta os abusos. Amanhã qualquer prova de praticante de correios ou de telegrafista poderá ser com igual razão equiparada ao exame de preparatórios exigidos pela lei. Com que direito o Sr. Ministro recusará a estes o que concede àqueles? Neste terreno escorregadio não há parar; de queda em queda chegaremos à última degradação. Pretende o governo assumir a tremenda responsabilidade de semelhante resultado? Permita pois o Sr. Dr. Fernando Lobo que apelemos para si próprio. Nunca vem tarde a reparação de um erro. O aviso de 22 de julho deve ser revogado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893, p. 1).

Os estudantes da Faculdade Livre de Direito marcaram posição nos desenlaces da Revolta da Esquadra – movimento revoltoso das unidades da Marinha do Brasil, que se estendeu durante o governo provisório da Primeira República (1889 –1891). Os acadêmicos Eugênio Nascimento Silva e Primitivo Moacyr convidaram os colegas para uma reunião no dia 14 de setembro de 1893, às 11 horas da manhã, no edifício da escola normal, para tratarem do posicionamento dos jovens acadêmicos diante dos acontecimentos que se passavam na capital da República, ao que um periódico comentou: “Se os distintos moços aceitam um conselho nosso, lhes diremos que imitem o belo exemplo dos estudantes paulistas” (O PAÍZ, 1893, p.1).

Ao considerar a tendência política governista deste que foi um dos mais robustos instrumentos de formação da sociedade brasileira entre o final do século XIX e começo do século XX em prol da República, referia-se o articulista ao apoio dado pelos paulistas (Partido Republicano Paulista, representação política dos cafeicultores) a Floriano Peixoto. Ao longo do período, o periódico fora acusado de “balcão de negócios” por sua postura de apoio ao

governo, reportando-se, sobretudo, a um de seus gerentes, João de Souza Leite. Sodré (1966, p.381) afirmou: “Laje tipificou, realmente, o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal”.

As instabilidades enfrentadas em 1891 pelo Presidente da República acirraram-se quando o marechal Deodoro da Fonseca violou a Constituição de 1891 ao ordenar o fechamento do Congresso. Unidades da Armada na Baía de Guanabara, lideradas pelo almirante Custódio de Melo, revoltaram-se e colocaram sob a ameaça de bombardeio a capital da República. O desfecho desse primeiro momento foi a renúncia do marechal Deodoro (23 de novembro de 1891). Como previa a legislação, assumiria seu vice, que deveria convocar eleições conforme preconizava a Constituição por não decorrer dois anos de cumprimento de mandato. A insistência de Floriano Peixoto em permanecer no cargo arrefeceu os ânimos com a oposição. Entretanto, dado que a instabilidade política não interessava aos negócios, parte expressiva dos cafeicultores, mormente paulistas, impetraram apoio a Floriano. O presidente reprimiu violentamente os revoltosos que, às portas das eleições, em 1893, devido a seu apoio ao candidato civil, Prudente de Moraes, retomaram o movimento revoltoso. A resistência presidencial incrementou a frota com novos navios de guerra e fortaleceu-se com o apoio dos paulistas. A situação foi controlada em 1894. O movimento de oposição durou mais de dois anos e espalhou-se pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (GOHN, 1995). Registramos que não encontramos informações sobre o desfecho da reunião pretendida por Primitivo Moacyr.

Naqueles tempos conturbados, Moacyr recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas na secretaria da Faculdade Livre de Direito, aos 20 dias de dezembro de 1894. “O diretor da Faculdade Livre de Direito conferiu ontem o grau de bacharel em ciências jurídicas aos Srs. A. Moitinho Doris, Martinho Rodrigues de Souza e Primitivo Moacyr.” (O PAÍZ, 1894, p.2). A respeito da formação acadêmica de Primitivo Moacyr, é oportuno citar que uma das principais referências teóricas dos juristas e estudantes na Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro, senão o mais presente, foi Rudolf Von Jhering com seus livros “A Evolução do Direito” e “O Espírito do Direito Romano nas Diversas Fases de seu Desenvolvimento.”

Entre as várias referências, destacou-se o nome de Rudolf Von Ihering, jurista de origem germânica. Este pensador distinguiu-se dos demais citados nos textos escritos para publicação na *Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro* porque foi citado direta ou explicitamente em doze textos de onze fascículos diferentes, ou seja, foi uma referência que percorreu as duas décadas em que o periódico foi impresso. Estas citações foram feitas por seis professores, um deles chegou a assinar até cinco textos tendo-o como referência inabalável. Isto indica que o grupo de intelectuais que escreveram artigos para a revista tinha certa preferência pelas ideias desse autor (CHAVES, 2011, p.35-36, grifos do autor).

De modo geral, os juristas da elite carioca, reunidos na Faculdade Livre, compreendiam o Direito como espaço da solução dos conflitos entre os indivíduos da sociedade. No interior daquela perspectiva, compreendia-se que a função das leis e regras jurídicas não se desenvolveria a contento quando elas eram concebidas de forma equivocada. Tal concepção supõe a primazia do Estado sobre os indivíduos na resolução das questões de conflito social ao subsídio de uma lei devidamente constituída. Assim, o campo jurídico contribuiria com o aparato teórico para que o parlamento e o executivo constituíssem um corpo legal que favorecesse os privilégios econômicos e contribuísse com a formatação da identidade nacional da população, de forma a se evidenciar o sentimento de pertencimento à nação (CHAVES, 2011).

Os estudos de Ihering (2009) acentuam o aspecto político do Direito; dessa forma, acentuam a função humana de irromper contra a opressão, a humilhação e a indignidade. Sua importante contribuição ao Direito subjetivo refere-se ao direito de lutar, que deve animar a esperança de ver cumprido o dever jurídico. A vida tem sua razão de ser na relação com os outros, independente da consciência que disso se tenha. Intencionalmente ou não, cada um existe para os outros. Trata-se de um princípio basilar da condição humana. Existir para o outro constitui a vida humana. O homem expande ao seu redor o fluído intelectual e moral que consegue aspirar na atmosfera de civilização da sociedade. Jhering situa-se entre os autores que contribuíram para a humanização do Direito, ao qual atribuiu a condição de força disciplinadora das paixões. Segundo seu entendimento, o critério de justiça muda conforme as condições que o determinam.

Um segundo autor que se tornou referência para Moacyr foi Bertrand Russel (1872 – 1970), como podemos conferir na Crônica III publicada no Jornal do Comercio de 1929 (MOACYR, 1929). Conforme Russel (1978), a formação das novas gerações depende do

contato com o saber acumulado na história dos homens. Conteúdo tributário do processo civilizatório e que se constitui na finalidade da educação. Concretamente, a educação deverá: a) promover o aspecto intelectual a partir de uma contribuição geral do conhecimento humano, contemplar a habilidade técnica na atividade de trabalho e desenvolver o costume de emitir posicionamentos com base em fundamentos; b) desenvolver uma moral imparcial fundada na generosidade e no autocontrole; c) praticar o respeito às leis e à justiça e colocar os fins acima dos meios para não imputar à sociedade nenhum sofrimento (RUSSELL, 1978).

Primitivo Moacyr assume, em seu fazer, a escrita histórica a recusa de julgamento do passado, bem como o ensejo de transformar esse passado em educador do presente, como, por exemplo, com o estabelecimento de modelos e exaltação de personalidades, como questionava Russel. Não se trata de ausentar a influência do passado no presente, mas de conceber que o processo não se dá em uma lógica tradicional de causa e efeito.

Segundo Funari (2003), a perspectiva de descrever os fatos como realmente aconteceram marcam o aparecimento da história como ciência acadêmica no século XIX da Europa Ocidental. Naquelas circunstâncias, a própria construção da escola moderna e a definição de seu papel na formação do *ethos* nacional indicavam uma instituição que gerasse uma conformação harmoniosa da sociedade.

Russel (1978) afirma que a liberdade e independência mental, justificadas no princípio do bem coletivo, é uma construção individual e social, e como tal, responsabilidade do Estado. Essa perspectiva de educação choca-se com a tendência da maioria das escolas de seu tempo, que se encontram a serviço de dogmas, convenções e ideias preconcebidas. Inserida na perspectiva dominante de sua filosofia, o autor definiu como próprio da escola tornar as crianças e adolescentes livres nas dimensões intelectual e emocional. A conquista dessa condição, para esse filósofo, ocorre com um esforço intencional. Nesse sentido, rechaçava a solução dos ambientes de liberdade que subsidiam a concepção da chamada virtude inata: a presença do adulto deve evitar que as relações entre as crianças e adolescentes se organizem pela lei do mais forte (RUSSELL, 1978).

Há indícios de que o autor, apesar de sua vida embrenhada entre os trabalhos na Câmara dos Deputados e nos Feitos da Saúde Pública, entre os anos de 1905-1911, não deixara sua atuação como defensor e parecerista de causas advocatícias, como indicam os almanaques e listas de profissionais da época. Em 1896, os jornais já informam Primitivo

Moacyr trabalhando na Câmara. O conteúdo do texto a seguir revela que a seleção fora por indicação. Esse espectro acompanharia a vida do autor, e em várias ocasiões teve sua vida profissional atrelada a conchavos políticos, resultante da convivência com as pessoas do poder e, conseqüentemente, de setores mais abastados da sociedade fluminense e suas relações com os políticos baianos.

Só ontem ficou definitivamente organizado o corpo de redatores de debates da câmara dos deputados. O sr. Felix Ferreira, nosso colega do *Jornal do Comercio*, continua como chefe desse serviço. Serão redatores os drs. Fonseca Hermes, Primitivo Moacyr e Gervasio Saraiva e os srs. Agenor de Roure e Marque da Silva, que serviram na sessão passada, e mais o nosso colega Eugenio Pinto, que foi nomeado pela mesa da câmara para a vaga existente. O sr. Manuel Sá ficou encarregado da redação das atas (JORNAL DO BRASIL, 1896, p.1).

Essa nomeação era prática comum naquele cotidiano, e não se reduziu a Primitivo Moacyr. Boa parte desses nomes permaneceu durante toda a Primeira República na mesma secretaria da Câmara, alterando-se em funções, conforme se compunham os mandos das Mesas Legislativas dos mandatos. Esses homens tornaram-se influentes no processo legislativo.

Conforme o Jornal da Tarde datado de 27 de julho de 1899, Primitivo Moacyr jantou com o governador da Bahia, Sr. Luiz Vianna. Também estiveram presentes os Drs. J.J. Seabra<sup>11</sup>, Aristides Milteco, Francisco de Mello, Aloisio de Azevedo<sup>12</sup>, Dr. José Burlamaqui, Dr. Eduardo Reis e Dr. Arlindo Fragoso (CIDADE DO RIO: JORNAL DA TARDE, 1899). O grupo era formado por gente oriunda da Bahia e ou de outros lugares do Nordeste. As relações próximas de Primitivo Moacyr com J.J. Seabra permitem estabelecer a existência de certa proteção política, que dividia a influência na Bahia e na República com Rui Barbosa.

---

<sup>11</sup>José Joaquim Seabra (Salvador, 21/8/1855 a 5/12/1942), Bacharel em Direito Faculdade de Direito do Recife. Exerceu os seguintes cargos públicos: Promotor Público em Salvador; professor da Faculdade de Direito Recife; ministro da Justiça e Negócios Interiores; ministro da Agricultura e Comércio (interino); Ministro da Viação; Presidente do Conselho Municipal do DF; ministro das Relações Exteriores (Interino). Exerceu os mandatos: Deputado Federal (1891 a 1893; 1897 a 1899; 1900 a 1902; 1909 a 1911; 1933 a 1937); Presidente de Estado (1912 a 1916; 1920 a 1924); Senador (1917 a 1920); Vereador (1926). Informações disponíveis em [http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1943&li=30&lcab=1915-1917&lf=30](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1943&li=30&lcab=1915-1917&lf=30). Acessado 12.06.13.

<sup>12</sup>Aluísio Tancredo Gonçalves: caricaturista, jornalista, romancista e diplomata, nasceu em São Luís, MA, em 14 de abril de 1857, e faleceu em Buenos Aires, Argentina, em 21 de janeiro de 1913.

O semanário Rua do Ouvidor publicou, em 7 de outubro de 1899, uma centena de convidados para o baile em homenagem ao conselheiro do Tribunal de Apelação, Sr. Luiz Vianna, oferecido por seus amigos e admiradores, nos luxuosos salões do Cassino Fluminense. Na luxuosa festa que aconteceu em 03 de outubro, encontrava-se o Dr. Primitivo Moacyr (RUA DO OUVIDOR, 1899).

Bem cedo, Primitivo Moacyr ficou viúvo de Maria Pimenta Bueno Moacyr, filha do Comendador Pimenta Bueno, de influente família de Campos, com quem contraiu matrimônio em 26 de fevereiro de 1898, na mesma cidade (O PAÍZ, 1898). Segundo o periódico “A imprensa”, foi vítima de infecção tifoide. O periódico exaltou suas qualidades nos seguintes termos: [...] era um verdadeiro ornamento de nossa melhor sociedade, e um exemplo típico dos predicados morais que fazem da mulher brasileira um objeto de respeito e carinhos gerais” (A NOTÍCIA, 1900, p.6). O mesmo noticioso informou que deixava dois filhos: um com dois e outro com três anos, mas constitui-se em equívoco da redação, uma vez que Carlos Bueno era o primogênito e Primitivo Bueno Moacyr nascera no mesmo ano de falecimento da mãe, e teria em torno de três meses, conforme “A Notícia” (1900) e demais periódicos. O sepultamento deu-se no dia 20 de agosto, no cemitério S. João Batista (O PAÍZ, 1900). Os jornais noticiaram o convite de missa de sétimo dia. A “Gazeta de Notícias” referiu-se as presenças; além das pessoas da família, Nilo Peçanha (então deputado) e o senador Arthur Rios, demais autoridades e pessoas do povo. A partir de então, Primitivo dedicou sua vida à educação acadêmica de seus filhos, ocupando-se de como mantê-los na Suíça em função de uma educação moderna, e ao trabalho, permanecendo na condição de viúvo pelo resto da vida (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1900).

Com esse fato, encerramos o que consideramos a primeira fase da vida de Primitivo Moacyr, que acentuaria seu comportamento introspectivo e sua dedicação às duas razões de sua vida: seus filhos e seu trabalho. A própria atuação na procuradoria dos Feitos da Saúde Pública deve ser pensada a partir do espectro da morte da esposa que se projetara sobre sua vida.

## 1.2 Entre a Procuradoria dos Feitos da Saúde Pública e a Câmara dos Deputados

Em seguida ao falecimento da esposa, nosso autor desloca-se para a Europa. Os periódicos informam, na edição de 27 de setembro de 1900, que a bordo do “Chili” partiram

para a Europa, no dia anterior, os Srs. Dr. Primitivo Moacyr, Pierre Lambert, Mario Lago e José de Almeida Pernambuco. Viagem confirmada pelo periódico “O País” (1900), que indicava o destino do professor Primitivo Moacyr para Bordéus e demais escalas. Outras vezes faria o mesmo trajeto, com destino à Suíça.

A proximidade dessa viagem ao falecimento da esposa pode indicar uma terapia, um afastamento para assimilar melhor a fatalidade de que fora vítima. Embora esse seja o provável motivo dessa viagem, Primitivo esteve na Europa várias outras vezes; algumas em companhia dos filhos Carlos e Primitivo, que as informações indicam terem estudado um período na Suíça. No ano seguinte, o noticioso “Gazeta de Notícias” informou nova viagem para a Europa, em sua edição de 20 de fevereiro de 1901, indicando o destino a “Southampton”<sup>13</sup>, no pacote inglês “Thames (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1901). Observamos pelos periódicos que a frequência de brasileiros à Europa era habitual por motivos de estudos dos filhos, passeio nas regiões turísticas e a negócios.

Desde 1896, Primitivo Moacyr atuava como um dos redatores de debates na Câmara, espaço que se tornaria principal em sua vida trabalhista, cultural e política, e no qual aprofundaria as relações com grandes nomes da política, intelectualidade, e, em especial, com os interessados na instrução como formação do povo e responsabilidade do Estado. Nessa condição, trilhou os primeiros caminhos que lhe levaram à condição de historiador que o marcou em suas publicações, atendendo à organização dos “Debates Parlamentares”, em mais de 80 volumes.

Por determinação da mesa da Câmara dos Deputados vai ser aberto amanhã um concurso para se apurar dentre os treze atuais redatores dos debates daquela casa, quais os oito que reúnem as condições necessárias ao desempenho do cargo que foram investidos. / Os cinco restantes, que são perfeitamente dispensáveis e tinham ali guarida devido à liberalidade do antigo presidente, sr. Vaz de Mello, irão tratar de outra vida. / A prova a prestar será o resumo dum discurso, devendo formar o juri os srs. Alencar Guimarães, 1º secretário e drs. Paula Ramos e Paranhos Montenegro todos deputados. / Os concorrentes são os srs.: Eugênio Pinto, Otto Prazeres, Francisco Cintra Lima, dr. Fonseca Hermes, Francisco Marques da Silva,

---

<sup>13</sup>*Southampton*: cidade portuária do sul do Reino Unido. Ao tempo das visitas de Primitivo Moacyr, era uma localidade pertencente a Hampsire que só foi elevada à condição de cidade em 1997, quando da reorganização administrativa do governo local. Hoje, é uma unidade administrativa que engloba alguns distritos como Eastleigh, Portswood, Bitterne, Woolston e Millbrook. Os bombardeios da Segunda Guerra destruíram boa parte de seus monumentos históricos. Tem sua história ligada ao desenvolvimento marítimo, e até hoje é o lugar de onde saem os navios cruzeiros, além de ser um porto de cargas importante do país.

João Pereira Barreto, Gervasio Saraiva, Americo Gomes, Primitivo Moacyr, Luiz de Castro, Honorio Netto Machado, João Carlos Mello Palhares e Juvenal Pacheco. / Entrará também no concurso, unicamente para preencher a formalidade legal, o dr. Dermeval da Fonseca, redator dos anais. / Esperamos que a comissão julgadora faça justiça aos competentes, incluídos na lista, que acima damos. / É uma medida moralizadora e digna de aplausos, que honra o atual presidente dr. Paula Guimarães e Alencar Guimarães, 1º secretário, a de resumir o número de redatores dos debates, fazendo escolha de méritos e não de pessoas” (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p. 5).

Desta forma, no dia seguinte, ocorreu o referido processo de seleção conforme determinara a mesa da Câmara dos Deputados. Os redatores de debates ocupavam as funções por indicação e nomeação graciosa da comissão de polícia daquela instituição legislativa. A forma até então impetrada nas ocupações de tais cargos era prática adotada de longos anos. Havia acusação na imprensa e no próprio parlamento de que o processo de “apadrinhamento” interferia na qualidade dos trabalhos. Eram constantes as reclamações dos parlamentares. Havia muitas reclamações dos deputados quanto à fidelidade nas redações, que lhes acabava atribuindo incorreções e incoerências, oportunizando a crítica da imprensa e outros analistas. O concurso fez parte de um processo mais amplo decidido pela mesa de “[...] reorganizar o serviço de redação dos debates” (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p.1).

Uma das soluções para a reclamação em evidência indicava a revisão dos textos pelos interessados, os autores. É comum nas publicações de Primitivo Moacyr sobre a instrução finalizar as expressões atribuídas aos parlamentares com algum tipo de expressão que indica que o autor não revisara o texto. De qualquer forma, o concurso não levou a modificações no quadro dos funcionários responsáveis por organizar as redações dos discursos.

A prova de seleção exigiu dos concorrentes, após a leitura de um determinado discurso realizado no Parlamento, selecionado por sorteio, que escrevessem um extrato, o mais próximo possível, do texto original. A escolha recaiu sobre umas das peças oratórias de Francisco de Paula Leite e Oiticica<sup>14</sup> (1853-1927), de 1890 no Congresso Nacional. Após leitura rápida e em voz alta, realizada por Medeiros de Albuquerque<sup>15</sup> (1867-1934), os

<sup>14</sup>Mandatos: Deputado Federal, de 1891 a 1893; Senador, de 1894 a 1896 e 1897 a 1899.

<sup>15</sup>Mandatos: 7º, de 1950 até 1955; 6º, de 1947 até 1950; 5º, de 1946 até 1947; 4º, de 1935 até 1937; 3º, de 1921 até 1923; 2º, de 1918 até 1921; 1º, de 1915 até 1918.

concorrentes tiveram o desafio de “[...] arquitetar a sua prova – um, extrato o mais aproximado possível da peça oratória lida” (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p.1).

Em menos de uma hora, as provas foram entregues ao presidente do processo seletivo, Alencar Guimarães. O resultado tornou-se público pela comissão: dos 14 inscritos, um compareceu e retirou-se do recinto e não se submeteu ao exame, Américo Gomes. O resultado do julgamento foi: desclassificados: Juvenal Pacheco e J. C. Mello Palhares. “[...] O fiscal do Colégio Abilio, sr. Juvenal Pacheco obteve nota má. A sua prova foi desde logo posta à margem e portanto desclassificado” (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p.1); classificados anunciados em ordem crescente: Dermeval da Fonseca, tenente coronel Eugênio Pinto e Francisco Marques da Silva (8 pontos); Dr. Fonseca Hermes e Gervasio Saraiva (7 pontos); João Pereira Barreto e Dr. Primitivo Moacyr (6 pontos); Otto Prazeres e Luiz de Castro (5 pontos), Neto Machado (3 pontos). No empate entre Prazeres e Castro, a solução ficou a favor de Prazeres, por maior antiguidade no cargo. Entretanto, com a desistência de Luiz de Castro, foi nomeado o suplente. Francisco Cintra Lima não fora classificado, uma vez que somou somente um ponto. O processo, dado os costumes de favorecimento nos concursos, seria objeto de crítica dos jornais de oposição, suspeito de permissividade quanto a meios imorais na realização da prova.

Moacyr viveu parte de sua maturidade nos tempos conturbados do final do século XIX e primeiros anos do século XX. Em um cenário de pobreza, a remodelação da capital empreendida por parceria do governo municipal e da União, o embate direto com as populações pobres (libertos, imigrantes, mestiços) fez-se por uso da força policial e jurídica. As medidas de empréstimos para capitanear a cafeicultura e financiamento da imigração geraram no plano interno desemprego, aumento de impostos e aumento do custo de vida.

Um fato ocorrido em 1905 instauraria uma luta incessante de Moacyr junto aos tribunais para defender sua condição de funcionário dos Feitos da Saúde Pública, em especial com a transformação deste em parte da promotoria pública. A nomeação deu-se para subprocurador (JORNAL DO BRASIL, 1905, p.1) e em menos de um ano elevado à condição de procurador do mesmo órgão. “Deram-se ontem as seguintes nomeações: do bacharel Primitivo Moacyr, para o lugar de procurador dos feitos da Saúde Pública do Distrito Federal; Do Bacharel de Noronha Sá, para o lugar de subprocurador [...] do mesmo órgão” (JORNAL DO BRASIL, 1905, p.1). A motivação da luta pela permanência na antiga função se dera por

conta da alteração na condição do cargo, elevado à condição de promotoria pública. A ocupação de função na Câmara Federal caracterizou situação de acúmulo de cargo, o que lhe renderia críticas e apoios enquanto a Justiça não dera a posição final.

Na Procuradoria dos Feitos da Saúde Pública permaneceu de 1905 até 1911, quando foi exonerado por acúmulo de cargo. O Decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904, reorganizava os serviços da higiene administrativa da União ao controle do governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves, sendo presidente da Câmara J.J. Seabra.

Art. 1º É reorganizada a Diretoria Geral de Saúde Publica, ficando sob sua competência, além das atribuições atuais, tudo que no Distrito Federal diz respeito à higiene domiciliaria, polícia sanitária dos domicílios, lugares e logradouros públicos, tudo quanto se relaciona á profilaxia geral e específica das moléstias infectuosas, podendo o Governo fazer as instalações que julgar necessárias e pôr em prática as atuais posturas municipais que se relacione com a higiene (BRASIL, 1904, p. 159).

O parágrafo décimo do Decreto nº 1.151 instituiu no Distrito Federal o Juízo dos Feitos da Saúde Pública, composto de um juiz, um procurador, um subprocurador, um escrivão e oficiais de justiça sanitária, com a incumbência do órgão, responsável pelo processo de infração de leis e posturas municipais. Acirrava-se a política de higienização e modernização da capital. No Juízo dos Feitos da Saúde Pública, os juízes exaravam procedimentos e julgamentos respondendo a processos instaurados por ação dos procuradores e subprocuradores da secretaria, atendendo ao código sanitário.

Encontramos motivos de impetração de responsabilidade por motivos como: a) alugar casa e cômodos de casas sem informar à autoridade sanitária que estavam vacantes, para que lá se realizassem ações necessárias de vigilância e desinfecção; b) por não melhorarem as condições higiênicas dos prédios, conforme caso notificado por Primitivo Moacyr referente à edificação na rua Marechal Floriano Peixoto; c) por atividade espírita de cura de moléstias, por parte de Pedro Dias Garrido – porteiro da escola da Quinta da Boa Vista, no aposento destinado a sua residência, porque aproveitava-se da credulidade pública. Fato multado por Moacyr, e que em sua insistência em prosseguir na atividade, fora denunciado ao juízo competente.

A atração dos estrangeiros e seus investimentos exigiu a alteração do cenário e dos comportamentos. Entre as ações, desenrolou-se a destruição das festas e atividades das

culturas populares, entre as quais estavam as funções de Primitivo Moacyr nos Feitos da Saúde Pública. Assim, o autor esteve no centro das revoltas populares, exemplificadas na Revolta da Vacina. Em sentido abrangente, revolta contra as condições de vida a que a população pobre fora submetida pelo modelo econômico e de modernização que expulsava os moradores de seus espaços.

A partir do ano de 1908, encontramos determinações e indicações para que a Fazenda Pública realizasse pagamentos a favor de Primitivo Moacyr por despesas que tivera com custas judiciárias em processos de despejo requisitados pela diretoria dos Feitos da Saúde Pública. De sorte que tal expediente fora regularmente publicado até sua exoneração em 17 de fevereiro de 1911, referente a decreto de 15 de fevereiro. (BRASIL, 1911).

Ao retomarmos sua trajetória pela Câmara, observamos que o “Correio Paulistano” publicou as listas dos aprovados na seleção da Câmara para as funções de taquígrafos e redatores, em processo de seleção de 1906. Estes últimos eram: Otto Prazeres, Netto Machado, Gervásio Saraiva, Sertório, Eugenio Pinot, Primitivo Moacyr, Nestor Ascoly, João Barreto, Renato Flores e Baptista da Cunha. O jornal observa: “Não houve nenhuma reprovação” (CORREIO PAULISTANO, 1906, p.2).

As notícias a respeito daquele concurso, acontecido na Câmara em 1906, não eram alvissareiras, como no caso anterior ocorrido em 1903. Muitas controvérsias a respeito da idoneidade do processo, a começar pelas condições de submissão que privilegiaram os que já prestavam serviço na casa. Assim, na edição de 31 de dezembro de 1906, o periódico “O Século” apresentou a publicação de uma carta que se reportava à solução arranjada no concurso na Câmara: os candidatos teriam usado de meios ilícitos, entre os quais Primitivo Moacyr. Esse fato, atrelado à sua luta por um lugar na promotoria pública que empreenderia mais tarde, colocou em suspeita sua índole na imprensa adversária.

Na publicação da referida carta do leitor, o redator informou que no concurso da Câmara alguns colaram na prova do concurso, que nada mais era que uma “[...] forma de seleção disfarçada [...]”. Afirma o leitor que existiram colantes e colador. No caso, “[...] não foi só sr. Ascoly que se serviu das luzes e da prova do sr. Eugenio Pinto, mas também o sr. Primitivo Moacyr, procurador dos feitos da saúde pública [...]” (O SÉCULO, 1906, p.3). A permanência desses nomes por longo tempo na Câmara indica que as denúncias não resistiram, ou não ganharam espaço na opinião pública.

Em uma ocasião, Moacyr viajou para Nova York a bordo do paquete Sergipe, conforme informavam os periódicos (JORNAL DO BRASIL, 1907; CORREIO PAULISTANO, 1906). Oportunidade em que passou pela Bahia, e descendo à terra, foi recebido por muitos amigos. A informação esclarece que Moacyr mantinha relações muito próximas com sua terra natal, que por ele se tinha grande apreço. “Passou por essa capital, a bordo do paquete Goyaz, o dr. Primitivo Moacyr, que foi recebido por grande número de amigos, descendo à terra.” (CORREIO PAULISTANO, 1906, p.2). Era 13 de maio de 1907. A esse tempo, 1907-1909, era presidente da Câmara Carlos Peixoto Filho<sup>16</sup> (1872 - 1917) com o qual Primitivo Moacyr tinha grande proximidade, tornando-se uma espécie de interlocutor dos pleitos de pessoas, estados e municípios. Os textos de Moacyr relativos à instrução no período indicam essa condição de proximidade ao presidente.

Do ponto de vista social, Primitivo era presença certa, como evidenciamos nos jornais consultados. Não importava o motivo e ocasião, frequentava as altas rodas das festas e os requintados espaços da cultura na cidade do Rio de Janeiro, como podemos identificar na *matiné* do “Lírico”. Segundo notícia do “O Século”, quem

[...] olhasse para os nº 15,16,17 e 18 das cadeiras da fila L, veria que os lugares estavam ocupados pelos srs. Miguel Calmon, ministro da indústria, Carlos Peixoto e James Darcy, deputados federais, e Afranio Peixoto, sempre chegado às pessoas de posição. Duas fileiras atrás achava-se o sr. Primitivo Moacyr, da redação dos debates da Câmara, com o eterno sorriso a brincar nos lábios (O SÉCULO, 1907, p. 1, grifos nossos).

A exemplo de outros periódicos das mais variadas tendências políticas, repercutiu um Moacyr sempre presente nas festas civis, nas homenagens, em concursos, eventos culturais, e de forma especial nos velórios das mais diversas pessoas. Um homem de bem com a vida e de incontáveis relações, de vida movimentada e de uma ampla rede de relações.

Em novembro de 1907, visitou o Rio de Janeiro o Sr. Guglielmo Ferrero (1871-1942), intelectual italiano das letras, jornalista e historiador, com produção dedicada à defesa do liberalismo. Primitivo acompanhou seus passos, e estava, como era costume na época, no momento da despedida. Importante apontar alguns nomes que ali se fizeram presentes: Graça

---

<sup>16</sup>Carlos Peixoto Filho (1872-1917), mineiro, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, foi líder de Minas Gerais na Câmara e da Maioria. Civilista, combateu a candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca à sucessão do presidente Affonso Penna/Nilo Peçanha.

Aranha, José Veríssimo, Miguel Calmon (Ministro da Viação), Medeiros e Albuquerque, Machado de Assis, Afonso Arinos (CORREIO PAULISTANO, 1906).

A presença certa nos momentos de alegria repetia-se nos momentos de perda e sofrimento, como no caso do passamento do importante literato Machado de Assis. Nas primeiras horas da manhã, assim que os jornais divulgaram o ocorrido, entre os quais a Gazeta de Notícias, “Lá estiveram, entre outros, os Srs. Dr. Carlos Peixoto, presidente da Câmara dos Deputados; Coelho Neto; Dr. Getúlio das Neves; Dr. Paulo de Frontin; Dr. Primitivo Moacyr [...]”. Observa-se que Moacyr tinha uma certa proximidade não só com os homens políticos, como também circulava entre os grandes nomes das letras, independente da condição ideológica (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1908, p.2).

Em mais uma viagem, o jornal anunciou sua saída para Hamburgo, no dia 16 de janeiro de 1909, no Pacote all Captain Roca da Community Hannecker, entre os passageiros estavam Carlos Moacyr Primitivo, e o dr. Primitivo Moacyr (CORREIO DA MANHÃ, 1909). Quando do regresso da viagem à Europa, “Em trânsito a bordo do *Aragon*, [...] para essa capital, foi aqui cumprimentado o dr. Primitivo Moacyr”. A capital a que se refere o noticioso era Salvador, no dia 1 de maio de 1909. (CORREIO DA MANHÃ, 1909, p. 7).

Evidenciamos que as relações de Primitivo com a Europa foram comuns nos anos 1910, a passeio e com provável ocupação com a educação dos filhos. Observamos que se trata de uma foto preparada, com intenção de marcar aquele momento, por motivo de memória familiar e para publicação na imprensa brasileira, conforme ocorreu (REVISTA FON-FON, 1909).

*FON-FON! NA SUISSA*

O Dr. Primitivo Moacyr com seus dois filhinhos,  
actualmente em Genebra.

Foto 1: Primitivo com os filhos em Genebra. Revista Fon-fon (1909, p. 18).

Ao tempo do retrato, Carlos Bueno Moacyr, o primogênito, deveria ter 11 anos e Primitivo Bueno Moacyr nove anos e alguns meses. No alto da foto, acima do menino menor, há uma indicação “sans reediche”, e possivelmente trata-se de um indicativo de que aquele era o tamanho original. No canto inverso, próximo aos pés de Moacyr, a inscrição BRUN, que pode significar o autor da arte.

Em um complicado processo que o acompanhou em parte de sua vida como funcionário da Câmara e da Feitoria de Saúde Pública, mais um capítulo desenrolou-se em agosto de 1909. Naquela ocasião, “Os Drs. Marcio Nery e Primitivo Moacyr declararam ao ministro do Interior optar, respectivamente, pelos vencimentos de lente da Faculdade de Medicina e Procurador da Saúde Pública” (CORREIO DA MANHÃ, 1909, p.1). Essa

situação postula que Primitivo fez opção pelo melhor vencimento, diante de uma situação conflitante que se arrastava e começava a ser incômoda. Acrescentemos o fato de que o cargo de procurador dos Feitos da Saúde Pública fora transformado em promotoria pública.

A insistência de Moacyr em se garantir na procuradoria da saúde pública levou-o à situação constrangedora que marcou sua vida na situação desconcertante da acusação de acúmulo de cargo. Desta forma, em publicação que trata da reorganização da secretaria da Câmara dos Deputados, a aprovação das nomeações cuidou que Primitivo Moacyr fosse substituído na condição de redator, por J. Goularte, “[...] durante o impedimento de Primitivo Moacyr” (CORREIO DA MANHÃ, 1909, p.1). Tratava, evidentemente, do acúmulo de cargo a que nos referimos anteriormente.

O caso com a Feitoria arrastou-se até 16 de fevereiro de 1911, quando os jornais publicaram um texto mais ou menos idêntico, cópia das publicações oficiais. “Exonerado o bacharel Primitivo Moacyr do lugar de procurador dos Feitos da Saúde Pública, nomeado para este cargo, o bacharel Murillo Freire Fontainha” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1911, p. 7).

O ano de 1909 foi conturbado profissionalmente, com repercussões em sua vida pessoal e social, pois vivenciou a falecimento de sua mãe, Sr.<sup>a</sup> Amélia da Purificação. As notícias identificam-na como mãe do advogado do foro do Rio de Janeiro, Sr. Primitivo Moacyr (O SÉCULO, 1909). Essa informação confirma a sua permanência na atividade advocatícia, o que demonstra as intensas atividades em que se encontrava envolvido.

As viagens de Primitivo Moacyr tornaram-se mais presentes nos jornais no período dos 1910. Muitas das viagens à Europa; nos anos 1910, estas relacionaram-se com os estudos dos filhos. Em outubro de 1910, houve a visita de Fonseca Hermes aos meninos que estudavam no Colégio Chateau de Lancy em Genebra, conforme registro fotográfico (Foto 2).

Observamos que Primitivo Bueno Moacyr (filho mais jovem) e Carlos Bueno Moacyr estão uniformizados, confirmando a condição de estudantes. Trata-se de uma foto preparada para memória e divulgação. O retrato permite perscrutar a condição social da família Moacyr e retrata a amizade entre o Dr. Fonseca Hermes e Primitivo Moacyr. Agenor de Roure Filho é filho de Agenor Lafayette de Roure, colega de trabalho de Moacyr na Câmara dos Deputados.



Foto 2: Visita de amigos - Colégio Chateau de Lancy. Revista Fon-fon (1910, p. 28).

Entre um movimento e outro de uma vida que se nos apresenta bem agitada, registrou-se mais uma viagem, agora em companhia de Dr. Mello Vieira, Primitivo Moacyr partiu da França para o Rio de Janeiro no dia 4 de maio de 1912, “[...] devendo ter tomado o paquete ‘Amazona’” (CORREIO PAULISTANO, 1912, p.2).

A próxima fotografia (Foto 3) expressa os garotos mais à vontade, porém não deixa de denunciar uma certa tristeza, provavelmente a saudade do Brasil e dos familiares. A posse é uma produção para a posteridade e divulgação. A julgar pelas vestimentas, dois deles devem ser visitas ou se trata de uma situação de despedida. Em um dos cantos inferiores, há uma inscrição “BRUN & CLA”, prováveis responsáveis pela execução da memória.

## FON-FON! NA SUISSA



Alunos brasileiros no Chateau de Lancy em Genebra, Carlos Moacyr, Primitivo Moacyr, Hilton Nabuco de Castro, Agenor de Roure e José de Alencar.

Foto 3: Alunos brasileiros no Chateau de Lancy. Revista Fon-fon (1912, p. 58).

No ano seguinte, no dia 12 de fevereiro de 1913, Moacyr partiu para Southampton, em um itinerário composto por várias outras escalas, a bordo do Amazon (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1913). O retorno foi a bordo do Aragon, em 16 de setembro de 1913, conforme publicação do mesmo dia do retorno (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1913). No ano seguinte, eclodiria a primeira Grande Guerra e o movimento dos brasileiros para Europa reduziu-se.

Ainda no ano de 1912, quando da presença de juristas americanos em passeio pela Baía da Guanabara, oferecido pelo Dr. Eptácio Pessoa, Primitivo acompanhara os congressistas, junto a outros nomes ilustres (CORREIO PAULISTANO, 1912), como em 1907, no caso da visita de Guglielmo Ferreiro. A companhia era constantemente solicitada em ocasiões semelhantes, provavelmente por sua condição gentil e pela boa conversa que estabelecia.

A revista Ilustração Brasileira (1913, p.344) registrou a “1ª Exposição de Flores”, realizada no dia 5 de outubro de 1913 no “Bosque Flora” e “Diana”. A organização da prefeitura dirigida pela Inspetoria de Matas e Jardins, então chefiada pelo Dr. Julio Furtado, foi registrada de forma ilustrada em O Malho (1913, p. 16). A comissão julgadora fora composta por Dr. Julio Furtado, que presidiu a comissão; Dr. Chagas Leite; Dr. Primitivo Moacyr; Dr. Araujo Vianna; Dr. Hilário da Silva e poeta Emílio Menezes.



Foto 4: Exposição de Flores. O Malho (1913, p. 16).

Identificamos, nos periódicos, que Primitivo Moacyr nutria um respeito incomum a Rodrigues Alves, presidente do Brasil de 1902-1906. Tal proximidade foi construída quando

da política de modernização da cidade do Rio de Janeiro (inspirada em centros urbanos europeus), protagonizada pelo então presidente com o apoio do prefeito Pereira Passos. Assim, nas décadas de 1910 a 1920, os jornais registraram sua constância nas recepções promovidas pelo ex-presidente ou a ele dedicadas. Mesmo nas ausências se manifestava, como registrado em determinada edição do “Correio Paulistano”, que se referiu ao telegrama enviado por Primitivo Moacyr felicitando e justificando sua ausência (CORREIO PAULISTANO, 1917, p.5). A incidência da presença em festas, reuniões e visitas a Rodrigues Alves indicam uma relação de proximidade com essa personalidade da política nacional, e com os demais que frequentavam esse círculo de relações.

A exposição de flores (Foto 4) não se tratava de um evento isolado. Era comum, no Rio de Janeiro da época, as feiras e exposições de frutos e flores produzidos em escala comercial, como portais de negócios nacionais e internacionais. Não se tratava somente de um evento de cunho sociofestivo. A busca pelo primeiro lugar significava um selo para a qualidade do produto; as fotos publicadas no periódico ilustram o evento anteriormente referenciado.

Ao tempo da Primeira Grande Guerra, Moacyr encontrava-se na Europa. A preocupação com os brasileiros na Europa e em outros locais do mundo era tema recorrente nos jornais no período da Guerra, constando notícias oficiais do governo em boletins informativos do escritório do Ministério das Relações Exteriores em Berlim e outras capitais europeias. As declarações dos periódicos eram de que todos estavam bem e que em breve estariam no Brasil. A respeito de Primitivo Moacyr afirmou-se que estava bem e que esperava alguém de confiança que o acompanhasse até o Rio de Janeiro.

Segundo comunicação recebida pelo Ministério das Relações Exteriores da legação do Brasil em Berlim, sabe-se que a família Schlessinger está bem em Berlim; o sr. Virgílio Machado deve partir brevemente; a senhora Adelaide Schroeder está bem em Munich; o sr. Carlos Villas Boas deve estar em Lisboa; o sr. Kuessner, bem em Altona; o sr. Frtiz Bucholz partiu no dia 3 de junho para o Rio de Janeiro; o Sr. Moraten Pinto partiu para Londres, via Holanda; o Sr. João Dreher e a senhora Leopoldina Reuter, bem em Weimar; a senhora Tereza Gomes, bem em Braunschweig; as famílias Hirsh e Bruegelmann, bem; o Sr. Segismundo Spiegel partiu para a Holanda e regressará ao Brasil pelo Zeelandia; o Sr. Primitivo Moacyr partirá brevemente para o Brasil, esperando apenas pessoa de confiança para o acompanhar até o Rio de Janeiro” (A NOITE, 1914, p.3, grifos nossos).

Indagamos, por conseguinte: qual o motivo da espera por alguém de confiança? Afinal, era um homem de 47 anos e não consta que estivesse enfermo ou impossibilitado na ocasião, o que nos permite concluir que se tratava de Primitivo Bueno Moacyr, o filho. Em edição do dia 21 de setembro de 1914, o mesmo impresso informativo atualizava a situação dos brasileiros com o título “Noticias dos brasileiros na Europa”. O noticiário segue dando informações dos que estavam na Bélgica (sobre os quais as informações se tornavam mais difíceis), Paris, Berna, Suíça e indica a companhia de Primitivo Moacyr.

O Ministério das Relações Exteriores recebeu comunicação da legação do Brasil em Berlim sobre os seguintes brasileiros: os Srs. Elmano Rio, Primitivo Moacyr, em companhia do Sr. Asdrubal Gonçalves Lima e as Sras. Helena Branco e Mina Coulicoff, partiram para o Brasil no dia 13 do corrente a bordo do 'Zeelandia'; os Srs. Nelson e Alfredo Bastos partiram em 9 do corrente para Lisboa com o Sr. Joaquim Coelho; a Sra. Amelia Gresser não foi encontrada; o Sr. Aristides Barbosa está em Lubeck; o Sr. Guilherme Pereira de Andrade e o Sr. João Gonçalves, bem em Coblent; o Sr. Geraldo Snel e o Sr. Alfredo Schutz não foram encontrados em Hamburgo; a casa Fraeb vai fazer o repatriamento de Manoel Figueiredo Silva; o Sr. Ally Johanscher deseja ficar em Hamburgo; o Sr. Lindolpho Collor está bem e pretende regressar pelo 'Frisia', embarcando em Lisboa; o Sr. Manoel Gomes Silva partiu para a Holanda (A NOITE, 1914, p.2).

Segundo “O Imparcial” (1914), Primitivo Moacyr e outros chegaram da Europa no dia 12 de outubro de 1914, a bordo do “Hollandia”. A Guerra na Europa provocou um esvaziamento no trânsito de viagens ao exterior, como seria de se esperar. Inferimos que o conflito interferiu no projeto de Primitivo Moacyr de permanência de seus filhos por mais tempo nos estudos na Europa.

### 1.3 Um observador crítico do Ensino Público no Congresso Nacional

A respeito da atividade historiadora de Primitivo Moacyr, o periódico “A Federação” informou que no dia 6 de junho de 1915 iniciara, pelo “Jornal do Comércio”, a publicação de “[...] uma série de artigos acerca da questão do ensino público no Congresso Nacional e desoficialização. Refere-se às anuais e quase clandestinas disposições orçamentárias, reformando o ensino superior e faz o histórico de vários projetos” (A FEDERAÇÃO, 1915, p.8).

A expressão “anuais e quase clandestinas disposições orçamentárias” é comum nas publicações de Moacyr e refere-se a soluções em favor de interesses particulares, financiados com recursos públicos. O mesmo expediente era usado para adiar o investimento no ensino público, notadamente em contribuições com o ensino primário. Não se trata tão somente de fazer o histórico de vários projetos. Primitivo Moacyr, já naquelas publicações, acondicionadas na forma de livro em 1916, toma o partido de algumas propostas e intervenções, de forma que podemos afirmar que há uma intenção em seus textos que ultrapassa o registro dos fatos.

Entre suas andanças pela Europa, sua presença nas festas e eventos culturais, Moacyr participou do velório e enterro de José Veríssimo e esteve presente à sua missa de sétimo dia: “Compareceram à cerimônia religiosa inúmeras pessoas amigas e admiradores do morto, entre as quais conseguimos notar as seguintes: [...] Primitivo Moacyr [...] Afranio Peixoto [...] Paes Leme [...] Flexa (?) Ribeiro [...] professores da Escola Normal [...]” (A EPOCA, 1916, p.5). A presença de Moacyr nas cerimônias religiosas não se reduzia a uma atividade de cunho social; pelo que observamos nas entrelinhas das notícias, era um homem católico que cumpria suas obrigações com a fé. Apesar disso, não hesitou em posicionar-se com ousadia quanto à liberdade de ensino, em defesa do papel do Estado na condução do processo da instrução, em oposição aos propósitos católicos.

No mesmo ano, notícia do Rio de Janeiro referente ao dia 27 de março de 1916, publicada no “Correio Paulistano” (1916, p.6), assim se reportou ao ato da mesa da Câmara dos Deputados: “[...] Promovendo o sr. Primitivo Moacyr a chefe da redação dos debates, nomeando o sr. Heitor Modesto para substituto do redator, nos seus impedimentos, e os srs. Oséias Motta e Pedro Dutra, para suplentes do redator”. Os impedimentos versavam sobre outras atividades de uma agenda, além das suas obrigações na Câmara, ou decorrentes de funções da própria Câmara, como participar de comitivas presidenciais ou ministeriais aos Estados.

O ano de 1916 foi referencial no estudo no qual se insere a presente biografia. Naquele ano, Primitivo Moacyr publicou seu primeiro livro: “O ensino público no Congresso Nacional. Breve Notícia”. Otto Prazeres, colega do grupo de redatores, publicou texto em que reforçou a conclusão de Moacyr de que as muitas reformas e projetos apresentados ao longo da história republicana não se perpetuaram por conta de falhas nas propostas e condução.

Entretanto, acentua que, para Moacyr, o grande empecilho se encontrava em um histórico de interesses pessoais. Segundo Prazeres, a publicação é um “[...] bom resumo comentado e criticado da história do ensino na Câmara republicana” (PRAZERES, 1916, p. 1).

O tema do artigo é a atuação do Estado Nacional para com a instrução primária. Há um elogio ao projeto Tavares de Lyra, quando Ministro do Interior, que aprovado na Câmara, dormia no Senado, conforme a expressão de Primitivo Moacyr. De acordo com Prazeres, trata-se de uma proposta que contém o mais completo plano de ensino, organizado e metodizado que até então se conhecia, visto que seria portador de ideias objetivas, um projeto abrangente e de projeção nacional apresentado aos legisladores. Esse tipo de expressão é muito recorrente nos livros de Moacyr toda vez que se refere a esse projeto (PRAZERES, 1916, p. 1).

A respeito da mesma publicação de Primitivo Moacyr referenciada por Prazeres (1916), o impresso “A Rua” destacou a utilidade da publicação para todos os que se dedicavam às questões do ensino nacional. Retratava a forma da escrita e indicava os temas contemplados: desoficialização do ensino, regime universitário e cursos superiores, escolas agrícolas e de comércio, do secundário e da polêmica do exame de madureza<sup>17</sup>, das tentativas de estabelecimento de uma estrutura de ensino com a criação do Ministério da Instrução Pública, “da difícil questão do ensino primário” e história do Código Rivadávia Correa. O feito publicitário de Moacyr foi definido como uma “[...] espécie de excelente 'manual' facilitador de pesquisa e orientador de estudos. Como entre nós é o único no gênero torna-se, doravante, imprescindível a pedagogos e homens públicos” (A RUA, 1916, p. 3).

Em um dos capítulos da contenda judicial, por fazer valer sua demanda por direito ao cargo de promotor público (em que havia sido transformado o cargo de procurador que exercera nos Feitos da Saúde Pública), assim divulgou o periódico “A Noite” em sua edição do dia 08 de agosto de 1916:

---

<sup>17</sup>Instituído por Benjamin Constant quando Ministro da Educação, Correios e Telégrafos, tratava-se da obrigatoriedade de se realizarem exames para certificação equivalente à conclusão do curso secundário oficial, necessário para ingresso no ensino superior. Substituíam os exames preparatórios parcelados. A proposta, anterior à Constituição de 1891, ficou inviabilizada em decorrência do texto constitucional que estabeleceu como prerrogativa do Congresso a incumbência de legislar e organizar o sistema de ensino federal. O resultado: o Congresso votou sucessivamente, até 1911, decretos que adiaram a sua implementação e que alteraram sucessivamente o prazo da obrigatoriedade do exame de madureza. Nesse período, por meio de decretos, regulamentos, portarias, instruções e avisos, modificaram na essência a proposta original. Por fim, a Reforma Eptácio Pessoa (1911) enterrou a intenção de exame de madureza, como o estabelecimento do ensino livre.

O Dr. Primitivo Moacyr, movendo uma ação contra a União, pelo juízo federal da 1ª Vara, pedia lhe fosse reconhecido o direito ao cargo de 6º promotor público do Distrito Federal, em que alega ter sido convertido o cargo de procurador dos Feitos da Saúde Pública, com a incorporação do respectivo juízo à justiça local, e de que foi exonerado por decreto de 15 de fevereiro de 1911, pagando-se-lhe, com os juros da mora e custas, os competentes vencimentos a contar dessa data. Baseava o autor seu pedido em que fora declarado seu cargo, em 8 de janeiro de 1910, equiparado, para todos os efeitos, ao de promotores públicos deste Distrito (A NOITE, 1916, p.2).

A União contestou o direito invocado por Primitivo Moacyr com o argumento de que as funções dos órgãos do ministério público eram temporárias, e a permanência em cargos com essa configuração sempre estariam na dependência do critério de governo. Em um segundo argumento, a defesa da União argumentou que o requerente fora demitido por acumular função pública remunerada (A NOITE, 1916).

Quanto ao primeiro argumento, o juiz do caso, Sr. Raul Martins, sentenciou a rejeição com base no argumento da doutrina firmada de que a sujeição dos membros do Ministério Público não se coadunava ao Ministério da Justiça, mas tão somente ao procurador geral do Distrito. A permanência no cargo prendia-se enquanto bem servido. A demissão dependia de ação do procurador geral ou dos juízes, a quem cabia a inspeção legal dos serviços e atos dos promotores quando informavam ao governo das condutas inadequadas e de faltas no exercício dos cargos. As informações sobre o comportamento de Primitivo Moacyr no cargo são altamente ilibadas, marcadas por grande zelo, idoneidade e capacidade (A NOITE, 1916).

A respeito do acúmulo de cargo, o magistrado deu razão à União, uma vez que o impetrante não só exerceu, como ainda exercia, cargo remunerado junto à Secretaria da Câmara dos Deputados. A decisão fundamentou-se em decisão unânime do Supremo a respeito de caso semelhante no Senado, em situação que não envolvia vencimentos pagos pelo Tesouro Nacional. “E, nestas condições, julgou o Dr. Raul Martins improcedente a ação movida pelo Sr. Primitivo Moacyr, condenando-o nas custas” (A NOITE, 1916, p.2). “O País” publicou sobre o assunto, relatando o posicionamento do juiz do caso. De forma mais específica, informa que Primitivo Moacyr requeria o direito ao cargo de 6º promotor público. “O juiz assim resolveu sob o fundamento de que o autor acumulara o aludido cargo com o que exerce na Câmara dos Deputados” (O PAIZ, 1916, p.3). O prolongamento na exposição da

questão exigiu que realizássemos um aparente descuido com a cronologia dos fatos que estamos narrando, cuja sequência retomaremos mais adiante.

A questão não se resolvia a favor de Primitivo Moacyr, que seguiu os anos de sua vida buscando uma oportunidade para reverter essa situação. Em 1929, os jornais voltariam a publicar matéria a esse respeito. O “Diário Carioca” (PEDRO LIBORIO, 1929, p. 6), em seu editorial, referiu-se ao Acórdão de nº 3.060, publicado no “Jornal do Comercio”. O Supremo Tribunal considerou infundados os embargos opostos pelo sr. Primitivo Moacyr à Resolução da Corte. O documento, segundo o judiciário, fora resultado unânime dos juízes que consideraram legítima a exoneração de Moacyr da condição de promotor público no Distrito Federal por ter aceito o cargo público de redator de debates na Câmara dos Deputados.

O sr. Ministro Bento de Faria, pedindo a palavra pela ordem, fez a seguinte declaração: 'o acórdão n.º 3.060, publicado no 'Jornal do Comercio' e subscrito por todos os ministros, sem qualquer restrição, consagra como pacífica a afirmação dos cargos do Ministério Público sujeita à demissibilidade *ad nulum*, tendo essa significação a fórmula legal: enquanto bem servirem. Não votamos por esse fundamento, mas tão somente pelo outro – a opção feita pelo funcionário por outro cargo – porque sempre aqui pensamos que tal fórmula exige a prova, por parte do Poder Público, do não serviço de que exerce aquelas funções (PEDRO LIBORIO, 1929, p. 6).

Como o título do editorial sugeria, seu autor, Pedro Liborio, questionava a jurisprudência que subsidiara o Acórdão n.º 3.060, de 1928, no resultado desfavorável a Primitivo Moacyr. Não se podia acusar Moacyr de falhar no “bem servir”, uma vez que tinha a reputação de servidor exemplar. Usou-se o argumento da opção do funcionário que havia sido pelo vencimento da função que pleiteava. Assim, Moacyr sofria mais uma derrota naquele que seria um de seus grandes sonhos.

Nos meados dos anos 1910, entre suas obrigações na Câmara ou decorrente de funções da própria Câmara, Moacyr fez parte de um grandioso empreendimento de organização do acervo das discussões no parlamento, na forma de estrutura temática. Por iniciativa do Governo da União, levada a cabo pelo Ministro do Interior, Sr. Carlos Maximiliano, foi a Câmara Federal incumbida de organizar as produções sobre o Código Civil, que subsidiaria o processo de sua construção. Tratava-se da organização do material referente ao ordenamento jurídico civil na história do Brasil, por ocasião das discussões do Código Civil a partir da proposta de Clóvis Beviláqua (BRASIL, 1916). O Dr. Carlos

Maximiliano enviou, no dia 16 de setembro de 1916, o seguinte aviso ao dr. Prudente de Moraes Filho, presidente da Câmara:

Sr. Dr. Prudente de Moraes Filho.—Para dar execução ao disposto no decreto n. 3095, de 12 de janeiro do corrente ano, resolveu o Governo nomear uma comissão composta do bacharel Primitivo Moacyr e dos Srs. Agenor Lafayette de Roure, Otto Prazeres, Eugenio Padilha de Oliveira, João Pedro de Carvalho Vieira e Ernesto da Costa Alecrim, para, sob vossa presidência, coleccionar todos os trabalhos referentes ao Código Civil, desde o primitivo projeto, afim de serem publicados na Imprensa Nacional, esperando do vosso patriotismo que não recusareis essa incumbência. Saúde e fraternidade. — Carlos Maximiliano (BRASIL, 1916).

Aquela monumental atividade redirecionou as atividades e importância de Primitivo Moacyr na organização dos debates parlamentares, o que o transformaria em uma espécie de historiador que se fez no trabalho, dada a incumbência a ele e a alguns de seus pares impetrada. Apesar da extenuante tarefa assumida na Câmara, não deixava de lado atividades que sempre fizeram parte de sua vida civil e de reconhecido educador pelo meio em que vivia. Moacyr esteve presente em almoço em homenagem à Associação da Mulher Brasileira (AMB), promovido pelo dr. Joaquim Leite, na Escola Rivadávia Correa, para “[...] obsequiar o casal Malheiro Dias. Tão interessado e tão ligado se acha ele à nobre missão de que se investiram as nossas eminentes patricias da Associação da Mulher” (REVISTA DA SEMANA, 1916, p. 19), no trabalho benemérito da formação da juventude e do ensino profissional.

Diante da envergadura da responsabilidade requisitada pelo governo a respeito do Código Civil, o presidente da Câmara reuniu, no dia 6 de outubro, a Comissão Especial “[...] incumbida de coligir os trabalhos feitos relativamente à elaboração do Código Civil.” Presidida pelo Sr. Prudente de Moraes, a reunião contou com a presença do ministro Carlos Maximiliano, dos Srs. Primitivo Moacyr, Agenor de Roure, Otto Prazeres, Eugenio Padilha, Ernesto Alecrim e João Pedro de Carvalho Vieira, considerados funcionários de categoria da Câmara. Na ocasião, a comissão apresentou o projeto de 16 volumes de matéria a publicar. “O dr. Carlos Maximiliano, ao se retirar, congratulou-se com o dr. Prudente de Moraes Filho e seus companheiros de comissão pelo rápido andamento dos seus trabalhos” (DIARIO CARIOCA, 1916, p.3).

Resolvidas as pendências junto aos Feitos da Saúde Pública, em que teve seus recursos negados pela Justiça, Moacyr acabou recebendo promoção na Câmara: foi elevado à condição de Chefe de Redação dos Debates Parlamentares, juntamente com outros colegas da casa. A Legislatura alegava que promovia uma readequação demandada por regime de economia.

A mesa da Câmara dos Deputados assinou, hoje, o ato da reunião da comissão de polícia que investe o Sr. Primitivo Moacyr das funções do cargo de chefe da redação dos debates da Câmara, nomeando por sua vez, suplentes efetivos da redação de debates os Srs. O. Motta e Pedro Dutra Filho. Nessa mesma ata ficou consignado que o secretário da presidência, Sr. Otto Prazeres, fica equiparado ao superintendente da redação dos debates, devido aos seus afanosos trabalhos, além dos de seu cargo de comissões especiais, como o da elaboração do Código Civil, pelos quais lhe caberão pingues gratificações (A NOITE, 1916, p. 2).

Nesse âmbito, a mesa da Câmara dos Deputados assinou, no dia 27 de novembro, o ato da comissão de Polícia que investiu o sr. Primitivo Moacyr como chefe da redação dos debates, assim como os demais já mencionados (A MANHÃ, 1916). Os trabalhos tornaram seu curso normal, e em julho de 1917 deu-se a publicação do primeiro volume dos Documentos Parlamentares organizado por Primitivo Moacyr. O conteúdo, reportado em oitocentas páginas, refere-se à reforma do regimento da Câmara, composto das propostas de emendas de plenário e do parecer da Comissão Especial e da primeira discussão (GAZETA DE NOTÍCIAS. 1917). Segundo se dizia nos bastidores do parlamento, a ideia dos Documentos Parlamentares fora incorporada por Primitivo Moacyr, que não suportava a rotina dos processos administrativos, o que explica, em parte, sua luta incessante em favor do cargo na promotoria.

Na seção “Hodack no Rio”, no periódico “A Época”, há um relato sobre o dia 7 de setembro de 1918, chuvoso, e que impedira o brilho e elegância com que a cidade desejava comemorar a independência. Na mesma coluna, anunciava-se que “[...] numerosos amigos e admiradores do festejado poeta Catulo Cearense organizaram em sua honra uma interessante festa de arte” (A ÉPOCA, 1918, p.6) a realizar-se no Teatro de S. Pedro, em dia da semana seguinte (não mencionado), e compunha-se de interessante e valioso programa. Entre os promotores do evento aparecem nomes como de Pedro Lessa, Miguel Calmon, Pandiá Calógeras, Afranio Mello Franco, senador Eloy de Souza, desembargador Ataulpho de Paiva, professores Dias de Barros, Pacheco Leão, Afrânio Peixoto, Nuno de Andrade, Fernando de

Mangalhães, drs. Pires Brandão, Assis Chateaubriand, Roquete Pinto, José Maria Bello, Primitivo Moacyr, David Sanson, Murtinho Nobre, e Alberto de Oliveira, entre outros (A ÉPOCA, 1918).

Nos primeiros dias de agosto de 1919, os jornais davam notícia da publicação do primeiro volume sobre legislação social, dos “Documentos Parlamentares”, discorrendo a respeito de acidentes de trabalho (A NOITE, 1919). Trata-se de um ousado programa de organização de temáticas discutidas no legislativo delegado a Primitivo Moacyr (CORREIO PAULISTANO, 1919, p.4).

A partir de certo momento, Primitivo Moacyr era presença constante nas festas no Palácio do Catete oferecidas pelos presidentes da República, notadamente entre os anos 1900-1920. Era comum estar em companhia de Graça Aranha, Afranio Peixoto, Tavares Lyra, Miguel Calmon, Pandiá Calógeras, Quintino Boaciúva, Nilo Peçanha, e a partir desses ampliava sua rede de relações.

Uma publicação da “Gazeta de Notícias” (1920) demonstra como a contribuição de Primitivo Moacyr vai além da simples organização solicitada dos documentos parlamentares por temáticas. Sua composição permite evidenciar o perfil da Câmara e comportamento de boa parte dos parlamentares em tempos de final de legislatura e proximidade eleitoral, quando apareciam os mais ousados projetos com intenção de pavimentar o processo de reeleição.

O último ano de uma legislatura é sempre fecundo nesses esforço demonstrativo do trabalho de cada legislador. Há, na Câmara um ilustre funcionário, cujo nome pedimos licença para declinar, o Sr. Primitivo Moacyr, incumbido de colecionar e publicar os documentos parlamentares. Já existe uma biblioteca a esse respeito, sobre instrução pública, intervenção nos estados, etc., etc. A série não estaria completa se o Sr. Moacyr também não colecionasse os projetos, as emendas, dos deputados, na terceira e última sessão de cada legislatura. Cavalheiros que passaram dois anos no Monroe sem pronunciar um simples 'apoiado', sem dar um parecer, apagados e silenciosos como múmias ou como eunucos, nesse fim de legislatura e nessa proximidade de eleições desandam a discursar e a defender os sagrados interesses do povo. São projetos fantásticos, protegendo os operários da Central, os carteiros dos Correios, aumentando os vencimentos da guarda civil, criando lugares magníficos para esta ou aquela casta de indivíduos, dando regalias extraordinárias aos empregados das alfândegas, mandando construir estradas de ferro para servirem a lugarejos que a própria Sociedade de Geografia desconhece, mas onde existe meia dúzia de eleitores; enfim, é uma operosidade deslumbradora (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1920, p. 1, grifos nossos).

Essa crítica da Gazeta de Notícias (1920) explica, sob o olhar de Primitivo Moacyr, que além do trabalho pouco produtivo de boa parte dos parlamentares ao longo do mandato, já era consolidada a prática da preocupação com a operacionalização de propostas que resultassem no lucro imediato com a proximidade das eleições. Permaneciam no parlamento “[...] sem pronunciar um simples 'apoiado', sem dar um parecer, apagados e silenciosos como múmias (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1920, p. 1). Denuncia não só uma postura improdutivo de muitos parlamentares, assim como a qualidade da representação legislativa na Câmara dos Deputados, eleitos em geral de forma subsidiada pelos mandatários das regiões.

Por ocasião da solenidade de posse de Humberto de Campos como novo acadêmico na Academia Brasileira de Letras, Moacyr participou da recepção que aconteceu às 9 horas do dia 8 de maio de 1910. Sobre os participantes no evento, um jornal assim se expressou:

De fato, a sociedade que transbordava ontem à noite, nos exíguos salões do Syllogeu, representando a fina flor dos nossos [...] pensadores, dos nossos artistas – um grande público selecionado pela expressão mais alta da cultura nacional – prestou, no jovem e eminente poeta e prosador, não só uma homenagem à sua obra, tão notável pelo brilho, tão cristalina pela forma, tão elevada pelo espírito e pelo pensamento, mais ainda à nova mentalidade brasileira, que começa a se alcandorar entre esses fortes estímulos” (CORREIO DA MANHÃ, 1920, p. 1, grifos nossos).

“A nova mentalidade brasileira” está representada na presença de Humberto de Campos (1886-1934), que após mudar-se (1912) para o Rio de Janeiro, dada sua experiência na imprensa no norte, teve seu ingresso no “O Imparcial”, quando lá trabalhavam, na condição de colaboradores e redatores, Goulart de Andrade, Rui Barbosa, José Veríssimo, Júlia Lopes de Almeida, Salvador de Mendonça e Vicente de Carvalho e João Ribeiro como crítico literário.

Na tarefa de organização dos “Documentos Parlamentares”, Primitivo, sem trégua, dava conta do desafio a ele delegado. Em setembro de 1920, os jornais davam publicidade ao 11º volume, que abrigou conteúdos sobre “O meio circulante”. Naquele volume da coleção, enfatizou os problemas da crise financeira de 1914 (A NOITE, 1920).

A importância daquele silencioso e aparente inglório trabalho foi destacada em publicação com o título “problemas legislativos”, no qual se afirmava que a organização dos “[...] Documentos parlamentares, que se denominariam mais propriamente Debates

parlamentares [...] (O PAÍZ, 1920, p.3) era um trabalho que honrava a secretaria da Câmara dos Deputados, de um lado, por se tratar da organização que disponibilizava o acesso aos debates parlamentares a todos os interessados. E de outro, porque contava a organização inteligente de Primitivo Moacyr na tarefa de organizar fontes legislativas por assuntos, temas e ou problemas.

Os volumes dos *Documentos parlamentares*, dados à publicidade, constituem já numerosíssima biblioteca, de todo indispensável a quantos se dedicam ao estudo de assuntos legislativos, de um modo geral, isto é, de assuntos de direito, sob seus vários aspectos, de economia, de finanças, da instrução e da saúde pública, enfim, dos problemas políticos e sociais. Não há sessão legislativa em que aquele operoso funcionário não enriqueça aquela série de publicações com cinco ou seis novos volumes, sendo que alguns assuntos estão assim organizados e, como se diz comumente, em dia (O PAÍZ, 1920, p.3.).

Verificamos a relevância do trabalho a que se propôs a Câmara dos Deputados, delegando-o a Primitivo Moacyr. O autor do texto jornalístico manifesta preocupação com um assunto que ainda não fora objeto da preocupação do organizador dos Documentos Parlamentares, e como que cobra sua inclusão por considerar tratar-se de importância superior às casas do Congresso. Refere-se aos

[...] regimentos internos do Parlamento, às suas modificações, às suas questões de ordem suscitadas a respeito, às soluções da mesa, e tudo o que se diz respeito à economia interna da Câmara e do Senado. Esta obra será de grande alcance para elucidar questões que se renovam, de vez em quando, no seio das casas do Congresso, e que são novas questões das mais alta antiguidade.... Com a sugestão aqui deixada consignemos, por último, o magnífico trabalho do Sr. Primitivo Moacyr, na organização dos *Documentos parlamentares* (O PAÍZ, 1920, p.3.).

A proximidade de Primitivo Moacyr com o poder manifestou-se em vários momentos já patenteados ao longo das linhas anteriores, mas nenhuma nos tão parece contundente como sua participação na Comitativa do Ministro da Guerra, quando de suas visitas às bases do exército no sul do país, para acompanhar as manobras daquele segmento militar dado a conjuntura do período<sup>18</sup> compreendido pelo primeiro quinquênio dos anos 1920. Fazia parte

---

<sup>18</sup>A respeito daquele nervoso período temporal, marcado pela votação e decretação do estado de sítio pelo presidente Arthur Bernardes, instrumento de desarticulação republicana, que promoveu a rearticulação do pacto oligárquico para uma sobrevida até o sucesso do movimento oposicionista militar em 1930, Ferreira (2006)

da comitiva de Ministro Pandiá Calógeras em 6 de março de 1922: “[...] general Abílio Noronha, major Egydio de Castro, capitão Bracon, Dr. Capistrano de Abreu, Dr. Assis Chateaubriand, Dr. Primitivo Moacyr, oficiais do exército e outras pessoas” (O PAÍZ, 1922, p.1). Após visitar Osasco para vistoriar as obras da Vila Militar que lá se construía, deslocaram-se para o Rio Grande do Sul, onde pretendiam assistir às manobras do exército (CORREIO PAULISTANO, 1922).

No Rio Grande do Sul, Pandiá Calógeras e sua comitiva visitaram o Instituto Borges de Medeiros, quando o ministro escreveu no livro de visitas um texto em que exaltou a importância daquela escola ao formar gerações para o futuro do Brasil. Há um engrandecimento da colaboração entre os diversos poderes públicos e a iniciativa privada. Conforme registro do editor de O Paiz, o ministro registrou: “[...] Não sei que mais admirar, se a augusta simplicidade em que se desenvolve tamanho esforço, se a modéstia dos seus dignos docentes, ou a inteligente colaboração aqui revelada por todos os poderes públicos, com a iniciativa individual” (O Paiz, 1922, p.2).

A presença de Primitivo Moacyr na caravana ficara mais evidente a essa altura, à medida que o líder teceu elogios eloquentes à instituição que solicitava equiparação, uma vez que nas leituras identificamos em Moacyr uma resistência a essa prática, ao mesmo tempo em que preconizava a importância de empreendimentos de formação de mão de obra. Era o dia 5 de abril de 1922 em Porto Alegre. Os acompanhantes assinaram abaixo do texto do líder. O texto que segue é assinado por Pandiá Calogeras, Candido Rondon, Norberto Simonsem, Egydio M. De Castro Silva, Bracon, Barreto, Villa Nova e Primitivo Moacyr (O PAÍZ, 1922).

No retorno, Moacyr prosseguiu em seu trabalho de coordenar os Documentos Parlamentares. Aos 28 de julho de 1922, o periódico “A Noite” informava a publicação do “[...] 12º volume, relativo ao meio circulante, dos Documentos Parlamentares da Câmara dos Deputados, organizados pelo Dr. Primitivo Moacyr” (A NOITE, 1922, p.3). A solicitação de Carlos Maximiliano para que se promovesse o empreendimento, por ocasião do processo de construção da reforma do código civil, organizando a memória parlamentar da respeito do conteúdo ao longo do tempo, estendeu-se a outras temáticas, inaugurando uma prática que se perpetuaria no parlamento. Desta forma, a função de organizar em arquivos aquilo que se

---

identificou a concomitância de três problemas: o das novas gerações de atores políticos, o das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e o da interação entre poder central e poderes regionais. Este último considerado fundamental por Primitivo Moacyr para uma solução mais promissora para a instrução popular.

encontrava esparso contribuía para a dinamização do processo legislativo, em especial quando se impunha revisitar as memórias legislativas.

Aos dois dias de agosto de 1923, Carlos Bueno Moacyr, um dos filhos de Primitivo, faleceu em Corrêias, Petrópolis. “Primitivo Moacyr, Primitivo Bueno Moacyr e D. Marianna Seabra Pimenta Bueno, pai, irmão e avô [...] mandam celebrar, 9 do corrente, às 10 horas, no altar-mór da igreja da Candelária, missa de sétimo dia e para esse ato convidam os seus parentes e amigos, antecipando agradecimentos” (A NOITE, 1923, p. 4). A mesma publicação aparece na edição nos dois dias seguintes. Na ocasião, recebeu do presidente República, Sr. Dr. Arthur Bernardes, telegrama de pêsames, a quem prontamente agradeceu. Não encontramos nas publicações consultadas o motivo do falecimento.

No ano de 1927, o engenheiro civil Primitivo Bueno Moacyr contraiu noivado, cujo consórcio deu-se no ano seguinte com a senhorita Carmem R. Hamann, filha de d. Carmelita Rademaker Hamann e do dr. Carlos Hamann, engenheiro da Inspetoria Federal de Portos (A NOITE, 1927). Na notícia, há referência expressa da filiação de Primitivo Moacyr, e nas notas sobre o casamento, no ano seguinte, há um esquecimento do nome do pai do noivo. Destacamos que duas publicações, “O Imparcial” (1927) e “Correio da Manhã” (1927) identificam o pai como ex-deputado federal e chefe da redação de debates da Câmara, mas não encontramos nada que comprove tal fato. De qualquer forma, trata-se de uma afirmação que repercute a sua influência na sociedade e no parlamento. O fato já havia ocorrido em 1914, quando, em publicação de 29 de junho, que tratava do falecimento da mãe do deputado Dias de Barros, reportou-se à presença do deputado Primitivo Moacyr (O PAÍZ, 1914).

Segundo o periódico “A Noite”, de 13 de julho de 1927, Moacyr acabava de “[...] editar o primeiro volume da 'Revisão Constitucional', que abrangia as disposições regimentais, as emendas iniciais e as do plenário e a primeira discussão, com oitocentas páginas.” (A NOITE, 1927, p. 3). Seu prosseguimento com o trabalho de organizar os Documentos Parlamentares tornou público o segundo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1927), o terceiro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1927) e o quarto volume da Seção Revisão Constitucional. (A NOITE, 1928).

Trata-se da votação das emendas costumeiras às propostas dentro do prazo e procedimento regimental e das que ocorreram em plenário, em primeira discussão. No mesmo ano, deu-se a publicação do quinto volume daquela revisão. Já em meados de 1928, ocorreu a

divulgação da publicação denominada Revisão Constitucional na mesma coleção dos Documentos Parlamentares. Nesse caso, oferecia a discussão em primeiro turno no Senado (A NOITE, 1928, p.3).

Outra atividade desenvolvida por Moacyr e sobre a qual encontramos o primeiro registro somente em 1929, dentre os materiais a que tivemos acesso, refere-se à sua atividade oficial como inspetor para os institutos particulares de ensino secundário. A matéria tem seu conteúdo retirado de transmissão radiofônica que divulgava a lista dos inspetores para exames de segunda época nos institutos secundários particulares. As designações dos inspetores de exames de segunda época, por decisão do diretor do Departamento Nacional de Ensino, professor Aloysio de Castro, voltavam-se para os institutos particulares do ensino secundário, que requereram juntas examinadoras àquele departamento. A lista por estados apresenta para o Rio de Janeiro os Drs. Nelson Lacerda Nogueira, Christovão Xavier Lopes, Antonio Figueira de Almeida, Primitivo Moacyr, Octávio de Amorin Carrôa e o professor Mariano de Oliveira. Fato curioso é que a informação encontra-se em uma página coluna operária (DIÁRIO CARIOCA, 1929).

A instauração do Governo de Getúlio Vargas em 1930 promoveu uma série de readequações no legislativo que atingiu, entre outros, os servidores das relatorias. Naquela ocasião, Primitivo Moacyr fez parte de uma lista de manutenções, exonerações e licenças por tempo indeterminado que atingiu os funcionários das secretarias da Câmara e do Senado. A ação do Governo Provisório, em documento assinado pelo próprio Getúlio Vargas, colocou Moacyr, e muitos outros, na condição de licenciado sem direito a vencimentos (A NOITE, 1930).

Enquanto decorriam os processos de aposentadoria, alguns ocuparam funções e atividades outras que não a relatoria na Câmara. A publicação do mesmo periódico, dois dias depois, permite inferir que o afastamento de Primitivo Moacyr, e de outros, atendia o interesse do Governo em arejar os procedimentos no parlamento, e de certa maneira impedir a influência que alguns servidores exerciam no processo legislativo por conta de certo domínio que detinham sobre seu mecanismo.

O Governo provisório confirmou o nome de Primitivo Moacyr no tribunal revolucionário. “O Governo Provisório anuncia os funcionários que comporão a Secretaria do Tribunal”. A manchete evidenciou a seletividade da escolha: “Foram requisitados para compor

a secretaria do Tribunal: Da Secretaria do Senado [...] Da Secretaria da Câmara: Primitivo Moacyr, Severino Barbosa Correia, José Mariano Carneiro Leão, Amarylio de Albuquerque, Mariano de Fonseca Saraiva, e Sylvio A Fioravante P. Ferreira” (A NOITE, 1930, p. 30). Observamos que Primitivo Moacyr é o único remanescente daquela primeira lista do primeiro concurso. Idoneidade, espírito justo, atividade conciliadora, conhecimento de trâmites, vários são os fatores que poderiam ter levado a essa escolha.

Em 1931, de acordo a folha jornalística “Diário de Notícias” (1931), a visita de Oswaldo Aranha ao Tribunal Especial deu organização definitiva à secretaria e definiu as atribuições dos procuradores especiais. “A secretaria do Tribunal Especial ficou definitivamente assim organizada: Diretor geral, João Pedro; secretário, Rosa Junior; auxiliares: Vitor Chermont, Jacintho Coelho, Alfredo Neves, Fabio Aarão Reis, Primitivo Moacyr, José Vieira de Araujo, José Marianno C. Leão” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931, p.5).

A experiência com a organização dos “Debates Parlamentares”, a agilidade do trâmite pela busca dos antecedentes legislativos nos mais variados temas e épocas renderam a Primitivo Moacyr a responsabilidade por responder ao Governo Provisório na casa legislativa à tarefa de pesquisa nos documentos parlamentares de antecedentes aos temas e discussões que ocorreriam a partir de então, tendo em vista os rumos do governo e a organização de uma nova Constituição. O Governo Provisório instaurou um legislativo de emergência e apresentou como seu líder Levy Carneiro, que tratou da

[...] organização do quadro dos funcionários, que ficou, aliás, organizado de acordo com a força dos pistolões, como nos tempos da Velha República. É que se encontrando os funcionários do regime do 'meio soldo', aqueles que abiscoitaram cargos nas subcomissões terão, está visto, 'pró-labore' ou gratificações especiais. Em detrimento de colegas, alguns houve que conseguiram, acumular várias secretarias, funcionando assim, ao mesmo tempo, em várias comissões. [...] Foi designado para secretário geral da Comissão o redator de debates sr. José Vieira. Na secretaria ficou incorporado o sr. Primitivo Moacyr, que se encarregará de pesquisas em documentos parlamentares de antecedentes legislativos (DIÁRIO CARIOCA, 1931, p. 1).

No quadro burocrático, a organização das subcomissões foi acompanhada de perto na definição de horários de funcionamento e espaços por Levy Carneiro, delegado do Governo Provisório junto à Comissão Legislativa. O papel das subcomissões do Legislativo de Emergência era “[...] estudar a elaboração de determinadas leis de importância excepcional

para o país” (DIÁRIO CARIOCA, 1931, p. 6), segundo a leitura do governo provisório de Vargas. Levy Carneiro, acusado pelo jornal “Diário Carioca” de interferir nas decisões de escolha dos secretários das subcomissões, escreveu carta ao redator para esclarecimentos, oportunidade em que afirmou que chamara para a secretaria geral

[...] apenas dois distintos funcionários, antigos redatores de debates, drs. José Vieira e Primitivo Moacyr – aquele como secretário geral e ficando este com o encargo, para o que me pareceu naturalmente indicado, de investigar os antigos trabalhos parlamentares sobre os assuntos de que se vai tratar a Comissão – e mais um datilógrafo e um contínuo. Em tudo se há de ver uma preocupação de sobriedade e parcimônia – que não deveria merecer censura (DIÁRIO CARIOCA, 1931, p. 6).

Exaurido o tempo necessário para a aposentadoria, Primitivo Moacyr foi aposentado por ato do presidente Vargas em julho de 1933, na condição de redator de documentos parlamentares da Secretaria da Câmara dos Deputados (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1933). O esvaziamento de suas atividades nas funções políticas permitiu o empenho em atividades da iniciativa privada. O Diário Oficial de 18 de maio de 1932 registrou a participação de Primitivo Moacyr na Sociedade Brasileira de Cursos e Conferencias Limitada. Tratava-se de firma que teve como sócios solidários Afrânio Peixoto, Alceu Amoroso Lima, Barão de Saavedra, Carlos Delgado de Carvalho, Cesar de Sá Rabello, Fernando Magalhães, Francisco Castro Silva, Francisco Marques, Guilherme de Almeida, Gustavo Barroso, Henrique Moraes, Luiz Betim Paes Leme, Octavio Tarquino de Souza, Paulo Prado, Primitivo Moacyr, Rodrigo Otavio Filho e Tobias Monteiro, para o comércio de cursos, publicações (BRASIL, 1932, p. 54215).

Em 1936, Moacyr envolveu-se em iniciativa mais ousada, a nosso ver, motivada pelas possibilidades oriundas do processo de modernização da infraestrutura do país, bem como do processo de industrialização e urbanização. Em maio daquele ano, tem sua participação como sócio na constituição da Companhia Brasileira de Construções e Comercio “BRACO” S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, conforme publicação do Diário Oficial de 29 de maio de 1936. Entre os outorgantes e outorgados, “Dr. Primitivo Moacyr, brasileiro, viúvo, advogado, residente na Avenida Dom Pedro I, numero cento e cinquenta e sete, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro e de passagem por esta Capital”. A Braco constituía-se em uma sociedade anônima, que objetiva “[...] a exploração de indústria de construções em geral e

outros quaisquer empreendimentos que lhe parecerem remuneradores” (BRASIL, 1936, p. 1175).

Em relação a tal empresa, em Assembleia de 30 de dezembro de 1940, Moacyr fora eleito para a suplência do Conselho Fiscal, o que a nosso ver se deu por conta da idade já avançada e condições de saúde, bem como pelo empenho que lhe tomava prioridade, a reorganização do material sobre a instrução que havia compilado para realizar as publicações em forma de livro.

É também de 1936 o início das publicações em forma de livros. A sistematização da produção do discurso da instrução pública por parte de Moacyr insere-se em sua compreensão de República. A história da instrução nas províncias e no Império é lida e demarcada por Moacyr à luz do presente, de forma a evidenciar que a atualidade era responsável pela solução que se insistia em impetrar ao passado.

O autor organizou excertos de leis, estatutos e regimentos escolares, memórias, relatórios e pareceres sobre instrução pública e particular nos vários ramos de ensino, abrangendo mais de uma era histórica, com centralidade no período imperial e Primeira República. Manteve como característica o estilo próprio das leis e relatórios produzidos no período contemplado em sua produção.

O trabalho resultou em publicações no ano de 1916, artigos nas décadas de 1920, 1930 e 1940, e publicações nas décadas de 1930 e 1940. No Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, publicou artigos entre 1929 e 1930, denominados “Crônicas Inatuais” e que tratavam da temática “A instrução pública e a República”. Em 1940, publicou “A universidade de D. João VI”, em “O Estado de São Paulo”. Embora em todos os livros tratasse da instrução primária, secundária e superior, identificamos que o debate que seduz Primitivo Moacyr é o da instrução primária pública popular.

Suas publicações em formato de livros foram: O ensino público no Congresso Nacional, breve notícia. Rio de Janeiro (1916); A instrução e o Império (subsídios para a história da educação no Brasil). 3 volumes (1936, 1937, 1938); A instrução e as províncias (subsídios para a história da educação no Brasil). 3 volumes (1936, 1939, 1940); O ensino comum e as primeiras tentativas de nacionalização na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889) (1940); A instrução primária e secundária no Município da Corte na Regência e Maioridade (separata dos “anais” do terceiro Congresso de História Nacional)

(1942); A instrução e a República com os volumes Benjamim Constant (1890 – 1892) em 1941; Código Fernando Lobo (1892 – 1899) em 1941; Código Eptácio Pessoa (1900 – 1910) em 1941; Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano em 1942; Ensino Técnico Industrial (1892 - 1929) e Ensino Comercial (1892-1828) em 1942; Ensino Agrônômico (1892-1929) em 1942; Reforma João Luiz Alves – Rocha Vaz (1920 – 1930) em 1944; A instrução pública no Estado de São Paulo, primeira década republicana 1890-1893, em dois 2 volumes em 1942.

Desde seu empenho nos arquivos, as aparições públicas de Primitivo Moacyr tornaram-se cada vez mais escassa. Entretanto, apesar da idade e da condição convalescente, continuava a comparecer em eventos da instrução. Compareceu à hora cultural da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para prestigiar a conferência realizada por professor Venâncio Filho (O IMPARCIAL, 1940) no auditório da referida instituição, onde numeroso público ouviu palestra sobre o tema “Contribuição norte-americana à educação”. O evento aconteceu aos auspícios do Instituto Brasil-Estados Unidos, como parte de uma projeto intitulado “Lições da Vida Americana”. A mesa foi presidida pelos senhores Radler de Aquino, Lourenço Filho, João Carlos Vital, Primitivo Moacyr, Wanderley de Pinho, Edgard Teixeira Leite e sr.<sup>a</sup> Branca Fialho. Venâncio Filho organizou um pronunciamento cujo fio condutor propugnava a contribuição dos Estados Unidos para os rumos da educação moderna em todo o mundo, indicando aporte de sua repercussão no Brasil. O discurso afirmava o desenvolvimento da educação como maior conquista da civilização contemporânea, cujo ponto máximo o pronunciante identificava na contribuição estadunidense.

Ao se reportar à intenção do Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em publicar um volume de subsídios para a História da Educação Brasileira, referente ao ano de 1940, o Jornal do Brasil lembrou que não se tratava de ideia nova. A Marinha havia publicado os “Subsídios para a História da Marinha Brasileira”. E valorizando o ato, reclama a necessidade de organização de fontes confiáveis, ao que arrola Primitivo Moacyr como referência. “No Brasil, infelizmente, bem poucas são as fontes seguras para os estudiosos de História da Educação. Exceção feita dos magníficos volumes de Primitivo Moacyr e Souza Campos, bem assim alguns trabalhos esparsos do centenário da Câmara dos Deputados, muito pouco existe” (JORNAL DO BRASIL, 1941, p. 5). O ato do Ministério visava exaltar os feitos de 10 anos da Reforma de Ensino, de autoria do Sr.

Ministro Francisco Campos, em 1931. Na comemoração, registrou-se a presença de Francisco Campos, Pio Borges (secretário geral da Educação e Cultura representado por Pedro Avelino) e de Dr. Primitivo Moacyr, dentre outros, como membros da diretoria e conselhos da Associação Brasileira de Educação (ABE).

A atividade pesquisadora de Primitivo Moacyr foi registrada pelo Correio Paulistano (VIEIRA, 1941). Ao lembrar a visita de dois jesuítas (Padre Paulo Bannwarth que acompanhava o padre Zabala em pesquisa sobre o “Poema da Virgem”, de padre José de Anchieta), definiu como jesuítica a atividade desenvolvida por Moacyr, que fizera do Departamento do Arquivo do Estado um dos seus endereços prediletos, ponto de referência. “Para citar [...] lembramos as obras magníficas sobre instrução pública do país publicadas pelo ilustre dr. Primitivo Moacyr, que durante alguns meses permaneceu pesquisando documentos e relatórios daquela casa” (VIEIRA, 1941, p.3).

A Primitivo Moacyr se concedeu por unanimidade a condição de membro honorário da ABE, em 6 de maio de 1940, por proposição Venâncio Filho em vista de seus trabalhos (JORNAL DO BRASIL, 1942) em prol da educação e de seus escritos em história da educação. Não encontramos notícias que Moacyr tenha comparecido para a cerimônia de cumprimento dessa honra. O ato do amigo Venâncio Filho, referendado pela Associação, evidencia o reconhecimento, ainda em vida, da importância de Primitivo Moacyr na construção dos caminhos da escrita da história da educação nacional, em particular sobre o Império e a Primeira República. Todavia, sua importância na vida nacional e também na sociedade carioca veio à tona com seu passamento. A proposição da deferência no periódico “A Noite” encontrou anuência nos demais meios de comunicação, de modo que as notas de falecimento insistem sempre no mesmo conteúdo:

Faleceu ontem nesta capital o Sr. Primitivo Moacyr, historiador, professor e jornalista. O extinto que deixou grande bagagem literária, era uma personalidade de alto prestígio nos meios culturais do país e um dos elementos mais brilhantes da sociedade carioca. O falecimento do Sr. Primitivo Moacyr causou grande consternação (A NOITE, 1942, p. 6).

O falecimento de Moacyr, em 2 de outubro de 1942, como nos dias seguintes, foi cercado das atividades religiosas católicas, que não só eram costume na época, mas por trânsito da presença da religião em sua vida, notadamente pela influência de sua esposa,

falecida em 1900. Além da família, amigos como Afrânio Peixoto agendaram celebrações religiosas em sua homenagem. O enterro deu-se às 11 horas, com cortejo saindo da Capela de N. S. da Glória, na Praça Duque de Caxias, para o cemitério de São João Batista. Nos dias que seguiram ao falecimento os jornais exaltavam a pessoa, o pai, o educador, o pesquisador e o amigo, falecido aos 75 anos, o que confirma seu nascimento em 1867.

[...] deixando o seu nome ligado a duas obras duradouras de inestimável valor. [...] redator dos Documentos Parlamentares criteriosamente selecionou e reuniu em publicações discriminadas as matérias legislativas mais necessárias ao estudo e consulta desde o início da República. [...] Depois de aposentado, Primitivo Moacir dedicou-se aos assuntos da instrução nacional, a partir da Independência, voltando, aliás, a uma predileção que já o fizera dar um pequeno livro, hoje raro, sobre o ensino. Não foi, nos seus muitos volumes relativos ao Império e à República, escrever a história brasileira da instrução. Porém, ela está neles; pois é uma documentação classificada e comentada, que o poder público e o professorado não poderão dispensar como conhecimento e guia para novos sistemas e programas. O aposentado dos Documentos Parlamentares apaixonou-se por esse trabalho, entregou-se-lhe de modo que poderia ser dito: morreu dele. Homem de escolhidas e grandes leituras, de fino trato, amando a sociabilidade apurada, a ponto de um de seus muitos amigos, dizer no saudoso velório da Capela de N. S. da Glória, haver ele cultivado duas aristocracias – a dos livros e a das relações [...] Primitivo Moacir deixa um filho, o engenheiro Primitivo Bueno Moacir, e dois netos. Apesar da manhã chuvosa e da dificuldade de condução ao seu enterramento, e sobretudo, ao velório, compareceram muitas senhoras e muitos amigos, pertencentes àquela aristocracia da sociedade do saber e das belas letras, que ele tanto prezou”(JORNAL DO BRASIL, 1942, p.8).

Na oportunidade, o ministro Gustavo Capanema pronunciou-se no programa “Hora do Brasil” sobre a importância de Primitivo Moacyr, definindo-o como uma vida consumida pelo trabalho, de forma especial nos últimos anos, em sua dedicação a escrever a história da educação nacional. O ministro referiu-se aos livros deixados pelo falecido como acervo de preciosa documentação, que só seu espírito de lucidez e paciência poderia ter organizado, e conjecturava que a “A Instrução e o Império” e “A Instrução e as Províncias”, em seus três volumes, tornar-se-iam clássicos da pesquisa em história da educação. A certa altura do pronunciamento, Capanema assume a paternidade da publicação de “A Instrução e a República”, sobre a qual afirma

[...] de que já saíram quatro volumes, estando dois prestes a sair. Primitivo Moacir não pode ter a ventura de ver concluída a publicação dessa obra.

Dias antes de morrer, sentindo ter chegado a sua hora, chamou o diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que é a repartição encarregada de publicar “A Instrução e a República”, e lhe deu papeis e recomendações relativas aos seus últimos trabalhos. (CAPANEMA, 1942, p. 8).

O ministro arremata sua declaração assumindo todos os esforços para completar a disponibilização impressa dos demais títulos para realizar os desejos de Moacyr, coroando com a publicação do último volume, que já deixara escrito. “Primitivo Moacyr serviu à cultura nacional na paciência e na penumbra. E este é mais um motivo que torna a sua memória digna de nosso respeito” (CAPANEMA, 1942, p. 8).

Naquela oportunidade, em deferência às pesquisas e organização das publicações sobre a história da instrução no Brasil, o Jornal do Brasil referiu-se ao desprendimento de Moacyr, que após sua aposentadoria envolveu-se, por iniciativa própria e sem remuneração, no desafio de escrever e coligir informações sobre a história da educação nacional. A descrição de que se tratava de trabalho enfadonho e interminável nos arquivos é uma construção dos periódicos, sem repercussão na pessoa de Primitivo Moacyr. A peça linguística cumpria o intento de marcar a importância do trabalho realizado, que levaria qualquer outro ao desânimo. Rompendo com outras eventuais afirmações, o noticiário relembra que, em carta de Primitivo Moacyr de 1937, o próprio dava a saber que iniciara seus trabalhos em 1932. “Há cinco anos penetrei nessa activa selvaggia, sem conhecer-lhe a extensão e profundidade” (JORNAL DO BRASIL, 1942, p.7). Na ocasião da publicação, o jornal reclamara a dificuldade em conseguir de Moacyr uma fotografia para ilustrar a notícia, bem como outras matérias relativas às publicações do autor.

Decorrido em torno de um ano do falecimento, a Associação Brasileira de Educação prestou homenagem a Primitivo Moacyr na sessão semanal do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação sob a presidência de José Augusto Bezerra de Medeiros, realizada na segunda-feira, 7 de julho de 1943. Na ordem do dia, aconteceu a inauguração do retrato de Primitivo Moacyr, sócio honorário da ABE. O “Correio da Manhã” noticiou e convidou para o acontecimento (CORREIO DA MANHÃ, 1943).

A biografia acima organizada evidencia a vida intensa do autor, de trânsito pelos mais variados segmentos da sociedade: da intelectualidade e da política. Trata-se de homem que se manteve fiel aos seus princípios, de forma que deu sua contribuição à sociedade sem que esta conseguisse prendê-lo a essa ou aquela perspectiva política ou teórica. Sua trajetória lhe

ensinou os riscos dos adiamentos de serviços fundamentais à população, entre os quais a instrução do povo. A trajetória de Primitivo Moacyr, suas escolhas, sua identidade, seus compromissos e sua formação são fundamentais para compreender o homem e o historiador. Assim, na especificidade deste capítulo intencionamos mostrar um pouco mais desse brasileiro defensor da nação. No capítulo seguinte, observamos Moacyr em suas publicações, e na pesquisa histórica.

## **2 A OBRA DE PRIMITIVO MOACYR E SUA PRESENÇA NA HISTORIOGRAFIA**

Neste capítulo, empreendemos uma breve incursão pelas publicações no formato livro: os volumes de “A Instrução e o Império”, “A Instrução e as Províncias”, “A Instrução Pública no Estado de São Paulo” e “A instrução e República, além de “A Instrução Pública no Congresso Nacional: breve notícia”. Duas outras publicações de Primitivo Moacyr, “Ensino comum e as primeiras tentativas de nacionalização na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)” e “Instrução primária e secundária no Município da Corte na Regência e Maioridade” inserem-se, quanto aos seus conteúdos, a questões tratadas nos volumes anteriores referentes ao tempo e geografia a que se reportam. As publicações são uma coletânea de documentos sobre o ensino no Brasil, trabalhados pelo autor na forma de transcrição literal, resumo, sinopse e resenhas de leis e regulamentos, relatórios, projetos, debates e reações a propósito das aprovações e execuções.

Em uma segunda seção, apresentamos o que encontramos na historiografia sobre Primitivo Moacyr, os motivos do emprego de suas publicações como fonte, a incidência dos volumes na historiografia e sua presença nos periódicos da área.

### **2.1 A NARRATIVA DE PRIMITIVO MOACYR – OBSERVAÇÕES SOBRE OS LIVROS**

Nesta seção, apresentamos as publicações de Moacyr, evidenciando algumas tendências que se fazem presentes na contextura do trecho, evidenciando fios que explicam suas perspectivas de olhar a história, bem como transparentam a função social e política que atribuía à instrução da sociedade. A definição da importância e significado de sua publicação foi expressa por Moacyr em comentário acerca da Coleção Brasileira, em uma peça de promoção do empreendimento cultural que circulou pelos meios de comunicação escrita da época. Moacyr afirmou que a Companhia Editora Nacional, por meio da “Brasileira”, prosseguia em sua corajosa iniciativa de “servir a nação”, servindo à organização e orientação do público brasileiro (CORREIO PAULISTANO, 1937, p. 13).

O “Jornal do Brasil” (1942) informou que os volumes da série constavam naquele momento de “[...] 3 volumes sobre A Instrução e o Império, 3 volumes sobre A Instrução e as

Províncias, 4 volumes sobre A Instrução e a República e 2 volumes sobre A Instrução no Estado de São Paulo, tudo formando mais de 5.000 páginas.” (JORNAL DO BRASIL, 1942, p.25). A relação entre Moacyr e arquivos construiu-se em longa data, desde as suas atividades na Câmara Federal, na organização dos “Documentos Parlamentares”, e na própria busca de subsídios para ancorar as proposituras dos parlamentares. Seus estudos no campo da história da instrução foram acentuados a partir do primeiro quinquênio dos anos 1930, quando dedicou-se às pesquisas que resultaram no que ele denominava “*activa selvaggia*”<sup>19</sup>.

As publicações “A Instrução e o Império” (1936, 1937, 1938), “A Instrução e as Províncias”(1939, 1940), “A Instrução Pública no Estado de São Paulo” (1942) foram inseridas na série “Brasiliana”, da coleção “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, em 1931 por Octales Marcondes Ferreira, diretor e proprietário da Companhia Editora Nacional. Este entregou a direção da coleção a Fernando de Azevedo e a coleção se tornaria “[...] o maior empreendimento editorial destinado a reunir um conhecimento sistemático sobre o Brasil, ainda hoje sem equivalente na história da edição no país.” (DUTRA, 2006, 301). Fernando de Azevedo criou, em 1931, a Biblioteca Pedagógica Brasileira - B.P.B., coleção produzida pela Companhia Editora Nacional e coordenada por ele até 1946. Essa publicação era dividida em cinco séries: “Literatura Infantil”, “Livros Didáticos”, “Atualidades Pedagógicas”, “Iniciação Científica”, “Brasiliana”. A B.P.B. era voltada para diferentes públicos, mas a formação de professores foi seu alvo principal, provavelmente em função da expansão do ensino nas décadas de 1930 e 1940 e à necessidade de qualificação dos profissionais da educação.

Nos anos 1910 – 1930, o cenário do debate educacional atribuiu à educação papel central no processo de transformações culturais e sociais que capitaneariam a modernização do Brasil. O projeto editorial da Companhia Editora Nacional inseria-se naquela demanda, representando um propósito pedagógico renovador, que carregava em seu bojo um projeto nacionalista (MIORIN, 2006). Conforme Roxo (1937), o conteúdo e a intenção nacionalista estiveram presentes em todas as coleções da Companhia Editora Nacional; entretanto, assinala que foi na “Brasiliana” que se deu a melhor definição explícita à tal propositura. Desta forma, considerou-a, em comentário nas orelhas em uma de suas publicações, como “a mais vasta e completa coleção e sistematização de estudos brasileiros” (ROXO, 1937). A Brasiliana somou 387 volumes, aos quais se somam mais 26 de uma produção em formato grande e 2 de

---

<sup>19</sup>O termo refere-se à atividade difícil em terreno desconhecido e, por vezes, perigoso.

uma série especial, portanto, em um total de 415 volumes. A Fernando de Azevedo coube a direção por 25 anos, e na sequência assumiu o historiador Américo Jacobina Lacombe. “A Coleção foi lançada logo após a Revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação, tendo a dirigi-la, por 25 anos, o grande educador Fernando de Azevedo, depois substituído pelo historiador Américo Jacobina Lacombe” (VAINER, 2014, apresentação da coleção). Como vemos, trata-se de um marco editorial brasileiro, que coleciona a publicação de produções da cultura nacional, de autoria de brasileiros e de brasilianistas. A partir do volume 305 (1959), tornou-se independente da Biblioteca Pedagógica Brasileira.

O conteúdo da coleção refere-se exclusivamente ao Brasil: ensaios da formação histórica e social do Brasil, estudos dos problemas nacionais (geográficos, etimológicos, econômicos, políticos, militares, educacionais), obras raras e traduções estrangeiras, nos campos da História, Antropologia, Ciência Política, Geografia, Sociologia, Linguística, Economia e Ciências Naturais. Os autores são brasileiros e estrangeiros, que se dedicaram a pensar e escrever sobre o Brasil. O objetivo da coleção foi atender aos que se dedicavam a investigações sobre o país. Assim, a Companhia Editora Nacional resolveu coligir, traduzir, reeditar e estimular a produção. Inerente às publicações e estudos decorrentes da coleção, o objetivo colimado de que os brasileiros descobrissem o que era o Brasil, e desta forma, aprendessem a amá-lo. Os fundadores da Brasiliana entendiam que o Brasil precisava ser descoberto, em especial pelos que mais julgavam conhecê-lo (CORREIO PAULISTANO, 1937).

Esse movimento de redescoberta do Brasil tornara-se promissor já nos anos 1910, no interior de movimentos intelectuais, sociais e políticos que exigiam repensar a realidade nacional e a solução republicana implementada até então.

“O ensino público no Congresso Nacional, breve notícia” (1916), que reúne artigos veiculados no *Jornal do Comercio*, é uma publicação isolada no tempo em relação às outras publicações de Moacyr na forma de livros que se deram entre 1936 a 1942. Todavia, do ponto de vista do conteúdo, os livros mais tardios (1936 a 1942), são recortes do que ocorreu no parlamento, no governo e na sociedade civil no que tange ao debate da instrução, nos anos seguintes a 1916, perfilando escolhas, bem como posicionamentos do autor até 1930. Ocorreu um interregno na publicação em forma de livros, mas não na sequência dos acontecimentos,

como podemos ver na coleção “A instrução e a República”, especialmente em seu quinto volume.

“O ensino comum e as primeiras tentativas de nacionalização na província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>20</sup> (1835-1889)” (1940), e “A instrução primária e secundária no Município da Corte na Regência e Maioridade” (1942) são publicações em eventos dos IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), sinalizando assim a proximidade de Primitivo àquele segmento da intelectualidade brasileira. Os 7 volumes de “A Instrução e a República” (1941 – 1942) compõe-se em uma outra organização publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP.

O estudo das publicações do Primitivo Moacyr evidenciam algumas questões recorrentes, seja na leitura das tríades “A Instrução e o Império”, “A Instrução e as Províncias” e nos volumes da “Instrução e a República”. Referimo-nos às ideias das práticas pedagógicas modernas, a liberdade de ensino devidamente controlada pelo Estado, a primazia do ensino primário sobre qualquer outro grau de ensino, a instrução popular, a formação dos professores, uma ciência pedagógica e metodológica que superasse o ensino mecânico e descontextualizado das necessidades do país, a superação do conservadorismo legislativo. Nos textos, identificamos que Moacyr preconiza o comando do Estado na instrução que impõe-se a toda a população. A seguir, apresentamos as publicações do autor, reforçando ideias e concepções que lhe são de alto apreço.

#### 2.1.1 A Instrução e o Império (1936, 1937,1938) e A Instrução e as Províncias (1939, 1939, 1940)

À época de “A Instrução e o Império”, “A Instrução e as Províncias” e a “A Instrução e a República”, Primitivo Moacyr já era um homem alquebrado pelo tempo e pela saúde, mas que insistia em suas pesquisas sobre a instrução, visitando arquivos pelo Brasil afora, conforme identificamos em sua biografia. Observamos que Moacyr procurou resenhar a documentação que encontrara sobre a instrução no Império segundo a relevância que identificava no conteúdo das fontes. Corresponde às publicações o fato de tratar não somente

---

<sup>20</sup> Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi a denominação do atual Rio Grande do Sul. O nome mudou por ocasião da instalação da República. O nome anterior vem desde os tempos em que o território era uma capitania (1807 – 1821). Na condição de província do Império brasileiro, manteve a mesma nomeação.

dos propósitos, projetos e ideias vencedores, mas de dar lugar àqueles que ficaram no ostracismo social e político.

O autor reuniu informações que julgou relevantes para compreender a história da educação no Brasil monárquico. Entretanto, Moacyr, em uma relação compreensiva com o passado, incursionou pelo tempo colonial para situar as contribuições dos jesuítas, Pombal e de Dom João VI (1808 a 1922). O conteúdo imperial tem como ponto de partida o processo conflituoso da primeira Constituinte, que resultou em uma Constituição imposta, e se prolongou às tentativas de responder à instrução da elite (secundário e superior) e à educação popular.

Assim como fizera com o Império, Moacyr dedicou três volumes ao tema da instrução nas províncias. Remete o leitor à farta documentação que consultara para tratar da instrução em abrangência regional em seus mais diversos segmentos de ensino, processos e instituições de cultura e ensino. As publicações relativas à instrução nas províncias contemplam variados temas e formas de expressão dos graus de ensino e suas normatizações e instituições (exames, culturais, científicas e literárias). Moacyr demonstra, apesar das limitações de toda ordem, que das unidades imperiais vinham posições mais ousadas quanto ao direcionamento das questões da instrução, cuja realização o autor imputa a uma série de limitações que acometiam as províncias, e a principal delas eram as diferenças de ordem de arrecadação. Observava, de acordo com a região do país em que as províncias se encontravam, a incidência de determinada demanda; um exemplo: das mais carentes à solicitação de que o Estado Nacional se comprometesse com a instrução primária e com a formação dos professores.

Nos tomos sobre a instrução nas províncias, Moacyr toma como espaço temporal o ano do Ato Adicional (1834), que delegou às províncias a responsabilidade pela instrução primária, e se prolongou até as últimas ações dos presidentes e demais autoridades da instrução, no ocaso do Império e limiar da República (1889). De forma geral, a preocupação do autor é demonstrar como as unidades provinciais ensaiavam por uma presença mais proativa do governo central no sentido de promover uma unidade no ensino nacional, particularmente no primário.

### 2.1.1.1 A Instrução e o Império. 1º volume (1936)

O primeiro volume contempla o período de 1823 a 1853, com um recuo no passado para tratar da contribuição dos jesuítas e das soluções dadas na administração de Dom João VI. Em sua extensão, a escrita recobre o tempo entre a Constituinte de 1823 e a conjuntura que levou à reforma de 1853-1854, de autoria do ministro Pedreira de Couto Ferraz. Tratando das condições, organização e arcabouço da instrução na sede do Império, Moacyr apresentou a história da educação no Brasil segundo uma cronologia tradicional (o processo político), embora observemos uma tentativa de referenciar a história da instrução segundo seus grandes marcos.

Os temas e problemas estão no interior dos períodos temporais, e exigem o trânsito do leitor por todo o material, como, por exemplo na busca dos eventuais rumos da formação de professores no Império. O texto está organizado em 14 capítulos: Capítulo Preliminar; Ensino na Constituinte de 1823; Reforma Januário Cunha Barbosa (1826); Lei de 15 de outubro de 1827; Projetos Legislativos; Ensino Secundário; Ensino Jurídico; Ensino Médico; Projetos de Universidades; Ensino Profissional; Ensino Artístico; Instituições Científicas; Ensino Militar; Estatística da Instrução; Programas Escolares; Notas; Bibliografia e propaganda das futuras publicações. O *Jornal do Brasil*, ao comentar o conjunto da obra, referiu-se a essa primeira publicação em texto que elogia a atividade do autor, contribuindo para a superação da noção comum de que as fontes vieram ao autor por conta de sua função no parlamento.

Tem-se a impressão de que o Sr. Primitivo Moacyr realiza um destino a que não se pode subtrair. Ele se constituiu o inventariante de um espólio esparramado em mil arquivos e sepultado nas catacumbas das repartições e bibliotecas provincianas disseminadas por este imenso Brasil. Nada mais terrivelmente fastidioso e fatigante do que esse serviço de pesquisa, seleção, coordenação e cópia a que ele se consagra há tantos anos, sem nenhuma remuneração. Documentos importantes têm sido por ele exumados e postos em evidência. Como por exemplo essa preciosa Memória de Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado, que tem por título *Necessidade de uma instrução geral e mais conforme com os deveres do homem na sociedade ; insuficiência da atual*. Ela foi escrita em 1816 e apresentada à Assembleia Constituinte de 1823, teve os louros de referências laudatórias, mas logo em seguida foi arquivada (*JORNAL DO BRASIL*, 1942, p. 25, grifos nossos).

O mesmo periódico explorava a abrangência e profundidade a que o pesquisador chegaria, conjecturando a construção de um longo caminho. Supomos que o autor do texto tinha informações sobre as andanças e intenções de Moacyr. O comentarista entendia que o próprio autor constituía-se na melhor autoridade para a realização de um trabalho complementar de indicação dos fatores mais característicos da evolução da educação no Brasil.

Barros (1936) afirmou que o autor evitou deliberadamente o comentário, o debate. Ao comentarista do “Diário da Noite” pareceu até natural que o fizesse, visto que a tendência daquele momento era comparar a instrução do Império e República em uma discussão ociosa, em função da completa diferença entre os dois regimes e da complexidade dos anos republicanos. O articulista compreendeu que a questão não merecia atenção, por isso fora abandonada por Moacyr, que se ocupou de “[...] realizar um trabalho de pura e honesta documentação” (BARROS, 1936, p. 2).

Apesar de apontar essa falha, exaltou o trabalho como obra de pura e honesta documentação, imprescindível para, “[...] de agora em diante, saber o que foi a instrução pública no Brasil, de 1823 a 1853 [...]”. Tem, pois, razão, o sr. Afranio Peixoto, ao assinalar, no prefácio que se trata de uma obra destinada a produzir 'gerações de historiadores', que não citarão o seu autor” (BARROS, 1936, p.2, grifo nosso). Afrânio Peixoto<sup>21</sup> (1876-1947) prefaciou o livro com elogio à condição de pesquisador. A comparação como Varnhagem deu ao título publicado *status* de matéria-prima para novos estudos em educação: “No Brasil não se pesquisa. Todos tiramos de nós a substância de nossos escritos. A história nessas condições é repetição, é comentário, é fantasia interpretativa”(PEIXOTO, 1936, p.7).

Moacyr visitou as fontes, os arquivos de diversos setores de órgãos que trataram da educação na história do Brasil, bem como de outros espaços nos quais as produções relativas

---

<sup>21</sup>Afrânio Peixoto (1876 – 1947), legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, migrou de Salvador, com diploma em medicina (1897), para o Rio de Janeiro. Na capital federal, exerceu as funções de inspetor de Saúde Pública (1902); Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904); e foi professor concursado na disciplina de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907). No campo do administração do ensino, exerceu a direção da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); a diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal (1916). Na condição de deputado federal pela Bahia (1924-1930) (informações recolhidas da apresentação do autor no livro de sua autoria História do Brasil), participou ativamente dos debates da instrução no Parlamento, ocupando lugar de destaque no volume 5 da Instrução e a República de Primitivo Moacyr. É nome importante na constituição do campo da História da Educação no Brasil por conta de suas contribuições como professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932) e confecção de manuais de ensino.

ao tema se encontravam acervadas ou acomodadas de forma intencional ou esquecidas em algum canto das repartições.

Nas últimas páginas, Moacyr apresenta uma lista bibliográfica composta pela “Coleção de leis do Reino de Portugal (1759-1808)”; “Coleção de leis do Império do Brasil (1808-1850)”; Anais da Assembleia Geral Legislativa (1823-1850); “Relatórios do Ministério do Império (1830-1850)”. Além dessas referências de ordem institucional, apresenta outras como: Serafim Leite (Conferência sobre a obra educacional jesuítica no Brasil no Instituto de Educação, em 8 de maio de 1934; Afrânio Peixoto com seu “Cem anos de ensino primário (1826-1926)”; Moreira de Azevedo com “Instrução nos tempos coloniais”, escrito publicado na revista do Instituto Histórico; uma publicação em língua francesa de Adrien Balbi, “*Essais statistiques sur le Royaume de Portugal et D’Algarve*” (1822); Revista da Universidade do Rio de Janeiro (v. 2, de 1932) e, como não poderia deixar de estar em suas fontes, Pires de Almeida como sua “*Struction publique au Brésil*” (1882), considerada à época uma fonte indiscutível para se tratar da história e processos da instrução no Brasil.

O significado e importância da publicação desse primeiro volume – extensível aos demais – encontram-se sintetizados por Afrânio Peixoto no prefácio: um livro como um potencial “suscitador de uma extensa geração de livros mais ou menos bons”, o que o levou a defini-lo como “mais que um livro bom”. Aproveitando-se de uma figura de estilo do historiador Oliveira Lima para caracterizar Varnhagem, Peixoto também considerou Primitivo Moacyr como aquele “lombo familiar”, aquela matéria-prima da qual, ao longo do tempo, outros tirariam seus livros (PEIXOTO, 1936).

A razão é que no Brasil não se pesquisa. Todos tiramos de nós a substância de nossos escritos. A história nessas condições é repetição, é comentado, é fantasia interpretativa. / Não quis fazer assim o Sr. Primitivo Moacyr, e, sobre educação nacional, investigou, nos arquivos, nas bibliotecas, nos livros, nos relatórios de governo e, de tudo, fez um livro objetivo, sem comentários, nem conclusões. Portanto, obra rara que vai produzir gerações de historiadores, que não o citarão... Que lhe importará? Que lhe importará mesmo o maldigam, depois de copiá-lo? É este livro benemérito que vai dar aos homens cultos do país, mesmo aos especialistas, tantas surpresas de novidade. A futura história da educação brasileira, pensa o autor, modestamente, poderá agora ser feita... Ela já está aqui, neste livro, novo, original, prestante, e, às vezes, melancólico, sobre iniciativas, a sequência de

nossas ideias, a descontinuidade de nossas ações... O Brasil é principalmente Brasil, em educação (PEIXOTO, 1936, p. 7-8, grifos nossos).

A imprensa projetou essa compreensão nas repercussões da primeira publicação e nos volumes posteriores. “A Ofensiva” (1936) elogiou o conteúdo e a erudição desse trabalho, denominando a publicação como “verdadeiro arquivo portátil”. Segundo o periódico, o autor anunciara que seria uma de muitas outras publicações acerca do tema; atesta que consistia em uma contribuição magnífica para os interessados e pesquisadores do assunto da instrução no Brasil. De forma geral, a atenção dos periódicos voltou-se para a seriedade e envergadura documental da publicação, embora esperassem de seu autor uma análise mais aprofundada do processo da instrução na história do Brasil.

Rubens Pinheiro, do “Correio Paulistano” (PINHEIRO, 1936), citou Primitivo como pesquisador ao acentuar sua investigação em bibliotecas e arquivos, afirmando ser parte de uma exceção que visitava as fontes. A objetividade do livro é afirmada e justifica-se que a ausência de comentário cumpre a afirmação de Afrânio Peixoto no prefácio: permitir que a história da educação brasileira seja feita. Há indicação da leitura por universitários e legisladores.

#### 2.1.1.2 A Instrução e o Império. 2º volume (1937)

O segundo volume da tríade imperial ocupa-se do período de 1854 a 1888. Moacyr sintetiza e faz observações sobre as reformas e proposições de reformas que se deram naquele intervalo de tempo, marcado por diversidades de conflitos e demandas de ordem social e política, principalmente daqueles que visavam à integração do Brasil à modernidade. A obra “A Instrução e o Império” (MOACYR, 1937), 2º volume, encontra-se organizada em 10 capítulos: Reforma de 1859<sup>22</sup> (sic); Capítulo II - Reforma Paulino de Souza; Capítulo III - Reforma João Alfredo; Capítulo IV - Reforma Leôncio de Carvalho; Capítulo V - Reforma Rui Barbosa; Capítulo VI - Reforma Almeida de Oliveira; Capítulo VII - Reforma Barão de Mamoré; Capítulo VIII - Planos, sugestões e informações; Capítulo IX - Congresso de instrução; Capítulo X - Um regime de educação nacional. Acrescentou uma parte que denomina notas.

---

<sup>22</sup>Há um erro de impressão, refere-se à reforma de 1859, quando deveria ser reforma de 1854.

A preocupação do autor nesse volume é com a incumbência do Estado, nas mais variadas instâncias, em retirar a instrução do âmbito limitado da individualidade familiar, repercutindo em conflitos e contradições da oficialização e desoficialização (controle do Estado e liberdade de ensino). Nesse livro, se ocupa o autor da condição pública da instrução; os documentos centrais são as reformas (Couto Ferraz e Leôncio de Carvalho) e as propostas de reforma (Paulino de Souza, João Alfredo, Rui Barbosa, Almeida de Oliveira e Barão de Mamoré). O autor concentra-se nos pareceres e na proposta de reforma de Rui Barbosa.

As reformas e propostas que se dão a partir de 1850 resultam de um novo enquadramento histórico que se aproximava e no qual já em parte se vivia. Aparecem posturas mais controladoras do espaço público, e a formação das novas gerações é pensada na perspectiva da construção da estabilidade do futuro próximo. O Estado que controla o ensino tem oportunidade de uma realidade mais homogênea (ANDERSON, 2008). Por isso, na construção das nações ocidentais, a instrução e a alfabetização foram assumidas como partes de sistemas padronizados de ensino, que se tornaram relevantes nos processos dos nacionalismos como a construção do sentimento nacional.

Na Câmara dos Deputados, a atuação dos abolicionistas tornou-se mais contundente. A aprovação da Lei Euzébio de Queiroz (1850) é um marco inicial de alterações significativas que aconteceriam na história do Brasil. Depois de um tempo conturbado da história brasileira (revoltas e conflitos, confronto liberais – conservadores), em que acordos políticos intentaram conciliar centralização e descentralização, adentrou-se em um período de debate das grandes questões nacionais. Decorreram reformas, proposições e pareceres cujo tema central era a modernização do país, com a instrução elevada à condição mítica de salvação nacional.

Aos poucos, reforçava-se nos debates a solução do controle da instrução pelo Estado. A reforma Couto Ferraz, de 1854, apresenta um Estado mais controlador e certa imposição sobre as províncias. As condições da conjuntura exigiram novas proposições em função de alterações em processo na sociedade, que combinavam influências teóricas no desenrolar do cenário social e político. Nas páginas finais, apresenta algumas notas de Luiz Agassiz<sup>23</sup> (1807

---

<sup>23</sup>Suíço-americano, zoólogo, geólogo e paleontólogo, conhecedor de ictiologia, ao viajar para o Estados Unidos, em 1846, para estudos da história natural da América do Norte, recebeu convite de lecionar em Harvard. Desta forma, radicou-se em Boston. Fundou o Museu de Zoologia Comparativa de Harvard. Este, que está entre os cientistas mais famosos de sua época, defendia a tese da seleção natural, e polêmicas como a da condição intermediária da raça negra entre o macaco e os brancos. Entretanto, salientamos que racismo era mais uma regra que uma exceção em seu contexto (ROBINSON, 1939).

a 1873) sobre a situação da educação no Brasil. Esse recurso, segundo entendemos, permite postular o posicionamento do autor Primitivo Moacyr em relação a alguns princípios. Nesse volume, merece destaque a inserção de Moacyr ao pronunciamento de Ernesto Ferreira França no Congresso de Instrução em 1883, no Rio de Janeiro, no qual defendeu a “Competência dos poderes gerais para criar estabelecimento de ensino primário e secundário nas províncias” (MOACYR, 1937. p. 602), concluindo pela exclusiva competência das províncias. Entretanto, apresentou um plano para o poder central promover a unidade da instrução na variedade das províncias, de modo que temos aí um prenúncio das perspectivas de Moacyr a respeito do papel da União.

O *Jornal do Brasil* (1937a, p. 14) referiu-se ao segundo volume destacando “a mesma abundância de informações e o mesmo critério de seleção. [...] O Sr. Primitivo Moacyr não se poupou a fadigas para acumular todo o material que pode colher em publicações oficiais, nas bibliotecas e nos arquivos”. O comentarista provocou o pesquisador para uma atividade de comentário, uma tentativa de interpretação dos fatos que relata, de forma a estabelecer a crítica da “[...] da obra educacional do Império [...] penetrando a vidas das escolas [...] a atividade do professor, seus processos didáticos, suas concepção da psicologia infantil e os resultados da educação escolar”.

O mesmo periódico voltou ao assunto em outro dia. Na ocasião, identificamos uma amenização da crítica de ausência de comentário. E nesse caso, Moacyr é tratado como pesquisador e comentarista “[...] dos assuntos de Instrução no Brasil.” São exaltadas as qualidades do autor (estudioso, metódico, sincero e probo). “Tem o hábito de anotar e copiar tudo o que deve ser copiado e anotado. E nunca desiste de se meter a sério num assunto, esse assunto seja árduo ou difícil” (JORNAL DO BRASIL, 1937b, p.14).

A edição de 30 de outubro (JORNAL DO BRASIL, 1937c, p.14) esclarece a mudança no tom dos pareceres em semanas anteriores. Primitivo Moacyr reagiu aos comentários publicados em 6 de outubro de 1937 por meio de carta. O jornal revela que o pesquisador explicou que o apelo deveria esperar que todo o seu inquérito se completasse. Nas palavras de Moacyr: “sem conhecimento de todos os fatos, ao menos os encontrados nos arquivos” não se dispunha a realizar o empreendimento a que fora desafiado. Na mesma carta, desautorizou a interpretação de que sua publicação confrontava a Monarquia com a República em matéria de instrução, caracterizando aquele período como de lástima. Essa reação indica uma

característica que lhe era própria e que se faz presente em sua atividade de estudioso da educação.

O volume dois é encerrado com a apresentação das ideias de Ernesto Ferreira França<sup>24</sup> (1828 a 1888), que no Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, em 1883, defendera a ação do poder central na promoção da unidade da instrução primária, nos limites da competência das províncias, assim como a competência para ali se criar escolas primárias e secundárias. Ferreira ilustrou o debate com epígrafe de Cícero, "*Quae est melior in hominum genere natura, quam eorum, que se natos ad homines juvandos, tutandos, conservandos arbitrantur*"<sup>25</sup> (MOACYR, 1937, p. 610), definido a função primordial do Estado. No original (CÍCERO, 1920, p.117), o texto deveria encerrar-se com interrogação. O uso da expressão comporta o direcionamento que o debate da instrução primária e secundária adquiria ao final de Império e refere-se à instrução como definidora da progresso e modernidade da sociedade e do Estado, que deveriam assumir o cuidado com a formação das novas gerações.

#### 2.1.1.3 A Instrução e o Império. 3º volume (1938)

O terceiro volume da tríade imperial reporta-se aos anos 1854 a 1889. O autor, em contato com vasta documentação, recorta os diversos segmentos do ensino. A publicação apresenta-se em dezoito capítulos, a saber: Ensino secundário; Exames de preparatórios; Ensino jurídico; Ensino Médico; Ensino politécnico; Ensino profissional; Ensino normal; Ensino militar; Ensino religioso; Ensino artístico; Ensino emendativo; Regime universitário; Cursos e estabelecimentos livres - ensino superior; Instituições científicas e literárias; Cultura e técnica; Falas de trono; Estatística escolar; Despesas com o ensino.

Além de tratar dos cursos livres superiores e das instituições científicas e literárias, dedicou-se a trechos das Falas do Trono no tocante ao ensino profissional e técnico. Retomou

---

<sup>24</sup> Trata-se de doutor em Direito Civil e Canônico pela Universidade de Leipzig (Alemanha); advogado do Conselho de Estado; sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1860). Membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, da Academia Real das Ciências de Lisboa. Autor de diversos trabalhos literários e jurídicos, em português e alemão, conforme <http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000015>.

<sup>25</sup> E quem é mais perfeito no gênero humano? Aqueles que estão a olhar sobre si mesmos (ou somente para si mesmos), ou aqueles que nasceram para a assistência, a proteção e a preservação dos demais? (Tradução nossa).

diversas discussões e uma variedade de temas a partir das propostas de reformas, planos e sugestões apresentadas ao legislativo nacional entre 1854 e 1889. Nesse volume, tem centralidade a preocupação com a formação profissional, o que confirma os títulos e temas que apresenta. Moacyr não só ocupou-se de informar o processo da profissionalização, mas concebia como um dos espaços para se dar a instrução primária básica. O mesmo direcionamento deu aos volumes 6 e 7 da coleção “A Instrução e a República.”

Nos últimos dias do mês de abril de 1938, os periódicos divulgaram a publicação do terceiro volume de “A instrução e o império. No mês de maio, o Jornal do Brasil, na edição do dia 11, publicou na coluna “Educação e Ensino”, Bibliografia”, um comentário do qual destacamos alguns aspectos considerados por alguém que costumeiramente assinava seus textos como F. Esse articulista refere-se à carta de Anísio Teixeira a Moacyr, a qual afirmava que “o seu trabalho no Brasil é o primeiro passo para o estudo intelectual da educação nacional” (JORNAL DO BRASIL, 1938a, p. 10). A carta indica que o atraso da instrução no Brasil não se dera por falta de ideias, mas por excesso delas, sem considerar as condições da realidade. Na visão de Teixeira (1938), se ao lado da história das ideias educacionais no Brasil organizadas por Primitivo Moacyr fosse disposta a história das realidades educativas, conseguir-se-ia ao máximo pequeno volume. Desta forma, identificou o mérito de Moacyr em mostrar como o Brasil fora, mais que afirmar. “Precisávamos *que em todos os demais setores, homens de sua probidade, sua agudeza e sua rara tenacidade, fizessem obra semelhante*” (TEIXEIRA, 1938, p.12, grifos do autor).

Alertado por Primitivo Moacyr em carta enviada à redação por ocasião da publicação do segundo volume, F. incorporou em seus comentários o discurso de que a República não avançara tanto como deveria em relação ao Império. Conquanto, no afã de exaltar a República, F. produziu outra incoerência ao afirmar que “[...] hoje já temos uma consciência educacional esclarecida e um grupo militante de educadores que conhecem o problema e lhe oferecem soluções.” (F., 1938a, p. 10). Finaliza pontuando que aguardava a publicação dos volumes sobre as províncias, e que Moacyr realizasse um estudo crítico do movimento educacional no Império, evidenciando as realizações promovidas no ensino público.

Em novo comentário, na edição de 26 de maio, na mesma sessão, o mesmo F. declara a importância da obra oferecida por Primitivo Moacyr no trabalho de reunir e ordenar o que encontrou nos arquivos. “De sorte que por assim dizer o Sr. Primitivo Moacir se tornou o seu

verdadeiro proprietário, no Brasil. [...] quando tivermos que nos pronunciar sobre o trabalho do incansável erudito, a uma coisa poderemos fazer: louvá-lo irrestritamente.” Desta feita, retomou o prefácio de Afrânio Peixoto para o primeiro volume, especificamente a afirmação de que o livro de Primitivo é muito mais que um bom livro, mas uma produção que suscitaria “[...] uma extensa geração de livros mais ou menos bons” (F., 1938b, p. 10, grifo nosso).

O autor fecha o volume com o item 'Notas', onde apresenta um trecho de Agassiz (*Voyage au Bresil*. p. 465); comentários sobre o Colégio Pedro II, Academia de Belas Artes, Escola Militar, Escola dos Cegos, todos excertos de Agassiz (*Voyage au Bresil* 1805/1860); estudos da língua tupi, de Rodolfo Garcia (*Sobre o ensino da língua tupi*). Identificamos que os recortes de Agassiz são empregados por Moacyr para indicar uma certa permanência das condições no período (1854 a 1889) por Primitivo Moacyr, marcado pela existência de poucas escolas elementares, o desafio de uma população disseminada por uma imensa superfície; a gratuidade do ensino numa realidade de poucos mestres e com escassez dos meios de instrução.

Apesar do discurso de não apreciação da importância da instrução por parte da comunidade, Primitivo faz ver que havia uma disposição para dar uma educação prática, como demonstra a existência de estabelecimentos especiais em quase todas as cidades, forma embrionária da tentativa de se criar uma população operária. Os negros e brancos eram industrialmente confundidos em tais escolas pelo empenho, inteligência e envolvimento, que superaram a distinção de raça.

#### 2.1.1.4 A instrução e as províncias. 1º volume (1939)

O texto do primeiro volume de “A instrução e as províncias” está organizado em dez capítulos, denominados: Capítulo Preliminar; Amazonas; Pará; Maranhão; Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco, Alagoas e é encerrado com as Notas (Amazonas; Ensino Profissional; Ideias de Tavares Bastos) e Bibliografia (Relatórios dos presidentes de províncias; Coleção das leis províncias; Relatórios dos diretores gerais de instrução pública; “A Províncias – Tavares Bastos; Viagem ao Brasil (1806 – 1867) – Agassiz; Um inventor brasileiro (1934) – Ataliba Nogueira).

Em 21 de abril de 1939 (F., 1939), a imprensa noticiava o recebimento do primeiro volume de “A Instrução e as Províncias”. Na coluna “Educação e Ensino” sobre a

publicação, F. afirmava: “[...] é indispensável a quem quer conhecer nossa evolução educacional e conhecer os seus problemas.” Em relação ao pesquisador, afirma seu “[...] esforço e ponderado critério seletivo” (F., 1939b, p.12). No artigo, contudo, não perdeu a oportunidade de desqualificar o processo da instrução no Império, desta feita tomando devido cuidado de não imputar suas conclusões a Primitivo Moacyr.

Na mesma seção, F. publicou uma semana depois comentário que afirma ser “[...] o Sr. Primitivo Moacyr o primeiro dos que colecionam os documentos referentes à instrução nas províncias imperialistas [...]” (F., 1939c, p.12). Ao mesmo tempo em que exalta a benemerência da obra reconhecida pela imprensa, principalmente pelas dificuldades que a coleta lhe interpôs, exigindo esforço e paciência, não perdeu a oportunidade para responsabilizar a Monarquia, acusando-lhe de indiferença aos relatórios dos presidentes e diretores de instrução. O articulista assim caracterizou o trabalho de Moacyr:

[...] como um homem que penetrou no escuro seio da Terra à busca de um tesouro, voltou de sua peregrinação com seu saco [...] repleto de tudo quanto lhe ficou ao alcance da mão, deixando para depois a seleção e interpretação desse material. [...] matéria abundante de observação e estudo. (F, 1939c, p.12).

As repercussões nos periódicos, particularmente no *Jornal do Brasil*, permitem ao menos polemizar a esperteza de Primitivo Moacyr em evitar uma análise mais direta do processo histórico da instrução. O autor parece querer evitar o veredicto de denunciar o passado pelas condições do presente, comum nas primeiras décadas republicanas, que impetrara àquele toda culpa e aliviava as responsabilidades do presente.

As Notas desse volume são retiradas de “*Voyage au Bresil*” – 1865, de autoria de Agassiz; de “Um inventor brasileiro”, de Ataliba Nogueira – 1934 e de “A Província”, de autoria de Tavares Bastos, publicação de 1870. Nas duas primeiras notas, Moacyr remete-se à inteligência dos meninos índios e negros das províncias do norte e nordeste que aprendiam como muita destreza atividades intelectuais e práticas de manufaturas as mais diversas. No caso de Tavares de Bastos, destaca o interesse fundamental dos povos modernos em instrução, acentuando que era inútil e desnecessário discutir os obstáculos que a centralização opunha às Províncias, uma vez que sob o ponto de vista da instrução elementar o povo não entraria na órbita do mundo civilizado.

Desta forma, a liberdade do ensino particular impõe-se em realidades de governos que não cooperam seriamente para o progresso das luzes, mas tal liberdade deveria ser firmada em exigências. Moacyr aconselha às províncias duas ações: o abandono de regulamentos que impediam a ação de particulares em qualquer grau do ensino; e que se empenhassem em sacrifícios de maior peso no desenvolvimento da instrução, sem o que não se permitiria a instituição da obrigatoriedade se não há escola ou onde não há escola. Isso exigia repensar as fontes do financiamento, dadas as condições financeiras as províncias.

A escola que propugna-se para as províncias não eram as do abc, mas algo maior. Só o ensino primário completo poderia dar aos filhos do povo uma educação que permitissem abraçar qualquer profissão, e que os preparasse para os altos estudos científicos aqueles que as pudessem frequentar. Ao ensino primário, Moacyr defende ajuntar noções sumárias de lavoura e horticultura, elementos de nivelamento e agrimensura, princípios de química agrícola e de história natural, e para as meninas, lições de economia doméstica.

A necessidade da instrução para alavancar o Brasil recebe de Tavares Bastos o apoio de que se deveria aceitar a contribuição do próprio governo central em favor das menores províncias durante o período dos primeiros ensaios das soluções, questão do interesse de Primitivo Moacyr.

#### 2.1.1.5 A Instrução e as Províncias. 2º volume (1939)

De acordo com Sodré (1939), o trabalho impressionante de Primitivo Moacyr de narrar a história da instrução brasileira colocava em evidência sua tenaz operosidade, persistência que define o seu caráter de investigador e erudito. “Embora a obra total do sr. Primitivo Moacyr, seja narrativa, representa um acervo tal de dados e de conhecimento que a torna fundamental, no assunto e a faz uma fonte indispensável de consulta aos que desejarem pesquisar alguma coisa referente à marcha da instrução no Brasil” (SODRÉ, 1939, p. 5).

O segundo volume de “A Instrução e as Províncias” encontra-se organizado em seis capítulos: Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Relatório Gonçalves Dias e Notas (Estatísticas do Ministro Paulino José Soares Souza, Estatística Escolar, Lei Francesa de 28 de junho de 1833, Lei Francesa de 19 de janeiro de 1950, Estatística da Instrução em

alguns países da Europa, Do Magistério, Vencimento dos professores, Prédios escolares, Livros escolares, Garantias do Magistério).

Nas notas desse segundo volume, Primitivo Moacyr publica um resumo de duas leis francesas que influenciaram o Brasil imperial no tema da instrução. A primeira delas é de 28 de junho de 1833, do ministro Guizot, que conforme Moacyr se constituía na matriz de toda a legislação das províncias até 1854. (MOACYR, 1939b). Naquela lei, a instrução primária é dividida em elementar e superior. A primeira constituía-se de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, elementos da língua nacional e do cálculo do sistema legal de pesos e medidas. A segunda envolvia elementos da geometria e suas aplicações usuais, especialmente o desenho linear e o nivelamento, noções de ciências físicas e de história natural, aplicáveis aos usos da vida; o canto, os elementos de história e da geografia, principalmente da história e geografia nacional. A lei preceitua a instrução primária na condição particular ou pública. A obrigação de manutenção das escolas primárias elementares públicas, no todo ou em parte, era das Comunas (por si ou em reunião com outras vizinhas), ao que se impunha a manutenção de uma escola normal primária (por si ou por reunião com outros departamentos) ou, em último caso, pelo Estado.

A lei francesa de 19 de janeiro de 1850 foi o manancial da reforma da instrução pública no município neutro, em 1854, e de todas as leis de ensino nas províncias dessa data em diante. Essa lei estabeleceu o Conselho Superior de instrução pública, a partir do qual se definia uma estrutura ampla com ramificações por todo o território, de forma que o Estado assumia de vez o controle da educação francesa. A lei estabeleceu como “[...] método para se irem preparando professores [...]: estabelecimentos de escolas normais ou a prática de alunos-mestres nas escolas mais conceituadas para a seu tempo serem propostos às que vagarem” (MOACYR, 1939b, p. 548). O ensino primário abrangia a instrução moral e religiosa; a leitura; a escrita; os elementos da língua nacional; o cálculo e o sistema métrico.

As notas eram compostas dos seguintes itens: estatística da instrução nas províncias (estatística do ministro Paulino José Soares de Souza); leis matrizes da nossa instrução (Guizot, 21 de junho 1833; Faloux, de 19 de janeiro de 1850); estatística da instrução na Europa e estados unidos (escolas, matrículas, frequências, inspeção pública; escolas normais; vencimentos dos professores, prédios e livros escolares; garantias ao magistério). Moacyr

informa que as notas foram retiradas dos "Ensaio administrativos", de Francisco Octaviano, publicados no "Jornal do Comércio", de 1851 (MOACYR, 1939b).

#### 2.1.1.6 A Instrução e as Províncias. 3º volume (1940)

O livro "A Instrução e as Províncias" foi organizado em sete capítulos: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Notas (Plano de Educação ou Ensino Público Nacional). Este último é de autoria de Miguel Calmon du Pin e Almeida, publicado em Londres na coleção Cartas Políticas de Americus, Carta XII (MOACYR, 1940).

De acordo com F., "Com este volume [...] chegou o Sr. Primitivo Moacir ao termo do seu arrojado empreendimento de coligir todos os documentos que pode encontrar por sua perseverante pesquisa relativa à instrução no Brasil durante o Império" (F, 1940, p.8). O articulista apresenta as características da publicação e afirma que o material reunido permitia ponderar os caminhos da instrução no Brasil. Ao observar o conteúdo das publicações, evidencia a perpetuação de velhas formas e soluções, de modo especial na permanência de "[...] certas arengas sobre métodos de ensino, inspeção, liberdade de ensino, frequência obrigatória, estudos clássicos, decadência do ensino, etc., ainda são hoje de atualidade" (F, 1940, p.8).

Em geral, Moacyr identifica que entre o período monárquico e o republicano persistiam alguns fatores para o encaminhamento da instrução: excesso de ideias, planos e propostas, inclusive de espíritos esclarecidos e emancipados (gente atendida no assunto da instrução). Assim, sua leitura aponta para o senso comum com o qual se vinha tratando a questão, a ausência de continuidade das administrações e a engenhosidade da lei. As leis foram reformadas dezenas de vezes, constituindo-se em seu excesso, assim como de seus regulamentos e portarias.

Moacyr insiste que o debate da instrução, como ensino que promoveria a civilização, esteve presente em todo Império, especificamente pela influência dos modelos franceses, que procuravam responder ao desafio da ordem em uma realidade decorrente dos processos da Revolução Francesa (as reformas francesas do século XIX). O ensino progressivo e seriado promoveu a antecipação da entrada na escola. As repercussões em uma sociedade que não estava acostumada com os gastos que essa prática exigia, acrescida da exigência de manuais

pedagógicos, tornara o desafio ainda mais oneroso, demandando repensar a questão do financiamento.

Nas Notas do terceiro volume de “A Instrução e a Províncias”, temos o “Plano de Educação do Ensino Público Nacional (Carta XII das Cartas Políticas de *Americus*. Miguel Calmon du Pin e Almeida. Londres. R. Grelaw 1825-1826). O próprio título aponta o interesse de Primitivo Moacyr; Miguel Calmon trata de um plano geral para todas classes da sociedade, outro restrito à classe média, e outro para a classe que se dedica às profissões científicas, ou seja, primário, secundário e superior.

Na primeira escola (escola popular) de ensino público nacional, ensinar-se-ia a ler, escrever e a contar; os elementos da língua materna até às linguagens; a doutrina cristã e a cartilha universal em classes seriadas segundo suas idades e os graus de proficiência dos alunos. A segunda escola (escola média) foi pensada para os que se dedicariam-se ao comércio e a todas as artes úteis, ao espírito industrioso, gênio que inventa e mão que executa. O ensino contemplaria a gramática da língua materna; de modo curto e claro os conteúdos da ciência, geografia, história; o ensino da Constituição do Estado (os direitos que ela afiança as obrigações ao cidadão) e a importância das leis; a necessidade dos tributos; as ideias mais gerais, relativas ao comércio, agricultura e indústria; a língua francesa e inglesa, porque prestam maior utilidade (vasta literatura e grande difusão por todo o mundo). Naquelas escolas, os compêndios deveriam primar por porção doutrina suficiente, concisão e clareza.

A terceira escola ou escola superior seria voltada apenas para os alunos que se dedicariam às profissões científicas da teologia, jurisprudência, política, arte militar, medicina e filosofia natural.

Diante da questão do que adotar como ensino público nacional no Brasil, fica claro que, pela presente nota, Moacyr entende que a primeira providência, a pedra angular desses edifícios, deveria ser a adoção do espírito progressivo na cultura das ciências. Quanto às despesas, entendia que a geração de novas fontes de financiamento não seriam obstáculo, desde que o contribuinte vislumbrasse na aplicação para um fim tão útil.

### 2.1.2 A instrução em tempos republicanos

Os estudos de Primitivo Moacyr relativos à instrução na primeira República foram publicados na forma de livros em segmentos diferenciados de edição. A primeira teria

acontecido nas gráficas do Jornal do Comércio (O ensino público no Congresso Nacional, breve notícia - 1916); a segunda fez parte da coleção Brasileira (A instrução pública no Estado de São Paulo. 1º e 2º volumes - 1942); e a terceira por ação do INEP (“A Instrução e a República, em 7 volumes).

O conjunto é parte de coleção publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP. De acordo com o “Jornal do Brasil” (1942a), um dos periódicos que deu visibilidade às publicações de Moacyr, “A Instrução e a República”, fora resposta do convite de Lourenço Filho, então diretor do INEP, para que Primitivo Moacyr organizasse uma série de volumes de conteúdos da instrução na República, com recorte entre os anos 1890 a 1930.

“A Manhã” (1942) referiu-se ao discurso do diretor do INEP, Lourenço Filho, sobre a importância da pesquisa pedagógica no sentido de fixar, caracterizar, classificar e comparar os fatos. Na visão do administrador, decifrar o como e o porquê se passam as coisas é tão importante quanto registrar o que as coisas são. Insistiu que a pesquisa de Primitivo Moacyr transitava por um campo complexo e delicado, formado pelos aspectos social, político, histórico, econômico, entre outros.

Bastide (1941) propala que o importante trabalho sobre a instrução na República, tal qual os trabalhos anteriores, disponibilizam ao público interessado um conjunto de informações referentes ao ensino no Brasil, em forma documentária; ou seja, eles se constituem em documentos para se realizar a história do ensino no país. A compreensão do comentarista, em nosso entendimento, permite afirmar que este conclui que Primitivo Moacyr não tinha a intenção de traçar uma análise do processo evolutivo do ensino brasileiro. De certa forma, corrobora com a suspeita de que se trata de um envergar-se sobre a situação do presente republicano (BASTIDE, 1941). Quanto ao método, Moacyr manteve a mesma *performance* dos trabalhos anteriores: procurou, identificou, acumulou, resumiu e transcreveu conteúdos da documentação educacional (legislação geral e os regulamentos de vários dos vários estabelecimentos de ensino) referente aos primeiros anos da República.

Os volumes da coleção “A Instrução e a República” ganharam um formato diferente das publicações anteriores, com apresentação em traços de aproximadamente 200 páginas por volume, em formato 18 por 22,5 centímetros. Os capítulos estão organizados por temas, forma diferenciada dos volumes sobre as províncias em que os assuntos estavam distribuídos pelos períodos. Já os volumes sobre São Paulo apresentam essa formatura. A publicação realizou-se

na Imprensa Nacional sob orientação INEP então dirigido por Manuel Bergeström Lourenço Filho, de 1938 a 1946.

#### 2.1.2.1 O ensino público no Congresso Nacional, breve notícia (1916)

A primeira publicação de Primitivo Moacyr no formato livro é uma coletânea de artigos que publicara anteriormente no Jornal do Comercio. Àquele tempo, o autor atuava como redator dos debates parlamentares. O livro foi publicado pela tipografia do referido jornal. “O ensino público no Congresso Nacional, breve notícia” é composto de 15 capítulos: Desoficialização; Regime universitário; Cursos jurídicos; Ensino médico; Curso politécnico; Escolas agrícolas e comerciais; Ensino secundário; Ainda o ensino secundário; Curso integral (Projeto Tavares de Lyra); Criação do Ministério da Instrução Publica; A instrução primária (Acordos e subvenções); Instrução popular (Escolas normais); Código de ensino (A situação constitucional dos institutos de ensino dos Estados; Fiscalização); Reforma Rivadavia; Ainda a reforma Rivadavia.

A publicação evidenciou como os debates da instrução no primeiro período republicano (1889 a 1930) estiveram marcados pela ingerência de interesses políticos e acordos que mantinham comportamentos corporativistas por parte da sociedade e do Estado, instituições de ensino e famílias. Embora o texto comece pelo tema da “desoficialização”, constitui engano pensar que o foco de Primitivo Moacyr seja exclusivamente o ensino superior e o secundário, normalmente objetos de disputa nesses casos. Em quatro capítulos, a presença da instrução primária aparece como prioridade: Curso integral (Projeto Tavares de Lyra); Criação do Ministério da Instrução Publica; A instrução primária (Acordos e subvenções); Instrução popular (Escolas normais).

O formato de apresentação dos temas é do confronto e da polêmica. Já nessa primeira publicação, a leitura indica que as propostas, projetos e indicações que não foram vencedores têm o apreço do autor, evidenciando suas perspectivas. Dado um fato, um projeto, um parecer, o autor argumenta a favor e contra. É no parlamento que os interesses são negociados, portanto é ali que de certa forma se evidencia a fisionomia da sociedade. A realidade conflituosa entre grupos e seus interesses fez parte de um jogo que historicamente se

manifestava no legislativo para adiar soluções mais generosas. Entendemos como provocação os primeiros parágrafos do volume em questão.

A opinião pública é talvez injusta quando acusa o Congresso Nacional de desprezo às coisas de ensino público. A sua operosidade, no caso, tem sido copiosa. Em vinte e quatro anos de regime republicano cerca de oitenta projetos – da parte as anuais e quase clandestinas disposições orçamentárias – foram oferecidos aos estudo da legislatura. Tão boa vontade só encontra parselhas nas mercês e favores às classes armadas e ao funcionalismo civil (MOACYR, 1916, p.6, grifos nossos).

Os parágrafos com os quais Moacyr abre o capítulo “desoficialização” não se constituem em elogio ao parlamento. O autor não afirma que a opinião pública é injusta, mas que talvez fosse. A quantidade exagerada de projetos não é compreendida por ele como prova cabal da operosidade parlamentar. O excesso de projetos era um dos problemas da instrução, à medida que novas propostas eram apresentadas sem considerar a que estava em vigência, e quase sempre aos interesses esporádicos e questões de menor valor. A própria expressão “tão boa vontade” denuncia seu sarcasmo, mais parece uma peça de insulto. Os projetos eram apresentados conforme os interesses. O segundo parágrafo esclarece melhor a questão, afirma Moacyr que

É verdade que nestes projetos bem poucos são os que não subordinam os interesses dos corpos docentes e discentes aos interesses da nação; bem poucos, raríssimos, os que trouxeram um programa de educação integral, um esforço de cultura, um pensamento superior do futuro de nossa nacionalidade (MOACYR, 1916, p.6).

É um argumento em paradoxo não só porque a segunda parte do texto negaria a primeira, mas porque é no conjunto da publicação que Moacyr evidencia a questão. O autor apresenta a chave para a aventura na “selva selvaggia<sup>26</sup>” em que se transformara a questão do secundário e superior, de forma que os verdadeiros compromissos que à nação se impunham eram submetidos. Os projetos, os tantos a que se referiu tinham foco no diploma, na titulação, em uma prática de uma elite sem cultura. A esse indicativo, observamos o autor ao longo do texto simpatizar-se com os projetos de educação integral (primário, secundário e superior), como no caso de Tavares de Lyra e alguns outros; na criação do Ministério da Educação

<sup>26</sup>A “selva selvaggia” é termo usado por Primitivo Moacyr para definir a dinâmica dos processos legislativos, em que se adiava a obra da cultura que se referia à preparação do homem comum para a economia do país, como também a de formação das classes dirigentes, no caso o secundário (MOACYR, 1929).

(Medeiros e Albuquerque). Afirmamos: o tema que conduz o livro é a discussão do projeto político, social e cultural que se esconde na desoficialização, caracterizada por Primitivo Moacyr como demolição da instrução nacional.

De forma geral, Moacyr repercute o engenho dos processos no parlamento: morosidade, arquivamentos, debates e ações protelatórias a que esteve sujeito o tema instrução popular, por conta de confrontos de perspectivas. Aconteceram debates homéricos, acordos suspeitos, enfim, fatores e condições que indicam a complexidade do processo conflituoso e dialético da constituição da legislação e da estrutura educacional. Nos meandros do texto, revela a realidade do Parlamento, no qual o debate da instrução, em especial a popular, se deu em meio a conflitos, desacordos, afirmações, negações e retrocessos que configuram a identificação de uma realidade conflituosa, contraditória e resistente, o que permite a compreensão da história como processo de embate de contradições e interesses. Tal observação permite afirmar que Primitivo Moacyr não é porta-voz dos interesses do governo e ou do grupo hegemônico no parlamento.

No último parágrafo do livro, retoma as questões postas nos dois primeiros e mostra o sentido que atribui ao material que organizou. “[...] modesto subsídio aos homens de boa vontade na solução, dentro de nossas tradições e ensinamento alheio, do problema de nosso aparelhamento econômico e, mais, de integração nacional” (MOACYR, 1916, p.206); ou seja, o reconhecimento de que a instrução deveria atender a realidade brasileira, mas sem destacar as contribuições de outros povos diante dos grandes desafios nacionais.

#### 2.1.2.2 A Instrução Pública no Estado de São Paulo. 1º e 2º volumes (1942)

A publicação faz parte da coleção “Brasíliana” e enfoca a instrução no Estado de São Paulo na primeira década republicana, mais especificamente aos anos 1890 a 1893. São Paulo foi a única unidade da federação que recebeu uma publicação de Primitivo Moacyr (1942a; 1942b) sobre a situação da instrução no período referido. São dois volumes, perfazendo em torno de 560 páginas. É provável que fizera parte um projeto mais amplo como fora realizado com as províncias, mas que não se realizou. O objetivo principal é apontar os pressupostos da escola popular republicana, capitaneada pelos princípios da escola nova de referencial estadunidense.

O primeiro volume está organizado em cinco partes: O ensino na capitania e na província, O ensino normal, 1890; A reforma de ensino, 1891; Lei do ensino público, 1892; e Regulamento do ensino, 1892. No segundo volume o autor dedicou-se aos regulamentos do ensino primário, Escola Normal, secundário, politécnico, médico, profissional, jurídico, agrícola e artístico. Apresentou as Casas de Educação<sup>27</sup>, as instituições científicas e literárias, os projetos legislativos do período e as despesas com a instrução. Há uma espaço dedicado a notas (retiradas de “Cronologia Paulista”, de Jacinto Ribeiro, vol. II, parte 2, p. 566-68 e de “O ensino em São Paulo”, de José Feliciano de Oliveira, publicado em “Educação”, janeiro a março do 1932), bem como o referencial bibliográfico [Coleção de (1890-1900); Relatórios do Secretário do Interior (1891-1897); Relatório do diretor geral da instrução (1893-1900); O ensino em São Paulo, — J. Feliciano de Oliveira, 1932; Um Retrospecto — João Lourenço Rodrigues, 1930; Cronologia Paulista — Jacinto Ribeiro] (MOACYR, 1942b).

Nuto Sant'Ana (1942) relatou a grandiosidade das publicações de Primitivo Moacyr em colunas da imprensa, que foram enfileiradas em volumes. Segundo o articulista, poucos eram os que no Brasil daquele tempo enfileiravam-se em condição semelhante quanto ao empenho do pesquisador e da bagagem literária que carregava. O comentário enfatiza que o autor ocupou-se de um dos períodos mais importantes e movimentados do ensino paulista, até então. “Vê-se pelo exposto quão interessante é este trabalho, o qual sem dúvida prestará os mais valiosos auxílios à história da instrução pública no Estado de S. Paulo” (SANT'ANA, 1942, p. 11):

O “Jornal do Brasil” publicou parecer lembrando que acompanhara as publicações de Moacyr sobre a Instrução Pública Nacional. Apresenta os dois novos volumes sobre São Paulo, afirmando que o conteúdo apresenta “[...] um largo retrospecto sobre a evolução anterior do ensino, que parte das primeiras escolas dos jesuítas, [...]”, e acompanha “[...] o decênio compreendido entre 1890 a 1900 [...]” (JORNAL DO BRASIL, 1942b, p.7). A novidade são as fotografias de edifícios escolares, professores e administradores escolares.

---

<sup>27</sup>As Casas das Educandas era um estabelecimento de educação das moças órfãs, também denominado Seminário das Educandas. O recinto era simples e com os cômodos necessários, e garantia a saúde das educandas. Apesar de localização urbana, era um local propício para a proliferação de epidemias. A nota indica a qualidade sanitária da instituição. O relato indica que boa parte daquelas moças encaminhava-se na vida em atividades de ensino, prosseguindo os estudos na Escola Normal; exercendo o magistério particular; empregando-se em casas de costuras; companhia aos protetores; administração de lares e outras prestavam serviços domésticos leves (MOACYR, 1942b).

Nas notas dos dois volumes (“Um retrospecto, ensino público em São Paulo” - 1930, do professor João Lourenço Rodrigues e “Cronologia Paulista”, de Jacinto Ribeiro), Moacyr procura explicar os motivos pelos quais a escola primária de São Paulo não continuou com o mesmo empenho dado por Bento Ferraz de Campos. E sugere, nas notas, que esse fato tenha a ver com a presença de Dr. Claude Henri Gorceix (1842 a 1919) como consultor da Secretaria do Interior no governo Vicente de Carvalho e suas repercussões sobre a instrução pública, porque este meteu-se a reformar a instrução pública paulista, resultando em projeto que era uma confusão na parte doutrinária e administrativa.

Serviram de fontes ao primeiro volume: “História da Companhia de Jesus no Brasil”, do padre Serafim Leite; “Cartas”, de Luiz dos Santos Vilhema; “A Instrução e as Províncias”, vol. II, de Primitivo Moacyr; “Anais do Congresso Legislativo” do Estado de São Paulo; “Coleção de Leis do Estado de São Paulo”; “Relatórios dos Secretários do Interior”. No segundo volume Moacyr apresentou como referências, “Coleção de Leis” (1890 – 1900); “Relatórios do Secretário do Interior” (1891 – 1897); “Relatório do Diretor Geral da Instrução” (1893 a 1900); “O ensino em São Paulo”, de José Feliciano de Oliveira. Aos dois volumes são comuns as fontes “Um retrospecto, ensino público em São Paulo”, do professor João Lourenço Rodrigues e e “Cronologia Paulista”, de Jacinto Ribeiro.

#### 2.1.2.3 A Instrução e a República. 1º volume (1941)

A partir do trabalho realizado por Moacyr, que resultou nos seis volumes anteriormente publicados – Império e Províncias –, os colunistas de diversos periódicos para assuntos da instrução concebiam a nova publicação como uma continuação da série anterior, com recorte nos anos de 1890 a 1892, tempo da promulgação e vigência da reforma Benjamim Constant. Apesar das considerações positivas, o jornalista lamentava que o professor Lourenço Filho não tivesse produzido um de seus prefácios sugestivos e lúcidos que definiria e recomendaria o trabalho. Em outro apontamento, referiu-se ao costume de Moacyr em indicar a fonte ao final de uma sequência, e sugere a sua antecedência ao texto para facilitar as consultas. Quanto ao conjunto, sugeria que o uso de tópicos, ementas, títulos e subtítulos tornariam o escrito mais esclarecedor. A sugestão não foi seguida nos volumes subsequentes.

O primeiro volume trata da Reforma Benjamin Constant (1890 a 1892) e das repercussões dali desencadeadas, uma sequência de acertos e acomodações na legislação decorrentes, que ora tinham o propósito de realizar alguns de seus princípios, ora buscavam outras realizações. Os defensores da desoficialização do ensino e da equiparação marcaram o debate no período de vigência da Lei Benjamin Constant.

No “capítulo preliminar”, há um resumo das publicações anteriores, uma sinopse de “A Instrução e o Império”, nas páginas 5 a 19, e de “A instrução e as Províncias”, nas páginas 19 a 35. O texto de abertura demonstra a perspectiva interpretativa de Moacyr: a herança cultural que o Brasil independente recebeu foi minguada, concentrou-se nos centros litorâneos, reduziu-se ao sentido confessional, aulas primárias sem incremento e um secundário de aulas avulsas. No Brasil independente, fatores diversos secundarizaram a instrução, especialmente a primária: a organização política e administrativa, as dificuldades internacionais, a inexperiência parlamentar, inquietações da ordem pública, dificuldades financeiras (MOACYR, 1941).

Moacyr (1941) apresenta a “Reforma Benjamin Constant” como a mais completa e ousada que o Brasil conheceu até então, em particular por seu objetivo organizador e moralizador dos seguimentos secundário e superior. Conforme o autor, a importância dessa reforma deveu-se ao fato de ocupar-se da instrução em sua globalidade, da primária à superior. Os recortes apresentados identificam reações de segmentos e setores (famílias de estudantes, estudantes, representações de professores e instituições) que repercutiam costumes enraizados, e, conseqüentemente, repercutiam na apresentação parlamentar qualquer proposta que estabelecesse regras radicais na organização do ensino.

O falecimento do ministro em pleno exercício de suas incumbências deu outros direcionamentos à reforma ao permitir a emergência das forças contrárias aos conteúdos e normatizações por ele constituídas. Nas entrelinhas desse volume e dos demais da coleção “A Instrução e República”, Moacyr (1916, 1944) compreende que o discurso da herança cultural recebida do Império constituía-se em um argumento tendencioso que escondia os fatores que no presente mantinham a instrução pública em condição de atraso. Da mesma forma valoriza os indicativos da importância do governo central em tomar para si os rumos do mais importante segmento da instrução voltado para todos.

As resistências quanto à presença do Estado no direcionamento da questão educacional não decorria somente de resquícios herdados do regime anterior. A forma da organização e a seleção dos excertos indica que o problema era de ordem estrutural e moral. De maneira mais geral, nesse primeiro tomo Primitivo Moacyr acentua os princípios gerais da Reforma Benjamin Constant e os debates e entraves dali decorrentes por questões de ordem conceitual e de condições de implementar os pressupostos que norteavam a proposta.

A primeira nota foi retirada de Tasso Fragoso, em trecho de um de seus discursos, no qual exalta as qualidades humanas e intelectuais de Constant, entre as quais o domínio de uma metodologia que seduzia seus acadêmicos, da visão geral para as particularidades e aprofundamentos. A segunda nota é de Araripe Júnior (diretor da Diretoria de Instrução do Ministério do Interior) e versa sobre a Reforma Benjamin Constant; este identifica ali o princípio da integralidade defendido por Rui Barbosa, e que nos regulamentos essa essência fora perdida.

Há uma defesa da seriação positivista como método, desde que não comprometesse o regime integral de ensino. Moacyr entendia que o regime parcelado impedia os fins sociais do liceu. Em sua acepção, a divisão do trabalho contribui “[...] imprimindo movimento gradual a harmônico à inteligência do aluno.” A conquista desse objetivo exigia dos professores “[...] harmonia de vistas, pedagogicamente falando [...]” Para enfrentar a dispersão “dos hábitos de atenção [...]”, Benjamin Constant estabeleceu “[...] a *classificação positivista* como eixo dos programas do ensino secundário.” (MOACYR, 1941a, p. 258-259). Nesse ponto, Araripe discorda de Constant com o argumento de que o processo positivista desconsiderava as condições de recepção e plasticidade de inteligência do aluno e defende o método intuitivo. Aponta o processo estabelecido para o exame de madureza como impedimento de implemento da reforma, como o caso das provas escritas e orais em sete dias sequenciais. O autor entende que a reforma fora vítima do “espírito reacionário”; de um lado, estavam os que acusavam o regulamento de sectário, enquanto, de outro lado, não se acreditava na possibilidade de instituição do regime integral (penoso ao professor em função da índole de poupar esforço e economizar atenção que marcava os alunos).

A fontes indicadas por Primitivo Moacyr para esse primeiro volume da coleção são: “Atos do Governo Provisório” (1890 – 1891); Relatório do Ministério da Instrução” (1891); “Anais do Congresso Nacional” (1891).

#### 2.1.2.4 A Instrução e a República. 2º volume (1941)

O segundo volume de “A Instrução e a República” é apresentado em dez capítulos, a saber: Código de ensino; Ensino secundário; Exames preparatórios; Ensino médico; Ensino politécnico; Ensino jurídico; Estado da instrução; A instrução no Distrito Federal; Projetos legislativos; Despesas com a instrução. Há uma lista dos Estabelecimentos particulares de ensino no Distrito Federal na última página.

A bibliografia educacional apresentada: “A Instrução pública nos tempos coloniais”, de Moreira de Azevedo; “Ensino secundário”, relatório de Said Ali Ida; “Bases do Regulamento do ensino secundário”, relatório de Araripe Júnior; “A Instrução e a Imprensa”, de José Veríssimo; e “Revista do Pedagógico”. Todas são publicações dos anos 1990.

Trata do Código das disposições comuns às instruções de ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dos processos e debates construídos em torno dessa questão, de sorte que teve como objeto o ensino secundário em sua estreita relação com o ensino superior. Dispõe sobre a estrutura para difusão do ensino superior e de sua organização em faculdades e escolas federais pontuais: duas de Direito (São Paulo e Pernambuco); duas de Medicina e Farmácia (Rio de Janeiro e Bahia); uma Escola Politécnica no Rio de Janeiro e de Minas nas Minas Gerais. Uma das grandes questões apontadas por Moacyr no segundo volume (Código Fernando Lobo) refere-se aos problemas com o professorado dos dois segmentos de ensino. Observamos que o autor enfoca o problema da docência, daí o destaque ao estabelecimento das obrigações do professor ao longo do texto (MOACYR, 1941b, p.12).

Entre as peijas de Fernando Lobo, Moacyr enfatiza a administração das reações às exigências impostas pela organização e seleção dos conteúdos na reforma Benjamin Constant. Registrou que, em 1893, o ministro providenciou a reforma do Ginásio Nacional “[...], modificando-lhe o plano de estudos, de maneira a torná-lo menos árduo e mais acomodado ao grau de desenvolvimento intelectual e compatível com a idade dos alunos.” (MOACYR, 1941b, p. 67); essa solução não diminuiu as pressões por reformas naquela instituição.

A versão de Moacyr para o Código Fernando Lobo é de trabalho de adequação da reforma de Constant ao potencial de pressão dos grupos e segmentos discordantes, consoante seus interesses. A definição do ensino secundário, como tende mostrar Moacyr, em uma

tendência republicana que habilita, “[...] antes de tudo, para a vida de homem civilizado, para a sociedade, o que não se compreende fora da esfera dos conhecimentos úteis que constituem os cursos secundários” (MOACYR, 1941b, p.67).

A partir dos estudos de Medeiros e Albuquerque, membro da Comissão de Instrução Pública, apresentados à Câmara, em setembro de 1896 (proposta de criação do Ministério de Instrução e Belas Artes), Moacyr indica que da instrução no Brasil era de ausência de um ordenamento geral e que não se reduzia à fragilidade moral e de formação (intelectual e metodológica) dos professores, como era comum se afirmar. O argumento do parlamentar será insistentemente retomada por Moacyr nos demais volumes da coleção com o mesmo sentido elaborado nos primórdios da República. “Carece de uma autoridade superior que possa ver do alto os interesses gerais da instrução; interesses nacionais e mesmo alguns internacionais, que só podem ser apreciados por quem saiba despir-se dos preconceitos mesquinhos de cada congregação (MOACYR, 1941b, p.214, grifos nossos).

Diante da repugnância à intervenção nos Estados, Moacyr demonstra que as atribuições dos ministros responsáveis pela instrução foram liberadas para as corporações docentes que acabaram por consolidar “[...] errônea a inteligência que se dá ao princípio de autonomia do professorado, no qual se pretende enxergar novo motivo de repulsa às intervenções do governo” (MOACYR, 1941b, p.215), na medida em que confundiam autonomia do ensino nas questões científicas com questões relativas à organização nacional da instrução.

#### 2.1.2.5 A Instrução e a República. Terceiro 3º volume (1941)

O terceiro volume ocupa-se do conjunto de leis que sistematizavam a organização dos Institutos de Ensino Superior e Secundário. Sua tramitação no Congresso Nacional gerou a oferta de projetos substitutivos e emendas que alteraram vários dispositivos. Moacyr indica que esse movimento se explica pelas origens de grande parte dos debatedores, advindos de relações ou exercício profissional no ensino superior e secundário. As representações de diferentes corporações no projeto foram enviadas à Comissão, e “foram oferecidas, em sua maioria acobertando interesses dos corpos docentes e discentes”. (MOACYR, 1941c, p.71).

O volume apresenta quatorze capítulos: Código de ensino; Bases para a revisão do Código de 1892; O Código no Congresso Nacional; Ensino Superior; Ensino Secundário; Institutos equiparados; Exames de preparatórios; Ensino jurídico; Ensino politécnico; Ensino médico; Projeto de reforma de Tavares Lira (1907); Projetos legislativos; Despesas com a instrução. Após a bibliografia há uma lista de estabelecimentos de ensino particular no Distrito Federal. O referencial bibliográfico apresenta “A Educação nacional, relatório de José Veríssimo; “Exames gerais de preparatórios”, de Dunshe Abranche; “Ensino superior e Faculdades livres”, do mesmo; “A Instrução no Estado do Amazonas”, de Monteiro de Souza; “Revista Educação Nacional” e “O Ensino público”, de Pinheiro Guimarães. Todos do período de 1900 a 1910.

O tema mais presente no volume é a situação do ensino secundário (ingerência política, completa liberdade de ensino e frequência, exames moralmente viciados, equiparação, função e especificidade do secundário) que, segundo o autor, não contribuía para a formação de uma elite nacional ampla e nem garantia um ensino superior consequente, daí os subterfúgios construídos na forma de lei para facilitar o acesso. Moacyr parece compreender que a desoficialização preconiza muito mais interesses escusos que princípio liberal, à medida que percebia descompromisso com a nação.

Na nota do “Jornal do Brasil (F., 1942) publicada no mês anterior, a referência ao volume que tratou do Código Epitácio Pessoa destacou a forma como o conteúdo (leis e regulamentos, relatórios, projetos, debates e reações ao Código, dados sobre as matrículas e resultados dos exames) fora organizado pelo autor: transcrição literal e resumo. Indica a reportagem que as reformas Rivadávia e Maximiliano teriam volumes próprios, que estavam sendo organizados por Moacyr.

De acordo com Sant'Ana (1942a), a publicação tinha como finalidade contar a história do ensino brasileiro ao longo da República. Os temas identificam-se com os capítulos, que tratam das bases para a revisão do Código de 1892, do Código no Congresso Nacional do ensino superior e secundário, de institutos equiparados, de exames preparatórios, do ensino jurídico, politécnico e médio, do projeto de reforma Tavares Lira, dos projetos legislativos e despesas com a instrução.

#### 2.1.2.6 A Instrução e a República. 4º volume (1942)

Nessa obra, Moacyr apresenta o debate da desoficialização-oficialização do secundário e superior. A instrução primária aparece circunscrita às discussões travadas nesse campo, porém, em uma condição sempre secundária; coube ao autor, na publicação, colocá-la na condição de evidência. Embora concernente ao ensino superior, a dicotomia desoficialização-oficialização repercutia em todas as dimensões do campo educacional, assim como a centralização-descentralização. No primeiro caso, porque permanecia fora de uma proposta integral e hierárquica (primário, secundário e superior); no segundo, porque os estados acabavam desocupando-se de sua primeira obrigação para oferecer o ensino que interessasse às elites regionais, uma vez que a legislação não limitava a ação de Estados e municípios no ensino secundário e superior.

O volume está dividido em três seções: Reforma Rivadávia Correia; Reforma Carlos Maximiliano; Projetos Legislativos. O primeiro segmento apresenta-se organizado em nove títulos: Bases da reforma; Exposição dos motivos; A reforma; Colégio Pedro II; Ensino Jurídico; Ensino Médico; Ensino Politécnico; Crítica no Congresso Nacional; Execução e defesa da reforma. A seção Reforma Rivadávia é composta por Autorização legislativa; Exposição dos motivos; Reforma; Colégio Pedro II; Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola Politécnica; regulamento e circulares; Parecer da Câmara dos Deputados; Relatórios ministeriais (1916 a 1917); Aprovação da Reforma pelo Congresso Nacional; Decreto da Gripe; Auxílios a escolas; Atos legislativos; Relatórios ministeriais (1920 – 1921 – p.1022); Escola de Minas de Ouro Preto. A última parte, Projetos Legislativos. Apresenta os Órgãos de Coordenação e Difusão do Ensino (Conselho Nacional de Educação; Repartição Geral do Ensino Público; Conselho Nacional de Educação; Departamento Nacional de Educação; Comissariado Geral do ensino primário); Escolas Normais (Superior; Faculdade de Letras; Normal modelo) Ensino Superior (Faculdade de Letras; Faculdade de Filosofia e Letras; cursos especiais); Exames Parcelados; Docência (Lentes do magistério civil e militar); Diplomas; Equiparações; Ensino Secundário; Colégios Nacionais; Ensino Elementar; Intervenção nos Estados; Retoques da Reforma de 1915 (ampla liberdade de ensino); Conselho Nacional de Educação Física. Há um capítulo específico da Conferência

Interestadual de Ensino Primário e Estatística Escolar e uma indicação das despesas com a instrução superior e o ginásio nacional.

Embora o volume trate de duas leis que se referem ao ensino superior e secundário, Moacyr arrumou uma maneira de inserir o ensino primário, de modo que podemos afirmar que roubou a cena e se fez presente de forma contundente, como podemos observar no próprio sumário, pela lista de referências bibliográficas e pelo aparecimento em toda a extensão do volume.

A primeira reforma (Rivadavia Correa) de que trata o tomo instaurou a radicalidade dos princípios da desoficialização. O deputado José Simplício, um dos defensores mais obstinados, defendeu que as datas de 1879, 1891 e 1901 indicam uma tradição pela desoficialização. A defesa da desoficialização como liberdade ampla de ensino desde a abertura de escolas até a gestão pedagógica expressou-se no Congresso Nacional, sobretudo nos debates da Câmara, como posição oficial do governo nacional, não só por conta da proposição de um Ministro de Estado, mas porque repercutia uma política de governo para outras instâncias da atividade governativa.

Moacyr apresenta nesse volume uma lista maior de fontes. São elas: “Os Jesuítas e o Ensino”, de Calógeras; “Introdução à Estatística da Instrução”, de Osiel Bordeux; “Pela Educação Nacional”, de José Augusto; “O Ensino Público no Congresso Nacional”, de Primitivo Moacyr; “O ensino normal primário e a União”, de Vitor Viana; “educação Nacional”, de Monteiro de Souza; “O Brasil e a educação popular”, de Carneiro leão; “As promessas e os resultados da pedagogia moderna”, de Miguel Calmon; “A instrução colonial”, de Viriato Correia; “O ensino no Brasil”, de Agenor de Roure; “A instrução pública”, de Oliveira Santos; “Anais do Congresso de ensino secundário”; “Eduquemo-nos”, de José Augusto; “A instrução pública no Brasil”, de Sales Júnior; “Escolas Profissionais”, de Álvaro Batista; “Problemas da Educação Nacional”, de Egas Munis; “A educação e a rotina”, de Frota Pessoa; “sugestões sobre a educação popular no Brasil”, de Orestes Guimarães; “Ensinar a ensinar”, de Afrânio Peixoto; “O ensino público no governo de Washington Luis, de Freitas Vale; “Um século de ensino”, de Sud Menucci; “História da instrução e da educação no Brasil”, de Carlos da Silveira; “A educação sob o ponto de vista religioso, de Almeida Cavalcanti; “O Ensino”, de Afonso Costa e "Ensino profissional", de Azevedo Sodré. Tais publicações são dos anos 1911 a 1924.

### 2.1.2.7 A Instrução e a República. 5º volume (1944)

O quinto volume tem como centralidade a seriação dos níveis de ensino, a fiscalização e as relações da União com os Estados na oferta da escola primária. Nesse sentido, tematiza o desenlace provocado por duas autorizações sobre a instrução popular. O texto é apresentado em sete capítulos: “Preliminares da reforma”; “Linhas Gerais da reforma”; “A reforma no Congresso Nacional”; “Alterações do regime de exames e seriação”; “Um inquérito da Associação Brasileira de Educação sobre o ensino secundário”; “Projetos Legislativos” e “Uma solução para o problema da equiparação”.

Para Moacyr, naquela altura do processo histórico, nos anos 1920, já existia argumento jurídico, político e econômico o suficiente para viabilizar o Departamento Nacional de Instrução Pública, com prioridade para com o ensino primário, e a instituição do Conselho Nacional de Instrução com ampla representação dos ensinos primários, secundário, superior, autoridades da educação e sociedade civil. Na visão do autor, o executivo, na pessoa do presidente Epitácio Pessoa, perderia a oportunidade de enfrentar a questão e de entrar para a história (MOACYR, 1941), a exemplo de outros governantes.

O autor deu visibilidade para respostas de civis e instituições consultadas por Ramiz Galvão, entre os quais Julio Afrânio Peixoto e Alceu Amoroso Lima. As inovações da proposta, conforme Primitivo Moacyr, consistem na consolidação e ampliação da permissão de colaboração entre União e Estados; na seriação das disciplinas do curso secundário e superior; na autonomia didática, com superintendência geral e orgânica; na subordinação e participação das congregações no Conselho Nacional de Ensino; na obrigatoriedade de frequência; na criação do Departamento Nacional de Ensino (DNE) como órgão executivo do Conselho Nacional de Ensino (CNE), com segmentações que cuidariam do primário, profissional, artístico, secundário e superior.

A criação do CNE e do DNE, em consonância com Moacyr, resultava de tentativas ao longo da Primeira República de nomes como Miguel Calmon, José Augusto, Monteiro de Souza, Azevedo Sodré, Tavares Cavalcanti, que travaram campanhas no Congresso Nacional, bem como na homologação pelo Congresso Brasileiro de Ensino Superior de 1922, na capital federal (MOACYR, 1944).

O mérito da reforma para Moacyr, segundo apuramos, estava na consulta à comunidade interessada no assunto, o ensino secundário e superior, e em ter provocado o debate da função da instrução na formação da elite média nacional, depreendido da busca nos periódicos e demais arquivos em busca das respostas dadas ao inquérito desencadeado por Ramiz Galvão, presidente da Comissão da Comissão de reforma.

O dossiê continha contradições em pontos essenciais, por contra da diversidade de interesses e fundamentos teóricos dos que responderam ao inquérito. A Moacyr, aquele procedimento ventilara a possibilidade de “uma só direção geral e uma só orientação” que permitiria uma solução mais definitiva. O autor parece convencido de que, considerando as agravantes de ordem política, financeira, territorial e social que afetavam a promoção do ensino primário, o incremento da participação da União deveria ser levado a cabo pelos futuros governos republicanos.

Ao apresentar a proposta no parlamento, o ministro João Luiz terminou sua exposição referenciando-se em Leon Berard. “*De la méthode suivie pour l'étude de cette réforme pédagogique, on ne pourra pas dire qu'elle a été clandestine et autoritaire, propice aux desseins cachés fertiles em brusques enterprises et résolution soudanes*<sup>28</sup>” (MOACYR, 1944, p. 44). A citação reporta à reforma francesa do ensino secundário promovido por Leon Berard (1876-1960), Ministro da Instrução em 1919 e 1921 e 1924. Fernando de Azevedo, ao estudar o ensino secundário brasileiro (CUNHA, 2007) e defender que sua vitalidade não se daria na relação com os cursos superiores e ou qualquer outra perspectiva profissionalizante, mas em sua eficiência cultural (físico, intelectual e moral), que permite ao próprio indivíduo acomodar-se às circunstâncias, inspirou-se em Berard, que defendia a sólida formação geral como principal objetivo do ensino secundário. O que importava era a contribuição para a formação dos quadros médios que assimilariam e propagariam ideias e opiniões, sustento de toda a democracia.

O texto reflete a necessidade de moralização do ensino secundário e superior, defende-se da acusação de solução autoritária, uma vez que abriu inquérito para colher contribuições de pessoas físicas e instituições, e que não se vergara aos interesses tradicionais das instituições e segmentos sociais, acostumados a vincular o secundário ao ensino superior e

---

<sup>28</sup>“O método seguido para o estudo dessa reforma educacional, não vamos ser capazes de dizer que foi ilegal e autoritário, propício para as ideias férteis escondidas em instituições que buscam soluções rápidas” (Tradução nossa).

profissionalização, descurando da possibilidade de contribuir com um processo mais sólido da formação da formação das elites intelectuais e políticas que a república demandava.

São vários os motivos que provocam a simpatia de Moacyr pela reforma João Luiz Alves – Rocha Vaz, entre os quais o princípio de que a cultura geral é sempre a base de todo progresso moral e econômico. O autor defende que descuidar do referido segmento do ensino é contribuir para o atraso da nação e de seu progresso (MOACYR, 1944). O acento se deu nas ciências aplicadas, sem necessidade de abandonar os estudos dos clássicos, que perderam a exclusividade, mas foram mantidos pelas nações modernas na formação do homem, de modo especial por tratar de questões inerentes aos homens de todos os tempos.

#### 2.1.2.7 A Instrução e a República. 6º e 7º volumes (1942)

Moacyr manteve uma forma de escrita que lhe é peculiar: a retomada dos antecedentes, os próximos e o mais longínquos. Tal recurso se apresenta sempre que adentra a um tema novo, como uma espécie de introdução ou consideração de que o passado tem algo a dizer. Nesse sentido, apresentou a memória do ensino técnico industrial e comercial nas províncias no tempo imperial. “Concedida pelo Ato Adicional às províncias a autonomia para o ensino elementar e secundário, foram feitos também vários ensaios do ensino técnico-profissional” (MOACYR, 1942, p. 7).

Nos volumes sexto e sétimo, Moacyr apresenta a mesma estrutura: “Antecedentes no Império”, seguido de seções em que expõe a situação do ensino técnico profissional, do comércio e das áreas ligadas à terra, ou seja, as políticas, estatutos e instituições; os profissionais; as escolas, as conferências; os projetos que tramitaram no legislativo, referentes a cada um dos segmentos.

Observamos que fora muito atencioso com os capítulos das escolas de aprendizes e artífices que se encontra no volume seis, reforçando o potencial de inclusão social daquelas instituições. O sétimo volume é dedicado às atividades de formação do trabalho ligado à terra. No primeiro capítulo, denominado “Antecedentes no Império”, o autor apresenta as condições do empreendimento agrícola, botânico, mineral e zoológico nas províncias, evidenciando as políticas e instituições. O ensino das atividades ligadas ao campo já tivera uma tradição de participação do governo central.

O técnico industrial basicamente deveria responder à questão social, já que se tratava de um segmento da instrução voltado para incluir os indigentes, órfãos e tutelados da justiça, bem como contribuir com o “movimento industrial do país”. Já os liceus, como incremento do ingresso no ensino superior, cuidavam do direcionamento a profissões comerciais e industriais. Os limites do aprendizado de trabalhos manuais durante o Império foram explicitados por Moacyr com o Relatório de Gonçalves Dias.

O aprendizado de ofícios mecânicos entre nós só não é humilhante em alguns estabelecimentos gerais e provinciais. Nos particulares aplicando-se aos mesmos misteres arredam as pessoas livres que teriam de ombrear com eles. Para os educandos artífices já não será pequeno embaraço quando, vencida a primeira dificuldade, entrem na vida e a cada passo se encontrem com os escravos que exercem ou a maior parte das profissões todas manuais (MOACYR, 1942, p. 47).

Na República, a escola e a oficina são aproximadas como exigência não só de incorporação dos desassistidos pela vida, assim como solução para o incremento da substituição de mão de obra e formação do espírito de trabalho, então entendido como maior expressão de amor à pátria. Tais instituições, historicamente, desenvolveram função regenerativa de meninos sem amparo, e na República encontram-se alteradas na medida em que foi ampliada a sua abrangência social.

O ensino profissional é um assunto de palpitante interesse para a nação, sob qualquer aspecto que se considere, normalmente para as classes menos abastadas da sociedade, para aqueles que do trabalho cotidiano tiram os meios de subsistência... *Criando-se a oficina ao lado da escola de maneira que o auxílio recíproco desses dois fatores* possa trazer à nossa nacionalidade a força de que tanto precisava, para tornar-se digna da fértil natureza que a cerca, fazendo-a instrumento inteligente da produção industrial, conseguir-se-á transformar a apatia em que ora ainda se clama entre as indústrias .... Urge cuidar do aprendiz de hoje pensando preparar o mestre de amanhã ou, pelo menos o cidadão útil à sua pátria (MOACYR, 1942, p. 49).

O primeiro foco eram os indigentes, órfãos e tutelados da justiça. Ao lado desse empenho, passaram pelo ensino profissional os menores do sexo masculino que desejassem aprender uma profissão, arte ou ofício. Recebiam educação moral, literária e física de inspiração militar. Os exercícios desta última tinham como meta o desenvolvimento do organismo, condição de um bom trabalhador e cidadão. As Escolas de Aprendizes Artífices

respondiam ao processo de complexificação da vida na cidade, que exigia aperfeiçoar os meios e as possibilidades dos segmentos proletários garantir sua existência

[...] que para isso torna-se necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna como o indispensável preparo técnico e intelectual como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime, que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (MOACYR, 1942, p. 59).

De certa forma, Moacyr socializa que a porta de acesso à escola primária para as classe inferiores se deu pelas oficinas de aprendizes, voltadas para atividades urbanas ou rurais que se destinavam “[...] ao ensino profissional primário e gratuito” (MOACYR, 1942, p. 57). Nessa mesma perspectiva, os trabalhos manuais foram introduzidos nas escolas primárias.

Da mesma forma que se passou com a formação técnica industrial e comercial, a instrução para as questões do campo (agronomia, veterinária, zootecnia e indústrias rurais) nos níveis superior, médio e primário indicam, de um lado, a importância da racionalização do processo de trabalho com a terra, e de outro, a fixação do homem a atividades rurais. O autor considerava que tão importante como as condições necessárias aos trabalhadores e proprietários no sentido de dinamizar suas atividades produtivas, a formação técnica se consolidava como oportunidade de escolarização para grande parcela de infante-juvenis, bem como de adultos, na mesma medida em que estabelecia comportamento.

A partir dessa breve apresentação das publicações na coleção Brasileira e no INEP, podemos afirmar que a incursão por essa parte da obra de Primitivo Moacyr revela, desde seu trato com os conteúdos mais remotos aos mais atuais no campo do ensino, a presença de provocação para pensar a responsabilidade do governo geral com a instrução primária, bem como um plano de políticas específicas para o segmento majoritário da população: aqueles que não tinham acesso à escola fundamental.

De forma geral, reafirmamos que Moacyr entende que cada tempo produz suas respostas aos problemas, o que evidenciamos em sua terminante recusa em participar do recurso de se responsabilizar o passado. No momento em que a escolarização passa a se constituir uma necessidade decorrente das atividades humanas de sobrevivências das ordens políticas, econômicas e sociais, a sociedade foi construindo as respostas possíveis. Permanece a insistência de que o passado produziu respostas que o presente insistia em adiar, capitaneado

pela ordem socioeconômica vigente. Os volumes indicam que, para Primitivo Moacyr, a República estava para ser construída e dependia, em grande parte, da disponibilização de uma cultura geral a toda gente.

Na sequência, buscamos identificar a presença de Primitivo Moacyr nas pesquisas do campo da historiografia da educação referenciando-nos nos motivos e formas de apropriação do autor e de seus escritos pelos pesquisadores da área em consulta ao sistema lattes e às revistas da área no Brasil.

## 2.2 PRIMITIVO MOACYR NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS

De acordo com Ferreira (2002), os estudos que se ocupam de mapear determinada produção acadêmica recebem a denominação “estado da arte”, “estado do conhecimento”, em uma ação que se constitui em dois tempos: 1) identificação dos dados; 2) inventário da produção (tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas).

Nas palavras do autor:

Um, primeiro, que é aquele em que ele (o pesquisador) interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. [...] Um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos (FERREIRA, 2002, p. 265).

O objetivo do “estado do conhecimento” é documentar o que se tem pesquisado em determinado tema, fonte ou assunto, nos campos de pesquisa. Nesta tese, ocupamo-nos do primeiro momento, do “quando”, do “onde” e de “quem” tratou do autor como fonte. Objetivamos apresentar informações do movimento da presença de “Primitivo Moacyr” nas pesquisas em história da educação, como fonte ou referência. Para tanto, utilizamos dois recursos para a realização das buscas: a Plataforma Lattes/CNPq, a partir da condição de

referencial para identificar pesquisadores que têm produzido e publicado sobre o autor e suas publicações; e os veículos periódicos com tradição de divulgação das publicações da área.

### 2.2.1 A condição de fonte

Os escritos de Moacyr inserem-se na caracterização inicial do INEP de organização e sistematização de documentação da educação brasileira, conforme o Decreto 378, de 13 de janeiro de 1937. Tal competência do INEP foi mais evidenciada no Decreto 580, de 30 de julho de 1938, que o define como centro de estudos das questões educacionais ligadas ao trabalho do Ministério, entre os quais a organização da documentação de história e estado da doutrina e técnicas pedagógicas. Segundo Lourenço Filho (2005), uma das funções do INEP era fazer a tradução dos “segredos” das repartições públicas. Ao discorrer sobre as atividades dos primeiros anos do Instituto, situa Primitivo Moacyr como colaborador espontâneo com a dimensão histórica da educação.

O aspecto propriamente histórico encontrou um colaborador espontâneo na figura do inesquecível pesquisador Primitivo Moacyr, auxiliado, com rara dedicação, pelo Dr. Rui Guimarães de Almeida<sup>29</sup>, também infelizmente já desaparecido. A ambos se deve a publicação da obra *A Instrução e a República*, em sete volumes, que o INEP editou nos anos de 1941 e 1942 (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 183).

Gonçalves e Faria Filho (2005) apresentam a formação do campo da historiografia da educação no Brasil a partir de três vertentes segundo a escrita da história da educação produzida: a) o IHGB; b) as Escolas Normais; c) a produção acadêmica. Para estes autores, essas faces se interferem, conforme os critérios que estabeleceram para a escolha das obras fonte do estudo: a) o objetivo expresso do autor em tratar de história da educação; b) tratar de história da educação e assim ser reconhecida pelo campo, mesmo que não se constitua intencionalidade do autor.

---

<sup>29</sup>Rui Guimarães de Almeida nasceu em Santo Antonio de Pádua (RJ) em 5 de junho de 1909 e faleceu em 9 de setembro de 1945, na cidade do Rio de Janeiro. Formado pela Faculdade de Direito de Niterói, exerceu a profissão em sua cidade natal. No campo político, foi deputado estadual no Rio de Janeiro. Em 1937, perdeu esse cargo com o golpe do Estado Novo. Estudou o jovem delinquente, tema sobre o qual publicou alguns trabalhos quando atuava no INEP.

Conforme os critérios dos autores, Primitivo Moacyr insere-se nos padrões de trato da pesquisa e escrita da história da educação de um tempo em que fazer história<sup>30</sup> era coligir fontes, de acordo com o modelo do IHGB (VIDAL; FARIA FILHO, 2003). Entretanto, é importante considerar que escrever de forma similar pode ser resultado das influências do meio, das práticas então existentes, e não da não da necessária ligação ao Instituto. A biografia de Moacyr indica certa autonomia em relação às instituições culturais e políticas de seu tempo, como o IHGB e a ABE, embora tenha publicado pelo Instituto (o ensino comum e as primeiras tentativas de nacionalização na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1835-1889; Instrução primária e secundária no Município da Corte na Regência e Maioridade). Identificamos que o autor frequenta esses espaços, mas deles mantém distância, de forma que nos periódicos não encontramos sua ligação ideológica com eles, embora fosse um nome respeitado por esses meios.

Da classificação de Vidal e Faria Filho (2003), salientamos que Primitivo Moacyr não se situa na tradição azevediana, na qual a narrativa histórica está construída por polarizações (velho – novo; tradicional – renovado) dos recortes temporais e temáticos, conceitos, categorias e fatos (CARVALHO; 2003), em que se isolam as contribuições do passado e se anuncia como descobridor da solução. Não se trata somente dos objetos contemplados em suas construções (as expressões não escolares, as instituições de instrução pública, os processos das práticas escolares, a articulação entre práticas e saberes nos processos do ensinar e aprender); os manuais de história da educação, já sob a influência de Azevedo, constituíram-se em instrumental da defesa de ideias e postura salvacionista da escola. Intencional ou não, preservaram uma perspectiva que nos parece ser marca em Moacyr: as soluções são construções coletivas que nos colocam na dimensão de herdeiros e construtores da humanidade. Talvez por isso, Moacyr preservasse o contraditório nos relatos.

O período no qual Moacyr organiza e promove suas publicações legou uma tradição na escrita da história da educação brasileira que se tornou relevante ao produzir obras que se perpetuaram como referências obrigatórias. (TANURI, 1998). A relevância de um período, na

---

<sup>30</sup>No segundo grupo, estão as produções de modelo azevediano, em que figuram os manuais didáticos usados nos cursos de formação de professores (Afrânio Peixoto, Francisca Peters e Maria Augusta Cooman, Bento de Andrade Filho, Rui de Aires Bello, Theobaldo Miranda dos Santos e Fernando de Azevedo). A terceira representação resultou das influências da história cultural, tematizada em associações, grupos e sociedades da pesquisa em história da educação, que surgiram nas décadas de 1980 a 1990 (VIDAL E FARIA FILHO, 2003).

acepção da autora, se consuma por dar

[...] início ao trabalho de construção historiográfica e de organização de fontes, e por ter produzido algumas obras que ousou dizer, tornaram-se quase clássicas e, por isso, ainda hoje fornecem contribuição relevante e constituem referências obrigatórias, em que pese o fato de que outras leituras/representações já tenham sido feitas e ainda possam e devam ser feitas dos mesmos objetos de estudo.” (TANURI, 1998, p.140, grifos nossos).

Toda seleção de fonte já guarda em si mesma um posicionamento, de alguma forma produzido em algum momento da história. Nesse caso, o material organizado por Moacyr é resultado de um processo seletivo anterior ao seu próprio recorte. O motivo da seleção levanta o problema da confiabilidade; aqui, importa considerar que o autor produziu uma narrativa histórica, que carrega uma intencionalidade. A sua própria escolha em trabalhar com fontes oficiais é indicativo importante, talvez a sua compreensão que a função da escolarização da população é imperativo definidor da própria condição do Estado, resultado de sua formação acadêmica.

Temos de considerar que a composição do IHGB, desde sua fundação, nos anos de 1838, preconizava homens do alto escalão da cultura, política e burocracia do poder. Sua existência primeira fundava-se no objetivo de consolidar a monarquia e promover um nacionalismo civilizatório, na produção de versão histórica que propalasse o Brasil na condição de país civilizado, conforme a perspectiva ocidental europeia. O modus operandi do Instituto objetivava inserir o Brasil na trajetória histórica ocidental como participante da mais legítima tradição da ilustração.

Os textos publicados sob a chancela do IHGB tinham como preocupação identificar vestígios das matrizes do processo civilizatório no passado remoto do país, e adquiriu seu ponto mais elevado do progresso no Império de Pedro II. As publicações referendadas pelo IHGB acentuam o cumprimento de uma ação civilizadora por parte da escrita da história com missão de inserir o Brasil na história universal ocidental. A narrativa histórica manifesta compromisso com o sentido do patriotismo. Na perspectiva do Instituto, a função das fontes é confirmar a escrita, conferindo-lhe precisão e legitimidade (PONTES, 1841). O historiador deveria primar pelo procedimento cronológico, pelo discurso de exaltação do país e seus governantes; pela escrita acessível e pela indicação de elementos para o desenvolvimento do

homem (considerar que na formação do povo brasileiro, os negros e indígenas foram coadjuvantes do elemento civilizador europeu) (MARTIUS, 1844). Assinalamos que parte desses itens não encontramos no esforço de Moacyr de escrever a história da instrução, como o caso de exaltar nomes e fatos, elevando-os à condição de referência para a posteridade.

Gonçalves e Faria Filho (2005) evidenciam fatores que vinculam a obra de Primitivo Moacyr à visão de história do IHGB, como sua forma de fazer história; o formato das publicações e a ligação com determinados autores (vide comparação de Afrânio Peixoto com Varnhagem); a inserção na Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) e acolhimento pelo INEP. A intenção de fazer história da educação está presente nos próprios títulos da produção e seu reconhecimento pelo campo, como expressa a proximidade Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, e referência que fazem a Moacyr como “[...] responsável pelo levantamento e pela compilação de leis, estatutos e regimentos escolares, memórias, relatórios e pareceres sobre instrução pública e particular nos vários ramos do ensino (primário, secundário, profissional e superior) no Brasil (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p.82), bem como a expressiva repercussão dada pela imprensa, que o caracterizou, quando das publicações, como historiador.

A respeito de como Moacyr reporta-se passado, é preciso considerar que era a forma predominante no tempo da sistematização de Primitivo Moacyr. Monarcha (2007) relata que, nos anos 1930, a prática de interpretar e reinterpretar o passado com o objetivo de sustentar um sentido para a formação social brasileira, combinando progresso e campo político e cultural, repercutiu na configuração do sentido da educação brasileira a partir do olhar sobre o passado próximo e remoto. A proliferação dos manuais de história da educação mantinha em comum a perspectiva evolutiva da educação.

As iniciativas e realizações do INEP, concernentes aos estudos e pesquisas sobre bibliografia pedagógica e subsídios históricos, a “obra ciclópica” de Primitivo Moacyr e a “obra fundamental” de Fernando de Azevedo, explicitam o empenho de pensar e explicar a nação em perspectiva estrutural e genética. Portanto, podemos dizer que essa produção intelectual destinava-se a promover uma espécie de fusão entre ciência do passado e ciência da nação: tratava-se de dotar a nação de uma genealogia e de um sentido, bem como de formar uma consciência nacional, não por imposição de moldes institucionais, mas por esforço da cultura (MONARCHA, 2007, p.131).

Essa compreensão reforça a perspectiva de que para os autores do período das décadas de 1920 a 1930, o passado era responsável pelo presente. A carta de Moacyr ao *Jornal do Brasil* (30 out. 1937, ano XLVII, n.º 240, p. 14) rechaça esse raciocínio a respeito de seu trabalho. Segundo o autor, cada tempo explica-se por si mesmo. O atraso da instrução na República é responsabilidade da República, que inconvenientemente, se imputava ao Período Monárquico, e enquanto permanecia a força de tal argumento, se adiava o empenho que se impunha.

A manifestação de Moacyr indica que ele concebe sua produção como organização e recorte de fontes, evitando seu ostracismo e cuidando de perpetuar a parte que considerava significativa e que o tempo e condições lhe permitiram realizar. É o que percebe Emílio Willems ao reportar-se à obra de Moacyr como fonte valiosa para a sociologia da educação, reafirmando aquilo que Moacyr sempre evidenciava em seus pronunciamentos. Não era sua intenção fazer história ou sociologia. “Além de possuir grande valor intrínseco como documentação histórica, o material que o Sr. Primitivo Moacyr reuniu [...] constitui valiosíssima fonte para investigações no terreno da Sociologia Educacional” (WILLEMS, 1939, p. 146).

O empenho do pesquisador granjeou elogios de Lourenço Filho em sua notável sistematização de fontes da educação brasileira. Roque Spencer Maciel de Barros estabeleceu uma série de reservas à obra de Moacyr, sobretudo por paráfrases equivocadas e omissão de fontes. Barros assim se expressa: “[...] de modo tal que não podemos sequer saber se omitiu, como faz mais de uma vez em relação a outros documentos, qualquer coisa do texto original” (BARROS, 1986, p. 294). A respeito dessa crítica, reproduzida por parte dos pesquisadores, Rocha (2010) responde que não se trata de “[...] encobrimento de informações, senão aquele acobertamento que é próprio de qualquer relato histórico em decorrência do seu recorte específico. [...]. Entretanto, ainda que possamos concordar com a crítica, nada que não possa ser superado com algum trabalho a mais” (ROCHA, 2010, p.132).

A forma de Primitivo Moacyr posicionar-se frente à escrita da história é uma condição de seu tempo, ao que acrescentamos o fato de que se vivia no período a infância da história como ciência e, no caso do Brasil, o fazer era uma atividade ainda incipiente. Mesmo assim, os estudos do autor demonstram que não se trata de alguém alheio ao processo histórico e sua complexidade.

### 2.2.2 Primitivo Moacyr na plataforma Lattes CNPq e nos periódicos

Os dados que apresentamos sobre a presença de Primitivo Moacyr nas pesquisas do campo história e historiografia referem-se aos anos 2000 a 2013 e são resultados de buscas na Plataforma Lattes e em revistas da área. A opção pelo Lattes deu-se por tratar de plataforma que abriga dados de currículos e instituições das áreas de Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, é de supor que pesquisas e produções que tenham o autor Primitivo Moacyr como alguma forma de referência encontram-se apontadas naquela base de dados. Definimos as chaves de busca pelo nome do autor e suas variações (Moacyr, Primitivo, Primitivo Moacyr, Primitivo Moacir). As coletas de dados aconteceram entre outubro de 2012 e agosto de 2013.

Os currículos em questão foram organizados segundo sua relação (direta e indireta) com a fonte e objeto Primitivo Moacyr. Em um primeiro grupo, identificamos os pesquisadores que estiveram ou estão em contato direto com pesquisas que tiveram ou têm Primitivo Moacyr como objeto ou fonte. Uma segunda categoria refere-se aos que orientaram, participaram de bancas como examinadores e outras ações, sem laço direto com assunto em questão em suas pesquisas. Os resultados estão evidenciados nos Quadros 1 a 7.

Quadro 1 – Incidência de pesquisadores – ligação com Primitivo Moacyr								
PESQUISADORES / relação com Moacyr					PUBLICAÇÕES			
Dr (a)	Ms. e Outros	Bancas	Orientação	outros	Periódicos	Eventos	Livros	total
5	1+4	8	5	2	2	16	1	21

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Dos doutores, dois têm envolvimento por pesquisa própria e quatro por orientação de mestrado (1), graduação (1), doutorado (1), Aperfeiçoamento/Especialização (1), iniciação científica (2). Do total (doutores, mestres e outros), 6 participaram de bancas em que Primitivo era tema, fonte ou objeto, assim distribuídos: mestrado(3), doutorado (3), Aperfeiçoamento/Especialização (1), graduação(1). De mestres e outros, pesquisaram Moacyr: 1 mestre; 2 graduados/graduandos; 2 iniciação científica.

Das produções oriundas da relação acadêmica iniciação científica, graduação, pós-graduação e pesquisa própria, encontramos somente 2 publicadas em periódicos. Os assuntos

das produções, em sua maioria, tratam de temas relativos ao processo da instrução no Brasil Império e República: a educação no Império a partir dos projetos posteriores à Lei de 1854; a contribuição de Primitivo Moacyr na narrativa das primeiras iniciativas republicanas; A instrução pública na Província do Paraná; o processo de construção da escola pública no Brasil; a instrução pública: império e república; ações parlamentares em prol da educação brasileira, Nacional e Continental - Brasil e Américas; o ensino público no Congresso Nacional, o autor, a obra e as propostas sobre a instrução elementar nas últimas décadas do império brasileiro; estudo comparativo de províncias; a reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas. Dois outros trabalhos tratam da escrita da história. Um ocupa-se das repercussões e apropriações da escrita historiográfica de Moacyr, e outra da forma narrativa adotada por ele. As ocorrências de publicações em eventos encontradas no Lattes, parte se deram em eventos locais e outras em nacionais e internacionais.. No quadro a seguir apresentamos os temas e assuntos publicados em eventos do campo e em revistas:

Quadro 2 – Incidência de temas
Eventos/ Tema
<p>Congresso Brasileiro de História da Educação: 1) A presença da relação e influência Brasil- América Latina nas publicações de Moacyr: legitimação, difusão e apropriação de saberes exteriores na constituição do saber nacional; 2) O espaço em que se movimentou Primitivo Moacyr: as ações no aparelho legislativo, no IHGB, na imprensa e no âmbito do movimento da escola nova. A construção da legitimidade do autor.</p>
<p>Seminário do Grupo de Estudos e Pesquisas. "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR): A história da instrução pública na Província do Paraná na perspectiva de Primitivo Moacyr busca desvelar o encaminhamento específico que no Paraná fora dado à instrução pública para sua efetivação no projeto político imposto por parte do grupo dirigente em relação às intenções e condições do projeto de colonização construído na província.</p>
<p>Jornada do Grupo de Estudos e Pesquisas. "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR): 1) O movimento intenso de debates e iniciativas no âmbito da instrução pública Império e as primeiras da República como o parte da campanha universal em prol da difusão da educação captado nos escritos de Moacyr Primitivo sobre a instrução pública; 2) As contribuições de Primitivo Moacyr para os estudos da construção da escola pública primária no Brasil; 3) A forma como o autor situa o debate e desenrolar da instrução pública primária durante o período imperial na constituição do homem nacional que aquele período estava a exigir, segundo as novas configurações da história nacional.</p>
<p>Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE): 1) Estudo comparativo de cinco províncias Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná; 2) A narrativa da reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas segundo Primitivo Moacyr; 3) A contribuição de Primitivo Moacyr na história da escola pública primária na Primeira República, segundo os ideais de uma escola pública de matriz burgueso liberal que inseri-se a população novo processo, que impunha ações mais ousadas por</p>

parte do governo.

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas. "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR): Retrata os debates e iniciativas no âmbito da instrução pública no Império e República (a intervenção do Estado na educação, a criação da escola primária de ensino obrigatório para as classes populares e a organização dos Sistemas Nacionais de Ensino) nos escritos de Primitivo Moacyr sobre a instrução pública.

Revista Teoria e Prática da Educação: A instrução na Província do Paraná no período dos anos 1870 à Proclamação da República destaca os objetivos centrais que orientaram a preocupação com a difusão da instrução pública por parte do governo e da elite provincial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

O que encontramos nos eventos da área não repercute nos periódicos. As produções específicas sobre Primitivo Moacyr não tem o mesmo trânsito nas publicações científicas da área, permanecendo ainda reduzida aos anais de eventos.

O Quadro 3 demonstra que a “A Instrução e o Império” e “A Instrução e as Províncias” são os volumes mais referenciados nos trabalhos. Quanto à obra “A Instrução e a República” é referenciada, mas raramente há uma citação no interior dos textos.

Quadro 3 – situação das ocorrências dos títulos

Títulos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	TOTAL
A Instrução e o Império	5	5	6	<input type="checkbox"/>	16					
A Instrução e as Províncias	5	7	9	<input type="checkbox"/>	21					
A Instrução e a República	3	3	3	3	3	2	3	3	3	26
São Paulo	3	3	<input type="checkbox"/>	6						
Província de São Pedro	2		<input type="checkbox"/>	2						
Município da Corte	1		<input type="checkbox"/>	1						
Breve Notícia	3		<input type="checkbox"/>	3						

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Após evidenciarmos o fluxo de trabalhos sobre Primitivo Moacyr nos eventos e veículos que encontramos no sistema lattes, tratamos da presença do autor nas revistas da área: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE); Revista HISTEDBR *online*, Revista Brasileira de Educação (RBE), Revista de História da Educação (ASPHE/FAE/UFPel).

Quadro 4 - Motivo da presença do autor
ARRIADA; FARIAS (2008). Fonte subsidiária. Estudo sobre a exigência do inglês nos exames preparatórios de ingresso no ensino superior: sua oferta nos colégios brasileiros do século XIX. Moacyr é fonte subsidiária. A Instrução e o Império. v. 1.
BARROS (2006). Fonte subsidiária. Os processos de equiparação do Lyceu de Goyaz ao Colégio de Pedro II, proposta nacional de 1901. Debate da equiparação que arcou a Primeira República. (BARROS, 2006, p. 40-40). A Instrução e a República. v. 1, 2, 3, 4.
BASTOS (1998). Fonte subsidiária. Recorreu a Moacyr para apresentar o aviso do Ministro Lino Coutinho expedido em 1833, no qual conclama as autoridades das municipalidades a redobram atenção à questão das dificuldades de implantação do método lancasteriano. O governo criava o expediente de mandar à França dois indivíduos para aprenderem o método. A Instrução e o Império. v. 2. A Instrução e as Províncias. v. 2.
BASTOS (2008). Fonte subsidiária. Primitivo só na lista de referências. Artigo discute a influência francófona na sociedade e no século XIX. A Instrução e o Império. Cita publicação em 1940, o que não tem sido confirmado.
BONTEMPI JÚNIOR (2003). Fonte: por longo tempo, umas das principais ferramentas do estudante ou pesquisador interessado em história da educação brasileira. O mérito de realizado sobre os arquivos e a localização de fontes primárias. A Instrução e o Império. v. 1,2,3. A Instrução e as Províncias. v. 1,2,3.
BRANDÃO et all (1996). Fonte subsidiária. Tentativa de reconstituição de uma tradição intelectual no campo educacional tem como fonte o livro de João Roberto Moreira, “Educação e desenvolvimento no Brasil”, escrito na década de 50. A Instrução e as Províncias, v. 1, 2, 3.
CALVI; MACHADO (2003). Fonte. Primitivo Moacyr é apresentado como uma das referências para se conhecer as repercussões da reforma Paulino de Souza para a instrução pública, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa em 06 de agosto de 1870. A Instrução e o Império. v. 2.
CALVI; SCHELBAUER (2003). Fonte. O movimento nas últimas décadas do Império e as primeiras da República no Brasil: campanha universal da difusão da educação popular; intervenção do Estado na educação; criação da escola primária de ensino obrigatório; organização dos Sistemas Nacionais de Ensino. A Instrução e o Império . v. 1, 2, 3. A Instrução e as Províncias. v. 1, 2, 3. A instrução e a República. v. 1 a 9. A instrução pública no Estado de São Paulo: primeira década republicana. v. 1, 2.
CARDOSO (2003). Fonte subsidiária.. A trajetória do ensino público no Brasil ao Ato Adicional de 1834. A Instrução e o Império. v. 1.2.3. A instrução primária e secundária no município da Corte na regência e maioria. A instrução e a República.
CARVALHO; GONÇALVES NETO (2006). Fonte subsidiária. A Instrução e as Províncias. v. 1,2,3, 4.
CARVALHO (2012). Fonte subsidiária. A contribuição de Rui Barbosa na análise dos rumos da instrução quanto às demandas dos novos tempos, de forma especial no estudo estatístico do ensino popular, despesas, obrigação do Estado, liberdade de ensino; métodos e programas. A Instrução e o Império.
CURY (2010). Fonte subsidiária. Repercute uma proposição em que a educação escolar mediaria vínculos nacionais através dos quais se garantiria uma dimensão da coesão nacional. Tal mediação ganharia ímpeto pelo abalo trazido pelos movimentos sociais proletários e pelos movimentos políticos internos, com destaque para a Coluna Prestes. O que não quer dizer que só essa revisão

<p>houvesse buscado o princípio de uma diretriz geral e nacional para a educação. Sucessivos projetos de reforma do ensino público encaminhados por parlamentares, durante a chamada República Velha, não lograram êxito em seus propósitos. A instrução e a República. vol. 5.</p>
<p>FERNANDES; SILVA (2010). Fonte subsidiária. Esclarecimentos sobre a Lei de 1827 (existência e lugares das escolas elementares, definição pelo método mútuo e conteúdos; criação e regulamentação das escolas Escolas de Primeiras Letras. A Instrução e o Império. v. 1.</p>
<p>FERRARO (2004). Fonte subsidiária. Os motivos pelos quais a instrução permanecia estagnada. O silêncio do Imperador para com a instrução pública. As das queixas dos ministros do Império, em seus relatórios, sobre a deficiência de prédios escolares, de método e, sobretudo, da miséria em que se debatiam os mestres. Alguns insistiam na criação de universidades. A Instrução e o Império. v. 3.</p>
<p>FONSECA (2009). Fonte subsidiária. A obrigatoriedade do ensino elementar e a dificuldade de educar em mesmo espaço, as crianças libertas pela Lei do Ventre Livre e as demais. As diferentes e semelhantes soluções das províncias. A Instrução e as Províncias. v. 2.</p>
<p>FONSECA (2007). Fonte subsidiária. Estado da arte dos negros na historiografia educacional. A Instrução e as Províncias. v. 1,2,3.</p>
<p>GONÇALVES NETO (2005). Fonte subsidiária. O tema da modernização entre o <i>edis</i> da Câmara Municipal de Uberabinha ao final do século XIX (urbanização, administração pública, educação e organização social). Presença da perspectiva redentora da educação. Moacyr é referencial para comprovar compromisso republicano com a educação popular, e atestas os problemas para a implementação da reforma Constant (pressão sobre os professores). A instrução e a República: Reformas Benjamim Constant (1890-1892) (primeiro volume).</p>
<p>GONÇALVES NETO (2009). Fonte subsidiária. A submissão dos municípios no período imperial, impedindo as Câmaras de discutirem e implementarem projetos educacionais. A ausência do governo provincial na formação do professorado. A maior participação poder municipal na ampliação instrução pública: a experiência do município de Uberabinha (Minas Gerais). A instrução e as Províncias. v. 2.</p>
<p>ISAÚ (2006). Fonte subsidiária. O problema da obrigatoriedade do ensino primário na Europa, a inspeção a escolas e professores, como instrumento do sucesso do ensino na Prússia. A organização do ensino primário nos Estados Unidos. A necessidade de uma escola voltada para a matriz econômica nacional, a agricultura. Exalta a condição de fonte: “A obra mais completa em fontes documentais é ainda a de Primitivo Moacyr, que abarca todo o Império e República até 1924.” (ISAÚ, 2006, p. 71-92). A Instrução e as Províncias. v. 2.</p>
<p>LIMEIRA; SCHUELER (2008). Fonte subsidiária. O acirramento do controle do ensino pelo Estado imperial e pelas províncias. O processo de moralização da atividade livre de ensino. Primitivo Moacyr é referenciado para tratar da liberdade de ensino, da subvenção da instrução pública, do monopólio da direção e fiscalização da instrução. A referência é por via indireta: relatório do Ministério do Império, 1855, como Moacyr citado por Ilmar R. de Mattos. Trata-se de A Instrução e o Império, v.1.</p>
<p>LOPES; MARTINEZ (2007). Fonte subsidiária. A escola Normal na forma de internato e com escola de aplicação anexa - Marquês de Olinda (1886). Moacyr é fonte subsidiária. A Instrução e o Império. v. 3.</p>
<p>LOPES (2010). Fonte subsidiária. A formação do professorado na reforma Carlos Leôncio de Carvalho (decreto n. 4.247 de 19 de abril de 1879): a criação de Escolas Normais. A Instrução e o Império. vol. 3.</p>

<p>LOPES (2012). Fonte subsidiária. A necessidade de uma escola voltada para a matriz econômica nacional. agricultura. Neste quadro insere-se a situação das matrículas na Escola Normal Livre do Município da Corte (1874-75). A Instrução e o Império. v. 3</p>
<p>MENEZES (2009). Informa Moacyr como fonte para os projetos para a obra educacional durante o Império não contemplados na Constituição outorgada, como por exemplo a criação de universidades no Brasil. Não cita uma publicação específica, mas refere-se ao ano de 1936, então a publicação seria A Instrução e o Império, v.1.</p>
<p>MIGUEL; SAÍZ (2006). Fonte subsidiária. A precariedade da vida do professor, o discurso de culpabilização pelo atraso do ensino, a necessidade de prédio escolares específicos para o ensino, o ensino e a construção de escolas como ato de benemerência (doações). A Instrução e as Províncias.. v. 3.</p>
<p>MONARCHA (2007). Fonte de um tempo em que os históricos em educação eram promovidos pelos Estado (1930 – 1950). Atende às iniciativas e realizações do INEP no estabelecimento de fontes para o estudo da educação. Define como recopilações de legislação nos períodos imperial e republicano. A Instrução e o Império. v. 1,2,3. A Instrução e as Províncias. v. 1,2,3. A instrução pública no estado de São Paulo. Primeira década republicana: 1890-1893. 2 v. A instrução e a República. 1941 – 1944. v. 1,2,3,4,5,6,7.</p>
<p>OLIVEIRA; ABBEG (2003). Autores refere-se trabalho de Chizzotti, 1975, p. 15 que estudou a elaboração da legislação codificada a partir da Constituição e dos códigos promulgados durante o Império. Informam que o usou as fontes: documentos oficiais, atas e Annaes do Parlamento Brasileiro, subsidiadas por referências de F.S. Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Primitivo Moacyr. A Instrução e o Império. v. 1.</p>
<p>ROCHA (2010). Fonte. O autor discute o processo de privatização do ensino por meio instituto liberdade de ensino, que de certa forma explica o comportamento das autoridades republicanas. A Instrução e o Império. v. 2.</p>
<p>SOUZA ( 2013). Fonte subsidiária. O disciplinamento por meio da punição. A variedade de castigos. A Instrução e o Império v. 3.</p>
<p>TAMBARA (2002). Fonte subsidiária. A vigilância e inspeção do Estado para que a doutrina não fosse desnaturalizada.. A Constituição foi indicada como manual de ensino da língua e das verdades. Os editores passaram a construir espaço de influência nas comissões de instrução. A consolidação do Estado o Estado como supervisor dos manuais e compêndios permitidos no sistema escolar, notadamente para os primeiros graus de instrução. A Instrução e o Império. v. 1,2. A Instrução e as Províncias. v. 1, 2.</p>
<p>TAMBARA (1997). Fonte subsidiária. Estudo das concepções ideológicas em relação à educação da mulher no século XIX brasileiro. A construção da concepção conservadora do papel da mulher na sociedade. A possibilidade da instrução primária pública. [No secundário, oportunidade, quando havia, só no particular. A Instrução e o Império. v. 1.</p>
<p>TANURI (1998). Fonte. A condição de Moacyr como uma das fontes obrigatórias na produção historiográfica da educação brasileira no Estado de São Paulo na década anterior à instalação dos cursos de pós-graduação. A Instrução e o Império. v. 1,2,3. A Instrução e as Províncias. v. 1,2,3. A instrução e a República. 1941. v. 1,2,3. A instrução pública no Estado de S.Paulo. S.Paulo. v. 2,2.</p>
<p>TANURI (2000). Fonte subsidiária. Trata dos regulamentos a que eram submetidos os professores de ensino elementar em Portugal e seus domínios, pelo Alvará de 6/11/1772, o provimento de mestres, e que, com raríssimas adequações, norteou o processo ao longo da Monarquia. Parte dos princípios contidos naquele regulamento perpetuou-se a definição da formação de professor no</p>

período. A Instrução e o Império. v. 1. A Instrução e as Províncias. v. 1, 2, 3.
TEIXEIRA; SCHUELER (2009). Fonte subsidiária. A contribuição da proposta de reforma de 1886 pelo Barão de Mamoré: leitura diária da Constituição de 1824, do Código Penal do Brasil e dos livros que narrassem biografias de homens célebres, nacionais ou estrangeiros (ações para o engrandecimento do Estado e da nação). A Instrução e o Império. v. 2.
TRINDADE; MENEZES (2009). Fonte subsidiária. A inserção do método mútuo no Brasil. O interesse oficial pelo método. A forma de recrutamento dos professores, pelas Províncias, nos quadros militares, para serem treinados no método. A Instrução e o Império, v.1.
VALENTE (2012). Fonte subsidiária. Postura dos deputados quanto ao ensino da geografia. A Instrução e o Império. v. 1.
VEIGA (2005). Fonte subsidiária. O problema da matrícula e frequência da criança de cor e escravas às escolas públicas: no Rio de Janeiro houve a proibição de frequência à escola pública do “preto africano” (o não-brasileiro) e em São Pedro do Rio Grande do Sul há o registro expresso da proibição de frequência de “pretos”. A Instrução e as Províncias. v. 3
VIDAL (2008). Fonte subsidiária. Texto discute a razão estatística nos procedimentos governamentais e elaboração da prática escriturística escolar na primeira metade do século XIX em São Paulo : produção de saber sobre a escolarização do conhecimento e do sujeito aluno, por parte dos professores. A Instrução e as Províncias. v. 2
WERLE(2008). Fonte. Associada aos relatórios de presidente de província. Fundamenta a prevalência de Escola norma com foco na cidade. Denomina os escritos de Primitivo Moacyr de resenhas. A Instrução e as Províncias. v. 1,2,3.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

A apresentação dos resultados não se fez por revistas, mas pela forma como Primitivo Moacyr aparece nos artigos. Em um primeiro momento, na condição de fonte e, em um segundo, em condições de ilustração de assuntos, temas e fatos. As buscas foram realizadas com os termos relacionados a interesses de Primitivo Moacyr, como Escola Normal no Império e República, formação de professores, instrução pública, intelectuais e educação. A maioria dos estudos apenas cita o autor em algum momento, ou uma ou outra de suas publicações, por motivo de temáticas.

Observamos, nos quadros seguintes, os títulos e seus respectivos volumes, que foram contados pela ocorrência na bibliografia, ou seja, foram considerados uma única vez em cada em cada publicação. Desta forma, a primeira observação que se impõe no Quadro 5 é que a presença de Primitivo Moacyr é um tanto significativa.

Títulos / volumes	A Instrução e o Império			A Instrução e as Províncias			Corte	Total parcial
		I	III	I	II	III		
RHE- ASPHE	6	4	4	6	9	7	1	37
RBHE	3	3	4	2	4	2	1	19
Revista HISTEDBR	4	5	4	1	1	2		17
RBE	1	2	1	2	2	2		09
Total	14	14	13	11	16	13	2	81

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

O Quadro 5 demonstra uma incidência significativa do autor em pesquisas publicadas na RHE- ASPHE, seguidas pela RBHE. Situação idêntica se dá no Quadro 6, quando a Revista HISTEDBR ocupa a segunda linha. Isso se deve mais aos temas e assuntos que os autores pesquisam. A incidência não tem relação direta com Primitivo Moacyr e suas publicações, que na maioria dos artigos se encontra escondida no interior dos textos, seja exercendo a função de fonte ilustrativa ou subsidiária, seja ilustrando e reforçando outro fato e argumento.

Títulos / volumes	A Instrução e a República							São Paulo		Corte	total parcial	Total geral
	I	II	III	IV	V	VI	VII	I	II			
RHE- ASPHE	2	2	2	2	1	1	1	2	2	□	15	52
Revista HISTEDBR	2	2	2	2	1	1	1	1	1	□	13	30
RBHE	1	1	1	1	1	□	□	□	□	□	5	24
RBE	□	□	□	□	1	□	□	□	□	□	1	10
Total	5	5	5	5	4	2	2	3	3	2	36	117

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

O aparecimento dos títulos nos periódicos revela que os mais referenciados tratam de temas e assuntos cujos recortes de tempo incidem sobre o período do Império, seja geograficamente, reportando-se à Corte e ou às províncias. A observação do movimento da pesquisa em História da Educação brasileira, nos mesmos periódicos, demonstra uma

aumento significativo das pesquisas com recorte temporal em períodos situados entre 1808 a 1889. Tal constatação explica, em parte, a condição das referências a Primitivo Moacyr que o Quadro 7 expõe.

Quadro 7 - percentual dos títulos nos periódicos					
Relação entre os títulos			Relação entre os periódicos		
A Instrução e as Províncias	40	39,60%	RHE - ASPHE	49	41,14%
A Instrução e o Império	31	30,69%	HISTEDBR	30	27,03%
A Instrução e a República	28	27,72 %	RBHE	21	18,92%
São Paulo	2	1,9 %	RBE	11	9,91%
Total	101	100 %	Total	111	100%

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

No Quadro 8, a coluna “indicação” refere-se a textos encontrados nos periódicos da área, nos quais Primitivo Moacyr é apontado como fonte que marcou a historiografia em um determinado momento, e que ainda tem sua validade. Na condição de fonte principal, classificamos as incidências pautadas em duas situações. Na primeira, o autor do texto afirma que Moacyr é sua fonte. Na segunda, fizemos a escolha pela insistência como o autor faz uso de citações de Moacyr, de forma que ele se torna o centro das referências usadas.

Quadro 8 - Condição de fonte			
Condição de fonte	Indicação	Principal	Subsidiária
A Instrução e o Império	8	16	19
A Instrução e as Províncias	4	14	25
A Instrução e a República	1	0	2
São Paulo	0	0	2
Total	13	30	48

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

Na condição de fonte específica assumida pelos autores, os artigos tiveram como problema ou tema uma lista considerável: a construção da escola pública no Rio de Janeiro após o Ato Adicional de 1834; avaliação e desempenho dos professores; a instabilidade da fiscalização, os abusos da iniciativa particular; a herança de mundo herdada pela República; escola Norma da Corte; estudo da legislação e de suas repercussões e contradições no

implemento. Primitivo; formação de professores; Escola Normal urbana; histórico de disciplinas; as disciplinas técnicas, como geometria, na perspectiva dos deputados.

Como observamos, em nenhum caso “Primitivo Moacyr” é objeto dos estudos. De modo geral, prevalece a ocorrência do autor para subsidiar alguma informação. Não é raro o caso em que se lança mão de Primitivo Moacyr para dar *status* de verdade aos fatos e processos. Nesse caso, denominamos uso do autor em situação pontual.

Encontramos Moacyr nos periódicos observados nesta tese, quase sempre em um aparecimento esporádico em textos que tratam de temas como a normatização da frequência das crianças libertas pela Lei do Ventre Livre; a compreensão da participação do poder municipal no esforço por ampliação da instrução pública; a demanda por prédios escolares específicos para o ensino; a educação escolar e a criação de vínculos nacionais – a construção e manutenção da coesão nacional no tempo republicano; a equiparação dos colégios secundários e ensino superior; a relação entre educação e desenvolvimento; compromisso do regime republicano com a educação popular; criação de universidades; ensino do inglês nos colégios brasileiros do século XIX (Colégio Pedro II e, Liceu D. Afonso na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul); formação de professores na perspectiva dos regulamentos; impedimento das Câmaras discutirem e programarem projetos educacionais; manuais didáticos de alfabetização nos manuais; manuais do ensino de da língua francesa; método mútuo e conteúdos; o lugar do negro na escola primária nos tempos do Império – a oficialização do afastamento; os negros na historiografia educacional; obrigatoriedade do ensino primário, inspeção a escolas e professores, como instrumento do sucesso do ensino; regulação e fiscalização das escolas privadas na Corte imperial a partir das reformas; responsabilização da população: a incúria do povo como argumento da ilegitimidade social da representação política; subvenção da instrução pública, monopólio da direção e fiscalização da instrução. Entre tantos outros.

As informações colhidas nos permitem identificar um aumento da referência a Primitivo Moacyr nos trabalhos acadêmicos, como maior evidência aos tomos que tratam da instrução nos tempos monárquicos. Acreditamos que isso se dá pelo fato de os referidos volumes serem os mais substanciais em informações, bem como pelo aumento da pesquisa que se reporta ao período. Nesse contexto, quatro conclusões são possíveis diante dos dados apresentados: a) Primitivo Moacyr tem sido visitado com uma frequência e intensidade não

registrada antes na pesquisa acadêmica recente (referimo-nos ao tempo da oficialização da pesquisa nas academias); b) prevalece o uso de suas publicações como instrumento de legitimidade, que possibilita uma referência abalizada a respeito do tema que ora se esteja pesquisando. Nesse quesito, encontramos mais de uma dezena de vezes situações em que autores inseriram alguma publicação de Primitivo Moacyr em suas referências sem nenhuma menção no corpo do trabalho; c) nos estudos em que é colocado na condição de fonte, responde a uma diversidade de temáticas e objetos de pesquisa; d) raramente aparece na condição de objeto de pesquisa.

O trabalho monográfico de Especialização em Educação Pública de Lourdes Margareth Calvi (Universidade Estadual de Maringá de autoria), “Primitivo Moacyr: o autor, a obra e a propostas sobre a instrução elementar nas últimas décadas do Império Brasileiro” (1999), apresenta como objetivo “[...] um conhecimento preliminar sobre Primitivo Moacyr, sua obra e as propostas sobre a instrução pública elementar, destacadas pelo mesmo durante as últimas décadas do século XIX, no Brasil” (CALVI, 1999, p. 7). No texto, a autora declara que estudos sobre o autor e sua obra inexistiam e que a partir daquela descoberta decidira contribuir com “uma primeira aproximação” para com a pesquisa sobre o autor, sua obra, considerando sua importância na história da educação brasileira.

Em decorrência desse estudo, na publicação da mesma autora, a inscrição “Moacyr Primitivo e a instrução pública: Império e República” (2003) estabelece Primitivo Moacyr como fonte para pensar o movimento dos debates e iniciativas da instrução pública nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República no Brasil, tematizada pela criação da escola primária de ensino obrigatório para as classes populares e a organização dos Sistemas Nacionais de Ensino. O texto informa ao leitor que encontrará uma “breve exposição didática de sua obra” e que o objetivo, o conteúdo e a forma como Primitivo relatam os acontecimentos da instrução pública no recorte temporal escolhido. Há uma breve apresentação da vida e obra do autor, seguida do debate da instrução pública (A instrução pública primária) nos projetos de reforma das décadas de 1870 e 1880, contemplados por Primitivo Moacyr. Há a informação de que “A instrução e a República” seria composta de 9 volumes, publicados entre 1941-1944. Soma possível se acrescentarmos os dois volumes sobre o Estado de São Paulo. Todavia, nossos estudos não conseguiram identificar situação superior a 7 volumes.

Não podemos afirmar que o trabalho de *Especialização em Educação Pública* de Calvi (2003) seja único nos tempos atuais em que se pesquisa sobre o autor, dado que ele próprio não é identificado por pesquisadores de outros espaços institucionais e geográficos; isso pode ocorrer com outros trabalhos que não conseguimos capturar. Entretanto, por ora, o identificamos como um estudo precursor dos atuais trabalhos que estudam Primitivo Moacyr e sua obra. E pontuamos que a marca do referido trabalho é a condição de Moacyr como uma fonte clássica da história da educação que merece atenção.

Gondra, Melo e Pessoa (2011) assumem outra perspectiva. “Narrativas da História da Educação brasileira. Notas para pensar a experiência de Primitivo Moacyr (1867-1942)” trata da relação entre o relato histórico desenvolvido por Primitivo Moacyr e o sujeito e o escritor em seus pertencimentos no seu tempo, espaço da prática da produção de livros para formação dos professores. Segundo os autores, buscaram traçar as prioridades que Moacyr estabeleceu nos debates, expressões de seus pontos de vista e suas concepções pedagógicas. As fontes principais do texto são “O Ensino Público no Congresso Nacional – Breve Notícia” e “A Instrução e a República: Ensino Agrônomico (1892-1929)”, 7º da última coleção publicado em 1942, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O trabalho procura demonstrar que “[...] a produção dos sujeitos que escreveram a história da educação, também obedeceram aos constrangimentos de seu tempo, das regras que regulam o campo e do modo como os sujeitos atuam no interior de uma sociedade ordenada”

Da mesma forma, a monografia de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com o título “Primitivo Moacyr: a arte de produzir material historiográfico” (MELO, 2012), procura pelas verossimilhanças entre Primitivo e seu tempo, seus pertencimentos no seu tempo, espaço da prática da produção de livros para formação dos professores. A autora procurou traçar as prioridades de Moacyr nos debates, expressões de seus pontos de vista e suas concepções pedagógicas, e nelas procurou explicar sua ausência como signatário do Manifesto da Escola Nova. Entendemos que o veio central do trabalho é mostrar a rede de relações pessoais e institucionais que legitima a produção do autor no campo da historiografia da educação. A respeito das publicações de Moacyr, a autora considera que “[...] sua produção foi fonte de consulta e apoio para muitos trabalhos do campo devido ao seu trabalho na Câmara e a preocupação de reuni-los na série dos

Documentos Parlamentares –Instrução Pública foi base para a publicação dos seus livros.” (MELO, 2012, p. 56).

No projeto “O primitivo que avança no tempo: subsídios de Primitivo Moacyr para a pesquisa em história da educação brasileira”, Rosana Areal de Carvalho estuda o movimento decorrente das publicações de Primitivo Moacyr: o processo de repercussão e as formas como tem se dado a apropriação da produção historiográfica do autor em três tempos. Analisa as contribuições de seus contemporâneos e os manuais de história da educação publicados a partir de 1940 (a recepção das publicações através da imprensa e periódicos especializados). Em um primeiro momento, o direcionamento da análise enfoca a forma de escrita da história fundada em documentos oficiais, conforme fomentada pelos escolanovistas do INEP, que buscavam pela sistematização das ações e das condições da educação brasileira.

A outra vertente é a da pesquisa institucionalizada nos programas de pós-graduação instalados nos anos 1970. O segundo tempo contemplado pela pesquisadora reporta-se ao que denomina “primeiros movimentos na compreensão da historiografia da educação”, no interior das décadas de 1980 a 1990, período em que busca pela repercussão e apropriação da obra moacyrniana nos programas de pós-graduação. Segundo a autora, as perspectivas teóricas que marcaram a pesquisa em história da educação naqueles tempos podem explicar apenas posicionamentos negativos quanto ao autor e sua obra, ao que podemos acrescentar o relativo ostracismo a que o autor fora relegado.

O terceiro tempo é o contemporâneo, que postula ser benéfica a influência dos pressupostos da Nova História na medida em que viabilizam releituras de documentos oficiais e de escritos como o de Moacyr, que passam a uma revalorização como documento histórico na condição de fonte. A autora entende que as apropriações sofrem a influência das concepções de pesquisa e escrita da história da educação, provocando deslocamentos no significado da obra do autor ao longo do tempo.

As primeiras conclusões da pesquisa “O primitivo que avança no tempo: subsídios de Primitivo Moacyr para a pesquisa em história da educação brasileira”, ainda em processo, indica que não se trata de uma atividade em que Moacyr resume-se a dar visibilidade ao processo legislativo e suas contradições, mas que se trata de alguém que posiciona-se e que é preciso aprender a “[...] pinçar sua posição política e ideológica [...] na própria escrita” (CARVALHO, 2013, p. 52). Conforme Carvalho (2013), os volumes não se reduzem a

documento do Estado, dada a condição de financiamento, encomenda ou fonte utilizada pelo autor. Primitivo Moacyr enfatiza “[...] o papel do Estado como protagonista de uma educação nacional. Nesse sentido, implica pensar a educação como instrumento de afirmação de uma nação que se quer civilizada, moderna, dando largos passos em direção ao progresso” (CARVALHO, 2013, p. 60). Nesta tese, identificamos essa primazia do Estado em Primitivo Moacyr, como em boa parte de seus contemporâneos. Entretanto, de uma forma específica, o autor postula a ação mais incisiva do governo central, de forma que em sua perspectiva a escola primária deveria ser uma obrigação do Estado nacional.

Não constam dos relatórios acima os trabalhos oriundos de nosso envolvimento com Primitivo Moacyr por ocasião do mestrado. Naquela oportunidade, com o título “A contribuição de Primitivo Moacyr na história da escola pública: as ações imperiais e republicanas”, apresentamos o autor como alguém que procurou registrar o processo de construção da escola pública primária no Brasil, destacando sua pertinência para o entendimento da educação brasileira e sua história.

O estudo atual, o desta tese, supera aquele na medida em que nos propusemos a pensar que há em Moacyr algo mais que os relatos dos processos históricos, e que o autor veicula isso na organização de seus textos. A contribuição do autor não se resume a organizar um acervo de informações, mas reforçar a ideia da federalização do ensino primário e, quiçá, do secundário. A intenção está presente nas trilogias do Império e das Províncias e em sua coleção republicana.

### **3 TESSITURAS DO ENSINO PÚBLICO: A UNIDADE EM PRIMITIVO MOACYR**

O estudo das publicações de Primitivo Moacyr sobre a instrução do período imperial e republicano nos permitiram dar crédito ao fato de que há uma intenção e uma consistência em sua obra, qual seja, a defesa da federalização do ensino primário, como podemos observar em todos os volumes, mas de forma mais significativa, nas publicações de 1916, 1942 e 1944, respectivamente, “O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia” e “A instrução e a República” (volumes III e V).

É no debate da centralização e descentralização que evidenciamos os primeiros sinais. Os conceitos são plurais em seus significados, haja vista que representam realidades que transitam desde uma situação mais autoritária a uma condição mais flexível, democrática. Inferimos que a centralização não se resume à prática autoritária e a descentralização não garante comportamentos e soluções democráticas. Esta última, institucionalmente, pode significar abandono à própria sorte, como aconteceu com a maioria dos Estados na República brasileira. Do ponto de vista teórico, as limitações da instrução primária na Primeira República não tem relação com a descentralização. Destarte, as condições da mesma na realidade brasileira inverte essa relação, a materialidade aponta em outra direção.

Devemos considerar que a Constituição de 1891 se fez um tanto omissa quanto ao ensino primário, porém não podemos desconsiderar que a primeira lei de ensino da República é anterior à própria Carta Magna, e naquela estava contemplado o ensino primário. O “Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Distrito Federal” (BRASIL, 1890). O Título I (Princípios gerais da instrução primária e secundária) abre com a desresponsabilização direta do Estado ao afirmar, no artigo primeiro, que os ensinos primário e secundário eram completamente livres aos particulares no município do Distrito Federal. Pelo texto, não há incidência sobre o governo central. A primeira lei de instrução nos domínios do modo republicano nasceu privatizando, desde o seu primeiro parágrafo, a instrução primária e secundária.

O reordenamento jurídico e político do governo provisório, à luz do princípio federativo, determinou no Decreto nº 6, de 6 de novembro 1889, o acesso ao voto pelo critério do “saber ler e escrever”, e no Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, fixou a competência de todas as unidades governativas para atuar em qualquer grau de ensino. O desfecho foi

resultado da dissolução das Assembleias provinciais estabelecidas no artigo primeiro do mesmo Decreto. Logo, no segundo, entre as competências determinadas aos governadores, está: “§ 2º Providenciar sobre a instrução publica e estabelecimentos próprios a promove-la em todos os seus graus” (BRASIL, 1889, p. ).

A exigência ao critério eleitoral foi atribuída a todos os Estados e municípios, definido sua responsabilidade na escolarização do novo perfil sociopolítico do brasileiro. Definiu-se também a responsabilidade da União pelos mesmos segmentos na sede do governo central. A propositura da federação na realidade das relações de poder vigentes constituiu na República dos Estados Unidos do Brasil um regime de concorrência que negou o instituto da colaboração, em especial da União, para com os Estados e municípios mais carentes. Nos termos de Cury:

Vê-se, pois, que se o Governo Provisório avançou no terreno educacional a partir dos direitos civis e de uma proposta federativa, ele praticamente se omitiu e entender a educação primária, pelo menos, como terreno explícito de um dever do Estado. Esta questão ou ficaria por conta dos Estados, ou seria vista pelo Congresso Nacional (CURY, 2005, p. 73).

A Constituição de 1891 confirmou o direcionamento do Governo Provisório. O Artigo 35 incumbiu ao Congresso o zelo da Constituição e das leis e provimento das necessidades de caráter federal, como animar o desenvolvimento das letras, artes e ciências, da agricultura, a indústria e comércio, da atividade produtiva, apostando na imigração. O legislador fixou que a referidas incumbências não eram privativas da União, de maneira que não se invadissem a ação dos governos locais. A solução estendia-se à criação de ensino superior e secundário nos Estados e à instrução secundária no Distrito Federal (BRASIL, 1891).

Assim, a descentralização da instrução primária na Constituição de 1891 refere-se à distribuição dos papéis das unidades federativas. O Artigo 35, nº 2, condicionou a ação da União ao campo da cultura (letras, artes e ciências), imigração, agricultura indústria e comércio à prerrogativa de não impedir a atuação dos governos estaduais; autorizou que a União criasse ensinos secundário e superior nas unidades federativas; definiu seu compromisso com o secundário no Distrito Federal, e estabeleceu ao Congresso Nacional o ordenamento legal do ensino superior, conforme aponta Cury:

De qualquer modo, não se poder dizer que a Constituinte de 1891 haja ignorada a educação escolar. . Mas a se deduzir de seu conjunto pode-se afirmar que a tônicas individualística, associada a uma forte defesa do federalismo e da autonomia dos Estados, fez com que a educação compartilhasse, junto com outros temas de direitos socais, os efeitos de um liberalismo excludente e pouco democrático (CURY, 2005,p. 73).

A perspectiva teórica é resultado da influência positivista no texto constitucional. Do ponto de vista da realidade, responde à parte do arranjo que garantia o poder das oligarquias locais. E do ponto de vista do conceito de República, indica como a descentralização deveria levar a melhores e mais ágeis serviços à população. A esse respeito, Medina acentua que:

A redução de tamanho da burocracia, através da descentralização, presumivelmente levaria à melhor prestação de serviços, permitindo aos órgãos implementadores concentrá-los em áreas menores, reduzindo o volume de demandas no âmbito central. Desse modo, eles poderiam atender de perto a seus clientes, com maior agilidade, tornando seus programas mais bem administrados e ampliando seu impacto positivo. (MEDINA, 1987, p. 46).

Trata-se da transferência de tarefas e funções às instâncias mais regionais e municipais que ao discurso da divisão do poder e das responsabilidades cumpriria o fundamento básico da autonomia dos entes federados, cabendo à intervenção do Estado somente e quando as unidades estaduais e ou municipais não conseguissem cumprir suas atribuições, ou quando a soberania nacional corresse risco. Ao sabor do discurso, a República ofereceria aos entes federados alterações no exercício do poder, promovendo maior flexibilização do poder decisório até então unificado no governante da Monarquia, acusada de adotar uma política centralizadora em detrimento dos interesses das províncias. A questão que não se respondeu era como promover essa alteração no exercício do poder sem mudar os próprios núcleos do poder e sem distribuir recursos. Para Lobo, “[...] A herança colonial fez deste país um campo fértil aos modelos políticos e econômicos que tinham a centralização de poderes e recursos como seu pressuposto básico. Os resultados não foram dos melhores” (LOBO, 1990, p.6).

O estado nada animador do ensino público, em especial o primário, ao qual compreendia a reconstrução da nação, no entendimento de Veríssimo (1906) resultou dos excessos federativos (plena autonomia para gerir os assuntos da instrução). A essas e outras explicações, a descentralização da instrução popular ficou refém da concentração dos melhores impostos nas mãos da União e dos interesses das oligarquias regionais e locais.

Segundo Veiga (2011), a ausência da federalização nas políticas de instrução popular na Primeira República, e a consequente solução estadual e municipal, explica-se pela permanência de “[...] práticas clientelistas presentes desde o Império; assim, delegar as políticas da escola primária aos estados contribuiria para fortalecer o federalismo, proporcionando visibilidade e legitimidade aos atos das elites locais” (VEIGA, 2011, p. 146-147).

Desta forma, em um histórico de dominação do espaço popular, não se fez a experiência da democracia, fundamentalmente, não ocorreu a existência de partidos políticos no exato sentido do termo. Uma República sem soberania popular foi promovida, sem a categoria povo. A autonomia oligárquica, formada por grupos de tradições sociais, políticas e econômicas afins, prevaleceu. Desta forma, os republicanos e as ideias republicanas não se fizeram ideologia. Na acepção de Costa:

[... ] não passava de uma minoria, não contando com o apoio das forças vivas do país. Não chegou sequer a elaborar uma ideologia muito clara, aquele tipo de ideologia que se forja no calor dos debates e revezes. Não influiu como partido. Venceu pela fraqueza dos outros. Apenas em São Paulo chegou a ser um partido na verdadeira acepção da palavra, vinculado a uma tradição, possuindo quadro organizado, eleitorado próprio e chefes (COSTA, 1999, p. 429-30).

A República resultou de um processo longo, que nasceu no interior do período monárquico e que em sua proclamação manteve as marcas do período anterior. Na dinâmica do processo social e político deu-se o processo de acirramento e acomodações dos conflitos e crises no interior de um tempo, o que impede a identificação de uma ruptura em um determinado momento. A ausência da categoria povo explica esse parcial tranquilidade do processo.

Outro problema pontual destacado por Moacyr e que se constituía em um empecilho ao progresso da instrução primária refere-se à forma de exercício do mando político local. No segundo volume de “A Instrução e as Províncias” (1939), mantém seu entendimento de que a instrução primária é basilar para a vida do país. A Escola Normal aparece como condição salutar no processo pretendido, em especial na superação do modelo arcaico vigente. Nesse sentido, o relatório (1875) do presidente de Sergipe, Passos de Miranda, deu destaque para a perspectiva do segundo grau da instrução primária, deixando claro que a

questão não se resolvia com o ler e o escrever, como encarregada somente do processo de alfabetização (MOACYR, 1939b). Entretanto, impunha-se o desafio de livrar a escola primária e a escola que forma professores do compadresco eleitoral (QUEIROZ, 1976). Não se refere ao passado, mas desafia o seu tempo:

Era mister elevar a instrução primária, era mister aproveitar a grande cifra de 140 contos que a província vai gastando anualmente *com os seus velhos preceptores ineptos, com estes tantos prepostos da afilhadagem e do compadresco eleitoral...* As novas condições da Escola Normal dar-nos-ão a excelência do magistério (MOACYR, 1939b, p. 50, grifos do autor).

Moacyr aproveitou-se dos comentários do relatório de Passos de Miranda para defender a uniformização do ensino no tocante à legislação e à construção de uma estrutura básica mínima pública nacional. Em relação à iniciativa privada, defendia a prescrição de uma liberdade supervisionada (inspeção contínua e imediata), por conta da instrução constituir-se questão social de relevância.

Em um tempo em que as oligarquias locais detinham grande poder social e político, a descentralização passa a favorecer políticas, expectativas e resultados do grupo hegemônico a si, a seus comparsas e agregados. Quanto maior a captura do poder pelas elites, menor os resultados em favor do bem público. Em realidades de alta concentração de renda, no período em questão representada pelos grandes latifúndios, o aumento das desigualdades no interior da região e o abandono das populações tendem a ser a regra (BARDHAN, 2002). Esse quadro permanece na República.

A realidade de uma sociedade definida pelo latifúndio e as relações sociais, situações culturais e valores daí decorrentes se consolidaram na República. O capitalismo avançava, mas o modelo hegemônico permanecia ao comando dos acordos políticos construídos por suas lideranças. A instrução permaneceu um imblógrio nos jogos dos interesses estabelecidos. O federalismo oligárquico, em um contexto de republicanos de diversas matizes, não poderia repercutir em projetos nacionais cujo objetivo fosse o interesse público. A proeminência dos interesses e lutas entre oligarquias locais afastou a possibilidade de soluções de âmbito nacional para questões nacionais (VEIGA, 2011).

A República, ao combinar federalismo com coronelismo, solidificou uma máquina partidária azeitada pelas relações de força e poder regionais (governador) e locais (coronel).

Nessa relação, prevaleceram interesses individuais e de corporação. Não houve espaço para questões nacionais e de cidadania (RESENDE, 2003). O processo descentralizador, calcado na política dos governadores e nas relações coronelistas, formatou espaço para soluções locais, como no caso de São Paulo. Moacyr (1916) referia-se aos interesses locais, cujas regiões viviam em lutas sanguinolentas pelo poder, e que secundarizavam ações no Congresso Nacional em prol da instrução.

Moacyr (1916, 1944) envergou-se, então, para apontamentos que demonstrariam o amadurecimento das discussões com o passar das décadas, unindo forças em torno de um projeto nacional por meio do qual se consolidaria o sentimento de pertencimento ao Brasil. É o que observamos ao longo de suas publicações: a tematização desse processo nas décadas de 1910 a 1930 como resultado de um movimento mais amplo que o próprio espaço do parlamento. Assim, configurou-se um nacionalismo no decorrer do processo republicano, com maior incidência a partir de 1910, mormente após a Primeira Grande Guerra (LUCA, 1999), no interior de instituições e movimentos<sup>31</sup> nos quais a bandeira da instrução primária tremulou.

Ousamos afirmar que, pelo movimento, Moacyr até alimentava a utopia de que o debate da educação popular como projeto nacional acometeria o processo da trajetória republicana nos primeiros trinta anos, consolidando-se com o lento esvaziamento da condição oligárquica de sustentação da República. Seus apontamentos indicam a condição privilegiada da República em relação ao Império: a acumulação de rica e importante experiência, além de saber acerca da instrução pública, da melhoria das condições econômicas, dentre outras. No interior da experiência de República, a escolarização primária consolidou-se nos debates como uma das condições para um projeto de unificação cultural e política, ou seja, de um sentimento nacional.

A esse respeito, Peixoto assinala que:

---

<sup>31</sup>Instituições e movimentos: Campanha do Serviço Militar por Olavo Bilac (1865 – 1918); Liga de Defesa Nacional (1916), Liga de Defesa Nacional do Estado de São Paulo (1917); agremiação Comeia (1917); Liga Nacionalista de São Paulo (1917); Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915), I Congresso Brasileiro de Instrução (São Paulo 1911 - iniciativa de professores paulistas), II Congresso Brasileiro de Instrução (Belo Horizonte 1912 - o debate da necessidade da ação auxiliar aos estados), Conferência Interestadual (Rio, 1921), Associação Brasileira de Educação (1924); Conferências Nacionais (1927 e seguintes), Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

O essencial e perigoso é a diversidade dos brasileiros, diferentes pela alma e pela capacidade, isolados nos seus confinamentos regionais, nortistas e gaúchos, sertanejos e litorâneos, sulistas e nordestinos, Brasil que se desagrega, porque a educação fundamental não pôde fazer brasileiros, e vai fazendo goianos e cearenses, mineiros e paulistas. Quisera, por mim confessei, ver a educação ter o seu endereço nacional, por intermédio da União (PEIXOTO, 1926, p.145).

A solução federativa foi construída à medida que as próprias soluções descentralizadas se mostravam incapazes de resolver o problema que incomodava Afrânio Peixoto na década de 1920: a diversidade como um problema central do Brasil; a institucionalização da instrução elementar, os desafios dos altos índices de analfabetismo, em torno de 76,5% no ano de 1920 (VEIGA, 2011). O censo de 1872 indicava diferenças mínimas entre as províncias, havia um analfabetismo generalizado. O Censo 1920 demonstrou alteração nessa aproximação; e partir de então, os censos indicaram uma regionalização do analfabetismo (FERRARO; KREIDLOW, 2004).

A descentralização política, financeira e administrativa da instrução popular durante boa parte da história do país, inclusive na experiência republicana, não significou reconhecimento republicano dos Estados e municípios na medida em que não se realizou a descentralização fiscal. O estabelecimento de escolas primárias nos Estados e municípios careceu da fixação de princípios gerais de ação e da democratização dos recursos, sem os quais o processo de descentralizar não avançou além da responsabilização pela administração, mantendo-se ausente a contribuição da União com estruturas e condições estratégicas.

As condições históricas que deram vazão ao processo da federação, mais que promover a descentralização do ensino em relação ao governo central, acabou mantendo um modelo de relação educacional fracionada entre União, Estados e municípios (CURY, 1996). A experiência de descentralização não se sustentou sobre o princípio da autonomia federativa expresso na redistribuição dos recursos e fontes. Assim, foram raríssimas as unidades da federação que contribuíram com o avanço da instrução primária. O problema com as fontes é subsidiado pelas relações de poder que privilegiavam interesses individuais e corporativistas das oligarquias.

Nesse âmbito, Resende propala que:

O federalismo, implantado em substituição ao centralismo do Império, confere aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. A centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica que está no cerne da ideia de república, funciona como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil (RESENDE, 2003, p. 93).

O federalismo brasileiro favoreceu o fortalecimento do poder das oligarquias nas localidades estaduais e municipais. Os interesses pessoais individuais submeteram os assuntos da nação e os direitos de cidadania, anulando a possibilidades da agenda social em detrimento da possibilidade a ampliação do acesso à instrução pública popular. As massas interioranas viviam dos favores de empréstimo, proteção, defesa, socorro médico, apadrinhamento de filhos, acerto de desavenças, constituindo-se em uma rede de relações servis (LEAL, 1975).

O debate centralização-descentralização do ensino, especificamente o primário, que no Parlamento desenrolou-se e avançou no espaço entre 1910 a 1930, pode ser explicado de muitas maneiras, mas só é compreensível no interior da realidade nacional, na forma como se organizou o equilíbrio do próprio poder e das relações sociopolíticas, como bem expressou o arquiteto da “Política dos Governadores”: “[...] o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos estados. É de lá que se governa a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União” (CAMPOS SALES, 2003, p. 92). O problema não estava na descentralização, mas na descentralização, em uma conjuntura que não preconizava as condições reais para que a mesma resultasse em benefício da constituição da nacionalidade e da conformação de cidadão moderno.

Para Vieira e Farias:

[...] a descentralização não é em si um mal, como alguns intérpretes da história educacional compreenderam. Na verdade, as origens para os problemas educacionais devem ser buscados fora dos próprios sistemas de ensino, ou seja, na sociedade em que este se localiza com todos os impasses e contradições. Atribuir a uma lei [...] todas as mazelas que dificultam e postergam o desenvolvimento de um sistema de ensino significa secundarizar o impacto das determinações externas sobre o processo educacional (VIEIRA; FARIAS, 2003, p. 62).

Um dos fatores que fundaram a condição conservadora foi, na complexidade do processo histórico nacional, a inconstância da legislação em matéria de instrução, que expressa a relação de forças presentes no parlamento. A partir dos apontamentos, indicamos textos nos quais Primitivo Moacyr demanda uma postura mais incisiva do governo geral no comando dos rumos da instrução pública popular, diríamos que defende a sua federalização; é a tese que defendemos.

### 3.1 A Instrução primária na “selva selvaggia” de Primitivo Moacyr

Definimos como tempo histórico de Moacyr, no sentido do auge de sua vida e de trabalho, com proeminência nos anos em que se dedicou às pesquisas da história da educação, os anos 1910 e 1930. As observações do autor corroboram com a conclusão de que no Brasil desenvolveu-se um liberalismo do servir-se do Estado em benefício próprio, evidenciado, em especial, na arena do Congresso Nacional, no qual se verbalizava a “selva selvaggia” (MOACYR, 1929). Os textos dão vazão a conceitos que explicitam a condição nacional do patronato<sup>32</sup>. Aquela dinâmica identificada por Moacyr impedia soluções que no campo da instrução intensificassem o trato da instrução popular.

Na concepção de Martins:

Politicamente, somos de vocação liberal, mas de um liberalismo fundado nas tradições do poder pessoal e do clientelismo político, seus opostos. A contradição tremula na bandeira nacional: ‘Ordem e Progresso’. Entre nós o progresso tem se subordinado ao primado da ordem, mesmo quando parecemos convictamente modernos (MARTINS, 2008, p. 26).

O instituto da legislação é uma construção social e política. Essas duas condições são repercussões das condições materiais. Portanto, é a legislação a expressão da sociedade que a

---

<sup>32</sup>Patronato como conceito político refere-se à experiência da história brasileira a relações imbricadas entre os que detinham a propriedade latifundiária, seja na versão dos engenhos nordestinos ou da cafeicultura do centro-sul e o exercício do mando político local, regional e nacional. No interior daquele quadro, a camada dirigente servia-se dos instrumentos políticos, sustentados na posse do Estado. Desta forma, a posse civil patronal do poder político desenvolveu ações que coíbiam o impacto de novas forças sociais por meio de instrumentos de amaciamento e uso da força bruta policial. Os anos de 1900 a 1930 registram práticas de domesticação, intimidação, degredo e deportação. Assim, “as classes servem ao padrão de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas, se o favorecem. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los” (FAORO, 2000, p. 377).

constitui, muito mais do que da sociedade que se almeja. É, desta forma, uma realidade determinada e determinante. Nas primeiras décadas republicanas, podemos afirmar que as políticas de educação popular expressaram-se bem mais em práticas de contenção do que de oferta e acesso. E quando não o foram, estiveram a serviço da ampliação da base eleitoral das oligarquias regionais (com a formação, indicação e controle da ação dos professores pelos coronéis). Nos termos de Faoro: “A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático plebeia do elitismo moderno” (FAORO, 2000, p. 380).

As publicações de Moacyr indicam as polêmicas que perpassaram os debates da instrução na história do Brasil. Ao remeter-se ao passado, repercutiu os problemas mais insistentes em seu tempo. Identificamos que no trato da instrução pública o autor demonstra predileção pelo ensino popular. Essa preferência funda-se na condição estratégica para a formação do indivíduo e desenvolvimento das condições básicas para a vida social, política e econômica. A qualidade da cultura popular aparece como condição *sine qua non* do regime republicano. O autor preconiza a função social da instrução; os conteúdos curriculares e métodos de ensino por ele destacados evidenciam a perspectiva liberal na função da escola. Esta última preconiza a liberdade e os interesses individuais da sociedade, a defesa da propriedade privada dos meios de produção e o preparo do indivíduo para o desempenho de papéis sociais.

A ocupação de Primitivo Moacyr pelo processo e debate da instrução ao longo da história brasileira não se deu isolada da construção de uma perspectiva para a educação nacional. Nas entrelinhas de suas publicações, deixou as pistas de seus sonhos, projetos e intencionalidades: concebe a instrução popular como um empreendimento de ordem nacional. O caráter cívico e social da instrução apresenta-se no ideário de sua realização para todos, há uma aproximação do conceito de instrução pública ao ensino primário ou fundamental. Nessas condições, entende ser da essência da República, de sua própria definição, o comando das condições para que a escola popular se efetivasse. A partir dessas considerações, identificamos em suas publicações seu posicionamento sobre o ensino primário, como já enunciamos.

Consideramos que o autor é depositário e propagador da concepção que se conjecturava desde os tempos da Monarquia, com maior incidência na segunda metade do

XIX. A instrução como fator de civilização e progresso, ancorada no discurso do mito fundador do Brasil da exaltação do potencial natural, no engrandecimento da história e de alguns homens. Essa condição não encontramos em Moacyr, que se mostrava arredo às formulações mitológicas das elites política e intelectuais. “Os políticos, diz Bertrand Russel, têm necessidade de mitos” (MOACYR, 1929, CI III).

O advento da República definiu a modernidade como remodelação do espaço urbano e dos homens. Esse processo estabeleceu tensões que evidenciaram conflitos e contradições profundas da sociedade brasileira nas grandes cidades. De acordo com Faoro (2000), a apreensão da modernidade nos séculos XIX e XX pelos brasileiros deu-se em padrões ingleses, franceses e estadunidenses.

A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes, enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança, será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso (FAORO, 2000, p.111).

O interesse pela educação popular responde a esse processo à medida que lhe cabia, entre outras instituições, contribuir para estabelecer um novo homem para um novo país, um novo Estado. Não se refere só a colaborar em um processo de construção, mas de responder a uma realidade que já estava presente em seus primeiros momentos. Naquele enquadramento, modernizar significou romper com instituições e procedimentos pré-burgueses, nos quais as referências de progresso eram as nações modernas. No entanto, importa a consideração de que progresso é um conceito instável, particularmente em sociedades com as características do Brasil da primeira metade do século XX, as quais encontravam-se na dependência do surgimento de novos patamares de relações sociais, na construção de novas competências e na busca de novas estabilidades.

A referências de Moacyr (1936) à primeira Constituinte brasileira centram-se na discussão do primeiro texto com teor mais completo sobre a instrução: a “Memória de Martin Francisco” (Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado). Inspirada em Condorcet (1791), teórico da pedagogia revolucionária francesa, a Memória de Martim Francisco, adaptada ao

Brasil, já havia sido apresentada à administração joanina, a propósito da reforma dos estudos da Capitania de São Paulo, certamente com as devidas concessões ao regime absolutista (RIBEIRO, 1943).

Havia entre os deputados constituintes um impasse significativo: a discussão de um projeto de instrução antes de estabelecidas as bases constitucionais e princípios da moral e liberdade política da Nação. Discutir o tema da instrução antes de definir os fundamentos *pétreos* era inconcebível para um grupo de deputados. A esse grupo, parecia impróprio que se discutisse qualquer questão sem antes definir os fundamentos constitucionais da nação.

No campo do debate educacional, o procedimento de começar pela questão da universidade não constituiu surpresa em vista da composição da Constituinte e da experiência adquirida com a transferência da sede do governo português para o território brasileiro, quando teve início a prática do governo central ocupar-se do ensino superior. Essa condição, somada à ordem social e econômica vigente, deu à “Memória de Martin Francisco”, apesar do parecer da comissão de instrução, o destino provável: o esquecimento. A sua recuperação por Moacyr nos é significativa para pensar o próprio autor.

A respeito da “Memória”, Moacyr (1936) destacou que não se constituía proposta original para a Constituinte, mas uma construção para a reforma dos estudos menores em São Paulo, tempos antes, e preconizou que apresentava método apropriado de ensinar e aprender em função da progressão gradual dos conhecimentos, pela inserção de conteúdos, pelo método a ser seguido e pela escolha dos compêndios. A comissão afirmou que os males da instrução pública deviam-se à “[...] falta de publicação e adoção de um tão luminoso sistema em todas as províncias do Brasil”. Indica que se mandasse publicar com recursos públicos para orientar professores e homens das letras que escreviam compêndios elementares “[...] enquanto não se dá uma adequada forma à instrução pública (MOACYR, 1936, p. 118-119).

Na apresentação da “Memória de Martin Francisco”, observamos acento de Primitivo Moacyr, a saber: “Necessidade de uma instrução geral e mais conforme com os deveres de homem na sociedade; insuficiência da atual” (MOACYR, 1936, p. 119). A defesa de uma instrução básica concernente a conhecimentos que todos deveriam adquirir, e de mesma maneira estabelecida de uma forma que situasse o homem em sua realidade e as demandas que ele se impunha.

A educação é apresentada como dever do Estado, contraída no nascimento das sociedades políticas modernas. Ao Estado impetrava-se que fosse espalhada a todos os lugares do território. Entre as principais conquistas assinaladas estavam o aniquilamento da dependência de uma classe sobre outra, a aproximação de mais pessoas ao uso dos bens produzidos pela sociedade, a contribuição com a prosperidade dos indivíduos, sociedade e Estado.

Além dessa questão, o texto refere-se a sociedades desiguais que se sustentavam na ignorância do povo, e que por isso adiavam o acesso da população à instrução. Dadas as condições da sociedade brasileira daquele tempo, há indícios suficientes para entendermos o esquecimento registrado por Primitivo Moacyr. Além do conteúdo incômodo dos argumentos justificadores da proposta, a incidência da oferta de uma base comum para todos incomodava o tipo de sociedade vigente.

A segunda distinção de Moacyr intitula-se “Divisão da instrução pública em três partes, deduzida de considerações sobre as diferentes idades do homem, sua capacidade mental, o tempo que ele pode empregar-se para instruir-se e sobre os serviços de diverso grau que a sociedade exige de seus membros” (MOACYR, 1936, p. 121). As linhas explicam que a prosperidade da sociedade dependia da contribuição de cada um, segundo as suas possibilidades. Assim, constitui-se função da educação contribuir para que os indivíduos identificassem talentos naturais e disposições pessoais e as promovessem. Não bastaria formar os indivíduos, impunha-se conservar e aperfeiçoá-los progressivamente. O tempo que cada um poderia dedicar ao ato de instruir denuncia uma sociedade de classes, em que a realidade econômica comanda o tempo de cada um, em uma realidade que impôs leis especiais de instrução. Em um primeiro momento, a instrução deveria cuidar do útil a todos. Na sequência, partindo do conhecimento das possibilidades de cada jovem, deveria ofertar conhecimentos e conteúdos relativos a todas as matérias que importavam às diversas profissões. E em um terceiro, deveria voltar-se à formação dos homens de ciência, responsáveis por novas descobertas, manutenção e aplicação das descobertas existentes.

A inserção da “Memória de Martin Francisco”, com suas demarcações, seria suficiente para afirmar a prioridade que o ensino popular, preconizado na instrução primária, tem para o autor. Se Moacyr iniciasse a apresentação do tema da instrução no Brasil independente, conforme o figurino que determinou o desaparecimento do texto, a lembrança e a memória

daquela proposta, talvez não fizesse grande diferença. O fato é que permaneceu um discurso que se tornara hegemônico, e, nesse âmbito, podemos afirmar que ao começar por Martin Francisco, faz pensar sobre as prioridades, com base na realidade socioeconômica, que motivara seu esquecimento pelos parlamentares, pelo governo e pelos debates seguintes. Mais de cem anos depois desses debates, Moacyr (1936) supõe que tenha sido o primeiro a dar visibilidade ao projeto. O mesmo processo de arquivamento que vivenciou durante anos de trabalho na Câmara por ocasião de projetos substanciais para uma solução melhor para a questão da instrução do povo.

O destaque ao projeto “Januário da Cunha Barbosa” evidenciou o tempo necessário para se exigir de uma reforma os efeitos mais mínimos. Sinal de que já se vivia na política pública, e em outros setores, um movimento de instabilidade da persistência, questão considerada por Moacyr um dos maiores males da história da instrução brasileira.

E o projeto de reforma de ensino de Januário da Cunha Barbosa conclui com este sábio dispositivo: “Nenhuma alteração se proporá relativamente aos títulos e artigos do presente sistema de instrução pública durante seis anos, a fim de que quaisquer inconvenientes que ocorram sobre a sua execução, não seja meras conjecturas ou receios de considerações particulares, mas sim confirmados por experiência e madura reflexão” (MOACYR, 1936, p. 179).

Outra questão substancial para Moacyr foi a insistência na transposição de modelos, sem desconsiderar a especificidade da realidade brasileira. Nesse sentido, reportou-se à crítica ao projeto apresentado pelo deputado Justiniano José da Rocha<sup>33</sup> (1811-1862), em março de 1850, em nome da Comissão de Instrução. Aquele autorizava o governo a reunir aulas de secundário da Corte em um colégio e a enviar pessoa habilitada à Europa para estudar sistemas e organização de ensino público primário e secundário. O registro desse fato por Moacyr deveu-se à reação do deputado Paula Candido, que impugnou a segunda proposição. O deputado questionou a utilidade da deliberação e denunciou que em experiências anteriores a contribuição fora nula. Os escolhidos viviam um período no exterior às custas do erário

---

<sup>33</sup>Justiniano José da Rocha nasceu no Rio de Janeiro em 1812. Os primeiros estudos realizou em Paris. O regresso ao Brasil, em 1828, fora motivado por curar a Faculdade de Direito de São Paulo, em 1828, na qual obteve o grau de bacharel em 1833. Exerceu a profissão de formação na cidade natal, bem como atuou no magistério de línguas, geografia e história, no Colégio Pedro II, e direito na Escola Militar. A maior atividade no campo da instrução foi como membro do Diretor da Instrução Pública. Na política, conseguiu eleger-se deputado nas legislaturas 1843-44 e 1850-56. O falecimento deu-se no Rio de Janeiro, em 1862 (cf. [http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_rochajustiniano.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_rochajustiniano.html)).

público, e o desconhecimento que demonstravam sobre o assunto no retorno denotava erro na escolha de pessoas que não se empenhavam na missão a que foram incumbidas. O retorno na condição de mais elegantes, mais polidos, mas sem condições de contribuir com o motivo que os levara ao outro lado do mundo.

A solução, segundo Paula Candido, era improcedente e improdutora, entre outros motivos, porque não se considerava o que acontecia no Brasil quanto ao ensino primário, a não se ponderar a realidade local. O deputado alertava que as informações dos relatórios dos ministros eram insuficientes ao se reduzirem à quantidade dos que estavam nas escolas e quantos a aproveitaram ou não. Não se conhecia os métodos, conteúdos e matérias da instrução primária e secundária em cada região e província do país. A crítica do deputado que mais interessou a Moacyr refere-se ao que seria o maior equívoco do projeto, o transplante de soluções, que:

[...] não oferece as melhores vantagens. Julgo que precisamos de uma instrução especial adequada ao país: uma das medidas a adotar. Como fundamental de instrução da mocidade, seria dar uma direção às ambições dos jovens, dirigindo-os a outros fins, e renovando-os desse intento de entupir as avenidas do poder para conseguir empregos públicos. É uma fome de emprego público no Brasil que na verdade desanima. [...] Educam nossos concidadãos para serem empregados públicos ; e depois exigimos que eles se ocupem das lavouras e em outros ramos da riqueza nacional! Se não estamos convencidos de que uma instrução especial é necessária ao país, que proveito mandarmos à Europa um homem, que estude o sistema de organização do ensino público adequado a outra atividade? (MOACYR, 1936, p. 273-274).

O deputado identificara um problema grave de concepção no tocante ao lugar da instrução em um projeto nacional mais amplo e que respondesse aos desafios de modernização, nas condições da sociedade brasileira de então. Observando as reformas da instrução no município da Corte (1850-1889), Moacyr classificou de benemérito o trabalho de Couto Ferraz (Decreto nº 1331A, Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte de 17 de Fevereiro de 1854), que regulamentou a liberdade de ensino e submeteu a oferta estatal como a privada ao controle e fiscalização. Podemos pensar que a condição benemérita não passava de uma obrigação do ministro, afinal era sua função. Mas o fato é que a reforma situa-se em um período da vida do país em que questões da formação da nacionalidade impunham-se em um quadro social formando por cidadãos livres, que constituía o povo, e os segmentos periféricos excluídos.

O desafio da incorporação desse segmento às normas e relações sociais e do Estado, sobre as bases de uma sociedade com grandes diferenças, conclamava a instrução da população, em especial pelo rastro da desinstitucionalização da força de trabalho escravo que certamente viria. A categoria povo reduzia-se aos homens livres e sadios, e os livres e pobres dependentes das classes senhoriais e do Estado. A preocupação com a educação formal de segmentos antes desconsiderados não se reduziu à população livre. Ao movimento das mudanças sociais e políticas eclodia a preocupação da sociedade e do Estado com a instrução dos libertos e escravos, bem como com a condução do processo de instrução junto aos imigrantes (MARTINEZ, 1997). A exclusão do acesso à instrução indicava o pertencimento à cidadania. “Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas: a) os meninos que padecem moléstias contagiosas, b) os escravos” (MOACYR, 1937, p. 25).

A demarcação da reforma Couto Ferraz contempla a regulamentação da iniciativa privada no bojo da definição do papel essencial do Estado no processo da instrução. O Estado assume-se como promotor da instrução no empreendimento privado, compreendido como parceiro necessário no implemento da política oficial de instrução. Ao mesmo tempo em que dinamizava a possibilidade do acesso à escolarização, oficializava em contrapartida a liberdade de ensino, como aponta Ferraz:

[...] eram as ideias essenciais da reforma as seguintes: vulgarizar e estender o ensino público, organizar melhor o magistério, dando vantagem no presente e segurança no futuro aos professores, mas exigindo deles também mais aptidão e maior zelo; preparar bons professores; regular as condições do ensino particular; e chamar para um centro de inspeção por parte do Governo os colégios e estabelecimentos de educação da Capital do Império (FERRAZ, 1854, p. 62).

No caso, submetida à regulamentação abrangente (colégios, profissionais, práticas e estabelecimentos particulares) e exigente fiscalização. A proposta respondia a um processo mais amplo de uma política de centralização no sentido de uma Estado controlaria os processos da instrução. Encontramos, no texto da reforma e de sua defesa, a intensidade e especificidades regulamentares subsidiadas pela ideia de civilizar a nação. Dito de outra forma: a reforma procurava alinhar o Brasil com as nações civilizadas. O século XIX foi o século da educação e da emergência e avanço significativo como empreendimento privado. Podemos encontrar o motivo da normatização da atuação privada na necessidade de se

promover a unidade no sistema geral de ensino, condição para que contribuísse a educação com o incremento do progresso (GONDRA; TAVARES 2004).

A abrangência do alerta de Primitivo Moacyr (MOACYR, 1941): a reforma francesa denominada Lei Faloux<sup>34</sup> (1850) inspirou a reforma do ministro Pedreira de Couto Ferraz (1854). Aquela estabeleceu o direito de ensino à Igreja e inseriu oficialmente o ensino religioso nas escolas primárias (LIMA, 1963). A questão aparece especificada no regimento interno das escolas primárias, de autoria do Visconde de Itaboray, inspetor geral da instrução pública no município da Corte após o estabelecimento da reforma, conforme Decreto de 28 de novembro de 1855 (MOACYR, 1937).

Moacyr, ao lembrar a influência francesa, retoma a construção do culto à escola, em que políticos e pensadores elevaram as virtudes políticas e sociais da educação. A ideologia iluminista remete à tessitura da construção da unidade nacional, na política e na cultura, para o conhecimento, de forma que desconsidera as diferenças históricas, sociológicas e filosóficas. O esforço em demonstrar sintonia com o que era moderno no século XIX (século da educação) deveria criar espaço ao debate da escolarização, mesmo que não fosse para realizá-lo.

A temática do profissional do ensino é central na reforma, nos aspectos de sua formação, forma de seleção e exercício da prática do ensino. Embora identifiquemos a ausência do recurso de marcação itálica na apresentação da reforma Couto Ferraz e seus regulamentos, quando trata do relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública assinado por Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Costa em 1855, afirma: “É um dos documentos mais completos sobre a instrução, tendo ainda o interesse de mostrar como a grande reforma de 1854 estava sendo executada. Dele destacamos os principais tópicos” (MOACYR, 1937, p. 47, grifos nossos): A instrução primária gratuita é dívida do Estado expressa na Constituição como direito dos cidadãos. Necessidade social e elemento civilizatório e do progresso, para cuja realização “[...] que se ele e habilite perante o espírito público aquelas a quem se encarrega o ensino da mocidade” (MOACYR, 1937, p. 47, grifos nossos);

---

<sup>34</sup>A Lei Falloux, assim denominada por conta do ministro monarquista católico da Instrução Pública Alfred de Falloux (1811 – 1866) que a inspirou, definiu, no Segundo Império francês (1851-1870), uma solução entre a escola católica livre e a escola pública, permitindo a presença católica no ensino primário e dividindo o ensino primário e secundário (liberdade de ensino) ao controle do Conselho Superior da Instrução Pública, do qual participavam quatro bispos católicos (URETA, 1913).

habilitação dos professores em instituição específica onde aprendessem a ciência pedagógica por meio das Escolas Normais ou do instituto do professor Adjunto (alunos mestres).

A copiosidade que Primitivo Moacyr enxergara na reforma de 1854 por meio do relatório Paulino de Andrade é identificada nas bases de sua proposta de reforma e na forma completa como apresentou a situação da instrução em todo o território nacional. Nosso interesse está na primeira parte, pois entendemos que ali Moacyr reafirma a importância estratégica da difusão das luzes a todas as camadas da população.

Diferentemente dos procedimentos adotados no parecer da reforma anterior (Couto Ferraz), Moacyr fez uso corrente do itálico no relatório do Ministro Mattoso da Costa que subsidiava a apresentação de sua proposta de reforma. As questões pontuais versavam sobre a importância da vigilância para que qualquer proposta de sistema de ensino funcionasse a contento; a inconstância do quadro de professores que procuravam profissões ou atividades mais vantajosas; a necessidade da graduação do ensino; o estabelecimento de instituições especiais conforme as características individuais, idade e circunstâncias peculiares de cada um (pobreza e modo de vida); espírito diligente com a instituição professor adjunto; a condição do Inspetor como representante de interesses políticos; entre outras (MOACYR, 1937, p. 97-106).

Os dados do relatório mais completo, segundo Moacyr (1937), sobre a situação nacional da instrução em meados do século XIX, até então apresentado por uma autoridade do Império, permitiu reconhecer o esforço das províncias, e em contrapartida, assumir que a elas se impunha um fardo que não podiam dar conta em função de tantos

[...] outros serviços a cargo dos cofres provinciais. *Se há um objeto, no qual devamos, diz o ministro, ir em auxílio das províncias é, sem contestação, o ensino público.* Sempre entendeu que a atribuição de legislar sobre a instrução pública não é exclusiva das assembleias provinciais, e que o encargo que pesado unicamente sobre as províncias de promover o ensino, pode ser partilhado pelo Estado (MOACYR, 1937, p. 122, grifos só autor).

Entre as soluções de socorro às províncias para que pudessem assumir com mais empenho o ensino primário, o ministro afirma que “[...] *os poderes gerais tomarão para si a instrução secundária de todo o Império*, sem privar as províncias de fazerem por ela o que estiver em suas forças e boa vontade (MOACYR, 1937, p. 122, grifos só autor). A proposta do

ministro Paulino de Andrade evidencia que só governantes locais concentravam suas atenções no secundário motivados pelo fato de se constituir “[...] indispensável para qualquer indivíduo poder ter entrada nas classes médias da sociedade” (MOACYR, 1937, p. 118).

Os apontamentos de Moacyr indicam a perspectiva de alguém que compreende que o adiantamento intelectual de todas as classes é antes de tudo de interesse social, e que deve ser responsabilidade de todas as instâncias de governo (Estado, província, município). Todavia, isso demanda uma melhor equalização das condições financeiras e alterações no pensamento social e nos parâmetros legais<sup>35</sup>. De forma geral, nas reformas (Couto Ferraz e Leôncio de Carvalho) e nas propostas de reforma (Paulino de Souza, João Alfredo e demais), nosso autor deu atenção aos itens que tratam da importância social e política do ensino primário, como o envolvimento do Estado Nacional; a liberdade de ensino e o ensino profissional. Ressaltamos que o autor sempre grifa a expressão “*sistema geral e uniforme*”, entendida como ação por meio da qual o governo geral crie e sustente escolas regulares, com ou sem colaboração das unidades governativas.

Observamos que quando se trata da reforma Leôncio de Carvalho, as pesquisas acentuam a sua defesa da liberdade de ensino. A sua proposta, como as demais, atrela o ufanismo das potencialidades brasileiras à superação da ignorância do povo, que denominavam elegantemente elevação intelectual e moral. No seu afã de arrumar uma solução que resultasse na ampliação das oportunidades de escolarização, o ministro exagerou ao afirmar que o segredo da escolarização na Europa fora a iniciativa privada (MOACYR, 1937).

Devido à escassez de recursos públicos e de uma qualidade melhor em sua administração, a solução constituiria-se em opção por desonerar o Estado, e por extensão, as províncias, e assim restariam mais recursos para a instrução que deveria a todos atingir, uma vez que a liberdade de ensino e de consciência concentrava-se no ensino superior e secundário.

No capítulo da instrução primária (reforma Leôncio de Carvalho), Moacyr apresenta os caminhos indicados pelo ministro para melhorar e propagar o ensino público primário, cuja função para ele era disseminar a instrução ao povo (classes inferiores). O primeiro critério é a obrigatoriedade. A autoridade considera que as classes inferiores são desleixadas quanto à

---

<sup>35</sup> Na formação do autor, a função da legislação é contribuir para um incremento da dinâmica da história, segundo influência dos escritos de Jhering, conforme indicamos na biografia de Primitivo Moacyr.

instrução de seus filhos, e os classifica como criminosos e portadores de vício. Registramos que Primitivo apresenta o conteúdo, mas evita qualquer indicação de seu posicionamento. Já quanto ao segundo critério da liberdade religiosa, que tirou a condição obrigatoriedade da oferta do ensino religioso nas aulas, Moacyr não teve dúvidas em acentuar, nas palavras do ministro, que acontecesse “[...] em dias determinados, antes ou depois das aulas, de maneira que não implique com as horas destinadas ao ensino das outras disciplinas”. Pensamos que os motivos de Moacyr não são os mesmos de Leôncio de Carvalho. O autor já estava imbuído do princípio do ensino laico. Já o ministro precisou criar uma solução em função da decretação da obrigatoriedade de matricular os filhos e mandá-los à escola, que encontrava impedimento na oferta de escolas e na tradição religiosa, desqualificando o fundamento das punições “[...] por motivos que afetam suas crenças e escrúpulos religiosos” (MOACYR, 1937, p. 184).

Moacyr concordava, como vimos anteriormente, que a formação de professores é a primeira condição do ensino, marca registrada em todas as suas publicações. É similar sua posição quanto à responsabilidade do Estado na formação de professores para a escola primária pública, considerando as dificuldades financeiras e de outras ordens na criação e manutenção da Escola Normal (havia um histórico de abrir e fechar esse tipo de escola ao longo do Império) que fornecesse pessoal preparado para o ofício. O autor identificou a Escola Normal como decisiva para a realidade que se tinha, e preconiza a confluência de esforços: “[...] Nem todas as Províncias dispõem de recursos necessários; *nada impede, porém, neste caso que duas ou mais se associem e empreendam em comum a obra que às forças de cada uma, isolada, for superior*” (MOACYR, 1937, p. 192, grifos do autor). É importante ter sempre presente que Moacyr refere-se ao seu tempo por meio do passado.

A nenhuma outra proposta de reforma Moacyr dedicou mais tempo em páginas que a de Rui Barbosa. Entendemos que isso se deve à própria extensão do documento original, composto de mais de duas mil páginas, sem desconsiderar que a própria abrangência e profundidade com que o parecerista da reforma Leôncio de Carvalho tratou o tema da instrução tenha atraído a atenção de Primitivo Moacyr, como podemos verificar pelas marcas no texto que indicam uma relação de aprovação aos princípios mais gerais da proposta, especificamente no item referente à instrução do povo. É o que pretendemos indicar na sequência.

A reforma decretada em abril de 1879 recebeu parecer sobre o ensino primário por parte de Rui Barbosa em setembro de 1882. Moacyr (1937) abre o texto conceituando a construção do parecerista como um estudo sobre o ensino primário e enfatiza o critério que segundo Rui Barbosa deveria subsidiar o debate: o patriotismo expressando-se primeiro nos deveres do Estado para com o ensino popular, que exigiria sacrifícios e transformação radicais. O comando originador da reforma é colocado nos sinais do tempo: uma sociedade científica e liberal.

Rui Barbosa admoesta os parlamentares que “[...] lançar as bases de um sistema de educação nacional [...] cumpre transpordes o limite das considerações ordinárias, mediando unicamente pelo vosso amor da pátria a audácia das vossas deliberações” (MOACYR, 1937, p. 223). Assim, as posições de Rui Barbosa atêm-se ao movimento mais amplo da sociedade, o que talvez seja o outro motivo pelo qual Moacyr o enaltece, apontando as suas principais formulações: a) a liberdade de ensino não supõe a ausência do Estado, que deve exigir e fiscalizar as condições de moralidade, higiene e estatística, estabelecendo as devidas multas quando das infrações; b) a laicidade em todas as escolas oficiais e em todas as que mantiverem qualquer relação com subsídio público (impostos, recursos, concessões e privilégios), as quais se possa imputar a condição de serviço de instrução pública; c) a obrigatoriedade de matrícula e frequência como uma questão de pertencimento social impõe a responsabilidade de pais, tutores e empregadores; d) a educação primária como promotora da elevação do espírito dos brasileiros demanda o esparramar das luzes do conhecimento para banir ignorância, preparar para o exercício dos direitos constitucionais e para uma vida numa sociedade de sistema político representativo; e) a universalização da escola primária e conseqüente alteração dos métodos e relações de ensino impõe-se como obrigação do Estado (MACHADO, 2002).

Especificamente em relação à escola primária, entendem-na como lugar para aprimorar a “cultura dos sentidos” (observação, apreciação, enunciação e execução). “*Para isso serão excluídos todos os sistemas mecânicos de ensino, todos os processos que apelem para a memória das palavras, empregando constantemente o método intuitivo, o ensino das coisas, de que será simples auxiliar o ensino dos livros*” (MOACYR, 1937, p. 238, grifos nossos) na escola primária elementar. Atribui à alteração metodológica e das relações de

ensino entre mestre e estudante papel destacado na consecução dos objetivos do ensino, notadamente da escola primária.

A tarefa moral da instrução primária insere-se na perspectiva geral do parecer. Não se reduz a um conteúdo, mas a uma prática. “*A cultura moral resultará da vida e disciplina escolar. Não terá curso distinto e didático; mas ocupará constantemente no mais alto grau, a atenção do professor, associar-se-á lição em todos os ramos de estudo, e será auxiliada por livros de estudo e exercícios de composição*” (MOACYR, 1937, p. 241- 242, grifos do autor). Ou seja, todo o processo de ensino deverá organizar-se de forma que o estudante esteja sempre em movimento de responder aos desafios que o professor e o material didático devem lhe propor. É a moralidade do homem burguês<sup>36</sup> (KONDER, 2000) que a escola deverá promover: domínio de si, enfrentamento das adversidades, sociabilidade, competitividade, individualismo, defensor da propriedade e da acumulação, respeitador das leis, defensor do Estado de Direito; ou seja, o desafio da contribuição da escola para o desenvolvimento do espírito do homem burguês (aquele homem que pratica valores da sociedade burguesa) que os novos tempos exigiam.

A educação só pode realizar aquilo que concerne ao movimento do tempo na qual está situada, em uma relação dinâmica em que é determinada e contribui na relação com outras reformas de organização da sociedade. Machado (2002, p. 161) atesta que Rui Barbosa compreendeu que “o processo de modernização realizava-se independentemente da criação da escola [...]” A escolarização é resultado de um conjunto de circunstâncias de ordem econômica, política, social e geográfica. Assim, deveria responder a questões específicas da educação do povo incorporadas a projeto de formação nacional na perspectiva da sociedade política moderna. As publicações de Moacyr indicam que a República não herdou a solução de Rui Barbosa. Rocha (2010) interroga se a herança, exatamente a perspectiva de Leôncio de Carvalho, que acabou prevalecendo, sobretudo na culpabilização do público pela ignorância e inversão da “[...] ordem do protagonismo social, não mais o Estado, mas a iniciativa privada, e justificar a ampliação educacional pela carência social da população-alvo” (ROCHA, 2010, p. 129).

---

<sup>36</sup> Leandro Konder explica que se trata de um tipo humano burguês (expressa valores, ideais, ideias e ideologia da sociedade burguesa) (KONDER, 2000).

Nas publicações “A instrução e a República”, muito embora a maioria das reformas oficiais tratassem do ensino secundário e superior, Primitivo Moacyr sempre encontrou uma forma de inserir, por mais breve que fosse, a temática da instrução primária, mesmo que de forma epigráfica. É uma frase de um deputado, é uma consideração de outro. O autor acredita que o espírito clássico dividiu o ensino em primário, secundário e superior. Entretanto, quando se refere à instrução pública, Moacyr (1916, 1944) reserva o termo para a instrução àquela formação que é direito de toda a população porque considerada básica da condição humana nos tempos contemporâneos. O tratamento dado por Moacyr ao ensino primário em suas publicações da história da educação republicana aflora em “O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia” e “A instrução e a República” (volumes III, e V).

Da mesma forma que Moacyr insiste em demonstrar que os países do nascimento da escola pública estavam à frente do Brasil já no século XIX, argumenta também que em relação a outros o processo não era muito distante. O papel da escolarização da população tornou-se um dos problemas estruturais da sociedade burguesa, ao lado do saneamento, dos transportes, das comunicações e do aparelhamento econômico. Não se trata de algo *pari passu*, mas é decorrente da materialidade econômico burguesa. Nos tempos do Império do Brasil, o determinante do adiamento da expansão da instrução não se reduz na vasta extensão do país e nos índices insignificantes de ocupação do território, mas da própria forma de produção econômica.

Ao mesmo tempo em que marca a histórica resistência, valoriza as soluções que apregoam a presença do Estado nacional. A construção do sentimento e uma consciência nacional com a contribuição da escola primária se apresentavam como intenção consolidada nos seus contemporâneos, concepção da qual comungava. Ao ensino primário, entendia que lhe competia criar, desde a infância, uma perspectiva de Brasil. Entretanto, a Moacyr impõe-se como solução a uniformização do ensino primário em todo o território nacional sob o comando do governo central, dado que a nacionalidade não deveria permanecer aos interesses regionais. O tempo da instrução primária fora entendido como o lugar por excelência de construir o substrato do ser brasileiro, o que impunha ser, acima de tudo, nacional brasileiro. Na concepção de Moacyr, a construção de uma nação, e conseqüentemente de Estado forte, exigia que a instrução primária estivesse ao controle do Estado. A importância de tal direcionamento tem a ver com o preparo dos dirigentes da nação em um futuro bem próximo,

o que se refere não especificamente ao governante, mas aos brasileiros em geral e para onde caminhariam. Não pode negar que no interior desses permanecem as ideais fixas de ordem social, política e econômica.

No campo do conteúdo metodológico, o autor preconiza uma sólida instrução básica, regada por conteúdos clássicos, porém sem cair em estulta erudição. Defende um saber em profundidade. Posiciona-se contra as pedagogias nas quais o aluno era conduzido a deixar de estudar para recrear em coisas amenas, segundo as quais era proibido ensinar gramática ou verbos.

Os projetos de criação do regime universitário relatados em 1914 (Gastão da Cunha, 1903 e de Rodrigues Lima, 1904) encontram no relato de Moacyr (1916) a consideração do presidente da Comissão (Satyrino Dias) para a degradação do ensino de humanidades. O deputado José Bonifácio considerou que sem resolver a organização gradual do ensino “[...] não poderiam trazer apreciáveis resultados, nem assegurar a cultura científica dos espíritos” (MOACYR, 1996, p. 26). Daquele pronunciamento, Primitivo Moacyr destacou a responsabilidade pela difusão da formação da população mais ampla.

Não é da natureza desta exposição sumária da atividade parlamentar nas coisas do ensino, o comentário. O silêncio, porém, com que o Congresso, pelo órgão de suas comissões, tem recebido as varias tentativas de implantação do regime universitário, prova que antes de cuidarmos na transplantação de instituições que por um conjunto de circunstâncias e fatos, de regras e ideias, imutáveis e intransponíveis a outro qualquer país, cuidássemos na difusão da instrução primária e profissional (MOACYR, 1916, p. 26, grifos nossos).

O autor manifesta sua posição quanto aos relatos que publicava: não cobrava o comentário. Em face disso, maior relevância adquire o veredito anterior. As entrelinhas indicam que se reporta ao comportamento do conjunto da Câmara, com seus interesses e demandas pessoais e corporativas, como o procedimento da Comissão de Instrução, em especial a de 1914. Não se trata de uma suspeita do autor, mas de sua constatação. A respeito da referência alemã contida nos projetos, ao considerar os custos de algumas instituições daquele país, Moacyr argumentou que “[...] se tome sempre em consideração que países de recursos financeiros minguados como o Brasil não devem cogitar na transplantação de custosíssimos aparelhos de cultura superior, sem antes cuidar da instrução popular em larga escala” (MOACYR, 1916, p. 28). E convidava para que se olhasse para os vizinhos do sul da

América “[...] que não se arreceiam de bizantinices constitucionais<sup>37</sup> quanto se trata deste dever magno do poder público” (MOACYR, 1916, p. 28).

Moacyr epigrafou, dos debates dos projetos sobre a frequência no ensino superior e da liberdade de ensino, um argumento do deputado Arthur Orlando (Pernambuco), que estudara profundamente a dimensão pedagógica do projeto da Comissão de Instrução (relator Francisco Veiga 1895) “[...] e assinala a anomalia de ter a União abandonado aos Estados o ensino primário, o ensino popular, o ensino nacional, reservando para si o ensino superior, que não aproveita senão a uma insignificante minoria da população [...]”, que por sua vez os estados abandonaram aos municípios. Depois de reticências, Moacyr afirmou: “A constituição a este respeito, se assemelha a uma pirâmide invertida.” (MOACYR, 1916, p. 38).

Sobre essa questão, assim se manifesta:

Encaro como totalmente inadmissível que possa participar do sufrágio uma pessoa que não saiba ler, escrever ou, ainda, executar as operações comuns da aritmética. A justiça exige que, mesmo que o sufrágio não dependa disso, os meios de atingir estes conhecimentos elementares sejam colocados ao alcance de todas as pessoas, seja gratuitamente, seja a um preço que possa ser pago até mesmo pelos mais pobres. [...] O fato de a sociedade não ter cumprido seu dever de tornar este grau de instrução acessível a todos é realmente uma injustiça, mas uma injustiça à qual nos devemos resignar. Se a sociedade houver negligenciado o cumprimento de duas obrigações solenes, a mais importante e mais fundamental deve ser cumprida primeiro: a educação universal deve preceder o sufrágio universal (MILL, 1981, p. 89-90).

A instrução primária é apresentada como o quinino contra crises e problemas das mais variadas ordens. Além disso, é propalada como meio de promoção da soberania nacional. O ensino primário aparece em Moacyr como preparo das novas gerações para a condição de liderança de seu processo pessoal, objetivando contribuir com a nação. A escola é apresentada como uma necessidade da nação. O destaque de projetos que implicavam o envolvimento da União marca as publicações, notadamente em “A Instrução e a República”, volumes terceiro (1941) e quinto (1944), nos quais há a confirmação de seu posicionamento na publicação de 1916, “A instrução pública no Congresso Nacional”.

Para Moacyr, o ser humano define-se pela capacidade de aprender, desenvolver, exercer e beneficiar-se de suas capacidades, e o Estado é o responsável direto pela promoção

<sup>37</sup> Segundo Aulete, trata-se de tendência a discutir temas complexos em minúcias, deixando de lado as questões relevantes e os resultados práticos. Disponível em <http://aulete.uol.com.br/bizantinismo#ixzz2sOLASSKS>.

das condições para esse desenvolvimento. O autor compartilha o princípio da responsabilidade da União pelo derramamento das luzes que aperfeiçoam e agilizam o processo do fazer-se cidadão, o desenvolvimento das elites condutoras do processo produtivo, e quiçá dos políticos.

### 3.2 Federalização do ensino: uma proposta de Moacyr

Nesta seção, abordamos os textos da obra “A Instrução Pública e a República”, publicados nos anos de 1929, 1930 e 1940 no “Jornal do Comércio”, cujo recorte temporal escolhido por Moacyr situa-se entre os anos 1917 a 1929. Denominados “Cronica Inatural” pelo autor, tratam de problemas sobre os três níveis de ensino. Diferentemente do formato livro, Moacyr tece críticas um tanto ácidas e entrecortadas de fino cinismo nas denúncias dos interesses que condicionaram a instrução nacional ao estado de estagnação e até mesmo retrocessos. Dado o período recortado, trata-se de conteúdos encontrados em boa parte no volume V de “A instrução a República”. As crônicas de Moacyr estão nomeadas, enumeradas e têm o mesmo título geral: “A Instrução Pública e a República”. Doravante referimo-nos a com a identificação CI, seguida da numeração respectiva.

A denominação crônica aos textos, que na maioria das vezes preservam o mesmo modelo dos tomos, criou o incômodo da compreensão do conceito. Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa<sup>38</sup>, como substantivo feminino, trata-se de uma história que expõe os fatos em narração simples e obedecendo à ordem em que acontecem. O Dicionário define como tema da atualidade, normalmente publicado na imprensa ou veiculado na televisão ou rádio. Como substantivo, seria ainda genealogia e biografia de nobres, geralmente em tom sensacionalista. De forma geral, o trabalho com crônicas apresenta-se como escrito de um mesmo autor, em sessão habitual do periódico, na qual se tratam de assuntos do cotidiano.

Os textos são narrativos, mas não são simples em função do ordenamento do modelo de escrita jurídica que os perpassa, mas atuais enquanto preocupações marcantes de seu tempo. Parece-nos que o sentido adjetivado seja o mais próprio para o entendimento de

---

<sup>38</sup>“Crônica”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/cr%C3%B4nica> [consultado em 19-12-2013].

crônica para Moacyr, em especial por acrescentar o termo inatual: a referência a algo que persistia de longo tempo, que se encontrava enraizado na cultura e prática nacional do trato com a instrução.

Em Crônica Inatual I, de 23 de setembro de 1929, o autor refere-se a sua publicação de 1916 (A instrução pública no Congresso Nacional. Breves notícias). À primeira vista, parece que faz uma defesa do legislativo nacional acusado pela opinião pública de desprezo pelas causas do ensino público. Entretanto, ao retomarmos sua biografia e ali identificar o teor mais ácido que colocará na publicações nos jornais e cotejar esses com a publicações, observamos que estabelece sua crítica ao comportamento do legislativo.

Na publicação de 1916, Moacyr apresenta os balizadores que encontramos em todas as suas publicações: a defesa de um programa de educação integral (primário, secundário, profissional e superior) e um esforço cultural que contribuísse para a configuração da nacionalidade (diligência com o ensino primário e secundário). O autor encontrava-se em um processo de despolitização costurado em uma visão política naturalista, de certo evolucionismo social e político. Assim, citando Rocha, entendemos que explicava a “[...] a relevância do processo educativo como recurso que tornará consciente o que está estruturalmente embutido” (ROCHA, 2004, p.187).

Na publicação de 1929, identificava as mesmas posturas que implicavam em indiferença do poder público, segundo sua análise, para com o problema máximo do país. Conforme Moacyr, a rejeição das emendas dos deputados Tavares Cavalcanti (1881-1950) e Afrânio Peixoto<sup>39</sup> (1876-1947) prevaleceu quando da revisão constitucional de 1925, apesar dos apelos sedutores do reconhecimento que a história poderia angariar ao presidente Arthur Bernardes (1922-1926) como educador do Brasil, a exemplo de Horace Man (USA), Varella (Uruguai), Sarmiento (Argentina), entre outros. Demonstrou a contradição entre a posição do presidente no exercício do cargo e o conteúdo de seu pronunciamento ao deixá-lo, quando em discurso defendeu que o êxito da nacionalidade e felicidade pessoal dependia da educação, definida como predicado superior a qualquer outro.

---

<sup>39</sup> A preocupação de Afrânio Peixoto nos anos 1920: a diversidade como um problema central do Brasil. A institucionalização da instrução elementar ainda não realizada, e os desafios dos altos índices de analfabetismo (76,5% para o ano de 1920) (VEIGA, 2011).

Entretanto, como costumava afirmar Primitivo Moacyr, no contexto conflituoso das décadas de 1910 a 1920<sup>40</sup>, os governos estabeleciam outras prioridades que não lhe permitiam ocupar-se com a questão educacional primária. No interior do processo legislativo, denunciava o comportamento e a antiquada permanência na defesa do dispositivo constitucional que descentralizou o ensino primário. A sua referência a “antolhos jurídicos” é uma denúncia dos subterfúgios usados para impedir o avanço da legislação no sentido de maior compromisso da União, o que para muitos se configurara na maior dívida republicana de então, sobretudo em relação à escola primária, condição da democracia, conforme texto constitucional de 1891.

[...] era indispensável um dispositivo claro na Constituição sobre a instrução primária para que os antolhos jurídicos dos nossos legisladores (mormente os simpáticos à filosofia positivista) não mais embargassem a ação federal em problema de tanta monta, e tão desleixado pela maioria dos Estados e totalidade dos municípios, a cujas guardas a Constituição, exclusiva na opinião de alguns, confiara a educação popular (MOACYR, 1929, Crônica I, grifos nossos).

Os “antolhos jurídicos” constituíam-se, na análise de Moacyr, em procedimentos que atendiam a interesses de determinados segmentos da sociedade representados no parlamento. Sua identificação revela certo conflito de Moacyr com as posturas positivistas (como podemos verificar na publicação de 1916 e ao longo do conjunto de “A instrução e a República”). O autor observou que o uso do recurso dava-se sempre que se discutia a instrução primária como obrigação do Estado e nas discussões a respeito do secundário, que o autor considerava fundamental para a formação de uma nova elite nacional. Assim, o próprio

---

<sup>40</sup>O governo de Bernardes enfrentava o principal momento até então da crise do regime político oligárquico. Fez uso constante da repressão aos oposicionistas. A sua candidatura enfrentara a oposição das elites rurais de Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que tiveram como candidato o sr. Nilo Peçanha. O Movimento ficou conhecido como Reação Republicana. O debate foi acirrado com acusações de ambos os lados. O pleito aconteceu em março e em julho eclodiu o 18 do Forte de Copacabana, que desencadeou uma ação mais concentrada (Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes, a partir de 1925) do movimento tenentista nos anos seguintes. O mesmo defendia alterações no regime político e maior participação política. Houve ainda o enfrentamento com a Revolução Gaúcha. Em suma, foi um governo de constante decretação de Estado de Sítio. Além dos políticos, os operários estiveram sempre na mira dos ataques repressivos do presidente. As intensas lutas dos anos operários dos anos de 1910 passaram a receber repressão pesada nos finais da referida década, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os estrangeiros foram acusados de atuarem contra a segurança nacional. Os anarquistas sobressaíram-se no movimento do operariado, e receberam o reforço Partido Comunista do Brasil a partir de sua criação em 1922. O quadro oportunizou a eclosão da ação de segmentos descontentes no interior da própria dominância política. O prolongamento da crise política e as transformações econômicas e sociais constituíram cenário que favoreceu o movimento que chegou ao poder em 1930.

autor evidencia seu embate com o positivismo, cujo grupo presente no parlamento compreendia a educação como função doméstica da mulher, “[...] insubstituível e incomparável função educadora” (MENDES, 1911, p. 02). Esse princípio os colocava contra a escola primária oficial e obrigatória. De resto, a entendiam como um mal para a sociedade. Esse ponto os aproximava dos católicos, a quem as críticas de Moacyr também fizeram-se extensivas.

Moacyr foi incisivo em suas observações, e em uma palavra demonstra o peso da realidade dos fatos. Os antolhos jurídicos não são produtos naturais e desavisados de um processo, mas instrumentos que justificam escolhas e articulam princípios federativos em favor do embaraço da ação federal. Para o autor, o presidente preferiu uma nova reforma, em lugar de “[...] bases amplas de uma educação nacional no duplice aspecto de instrução primária ativa e da formação da cultura (ensino secundário) das elites, das classes dirigentes” (MOACYR, 1929, Crônica I). A função coordenadora da construção de ambiente favorável na opinião pública, que deveria ser função pública da União, foi realizada pela iniciativa privada da Associação Brasileira de Educação, em suas conferências estaduais (MOACYR, 1930, Crônica III).

O autor entendia que movimento na Câmara não era lento, nem morno, nas questões educacionais. Os debates eram acirrados e de conteúdo, mas permaneciam refêns de “projetos e projetinhos” (MOACYR, 1929) de interesses curtos, identificados na própria origem dos proponentes. Em muitos deles, era pouca coisa para a condição de *status* de reforma do ensino.

Moacyr (1930, Crônica III) ocupou-se de um longo parecer da proposta do deputado Xavier Marques (Bahia), do qual destaca as críticas ao movimento anticlássico e utilitarista que marcaram as reformas de ensino no Brasil. Embora o artigo não trate do ensino primário, Moacyr estende a relação por dois motivos: primeiro pela própria formação específica do professor na Escola Normal; e na mesma condição, a forma de definição dos professores em uma sociedade que não tinha tradição de formar professores.

A posição de Moacyr (1916; 1930, Crônica III; 1944) é significativa no elogio às instituições privadas que mantinham ensino clássico, mormente a cultura filosófica e literária, caso da Faculdade de Filosofia e Letras da Bahia. De acordo com o autor, o costume de excluir a tradição humanista, a cada reforma, era uma construção especificamente brasileira.

Em sua ótica, se tratava de prejuízo incalculável à formação nacional, de modo especial na formação dos professores. A promoção do ensino pragmático, suscitado pela dinâmica da economia, não lhe convencia ser necessário o abandono da “[...] capacidade de ideias gerais, a inteligência dos princípios primeiros e o sentimento do belo” (MOACYR, 1929, Crônica III).

Ademais, não identificara a perda da tradição humanista, em qualquer movimento da evolução pedagógica do ensino público em nações consideradas modelos, o que o leva ressaltar a resistência de instituições privadas e públicas, apesar de uma tendência majoritária que percebia em seu meio, de aceitação do esvaziamento como normal e moderno. Moacyr identifica-se com a compreensão russelliana de que o conhecimento não se define por sua aplicação pragmática. O conhecimento tem valor em si, como parte da constituição do sujeito, que lhe possibilita alterar a sua relação com o mundo, bem como a qualidade da percepção da realidade (RUSSEL, 1978). Não se tratava só de providenciar o *productivum hominis*.

Bertrand Russel (1978) é um dos seus autores preferidos, e no qual subsidia o debate da concepção da função social da escola. No campo do ensino, sua posição ancora-se no princípio de que a escola deveria promover no aluno a condição de avaliar argumentos e evidências para pensar por si mesmo, o que significa orientar comportamento para o combate a toda forma de dogmatismo e para a promoção radical da liberdade de pensamento. Conforme o autor, a verdade é objetiva e o conhecimento deve sustentar-se em fundamentos seguros e verificáveis. Russell fez-se inimigo das tendências psicologizantes do pensamento e do ensino, assumindo confronto direto com a perspectiva educacional de John Dewey (1859-1952), a quem acusava de relativismo pedagógico porque sua proposta contribuía com o enfraquecimento das bases objetivas do pensamento (RUSSELL, 1978). A adesão de Moacyr ao autor explica seu descolamento em relação aos escolanovistas brasileiros<sup>41</sup>, bem como esclarece sobre a compreensão que construiu a respeito do papel da escola, na qual o papel preponderante deveria ser o do professor. As suas observações confirmaram que a condição essencial para levar as crianças e adolescentes a comportamentos de autocontrole e disciplina, fundamentais ao aprendizado, era gostar delas. Corrobora com essa identificação seu alerta para o perigo do exercício da autoridade conduzir a comportamento submisso e ou para uma gratuita rebeldia.

---

<sup>41</sup>Lembramos que Moacyr transitava pelo grupo escolanovista e comungava da maioria de suas posições, como deixa claro na publicação da CI LIII, denominada “Associação Brasileira de Educação” (MOACYR, 1930).

Apesar de seu tempo de trabalho nos Feitos da Saúde Pública, cumprindo à risca os protocolos da higienização física e moral da cidade do Rio de Janeiro, não identificamos em seus escritos contribuição com a consolidação da perspectiva de um povo incapaz por motivos de formação étnica, conforme aparece em parte significativa das lideranças políticas e intelectuais. O elogio da formação étnica nacional que observava em Alceu Amoroso Lima é uma das provas de sua compreensão da riqueza nacional (MOACYR, 1944). A teorização do homem brasileiro que despreza o trabalho, condição que brasilianistas e intelectuais nacionais explicavam como resultado da escravidão e mistura das três raças e que explicam com a solução o branqueamento com o elemento europeu, Moacyr interpõe os argumentos da força da raça nacional identificada no argumento de Alceu Amoroso Lima e outros.

Essas e outras ponderações permitem-nos inferir que a história, para Moacyr (1916; 1929, Crônica III; 1930; 1944), é indeterminada no sentido de sua direção. A questão é mais complexa, como verificamos em sua prática de não priorizar mitos fundadores do processo histórico. Talvez por isso evitasse a exaltação de nomes, instituições e fatos. Em suas poucas manifestações, mas também em seu silêncio, em seu peculiar cinismo, Primitivo Moacyr evitou naturalizar o processo/movimento histórico.

A forma como contrapõe os debates entre os contrários e favoráveis às proposições educacionais, a importância que atribui a propostas que não se fizeram vencedoras e ou não eram oficiais esclarecem sua compreensão da complexidade do processo histórico: a sua condição de realização por movimentação das forças sociais e políticas que atuam no debate e rumo das grandes questões nacionais, que manipulam as regras do jogo em seu favor. As observações da realidade do encaminhamento dado à instrução pública popular confirmam a explicação gramsciana de que

[...] indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico corporativa; mas também é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2001, p. 48).

Para Staconnne, a “[...] existência da hegemonia pressupõe [...] um certo equilíbrio de compromisso [...] esses compromissos e sacrifícios não concernem o essencial [...].”

(STACONNE, 1993, p. 93). A forma usada por Moacyr de contrapor as posições dos deputados diante dos mais diversos assuntos de instrução objetiva demonstrar a existência de uma luta que evidencia forças hegemônicas, expressas nos projetos políticos e sociais em disputa.

Na “crônica inatural”, especialmente nas que tratam do ensino superior e secundário, Primitivo demonstra que a nação estava em segundo plano nas “leizinhas” (MOACYR, Crônicas de 1929 e 1930) apresentadas no parlamento, ocupado com questões da elite. O ensino secundário e superior era uma delas. É o caso da discussão da investidura de docentes, que retomou na crônica VI, quando pergunta “E os direitos da Nação?”. Refere-se a protesto de Carlos Peixoto: “[...] Nunca mais ouvimos este protesto no seio da Legislatura. Ao contrário, todos os 'representantes da Nação' augustos e digníssimos outrora, hoje honrados e ilustres, continuam a pleitear 'os direitos dos indivíduos contra Ela, mormente [...] ao ensino público” (MOACYR, 1929, crônica VI). Ao autor, é como se rissem do que havia de digno e respeitoso, probo e honesto, a merecer lisonja na prática daqueles homens. O descaso com a instrução do povo independia da filiação ideológica e partidária, de acordo com Moacyr, que deu resposta contundente a respeito de como observava a realidade do país e do processo legislativo e executivo.

[...] todos, republicanos, liberais, conservadores, federalistas, demagogos, comunistas, democratas, positivistas, libertadores, católicos, todos, de olhos fitos nos seus interesses, nos interesse de sua grei, nos seus 'mitos', como dizia Bertrand Russel, e nesta atitude não vêm as realidades brasileiras, o futuro desta terra e desta raça (MOACYR, 1929, crônica VI, grifos nossos).

Na sequência, demonstra o que afirma, com casos específicos, à proporção que denominou algumas das crônicas “selva selvaggia”, como a de número VIII (MOACYR, 1929), na qual definiu a dinâmica dos processos legislativos em que se adiava a obra da cultura que se referia à preparação do homem comum para a economia do país, como também a de formação das classes dirigentes.

Essa crônica é uma breve demonstração da ação anacrônica da Legislatura republicana na obra da educação nacional. Exceção do projeto Tavares de Lyra (1907) cujo debate foi inteligentemente dirigido, na Câmara por Carlos Peixoto, e desarticulado, e arquivado um ano depois, no Senado, por um velho republicano histórico e Professor da Faculdade de Medicina da Bahia, o Sr. Virgílio Damasio, a intervenção fragmentada do Congresso tem sido

invariavelmente demolidora. Todas as reformas de ensino público delegadas aos Executivos, quando em execução, são decotadas aos poucos pelos projetos de favor, sempre no proveito dos docentes e discentes. A reforma revolucionária (do governo provisório) de B. Constant não compreendida, nenhuma outra teve aprovação do Congresso Nacional em debate largo. Clandestinos dispositivos em caudas de lei do orçamento mascaravam a aprovação legislativa ao ato do Governo. Em compensação a atividade parlamentar se dobra em impedir a execução integral de algumas ideias capitais como a do exame de madureza da reforma de 1890, dos exames vestibulares (1911) e a seriação de 1925 (MOACYR, 1929, Crônica VIII).

Não regateia nem economiza em sua crítica à postura conservadora do parlamento, bem como no descaso com a instrução da maioria. Primitivo Moacyr denuncia o histórico procedimento legislativo republicano de mutilar projetos que tinham em seu cerne o enfrentamento da construção da nação. O *modus operandi* é definido pelo autor como ação sistemática, e identifica que a trincheira contra os abusos reduzia-se à Comissão de Instrução, assim como a dos contrários encontrava-se na Comissão de Finanças.

O autor identificou resistência em favor da cultura nacional em Gastão da Cunha, Rangel Pestana, Satyro Dias, Agapito Santos, Moraes Barros, Passos de Miranda e Rui Barbosa, entre outros. O quadro dos ocupantes da referida comissão no período da Primeira República indica uma permanência dos mesmos nomes. Em outra oportunidade, Moacyr afirma que na Comissão de Financiamento encontrava-se o grande inimigo da instrução pública popular. O autor observa que nas emendas prevalecia o regime de exceção em favor de determinados grupos e indivíduos, em detrimento de propósitos mais gerais, conforme expressa em “*que queste selva selvaggia ad aspera e forte*” (CI, IX).

Ao narrar o projeto de Eurico Valle, deputado do Pará, que mandava construir duas escolas de ensino profissional em cada Estado por ocasião das comemorações do centenário da Independência, Primitivo Moacyr destacou as considerações sobre a discrepância entre a ostentação de modernização que se via no litoral e o abandono a que estava relegado o interior, em suas vastas extensões e péssimas condições de vida, em que o ler e escrever restrito que se conseguisse ensinar não tinha maiores repercussões e importância. Foi ainda mais incisivo na crítica ao que denominou obra suntuária de Epitácio Pessoa.

A sua comemoração do nosso centenário político foi toda uma obra de ostentação e vaidade: visita de chefes de Estados europeus, e uma exposição industrial para os países manufatureiros exibirem os seus produtos à população carioca. Cerca de cem mil contos gastos sem utilidade e

principalmente finalidade brasileira (MOACYR, 1930, CI XXI, grifos nossos).

Decididamente para Moacyr (1930), um dos mais imperiosos deveres da República era a disseminação de escola de instrução primária, de preferência com “[...] suplementos da educação profissional” (MOACYR, 1930, CI XXI), dadas as condições da realidade nacional. Em seu entendimento, o desbaratamento do dinheiro público no ano do centenário da Independência era a prova mais cabal de que o argumento de falta de recursos constituía-se em uma das farsas republicanas a justificar o descompromisso com a formação popular.

As crônicas XXVI (MOACYR, 1930) e XXVII (MOACYR, 1930) são dedicadas ao tema do ensino normal, inserido por Primitivo Moacyr na responsabilidade da União para com a instrução primária, expressa de forma indireta na formação dos professores, e na direta enquanto investimento no estabelecimento de escolas ou colaboração com os Estados. A nacionalização do ensino pelo instrumento da organização da formação dos professores permitiria a identidade de programas e métodos, contributos essenciais na constituição da unidade nacional. Advogava que a realidade daquele tempo histórico não comportava mais improvisar professores, como que naufragos de outras profissões. Não bastava combater o analfabetismo, que tradicionalmente resolvia-se com um professor improvisado. A educação física, moral e intelectual da mocidade exigia os fundamentos de uma escola moderna construída na formação do professorado de espírito esclarecido, possível só com a escola normal primária e superior (MOACYR, 1930).

Saviani (2008) cita entre os fatores que “[...] impediram que a legislação no âmbito federal consagrasse o princípio organizacional do sistema nacional de educação” (SAVIANI, 2008, p. 222) a defesa de que os pedagogos liberais, parte importante dos escolanovistas, promovia acerca da descentralização. Da mesma forma, Carvalho (1998) polemiza a questão a respeito do papel autoritário da ABE.

O autoritarismo desse projeto não tem sido registrado nos estudos de história da educação. Colocado neste âmbito, o movimento educacional foi sem dúvida uma das instâncias de elaboração e disseminação da ideologia autoritária nos anos 20. Nele foram repropostas representações do “povo brasileiro” como carência, passividade e amorfia. Nele se propôs a escola como instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas (CARVALHO, 1998, p. 44).

O objetivo do projeto republicano não era a transformação<sup>42</sup> (FAORO, 2000). Na realidade aristocrática brasileira, se produziu um quadro mais favorável às permanências, uma vez que o Estado e o poder das oligarquias conseguiam manter a ordem que necessitavam. A modernidade brasileira conservadora, em condições sociais, econômicas e políticas específicas, apesar do discurso, demonstrou que na realidade da hegemonia das forças políticas não havia lugar para a formação do cidadão capaz de interferir nos negócios públicos pelo voto. Os adiamentos, sobretudo em tempos republicanos, indicam, na opinião de Carvalho (2003), a opção pela solução imigratória, tanto para o estabelecimento da purificação étnica quanto cultural.

Não obstante, além da escola Normal, Moacyr, como outros de seu tempo, defendia uma estrutura coordenadora e difusora do ensino. Postura que se encontra nas crônicas XXVIII e XIX (MOACYR, 1930). Em uma atitude para prevenir-se dos que sempre reivindicam a paternidade da ideia, Moacyr lembrou que na República a discussão estendia-se desde 1894, quando Medeiros e Albuquerque (deputado por Pernambuco) propôs a criação do Ministério da Instrução Pública no período republicano. A propositura encontrou maior evidência nos anos 1910, e auge no tempo posterior a 1917, nos debates da Câmara dos Deputados. A criação da estrutura geral necessária processou-se de forma lenta ao longo da Primeira República, entre avanços e retrocessos, de forma que se chegou a 1930 sem consolidação, como se dera nas nações tomadas como referência de modernidade no campo da instrução e democracia republicana. Ao longo de toda a sua obra, o autor preconiza a existência de uma diretoria de instrução em todos os Estados. Para ele, tratava-se de “[...] tendências dos homens que nos Estados Unidos cuidam do problema da instrução” (MOACYR, 1930, CI I).

No capítulo da Criação do Ministério da Instrução Pública, Moacyr (1916) reforçou os seguintes conceitos: unidade, princípios de unidade, autoridade superior, descentralização controlada, autonomia didática, limites da liberdade, Estado educador, intervenções,

---

<sup>42</sup>A explicação da modernidade brasileira por Faoro (2000): “A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes, enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança, será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso” (FAORO, 2000, p.111).

fiscalização, instrução livre, desoficialização. Com relação à proposta Tavares de Lyra, ao apresentar o item relativo à instrução primária, transitou pelo discurso de Manoel Bonfim para afirmar que a questão fundamental da ordem da nacionalidade, a que a União não deveria abrir mão, era a ação direta e imediata. Nesse sentido, retomou o projeto de Medeiros e Albuquerque de 1894 e tripudiu na acusação aos positivistas, que, contrários àquele, eram vistos por Moacyr como parte responsável no caos da instrução pública (1916, 1941c).

São vários os motivos pelos quais Primitivo tece elogios o projeto do ministro Tavares de Lyra. O mais fundamental: fora a primeira vez que a ideia de intervenção direta da União na instrução primária aparecia em um projeto do Executivo, questão ressaltada por Primitivo ressaltou por constituir-se no problema central para o ministro. “É a hora que se procura trazer a ação eficaz do Governo central para a instrução popular.” (MOACYR, 1916, p. 122). Assim, salientou a importância da solução com a bela defesa de Manoel do Bonfim na tribuna, ato considerado heroico naquele novato parlamentar que enfrentou as tradicionais figuras contrárias ao tema que defendeu na “selva selvaggia” (MOACYR, 1930).

O “texto” seria retomado em anos a fio e, desta forma, tornou-se de grande contribuição para o avanço da formação da consciência parlamentar quanto à responsabilidade da União para com o ensino primário. Moacyr (1916) recorda como o autor da proposição recuperou contribuições conceituais de J. Barbalho e Araripe Junior a respeito do assunto em anos anteriores para o argumento de que a doutrina da ação supletora já se encontrava legalmente consignada na lei: “[...] A doutrina de que a União deve procurar esse acordo já está consignada em nossa legislação como se evidencia do dispositivo constante do art. 7, da lei n.1.617, de 30 de Dezembro último”, 1906 (MOACYR, 1916, p. 109).

Na concepção de Moacyr (1939), a construção desse consenso vinha de tempos mais remotos. Ao tratar do ensino primário, o presidente da província do Ceará em 1880, doutor Pedro Leão Velloso, evocava a responsabilidade do Estado com o argumento de dívida inescusável, apesar do tradicional pretexto de encargo das Assembleias provinciais. Velloso defendeu de forma veemente que o direito das assembleias provinciais legislarem sobre a matéria não exonerava o governo imperial de dever constituinte de sua própria condição. Desse pronunciamento, Moacyr (1939) acentuou compromisso do Estado para com a elevação do nível intelectual do povo. Em sua ausência, os esforços das províncias na organização do ensino primário não alcançariam os resultados necessários.

*[...] sem os esforços concomitantes da administração geral, provincial e municipal não conseguiremos uma boa organização do ensino público nos diversos graus da instrução primária. Competindo à província o ensino primário no primeiro grau, entre este e a instrução secundária, deve haver um grau, servindo para todos os que não se destinem à alta ciência; e esse ensino deve competir aos poderes gerais, instituído nas províncias ao lado do ensino propriamente provincial (MOACYR, 1939, p.365- 367, grifos do autor).*

O autor destacou dos reclamos do referido presidente a solução: “[...] *ação dos poderes gerais operar cumulativamente com a província na organização do ensino*” (MOACYR, 1939, p. 366, grifos do autor). A situação desanimadora da instrução pública provincial era atribuída ao seu abandono às circunstâncias e às suas condições financeiras. A Moacyr, nem no passado, e mormente no presente, justificava-se a delegação e o silêncio do governo quanto ao ensino fundamental, uma vez que se tratava de empreendimento da constituição das inteligências, da uniformidade de caráter e bondade (condição da nacionalidade) do qual dependia o progresso e futuro do país. Nessa perspectiva, “[...] *não deverá ser entregue a retalho aos poderes provinciais; na direção das inteligências não pode deixar de haver unidade de desígnio; [...] Sem centralização na organização, direção e inspeção da instrução, não a teremos como convém ao progresso do país*” (MOACYR, 1939, p.404, grifos do autor).

A essa altura, identificamos em Primitivo Moacyr, como justificativas de uma instrução geral, o desenvolvimento da razão humana e a incorporação das principais regras dos direitos e obrigações do homem. O autor entende que o nível de governo mais apropriado para essa responsabilidade, ao menos para direcionar os processos da instrução do povo, era o governo da União. No sentido restrito, a instrução pública para Moacyr seria aquela que se oferta à maioria da população, ou melhor, a toda a população.

Moacyr fez muito mais que demonstrar a possibilidade da intervenção da União nos Estados por meio da apresentação da Reforma Tavares de Lyra. Trata-se de seu próprio posicionamento em prol da instrução primária como obrigação do Estado nacional. A proposta aprovada na Câmara foi mutilada no Senado, por sua Comissão, naquilo que ela tinha de melhor, a difusão da instrução popular.

E assim, o esforço generoso da Câmara, superiormente dirigido pelo Sr. Carlos Peixoto, perde-se na outra casa do Congresso, diante da 'amarga

experiência de delegar o Congresso ao Governo, sob a forma de autorização, funções e atribuições que são privativamente suas' (MOACYR, 1916, p. 124).

O comportamento do Senado e da Câmara foi denominado por Moacyr decote (1916), referência ao movimento de diversas origens no interior do Legislativo que, por ação de deputados ou senadores, tinham o propósito de alterar desde cedo e de forma exagerada as reformas aprovadas, quando não as comissões as mantinham no ostracismo até que outra ideia tomasse conta das vontades. Assegurou Moacyr que antecipava outra atitude, o que, pelo teor das palavras, indica seu posicionamento contrário às escolhas do Senado. “Esta mesma Comissão, dois anos depois, no crepúsculo de uma sessão parlamentar, aprova, em cauda orçamentária, uma outra amplíssima autorização para o Ministro Rivadavia Corrêa remodelar o ensino público (MOACYR, 1916, p. 124).

No capítulo da contribuição da União no ensino elementar (intervenção, acordos, subvenções e fundos, ou direta), tema que se arrastava de longa data na história do Brasil independente, o processo de rompimento do limite da compreensão perfilou-se pela primeira República, no embate entre grupos a favor e contrários. De acordo com Moacyr (CRÔNICA XXX), a marca de sua superação jurídica aconteceu em 1907, quando Araripe Júnior, consultor da República, usou do próprio princípio da liberdade de ensino para considerar que à União era lícita a responsabilidade por escola primária nos Estados e municípios, dada a sua condição de pessoa jurídica, na forma da submissão ao regime legal local. Dizia o consultor: “[...] não pode evidentemente a União legislar sobre o ensino primário; pode, porém, instalar, manter e dirigir escolas, no gozo de um direito igual ao de todos os cidadãos” (MOACYR, 1930, Crônica XXX).

Considerando o avanço nas discussões de superação do princípio proibitivo constitucional de ação do Estado na instrução primária, Moacyr (1916, 1930, 1944) pondera que ao final dos anos 1910 e nos primeiros dos anos 1920 já existiam possibilidades orçamentárias para um plano de ação (serviço de informações e estatísticas, repartição dedicada ao ensino primário) conduzido pela União em prol da educação do povo brasileiro. Na mesma esteira, defendeu a proibição do trabalho de menores de 12 anos, a obrigação das fábricas e comércio de liberar seus trabalhadores menores de 18 anos à frequência escolar em instituição de aperfeiçoamento industrial e comercial; os grandes negócios (industriais, comerciais e agrícolas) com mais de seiscentos operários deveriam oferecer escola leiga,

gratuita, fiscalizada nos moldes do governo local. Isto tudo deveria ser garantido em lei federal. Assim, o ponto de vista estreito foi cedendo espaço a uma compreensão mais larga, em meio a muita luta no campo das ideias e no enfrentamento de interesses. Ao menos no campo das ideias, a instrução primária se afirmava nos princípios de fundamento de todas as outras, e antes disso, pela amplitude de beneficiados (a grande massa da população) e pelo resultado na educação de formação do caráter (MOACYR, 1930, Crônica XXX).

No entendimento de Moacyr, a possibilidade de pôr fim às controvérsias deu-se por obra de Afrânio Peixoto, em emenda para a revisão constitucional de 1925, que substituía os números 3 e 4 dos Artigo 35. Atribuía-se à União o provimento da orientação do ensino primário e a democratização do secundário mediante a criação do fundo de educação nacional nos lugares deficitários. A alteração impunha a fiscalização sobre o ensino profissional de todos os níveis de ensino. Moacyr surpreendeu-se que o presidente Arthur Bernardes não desse apoio à emenda, e se questiona se teria sido por ainda existir uma confusão parlamentar a esse respeito (MOACYR, 1930, Crônica XXX).

A intervenção, acordos, subvenções e estabelecimento de fundos ou ação direta do governo central impunham-se para ampliar a organização do ensino, suprir as lacunas de número de escolas e melhorar as necessidades culturais, ou ainda conduzir a um processo de nacionalização estrangeira. Àquela altura, a mais constitucional das soluções em uma relação federativa (que não feria preceitos constitucionais, a não ser em uma interpretação mais estreita) era o auxílio à instrução primária por meio da subvenção. Dadas as diferenças homéricas entre as condições dos Estados, que se acirravam com o movimento de urbanização e ocupação territorial acelerada pelas imigrações, alguns orçamentos estaduais respondiam ao serviço da instrução, ao mesmo tempo em que em outros a dotação ainda era irrisória. É o caso de Santa Catarina, que destinava 20% do orçamento para a instrução (MOACYR, 1930, Crônica XXX).

O debate da função supletora da União abriu caminho para a construção de uma hegemonia de consciência quanto à contribuição da União no processo de implementação da identidade nacional, que por meio da escola contribuiria para “[...] completar a constituição normal e estável da comunhão brasileira” (MOACYR, 1916, p. 7).

Nas publicações de 1916 (O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia), 1941 (A instrução e a República, III vol.) e 1944 (A instrução e a República, V vol.), bem

como nas “Crônica Inatural” (1929 – 1930), Primitivo Moacyr demonstra que o crescimento favorável da possibilidade da ação da União se fez resultado de muitos embates teóricos e práticos entre os defensores dos dois polos (centralização – descentralização) que resultou no avanço paulatino.

A União e a sociedade política foram permeadas pelas cobranças do processo histórico, da urgência da difusão do ensino primário, e nessa esteira desenrolaram-se ações isoladas e tímidas até os anos 1930, quando soluções mais ousadas foram encaminhadas. Esse processo não reverberou em implementação de ações da União, confirmando o princípio de que não basta a lei. Moacyr explora a necessidade das condições contextuais e do amadurecimento das consciências que asseguram o implemento dos processos de efetivação. “Não basta entretanto, fazer a lei. Para que ela possa ser executada proveitosamente é indispensável que seja conhecido o estado real do ensino primário em toda a República” (MOACYR, 1916, p.110).

As condições observadas por Moacyr (1916; 1944; Crônica 1929; Crônica 1930) permitem olvidar que, ao se reportar ao passado, conclamava a responsabilidade do presente. É manifesto na publicação do primeiro volume de “A Instrução e as Províncias” a reivindicação do papel do Estado Nacional na instrução popular. O destaque ao pronunciamento (1840) de João Lins Cansanção Sinimbú, presidente da província de Alagoas, que identificava o motivo principal do descuido com a instrução primária, demonstra a questão. O Estado gastava com conhecimentos que não contribuíam para as necessidades da sociedade, promovendo “[...] *uma instrução de luxo, que não deve correr por conta da massa geral dos contribuintes*” (MOACYR, 1939, p. 565, grifos do autor). Ao tempo de Primitivo, essa era uma realidade imperante.

A compreensão de Moacyr não se reduz ao fato da descentralização do ensino primário frustrar as expectativas que eventualmente se esperava. Ele acondiciona a responsabilidade da União no engendramento de políticas de princípio, diretrizes e financiamento à própria essência da República. A ela entendia caber a construção e a garantia da soberania, que há tempos exigia novos parâmetros dada a superação do modelo anterior. Centralizar tem em Moacyr o sentido de assumir maiores responsabilidades na pareceria com os Estados, disponibilizar melhores recursos e direcionar a propositura educacional do ensino básico, que deveria atingir toda população.

A defesa de um vasto sistema de ensino é imperiosa ao prospecto de Primitivo Moacyr, o qual seria necessário no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade na participação em instâncias representativas. Nos documentos, sobressaem questões que atribuem à instrução pública as esperanças do melhoramento social, o que para Moacyr (1937) estabelece e condiciona a responsabilidade do Estado.

Identificamos que a postura de Moacyr, nessa e em outras questões, não pretende estigmatizar o passado. A sua ocupação com os textos do passado é motivada pelos problemas do presente, em uma tentativa de mostrar que outrora já se havia produzido soluções com as quais o presente ainda se debatia. Manifesta a compreensão que o problema não é de ideias, mas de conjuntura política e econômica, imbricadas de forma vital. No caso específico do papel do governo central, Moacyr identifica que o passado já construíra opções em prol da uniformização do ensino, nas quais se objetivava superar o argumento do impedimento de sua contribuição. Demonstra que o recorrente impedimento legal não tinha sustentação desde há muito tempo.

### 3.3 O financiamento da instrução

O princípio geral básico da preocupação com o financiamento da instrução tem relação direta com o tipo de sociedade. Assim, a necessidade de enfrentar o problema de financiamento não se apresenta em uma sociedade de economia agrária da mesma forma que se manifesta numa sociedade urbana. A especificação de recursos públicos e sua vinculação só se impôs quando a instrução popular fez-se uma necessidade imperiosa. Nesse sentido, ocorreu nos países que lideraram o processo capitalista nas versões pós-comercial. Já a sua expressão nos territórios que cumpriram a função de subsidiarem com produtos das mais variadas ordens àquele mercado, como no caso do Brasil, o financiamento do governo se dava para atividades de domesticação e pacificação dos nativos por meio da imposição de uma língua e uma fé.

O financiamento da instrução no Brasil desenrolou-se desde longa data, quando os jesuítas, por ausência de recursos oficiais, lançaram atividades no campo econômico, do qual retiravam as condições do empreendimento educacional, especialmente a partir da consolidação do interesse pelo secundário. Naquele interregno que se estendeu até as ações

pombalinas, os jesuítas procuravam por fontes oriundas da comunidade mais abastada da sociedade, por meio de contribuição para a manutenção dos internatos, na forma de troca de internado por subsídio social que garantisse o acolhimento de meninos que não podiam pagar.

[...] longe de ficar esperando os instáveis recursos régios, os Jesuítas trataram de obter concessões de terra e privilégios de comércio, criando uma das mais rentáveis empresas econômicas do período colonial com vastas criações de gados, valendo-se da mão de obra gratuita dos indígenas. Desta forma, [...] a coroa assegurava o oferecimento do ensino na colônia sem nenhum custo (PINTO, 2003, p. 46).

Por sua vez, o instrumento do subsídio literário<sup>43</sup> estabelecido pelo governo do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, no ano de 1772 (SILVA, 2008), não teve maiores repercussões no financiamento da instrução em terras brasileiras. O problema foi protelado desde a declaração da Independência até os tempos republicanos. A definição de percentual no orçamento aconteceria com a Constituição de 1932, e logo depois seria excluído da Carta de 1937.

A lei do “subsídio literário” definiu que a cobrança realizar-se-ia pelos municípios (Câmaras Municipais) e deveria ser usado ao pagamento de professores, preferencialmente, financiando o denominado sistema de aulas régias<sup>44</sup>. Os recursos dessa solução sempre foram deficientes e se agravaram com o controle que os grandes proprietários tinham sobre as câmaras. A transferência da sede do governo português resultou em grande incentivo ao ensino superior financiado pela Coroa.

No Brasil independente, a questão esteve presente nos debates da primeira constituinte de 1923. A questão arrastou-se até 1834, quando, por força do Ato Adicional, o financiamento da escolarização primária foi imputado às unidades governamentais, então províncias. Aquele

---

<sup>43</sup>O “subsídio literário” foi um imposto de financiamento de aulas públicas, organizado da seguinte forma: “No Reino e ilhas: 1 real em cada canada de vinho consumido; 4 réis em cada canada de aguardente; 160 réis em cada pipa de vinagre. Na América e na África: 1 real em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; 10 réis em cada canada de aguardente. Na Ásia: 10 réis em cada canada de aguardente, das que se fazem naquelas terras, debaixo de qualquer nome, que se lhe dê, ou venha a dar (MACHADO, 1972, p. 114).

<sup>44</sup> As aulas régias retiram o ensino das humanidades das mãos da Igreja e se constituíram na responsabilização do Estado português pelo sistema de ensino. A solução ficou distante nas colônias, de forma que no Brasil somente em 1774 essas aulas começaram a ser implantadas. [...] Ao rei cabia a criação dessas aulas isoladas e a nomeação dos professores, que levavam quase um ano para a percepção de seus ordenados, arcando eles próprios com a sua manutenção.” *Disponível em:* <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_aulas\\_regias.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_aulas_regias.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2011.

dispositivo constitucional atribuiu-lhes a responsabilidade da criação e manutenção de escolas de primeiras letras.

A questão financiamento da instrução, em especial do povo, segundo Moacyr, desde os primórdios do Brasil independente insere-se na “selva selvaggia” dos interesses, circunstâncias de uma sociedade desigual do ponto de vista social, cultural e da organização política e da arrecadação e distribuição de impostos. A maior parte das despesas no Império se dava com gastos militares, externos e internos. Dos gastos gerais antes da independência, 50% foram com a guerra da Cisplatina. Ao Brasil independente, nos anos 1830, os gastos no enfrentamento do movimento separatista do sul superaram 50%, mesmo em tempos de relativa tranquilidade, os gastos militares não desciam abaixo de 35%. A guerra do Paraguai marcou o pico em 65%. A queda em torno dos 20% só aconteceu nos anos 1870. Os balanços desfavoráveis sangravam as províncias, com o aumento de suas contribuições para com o governo central (CARREIRA, 1980). Os dados explicam o orçamento deficiente no período, que gerou desde os compromissos financeiros oriundos do processo de reconhecimento da independência à prática de completar as deficiências com empréstimos externos.

Tendo em vista esses dados, as províncias não reuniam as condições técnicas e recursos para difundir o ensino primário colocado à sua responsabilidade com o Ato Adicional de 1834. Entretanto, registremos o esforço e até a vanguarda de muitas províncias (MOACYR, 1939; 1940). Quanto aos investimentos do Império, Rui Barbosa informa, segundo recortes de Primitivo Moacyr que “O Estado, no Brasil, porém consagra a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram diz Rui, 20,86% da despesa total” (MOACYR, 1937, p.382). Apresenta um comparativo com países de todos os continentes (Rússia: 2,03; Japão: 2,04; Áustria: 2,20; Portugal: 2,77; França: 3,03; Inglaterra: 3,30; Argentina: 4,33; Guatemala: 4,99; Bélgica: 5,23; Chile 5,38; Prússia: 6,35; Luxemburgo: 6,10; Havaí: 6,45; Brasil: 1,99) (MOACYR, 1937).

Em 1878, Rui Barbosa apurou dos relatórios ministeriais e da Inspeção Geral de Instrução da Corte a situação das escolas de primeiras letras públicas e particulares no Império, segundo dados estatísticos disponíveis. O deputado observou a relação entre inscrição de alunos e a população. Apontou a existência em todo o território do Império de 5.661 escolas e 175.714 crianças matriculadas. Já no município neutro, no qual a ação era direta do governo, os números acusaram 211 escolas públicas e particulares e 11.660 crianças

matriculadas. No quadro geral, para uma população de 312.554 habitantes, a cidade do Rio de Janeiro e as adjacências que pertenciam ao município neutro havia uma escola para 1.447 habitantes (MOACYR, 1937). Os números são irrisórios em relação à França; Inglaterra; Argentina; Guatemala; Bélgica; Chile; Prússia; Luxemburgo e Havaí, para um grande centro urbano que era a capital do país.

Trinta anos depois, entre 1910 a 1930, a quantidade de analfabetos em relação à população era de 65%, o que em números absolutos indicava aumento de 6.348.869 (1900) para 11.401.715 (1920). As estatísticas acusaram para os anos 1932 e 1936 os seguintes dados: para os investimentos federais, aumento de 21% para 2,5% (1936); para o estadual, redução de 15% para 13,4%; e para os municipais, aumento de 8,1% para 8,3% (SAVIANI, 2008).

A discussão do financiamento da educação é inerente ao processo social. Situa-se na dependência de tempos específicos no interior da lógica do modo capitalista da produção, da sua ordem social e no interior da configuração da forma federativa de governo que se consolidou na história do Brasil. O capitalismo exige do Estado providências para o sucesso do sistema da produção (CRUZ, 2009). Desta maneira, fica relegado a segundo plano qualquer compromisso mais ousado com a dimensão social, entre eles a universalização da instrução primária. É o fator externo influenciando nos rumos das políticas sociais nos países periféricos. Contudo, não se reduz a essa condição. Configurações internas, como as ocorridas na Primeira República, explicam o argumento da fragilidade dos recursos.

Moacyr dá indicativo de que a União não tinha gastos contundentes com o ensino, “[...] porque o que se gasta com o ensino secundário e superior é uma irrisão comparativamente a outras despesas que sobrecarregam em pura perda os orçamentos” (MOACYR, 1916, p. 204). O ponto focal da questão era o que se elegia como prioritário. Além disso, esse comportamento obrigava a tendência já existente nos Estados de promover cursos para a formação dos próprios segmentos do *status quo*.

Os teóricos da economia moderna ensinam que os recursos para a garantia das demandas da sociedade são escassos. E nessa condição, a sua aplicação reverte-se para o que o mercado e a política que o representa elege como prioridade. Assim, observamos que esses recursos se tornam mais escassos quando se tratam de políticas públicas para garantir questões básicas, como a escolarização da imensa parcela da sociedade, uma vez que

dependem do Estado. Constatamos que não se trata só de carência de recursos, mas de escolha a quem os recursos limitados devem estar disponíveis. Dito de outra forma: os investimentos respondem antes de tudo ao princípio de manutenção do equilíbrio das condições de existência do Estado e da sociedade produtiva. Destarte, impõe ao Estado o cumprimento de papel regulador das políticas sociais, com destaque para a instrução e educação.

No caso brasileiro, a tradição herdada teve foco primordial no ensino superior, e eventualmente, no secundário, indicando as perspectivas de uma sociedade que resistiria à constituição das condições financeiras quando se tratava da universalização do ensino básico, até porque não se concebia a necessidade dessa universalização. Além dessas questões, havia o tradicional modelo familiar de acesso ao ler e escrever, apesar de nos idos dos 1850 a reforma Couto Ferraz ter preconizado a retirada da instrução do mando privado ao definir o Estado como condutor do processo educativo da mocidade.

Moacyr (1916, 1944 e nas “Crônica Inatual”, publicadas entre 1929 a 1930) tinha a Comissão de Instrução como a trincheira na qual identificava sentimentos mais elevados na defesa de projetos de instrução. Nesse sentido, reclama das reformas e proposições de reformas advindas dos ministros, que em toda a vida parlamentar anterior não discutiram e propuseram algo relativo à instrução, mesmo em se tratando daquela que por tradição estava afeta ao governo central. De forma que a 'seção degola' das questões da instrução se dava sempre na Comissão de Finanças ou por ordem daquela. A referida Comissão, no jogo político do período, esteve ao comando dos Estados mais fortes e aos interesses de seu grupo hegemônico.

Tecnicamente, Moacyr identificou no pacto federativo vigente pouco e baixo comprometimento com gastos sociais; dificuldade na efetivação de objetivos; envolvimento das instâncias governativas como ensino secundário e superior, secundarizando a ação na instrução primária, uma vez que não havia impedimento legal para tal. Na Crônica IV (MOACYR, 1929), o autor se refere à Comissão de Finanças de forma cínica, denominando “guarda zelosa dos dinheiros públicos”. Já as táticas da Comissão de Finanças, no sentido de esvaziar as possibilidades, aparecem definidas por Moacyr como “[...] velha tática das majorias contra as iniciativas dos deputados” (MOACYR, 1929).

Atentos às divergências para os teóricos da federação (AFFONSO, 2003), é possível afirmar que a essência do federalismo não é a descentralização. A incumbência por responsabilidades mais abrangentes que atingem a todos na relação intra-estatal e na condição interestatal é que demanda a sua proeminência. A centralização se impõe sobre questões que atingem as unidades federativas, mas que por sua condição de abrangência impõe a responsabilidade do governo central em colaboração com os governos locais, especificamente com sua anuência. Estão entre as situações em prol de centralização: paz territorial (interna ou externa); equilíbrio entre as unidades políticas; proteção externa. Esse é o princípio federativo que movia Moacyr.

As projeções da descentralização e centralização evocam diferença de compreensão e práticas democráticas, tanto no sentido de respeito aos interesses e necessidades das unidades da federação, como de resposta às diferenças entre elas por meio de ações que promovam uma relação democrática de fato, acondicionando condições senão de igualdade, ao menos de equidade. Nesse espaço conflituoso, insere-se o papel da União.

Assim, no federalismo, a condição da autonomia depende exaustivamente da questão fiscal e das transferências governamentais (BONAVIDES, 2007), como evidenciamos com os dados disponibilizados por Machado Neto (1958, p.3): “[...] pode-se calcular que, em 1868, o Império dispunha de 80,8 por cento da renda pública, as Províncias de 16,7 e os Municípios de 2,5 por cento”. Temos aí uma noção do poder de concentração da arrecadação por parte do governo central a inviabilizar compromissos mais ousados com a instrução. Essa concentração dos recursos permaneceu nos tempos republicanos.

Apesar dessa situação desfavorável, a aplicação média das províncias em educação em torno de 1874 esteve em torno de 20% contra menos de 1% do governo central (SUCUPIRA, 2005). Tal questão foi evidenciada por Primitivo Moacyr quando de suas publicações de “A instrução e o Império”, frente ao tradicional discurso de imputar o atraso do ensino à Monarquia, contestou o autor, retrucando contra tal “impressão geral”, em sua resposta publicada no “Jornal do Brasil”.

Extensão territorial, escassez de população, ausência e dificuldade de comunicações, minguados recursos financeiros, economia incipiente, conflitos internacionais, trocas culturais difíceis, etc., são fatores que devem ser levados em conta. O Império fez uma reforma de ensino (limitada à Corte) e cinco projetos. E a República? Com maior população, com uma

economia já desenvolvida, caminhos de ferros e estradas várias, indústria e comércio, fáceis comunicações com a Europa e América do Norte, que fez? Reforma Benjamim Constant (1890) mutilada no início e morta depois, reforma Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia (1911), Carlos Maximiliano (1915), Rocha Vaz (1925), Francisco de Campos (1931). Que se apurou com tantas promessas no papel. Há hoje esforços notáveis, é verdade: Em São Paulo, Minas e pouco mais e no Distrito Federal de 1929 para cá, graças a Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. No tempo do Império, o mínimo que a Província dava à instrução era 20% do seu orçamento. Hoje é preciso no dispositivo constitucional para apurar uma migalha, que nem sempre é dada... Até bem pouco tempo Bahia e Pernambuco davam ao ensino, aquela 8% e este 5% [...]. Os homens públicos de hoje [...] continuam poetas da educação (MOACYR, 1937, JC, p.14).

O fato de considerar a Reforma Couto Ferraz como a única realizada pelo Império demonstra o quanto é fundamental para Moacyr que o Estado mantenha-se de alguma forma no controle do processo educativo. O recorte demonstra o entendimento de que não bastam as premissas da intenção para que o esperado aconteça. Elas se explicam e se constituem no fundamento econômico e social das realidades. A materialidade das condições específicas do Brasil promoveu uma federação que se consolidou no abandono das unidades mais fracas, e ou as relegou ao abandono. As relações políticas patrimoniais azeitaram as intenções federalistas e suas estruturas, de forma que ainda nos dias atuais busca o Brasil por uma experiência federalista na qual a descentralização da instrução primária permanece um desafio.

A reforma constitucional de 1925, da qual faz parte a reforma João Luiz Rocha Vaz, repercutiu nas discussões o dever do Estado na instrução de todos, a instrução primária. Era forte a postulação de uma ação explícita do Estado Nacional, garantida na Constituição (CURY, 2005).

A maior decepção de Moacyr com aquele processo de revisão constitucional e com seu resultado dera-se pela rejeição da proposta de Afrânio Peixoto, que preconizava a condução pelo Estado da formação da mentalidade nacional (MOACYR, 1944). O deputado apresentou uma lista de países que assumiram no governo central as escolas comuns. “No mundo todo cuida-se da instrução e educação popular. Por que não no Brasil, e no momento de uma nova Constituição?” (BRASIL, 1927, p.285). A definição da solução dos recursos, segundo Peixoto, deveria advir de um fundo “[...] formado pelo patrimônio de terras públicas, [...] e

outros impostos e verbas, evitando a penúria das crises permanentes ou periódicas dos erários” (BRASIL, 1927, 299).

A compreensão do problema do financiamento da educação no Brasil exige situá-lo contingenciado, de um lado, pela estrutura e modelo de federalismo implantado (ARAÚJO, 2005), e de outro, no veio da tradição patrimonialista que permaneceu com a Proclamação da República. O Brasil desenvolveu-se “[...] um país patrimonialista. A diferença entre capitalismo e patrimonialismo é substancial. O processo através do qual realizamos a nossa Revolução Industrial sob a égide do patrimonialismo” (PAIM, 2000, p.10). Segundo o autor, as principais diferenças entre o Brasil e as nações desenvolvidas ao longo do século XX encontram-se na má distribuição de renda, questão superada de alguma forma pelos países capitalistas há bastante tempo; a dificuldade de estruturação da pesquisa científica, que naqueles é motor do progresso ininterrupto.

Em um regime federativo, o papel da União é a promoção da redistribuição em função de uma meta de equalização, princípio que dá à federação a sua condição democrática, enquanto se impõe à União coordenação, as negociações e a definição das políticas. Não se reduz ao convencimento, mas se completa no apoio técnico e financeiro. Desta forma, para estimular a cooperação, a União deveria agir além do arbitramento e assumir a partilha de compromissos (COMPARATO, 1998).

Dadas as condições culturais históricas do exercício do poder, o federalismo brasileiro foi instituído de cima para baixo e promoveu uma mistura dos contraditórios. (STEPHAN, 1944). No *habitus* cultural do cenário das primeiras décadas republicanas, o conceito de federação e sua prática manteve o isolamento das regiões e entes que compunham a especificidade das relações patrimoniais que subsidiavam a permanência e a estabilidade do poder. Mais que um princípio dinâmico, a descentralização atendeu aos interesses locais, e ao atendê-los, garantia-se a estabilidade política; precária, mas garantida.

O federalismo, implantado em substituição ao centralismo do Império, confere aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. A centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica que está no cerne da ideia de república, funciona como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil (RESENDE, 2003, p. 93).

Na estrutura de federação que vigorou no Brasil das décadas de 1910 a 1930, não identificamos uma solução que comportasse cooperação no financiamento, o que impediu a constituição de um Sistema<sup>45</sup> Nacional de Educação fundado em diretrizes e bases comuns; cooperação solidária e autonomia dos entes federados.

A dinamização e a modernização transferiram-se para São Paulo por conta de se configurarem lá condições favoráveis em um movimento da ordem produtiva agrária em que o café expandiu sua influência, poder econômico e político. Ao ser elevado a centro da economia exportadora, alçou os grandes produtores do vale do Paraíba e do oeste paulista à condição de dominância na política nacional, superando as elites cariocas e nordestinas da terra. Em tais circunstâncias, deu-se a Constituição de 1891, com letra inspirada na Constituição dos Estados Unidos da América (República, Federação, Presidencialismo, Estados Descentralizados).

A partir da eleição direta dos governadores de Estado, se pretendia promover a autonomia política e de arrecadação das unidades federativas. “No Brasil, julgou-se que a quebra da centralização e a introdução do federalismo trariam, automaticamente, a liberdade e a igualdade; acreditou-se que o efeito geraria a causa” (CARVALHO, 2005, p.181), o que era impraticável em realidades tão díspares. Deu-se a descentralização em uma realidade que favorecia a submissão das demandas sociais aos interesses oligárquicos locais.

Desta forma, segundo a classificação de Stephan (1944), nos Estados Unidos deu-se uma federação por agregação (a reunião de unidades em torno de objetivos e princípios comuns): pacto político-social por aproximação de interesses. No Brasil, o federalismo constituiu-se na manutenção do contraditório de realidades diferenciadas, na esteira de interesses de grupos. Solução conhecida de federação por desagregação. No primeiro caso, a construção da opção pela federação tem o sentido de fortalecimento das unidades no Estado Nacional, no tocante às fragilidades regionais (internas) e internacionais (externas). Na realidade brasileira, deu-se o afastamento da União dos problemas e questões regionais, mesmo aqueles que só aparentemente eram regionais. No primeiro caso, desenrolou-se uma

---

<sup>45</sup>Sistema é todo órgão cujos elementos constitutivos são intencionalmente reunidos de forma a operar para atingir um objetivo coletivo, mas cuja solução enfrenta as disparidades entre os participantes. O sistema sugere federação na medida em que se trata da organização do poder em função de objetivos comuns e específicos. É da essência da federação cooperativa o estabelecimento de sistemas nacionais para empreendimento de políticas públicas que demandam a contribuição de todos os entes federativos.

reunião por centralização, mantendo o respeito para com a autonomia dos Estados. No segundo caso, uma descentralização fundada na ausência do Estado nacional, favorecida pelo pacto que subsidiou a “Política dos Governadores”.

O desenho do pacto político reordenado na República privilegiou uma acomodação aos interesses das elites de terra, com concessões a segmentos oriundos da dinamização da produção em outros campos da atividade produtiva, expressas na urbanização e proletarização do período. Na redefinição do Estado nacional, os mandatários elegeram como questões centrais para o governo central: a) assegurar a defesa nacional, que demandou investimentos, organização e controle do exército e definição das fronteiras nacionais; b) garantir a estabilidade interna; c) defender os interesses da agricultura de exportação (FONSECA *et al.*, 2011).

Os presidentes das primeiras quatro décadas de República tiveram à sua frente esses objetivos, como confirmam seus discursos de prestação de contas ao parlamento. A respeito das questões internas, Cury (2007) considerou a necessidade de incorporação de regiões e segmentos sociais marginalizados da realidade nacional mais promissora.

[...] uma mudança política que tecesse um laço que (re) ligasse o território nacional. Sabe-se de inúmeras revoltas e levantes pelo país, após a proclamação da República. Era preciso consolidar o novo regime. Havia que se incorporar o imenso território, sobretudo os Sertões, à comunhão nacional e, quando preciso, defendê-la. Sem essa incorporação espacial não haveria como se erigir um Estado Nacional de cunho federativo (CURY, 2007, p. 34).

Na República, promoveu-se uma experiência de distribuição de poderes no chefe político local, o que consolidou perversa permanência de práticas que impediam a efetivação de princípios federativos. A engenharia política de Campos Sales sistematizou as condições dessa relação que perdurou incólume, apesar da crescente crítica e contestação, até meados dos anos 1920. A distribuição do poder não obedecia à constitucionalidade federativa. A fragilidade do poder central na Primeira República (SERRA; AFONSO, 1999) submeteu-se às oligarquias estaduais que se alternavam ou coadunavam no comando central.

A primeira geração republicana encarregou-se de dar a resposta construindo o novo regime à sua imagem e semelhança. A soberania nacional residia no Congresso Federal, representação acabada e fiel da sociedade brasileira, isto

é, retrato sem retoque das elites dirigentes do país, visto que nessa República imaginária não existia povo, mas público espectador (FARIA, 1996, p. 33).

A política dos governadores sustentou a política econômica de interesse dos Estados mais promissores. Esse poder reforçou os regionalismos no Congresso e fortaleceu as oligarquias regionais que sustentavam o poder central. Uma descentralização que não favoreceu e não fomentou a vida local. Assim, consolidou-se um federalismo oligárquico (COSTA, 2007). Estado de sítio, degola e intervenção política eram os instrumentos de manutenção do controle do exercício do poder político central e local, deixando os parlamentares em constante estado de tensão em relação à próxima eleição; contrariar não era a norma.

A instauração constitucional das instituições em uma federação que não levou em conta boa parte das províncias/Estados na barganha da participação no Estado federado oficializou uma solução republicana de permanência da hegemonia das oligarquias, tradição na história política do Brasil (FURTADO, 1999). A Constituição de 1891 contribuiu para o acirramento das desigualdades regionais (SOUZA, 2001; ARAUJO, 2005) ao controle quase que absoluto das oligarquias. Desta forma, para Camargo (1993), de 1891 a 1930, por obra do federalismo oligárquico, a hierarquização das unidades federativas em estados de primeira e segunda classe tornou inviável o Estado democrático comprometido com a construção do equilíbrio na superação das discrepâncias regionais e sociais. Ao contrário, a engenharia federalista subsidiou a supremacia econômica e intencionalidades das unidades mais poderosas. O governo republicano não promoveu alterações significativas nas formas de exercício da autoridade política, o que manteve as condições das localidades e regiões.

Há de se indagar sobre a opção pela federalização das políticas de educação popular nos anos iniciais da República. Parto da proposição de que nos primórdios da República o modo de organizar o ensino e de escolarizar o povo se apresentou inicialmente como um problema da política estadual e local e não nacional. Minha hipótese é de que esse fato se relaciona à permanência das práticas clientelistas presentes desde o Império; assim, delegar as políticas da escola primária aos estados contribuiria para fortalecer o federalismo, proporcionando visibilidade e legitimidade aos atos das elites locais (VEIGA, 2011, p. 146-147).

Nesse sentido, o argumento da escassez de recursos permaneceu valendo em função da opção federativa e das prioridades definidas pelo governo central. Estados e municípios foram

inviabilizados de suas responsabilidades básicas na medida em que as melhores fontes de arrecadação permaneciam carreadas pela União. O tipo de relação federativa levou a acordos locais para que os municípios adquirissem visibilidade perante a unidade estadual e a União. Repetia-se, de certa forma, uma solução de longa data para garantir a sobrevivência das localidades. A visibilidade das localidades e regiões dependia da atuação das oligarquias locais. No campo da política de ensino, esses acordos se constituíram nas formas mais comuns de privatização da responsabilidade pelo ensino primário. “[...] o corte liberal da Constituição deixava a demanda por educação escolar ao indivíduo que atraído pelo exercício do voto, seria motivado a buscar os bancos escolares. A Constituição não cogitou de vinculação de verbas, vindas de impostos, para a educação (CURY, 2007, p.22).

Nas condições em que se instalou a República no Brasil, o modelo de relações políticas entre a base local, estadual e federal colocou a instrução sob as amarras e demandas das relações patrimoniais expressas na política dos governadores, cuja base de sustentação se deu no coronelismo. Assim, o interesse local pela escolarização das massas tinha relação direta com a manutenção do poder oligárquico; a abertura de escola, a seleção do professor, a definição do material usado (QUEIROZ, 1976).

Durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891 não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos “seus” distritos de influência, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder (MEIRELLES, 2006, p. 31- 32).

A constituição desse cenário fez com que o financiamento da educação fosse seguidamente protelado. Assim, de acordo com a classificação de Horta (1996), para a experiência federalista (centrípeta ou centralizadora; centrífuga ou descentralizadora e equilibrada, uma combinação dos dois primeiros), no Brasil, prevaleceu o modelo centrífugo, que teve como uma das maiores consequências o isolamento de boa parte das unidades em suas condições limitadas.

As emergências na dinâmica social explicam o aparecimento dos congressos de instrução e a Liga Brasileira contra o Analfabetismo – fundada no Rio de Janeiro em 1915, que contribuíram com a formação da opinião pública em busca de adesão da sociedade e da mobilização da imprensa para despertar o apoio dos poderes públicos para com a instrução

primária. Assim, os anos 1910 a 1930 se consagraram como um longo período de debate do financiamento.

Naquelas condições, ausentou-se com o princípio republicano da autonomia subsidiada, que acontece quando o poder central emprega recursos não acessíveis aos Estados para a realização de suas responsabilidades públicas (função supletiva). (BONAVIDES, 2006). O debate da vinculação de recursos ampliou-se nos anos 1910 a 1920. Na última década do período a que nos referimos anteriormente, com as contribuições da Conferência Interestadual de Ensino Primário em 1921, que defendeu um programa de cooperação pautado na exigência dos Estados aplicarem 10% em educação primária. O princípio da colaboração havia avançado e estava consagrado na reforma de 1925 (MOACYR, 1944).

A reforma Luiz Alves-Rocha Vaz consagrou a possibilidade de acordos da União e Estados para a difusão do ensino primário, conforme o Decreto n. 16.782/A, de 13 de janeiro de 1925 (MOACYR, 1944), que pautava-se na perspectiva de estabelecimento da paulatina adesão do governo à presença mais contundente no campo da instrução primária.

A função da União no empenho de esforços para harmonizar realidades e situações diversas em que se encontravam os entes federados, agindo na coordenação de repartição dos poderes e recursos e definição de formas de cooperação, impunha-se, segundo Moacyr, como condição da experiência federativa. Assim, o pacto federativo – selado na Constituição Federal definindo as funções próprias, supletivas e redistributivas da União – impõe a construção de equilíbrio de autonomias e de participação das partes na definição da vontade nacional.

As diferenças entre os entes são dadas, especialmente, por fatores de ordem econômica. Desta forma, é no campo das políticas sociais que se manifesta o imperativo do compromisso da União com a harmonia e o equilíbrio federativo em uma República. A prevalência da federação cunhada pela política dos governadores estabelecida por Campos Sales oscilava entre descentralização / centralização, segundo se movimentassem os interesses de momento das oligarquias. No interior dessa expressão política do poder central, a reação avolumou-se nos últimos anos da década de 1910, contexto de complexificação da sociedade brasileira, movida pelo avanço da urbanização, da industrialização e do comércio.

A década de 1920 é decantada como o momento de construção da reação. No centro das questões políticas, o descontentamento engendrou-se com as constantes crises da

República, e no plano socioeconômico, com a crescente pauperização da sociedade. O quadro geral fortaleceu a concepção da solução em um Estado forte, pautado em um federalismo centralizador. As circunstâncias tornavam-se cada vez mais favoráveis aos discursos do despertar nacional de matriz populista, bem como deu asas às soluções centralizadoras.

Nesse processo, a instrução pública ganhou espaço por meio de reformas que permitiram a incorporação de instrumentos que, aos poucos, a tornaram uma política de Estado, sob a inspiração das reformas promovidas a partir da década de 1920. A contribuição republicana da União no financiamento da educação escolar brasileira tem seu marco legal na Constituição de 1934. O debate da questão arrastou-se ao longo das décadas anteriores, desde a primeira metade dos anos 1910, como indicam os debates no parlamento sobre o tema publicado por Primitivo Moacyr em 1916. De sorte que, entre os anos 1920 a 1930, já há um consenso sobre a necessidade de intervenção da União.

Moacyr defende a concorrência do governo federal com o subsídio financeiro necessário para que os Estados dessem conta da instrução primária “[...] porque é o alicerce do engrandecimento social, mas exclusivamente para esse fim” (MOACYR, 1916, p. 150). O argumento prestigiado pelo autor fora defendido pelo Senador Erico Coelho em parecer ao projeto de Augusto Farias em 1912 sobre o auxílio da União aos Estados.

Ao princípio republicano que torna inerente a competência da União para com a instrução primária, Moacyr prende a responsabilidade do governo central de participação no financiamento, mesmo quando a solução encontrada é aquela que o contexto histórico permitia, no caso, a cooperação com as unidades federativas.

Até que se deu a solução como vinculação constitucional por ocasião de percentual na Constituição de 1934, suspensa nos períodos de ditaduras, o financiamento da instrução popular ficou refém das soluções locais e secundarizado no rol de prioridades do segmento social hegemônico e das práticas de Estado. Este, na ordem capitalista, situa-se instrumento do capital. No interior desta, temos os processos de descumprimento da vinculação quando esteve estabelecida em lei, os desvios, a corrupção, a fiscalização deficitária, o financiamento da escolas privadas. São processos de constituição de um Estado privado, próprio da sociedade liberal burguesa, como especificidades que na história do Brasil afastaram e adiaram as políticas sociais, entre as quais a educação popular.

A vinculação constitucional de impostos é provavelmente o aspecto mais importante da discussão sobre o financiamento da educação estatal. Sua história é de altos e baixos. Inserida pela primeira vez na Constituição Federal (CF) de 1934, obrigava a União (o Governo Federal) e os Municípios a aplicarem no mínimo 10% da receita de impostos na educação, e Estados e Distrito Federal, 20%. [...]

É interessante observar a coincidência quase total entre a vinculação (1934-37, 1946-1967, 1984 até hoje) e períodos relativamente democráticos e a desvinculação e períodos autoritários (1937-45, 1964-85), o que permite inferir que a democratização da educação estatal, no sentido de garantia constitucional do seu financiamento, parece guardar estreita relação com a existência de uma certa liberdade de expressão da sociedade (DAVIES, 2012, p. 33-34).

Assim, o problema do financiamento na República constituiu-se um desafio das políticas públicas em geral em função da configuração da sociedade que deteve a hegemonia política, em um formato de organização das incumbências que acabou favorecendo o afastamento das questões de interesses objetivo e subjetivo da maioria da população. A questão de fundo remete ao projeto de sociedade em construção naquele momento, ao qual se vinculava o caráter do Estado brasileiro e de suas unidades de governo.

Na sociedade capitalista, o Estado concretiza-se como autonomia que lhe permite agir sobre as classes sociais. Assim, ao mesmo tempo em que no Estado se acham refletidas as contradições da sociedade, sua configuração está para atendimento dos interesses dos grupos dominantes, e fazer as concessões que são possíveis aos demais segmentos sociais de classe. Os interesses, conscientes ou ainda não descobertos, das classes trabalhadoras seguem a reboque do jogo político. O quadro se altera e movimenta-se à medida que as classes dominadas descobrem-se como tal e reagem e se organizam para reivindicar junto aos poderes de Estado os seus interesses e necessidades. De forma sintética, é o que acontece nas sociedades capitalistas.

No caso brasileiro, temos de considerar as condições específicas. Há aquelas que são própria do processo histórico, e a partir deste, aqueles que condicionaram a inserção do país no processo do capitalismo. Ao ser tomado, o Brasil já se fez capitalista à medida que cumpriu papel estratégico na economia capitalista comercial do período. O papel cumprido na divisão internacional do capital/trabalho e do poder (subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo) engendrou-se em relações sociais e políticas, que concretamente expressou o Estado como espaço de interesses privados no exercício do cargo público, mantido pelo

autoritarismo exacerbado (patrimonialismo). Essas e outras questões, aliadas à corrupção generalizada, sonegação fiscal, isenção fiscal para escolas privadas e filantrópicas, subsídios às escolas privadas, clientelismo, peso da burocracia, resultam e consolidam a experiência histórica de privatização do Estado brasileiro.

O costume de financiar atividades privadas deu-se no Império, uma prática nas províncias e na Corte. É o caso do Art. 8º do Decreto 7.247 imperial, que dava subvenção às escolas particulares, desde que não houvesse escolas públicas por perto. Na República, o Art. 71 do Decreto 981, de 8/11/1890, concedia subvenção aos estabelecimentos que recebessem ou dessem instrução a 15 meninos pobres (CURY, 1992, p. 53). Para Moacyr, um dos grandes problemas era a subvenção de recursos públicos para instituições privadas, que no Império e República concentrou-se no ensino secundário e no superior, em um parlamento que na visão do autor legislava em causa própria e objetivando interesses de grupos em detrimento da nação.

O autor concebe que a universalização da instrução é condição do sentido e promoção da República. O fundamento da socialização do conhecimento responde ao tema da segurança nacional e da inserção no processo produtivo à medida que oportuniza o aumento da participação política e sua qualidade, bem como potencializa a modernização do país. As observações dos recortes realizados por Primitivo Moacyr indicam que não se apostava no sucesso da escola primária devido aos melhores impostos centralizados na União e às diferenças homéricas entres os Estados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino primário tem sido considerado, desde o século XIX, como o mais importante segmento da instrução nos regimes democráticos, com o princípio da extensão a toda a população. Moacyr participa dessa perspectiva, e entendia que esse nível de ensino não deveria ser entregue a particulares e às unidades de governo, de forma que se constituísse uma situação de omissão do Estado. A solução defendida pelo autor apresenta-se como a da própria essência do Estado republicano, ao qual se impunha a formação do cidadão necessário à sociedade. De forma geral, Moacyr não se concentra no ato mecânico de ler, escrever e calcular, mas identifica na instrução primária um potencial moral no sentido de construção do espírito de nação.

Identificamos, pelos recortes de Primitivo Moacyr, que este entendia que a República não possuía um projeto nacional para a educação pública popular, uma vez que delegara essa incumbência aos Estados e municípios. A história do Brasil atingiu o centenário da Independência sem um plano nacional de educação da população, constituindo-se em uma das dívidas da República, que por essência deveria, na visão de Moacyr, sustentar as condições do avanço democrático e de sua própria subsistência por meio da instrução de sua gente. Suas publicações corroboram a compreensão de que, ao tempo da República, o Brasil acumulava rica e importante experiência de instrução pública. Além de prosseguir na tradição descentralizadora, que nos primórdios do período republicano alegava-se constituir solução democrática, herdou-se um modelo no qual o protagonismo do Estado não era o forte, mas sim a iniciativa privada no campo da instrução (ROCHA, 2010, p. 129). Os apontamentos de Moacyr (1916, 1944) indicam que os Estados desobrigavam-se da função que lhes fora atribuída em função dos interesses das elites locais pelo ensino secundário e superior; a ausência do ensino público permitiu o crescimento da iniciativa privada. A descentralização soa a Moacyr como anacronismo em relação à construção da brasilidade, uma vez que a diversidade de escolas promoveria a diversificação de mentalidades. Ao autor, na história da instrução no Brasil, em especial na República, havia um erro político pela ausência de uma escola para todos, e um erro social pela ausência de uma escola primária que inserisse os meninos na atividade produtiva.

Primitivo Moacyr escreveu história pensando cada tempo dentro de suas condições, o que identificamos na sua resistência em responsabilizar o passado de forma sumária pelos problemas do presente. O passado, para Moacyr, contribui para que se conjecturem os motivos pelos quais, em condições mais favoráveis do presente, não se realizavam soluções avançadas previstas em tempos em que estas não existiam. O autor inverteu, para a observação histórica, a lógica comum em seu tempo de afirmar que o estado do presente explicava-se pelo passado. Ao contrário, pensara o passado para questionar o presente, para denunciar o que se passava no presente. O eco do passado cobra o presente pelas possibilidades e das quais o presente ainda não deu conta. Daí sua resistência em concluir e responsabilizar a história. As crises do presente não se reduzem a heranças do que se passou, elas são decorrentes de fatores que deveriam ser identificados no presente.

Moacyr posiciona-se contra as leituras anacrônicas do passado. Em seu entendimento, é no presente que se encontra a construção de melhores possibilidades de realizar projetos, sonhos e utopias que o passado engendrou, pelo fato das condições do presente constituírem-se mais favoráveis. A sua cobrança é aos seus contemporâneos, pois entende que estes possuem os requisitos mais propícios de realização. Ao seu tempo, o melhor período de realização da escola pública era o presente republicano, de forma especial entre os anos 1910 a 1930. Segundo Primitivo Moacyr, apesar da tão propalada crise da economia cafeeira, passava o Brasil por um processo de crescimento de sua economia, de sua vida social, de suas estruturas, o que fornecia ao presente uma condição favorável para o empreendimento da instrução pública que ao passado não fora permitida.

A preocupação de Primitivo Moacyr está voltada para a nação, e como condição desta insere o tema da instrução do povo. Não se diferencia de boa parte dos intelectuais de seu tempo. Nas entrelinhas de sua publicação, identificamos a preocupação com os rumos do processo político no Brasil, de maneira especial com a condição de um parlamento que agia tutelado por interesses demasiados curtos para um projeto de nação.

As posições de Moacyr situam-se como parte ou resultados do que ocorria quanto às tendências internacionais repercutidas na realidade nacional, no sentido de enfrentar questões estruturais da época, na transição que se processava, com alterações na organização política e jurídica, sem grandes transtornos para a ordem vigente. Para o autor, o carro chefe dessas alterações deveria ser a atribuição ao Estado do cuidado com a instrução geral da população,

atendendo aqueles que necessitavam da cooperação do governo. Seu compromisso com um Brasil moderno, e sua elucidação das contribuições do processo da instrução no sentido da educação intelectual, física, moral, cívica, profissional e econômica indicam, embora pareça paradoxal, compromisso com a formação de um ser detentor da capacidade de deliberação em prol do bem comum. A demarcação das fronteiras entre o público e privado prevalece na reflexão de Moacyr expressa na função do Estado de construção como primaz e derradeira, com ascendência sobre todas as realidades e organizações.

O autor viveu no epicentro do debate parlamentar da instrução pública no Congresso Nacional, quando se enfrentou a questão da descentralização – centralização. O estudo das publicações de Moacyr confirmam sua preocupação com a solução descentralizadora. Enquanto o pensamento discordante vê em fatores como grande extensão territorial, diferenças de ordem econômica e cultural, percentual de ocupação do território, sociedade agrária, entre outros, como argumento em favor da descentralização, aos quais acrescentava o requisito de ordem democrática. Moacyr vislumbra oportunidade para uma presença mais consistente da União na definição, orientação e condução da instrução primária. A formulação do substrato fora dada por Afranio (1926).

O essencial e perigoso é a diversidade dos brasileiros, diferentes pela alma e pela capacidade, isolados nos seus confinamentos regionais, nortistas e gaúchos, sertanejos e litorâneos, sulistas e nordestinos, Brasil que se desagrega, porque a educação fundamental não pôde fazer brasileiros, e vai fazendo goianos e cearenses, mineiros e paulistas. Quisera, por mim confessei, ver a educação ter o seu endereço nacional, por intermédio da União [...] (PEIXOTO, Livro do Centenário, 1926, p. 514).

A justificativa que descobrimos no autor engendra-se na responsabilidade que atribui ao Estado Nacional na formação cultural do povo brasileiro, oriunda do princípio republicano ao qual o conceito de federação deveria submeter-se. Dito de outra forma: para Moacyr, se o Brasil necessitava de cidadãos virtuosos e trabalhadores, o Estado deveria assumir a tarefa de fazê-los, considerando que a República se efetiva na renovação dos serviços públicos, na modernização do país, na ampliação da participação política e na ampliação da atuação profissional.

Sua compreensão de Estado, porém, é mais dinâmica do que nos possa parecer. A Lei e o Estado não se reduzem a reflexos da realidade social, mas são promotores de mudanças,

entre elas, as sociais. Não nos parece um entendimento de que o Estado faça transformações sociais, mas que tenha potencial de desencadeá-las, bem com de evitá-las, segundo os direcionamentos que viessem dados aos ordenamentos jurídicos, de forma a “[...] servir a Nação, servindo à organização e orientação do público brasileiro” (MOACYR, 1937, p.13).

Quanto ao espaço monárquico (Império e províncias), o estudo de Primitivo Moacyr permite-nos inferir, pela fragilidade de afirmações que atribuem despreocupação das autoridades com a instrução popular, e afirmar que a busca de solução ofuscou as condições de aplicabilidade das propostas, o que continuava se constituindo em problema significativo em seus dias. Além de tal constatação, devemos observar esse problema do ponto de vista da configuração de uma realidade (des)favorável à universalização do processo da instrução primária no âmbito sociopolítico-econômico mais amplo. Isso impõe vislumbrar essa questão na complexidade do processo histórico, em que, por exemplo, a inconstância da legislação provincial em matéria de instrução representa a condição conservadora daquela sociedade, na qual se consolidou a prática política conservadora no Império, que na instrução primária manifestou-se na tradicional ausência do Estado nacional de empenho mais direito, especialmente quanto ao financiamento da instrução popular. Esse fato não representou ausência de influência da Corte sobre as províncias, que se deu pela condição hegemônica do ponto de vista da formação cultural, consolidada no aspecto político com a nomeação dos presidentes das províncias pelo Imperador. Apesar desse quadro conservador que partia da Corte e encontrava reflexo nas províncias, identificamos o destaque de uma e outra província no campo da instrução. (MOACYR, 1939, 1940).

Primitivo Moacyr (1916, 1929, 1930, 1944) identificou na universalização do ensino primário comandado pela União, se não a solução, a contribuição para dois problemas fundamentais do país: a segurança nacional e o processo produtivo. No primeiro caso, tratava-se de superar a ignorância a que estavam relegados todos os segmentos sociais. A condição para o desenrolar da soberania nacional é situada na escolarização das massas. No segundo caso, o desenvolvimento da produção industrial demandava o estabelecimento de novas perspectivas de vida e de consumo, questões para as quais a instrução abriria perspectivas significativas, uma vez que escolarizar era descobrir novos sentidos e oportunidades para a vida. Por isso, o tema estava no parlamento, na imprensa, nos intelectuais, nos sindicatos. Superar o homem analfabeto era superar uma série de problemas

que impediam a formação do homem nacional, da estruturação da força econômica e da inserção na sociedade moderna.

O Estado, desarticulado da instrução primária, impunha a sua federalização processual, a começar pela fixação da centralização administrativa e unificação de diretrizes, pontos que Moacyr (1916, 1944) julgava fundamentais, primeiro por conta da própria atribuição da condição republicana, segundo por enfrentar as intempéries políticas que marcavam os Estados. Desta forma, na nacionalização do ensino primário vislumbrava a dinamização dos processos de republicanização, como o comprometimento de gastos com as demandas sociais, a consolidação de objetivos nacionais, o envolvimento das instâncias governativas segundo normas de cooperação, plano nacional e estrutura nacional.

De certa forma, para Moacyr (1916, 1929; 1930; 1944), o ensino básico federalizado garantiria a harmonia mental da população nacional e sua formação nas ciências e nas técnicas. O erro político da inexistência de uma escola para o povo e ou sua descentralização só contribuiria para a diversificação da mentalidade nacional, um perigo para a sociedade em geral. Ao autor, os mesmos argumentos que justificam a priorização da escola primária comportam o comprometimento do governo central. É o segmento do ensino mais importante, porque deve atingir a totalidade das classes sociais. Essa condição inviabiliza sua submissão às unidades de governança sem a concorrência da União, porque não se trata somente do alfabetizar, mas de formar o cidadão.

Os apontamentos do autor demonstram sua compreensão do plano nacional de educação como convergência de um conjunto de energias físicas, morais e intelectuais em favor do ensino primário, sem o qual não se fortaleceriam os laços de nação e não se possibilitaria a condição de país moderno. Para o autor, ao lado dessa condição definidora do próprio ser republicano e da modernidade da prerrogativa educativa da União, encontravam-se motivos de ordem econômica e estrutural, como as discrepâncias entre os Estados, que só promoviam a disparidade. O ensino primário impõe-se como demanda da formação cultural do povo.

A sua adesão aos princípios presentes nos pareceres do Rui Barbosa de 1882 revelam a condição estratégica que identificava no derramamento geral e intensivo do ensino primário a toda gente, como condição de enfrentamento das problemáticas nacionais de origem social, bem como suporte da saúde da economia nacional e regional futura. Para Moacyr, o ensino

primário surge como caminho da construção dos elos mais duradouros de uma nação: a condição espiritual fundada na cultura.

Desta forma, o primário era, para o autor, o serviço educacional mais importante, impondo-se ao governo geral responsabilizar-se por ele. A sua permanência nas mãos dos municípios demonstrava o prolongamento da condição analfabeta da nação por longo tempo. Ao governo da União caberia a organização e a fiscalização direta do ensino que se estenderia a toda a população. Moacyr fez parte dos que defendiam para a União a responsabilidade de programas de ensino e fiscalização de sua implementação para o bem da nacionalidade.

As principais questões da instrução nacional, na perspectiva do ensino público e acentuadas por Moacyr, são: a) a função primordial do ensino público é a formação da elite nacional e do sentimento de nação. Para tal, deveria haver preparo na instrução primária que permitisse as condições para o prosseguimento nos estudos secundários (seleção dos melhores na perspectiva da construção da elite nacional); b) a função da escola primária é educar socialmente e desenvolver mentalmente (educação para todos); c) a inteligência para os estudos não é uma questão do lugar econômico, mas está presente também entre os pobres; d) o Estado deve promover condições (proteção social dos mais aptos) para os alunos pobres prosseguirem nos estudos após o primário, de modo que os pobres aptos aos estudos não seguissem o caminho das fábricas, lavouras, mas pudessem galgar a constituição da “elite nacional”. Ao autor não resta dúvidas de que o nível educacional e cultural depende da ação do Estado republicano, primeiro beneficiário do investimento.

Moacyr identificou como compromisso da União a expansão da escolarização primária como fundamento da qualidade da instrução secundária, espaço de formação de uma elite cultural nacional. Na esteira dessa perspectiva, a socialização do conhecimento lhe aparece como condição do aumento da qualidade e quantidade da participação política e modernização do país à medida que corroboraria para a formação do sentimento de nação. O autor repercute o propósito moral da condição do Estado republicano no compromisso de desenvolvimento pleno da infância e da juventude, ao qual alinhava o risco político da permanência da instrução de todos os brasileiros sob a responsabilidade dos Estados e município em função das grandes diferenças entre eles, e por conta do percurso de construção do homem brasileiro; ou seja, a nacionalidade impunha a responsabilidade nacional.

## REFERÊNCIAS

- A ÉPOCA. Falecimento de José Veríssimo. **A Época**. Rio de Janeiro, p. 5-5. 10 fev. 1916.
- A ÉPOCA. Hodack no Rio. **A Época**. Rio de Janeiro, p. 6-6. 8 set. 1918.
- A FEDERAÇÃO. Primitivo Moacyr iniciou hoje pelo Jornal do Comércio uma série de artigos acerca da questão do ensino público no Congresso Nacional e desoficialização. **A Federação**. Porto Alegre, p. 8-8. 8 jul. 1915.
- A MANHÃ. Comissão de Polícia da Câmara. **A Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 28 nov. 1916.
- A MANHÃ. Sem precedentes na História o atual desenvolvimento do ensino: No domínio da Pesquisa. **A Manhã**. Rio de Janeiro, p. 10-10. 14 jul. 1942.
- A NOITE. Ainda as acumulações remuneradas. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 8 ago. 1916.
- A NOITE. Documentos Parlamentares: Meio Circulante. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 28 jul. 1922.
- A NOITE. Documentos Parlamentares: Revisão Constitucional. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 6 jul. 1928.
- A NOITE. Documentos Parlamentares. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 1 ago. 1919.
- A NOITE. Documentos Parlamentares. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 27 set. 1920.
- A NOITE. Missa de sétimo dia. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 4-4. 6 ago. 1923.
- A NOITE. Na Camara – Regime de economia. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 27 nov. 1916.
- A NOITE. Noivado de Primitivo Bueno Moacyr. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 6-6. 23 mar. 1927.
- A NOITE. Noticias dos brasileiros na Europa. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 21 set. 1914.
- A NOITE. Os brasileiros na Europa. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 7 set. 1914.
- A NOITE. Revisão Constitucional. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 13 jul. 1927.
- A OFENSIVA. A Instrução e o Império. **A Ofensiva**. Rio de Janeiro, p. 10-10. 27 set. 1936.
- A REVOLTA: Informações e pormenores. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 14 set. 1893.
- A RUA. [Livro de Primitivo Moacyr]. **A Rua**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 6 ago. 1916.
- AFFONSO, Rui de Britto Álvares. **O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX: um balanço crítico**. 2003. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- ANDERSON, Benedict: **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Município, Federação e Educação: história das instituições e das idéias políticas no Brasil**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo.

ARRIADA, Eduardo; FARIAS Letícia Stander. “O thou, that with surpassing glory crown’d”: ensinando inglês aos estudantes brasileiros. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 59-90, Set/Dez 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

BARBOSA, Virginia. **Governadores e presidentes da província de Pernambuco**. 2007. Recife, Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco: Compilação e organização. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/images/stories/pdf/gov\\_imperio.pdf](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/images/stories/pdf/gov_imperio.pdf). Acesso em: 12 jan. 2014.

Bardhan, P. (2002), **Decentralization of Governance and Development**. Journal of Economic Perspectives, 16(4), 185-206.

BARROS, Fernanda. Lyceu de Goyaz: equiparação ao colégio de Pedro II e inclusão no universo do ensino secundário brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, p. 40 –50, dez. 2006 - ISSN: 1676-2584.

BARROS., Jaymne de. Espelho dos livros. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 2 nov. 1936.

BASTIDE, Paul Arboune. A Instrução na República. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LI, n.º 277, p. 2-2. 23 nov. 1941.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: O Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 2, n. 3 (1998): jan./jun. 1998. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

BASTOS, Maria Helena Camara. Manuais escolares franceses no imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 39-58, Set/Dez 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

BENTIVOGLIO, Julio. **Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift**. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.

BIZANTISMO. <http://aulete.uol.com.br/bizantinismo#ixzz2sOLASSKS>.

Boletim Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília 9 (2): 171/181, jul./dez. 1960.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do estado**. São Paulo: Malheiros, 2007.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. A educação brasileira e a sua periodização: vestígio de uma identidade disciplinar. **Revista brasileira de história da educação** n° 5 jan./jun. 2003.

BRANDÃO, Zaia et all. O esquecimento de um livro: tentativa de reconstituição de uma tradição intelectual no campo educacional. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 1996 N° 3, 18-30.

BRASIL, **Decreto n° 7, de 20 de Novembro de 1889**. Coleção de Leis do Brasil - 1889, Página 6 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL, Jornal do. Grêmio da Faculdade Livre de Direito. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 jan. 1893. p. 1-1.

BRASIL. Carlos Maximiliano. Diretoria da Justiça — 1º Secção. Aviso de Carlos Maximiliano ao presidente Prudente de Moraes: Organização das produções sobre o Código Civil. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, p. 10594-10594. 16 set. 1916.

BRASIL. Decreto n. 981 - de 8 de novembro de 1890. **Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal**. Palacio do Governo Provisorio, 8 de novembro de 1890, 2º da Republica.

BRASIL. Decreto n. 981 - de 8 de novembro de 1890. **Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal** Palacio do Governo Provisorio, 8 de novembro de 1890, 2º da Republica.

BRASIL. Decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 9 jan. 1904. Seção 1, p. 159.

BRASIL. **Decreto nº 6, de 19 de Novembro de 1889**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>. [consultado em 14-10-2012].

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-norma-pe.html>. [consultado em 14-10-2012].

BRASIL. Determinação de Pagamentos. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, 17 fev. 1911, p. 18341.

BRASIL, Documentos Parlamentares. **Revisão Constitucional**, vols. 1,2,3. Rio de Janeiro, Tipografia Jornal do Comércio, 1927.

CALVI, Lourdes Margareth Calvi; SCHELBAUER; Anaete Regina. **Moacyr Primitivo e a instrução pública: Império e República**. [www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis10/art7\\_10.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis10/art7_10.htm)

CALVI, Lourdes Margareth; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador**. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6\\_10.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis10/art6_10.html)

CAMARGO, Aspácia. La Federación sometida. Nacionalismo e inestabilidad democrática. In CARMAGNANI, Marcelo (coord.). **Federalismo latinoamericanos: México / Brasil / Argentina**. México: El Colégio de México/ Fundo de Cultura Económica, 1993. p. 300-362.

CAMPOS SALES, M. F. **Da propaganda à presidência**. São Paulo: Typografia A editora, 1908, p. 252.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. **Revista brasileira de história da educação**, nº 5 jan./jun. 2003.

CARNEIRO LEÃO. A reforma da educação em Pernambuco: conferência proferida pelo Sr. Antonio Carneiro Leão, na Associação Brasileira de Educação, em 26/4/1929. In: PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Organização da educação no Estado de**

**Pernambuco:** justificação, lei organica, explicações e commentarios, opinião de associações e da imprensa. Recife: Imprensa Official, 1929b. p. 161-162.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil**. Brasília: Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa; MEC, 1980.

CARVALHO, Carlos Henrique; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educação, Religião e República: repercussões dos debates entre Católicos e Republicanos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 19, p. 59-88, abr. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. Reformas educacionais em Minas Gerais: instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.46, p. 219-237, jun. 2012 - ISSN: 1676-2584.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, p.309-331, abr. 2011. Volume especial.

CHAVES, André Aparecido Bezerra. **A revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro: uma proposta para a identidade**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CICERONIS, Marcus Tullius. **Opera rhetorica et philosophica**. Londres: T. Davison, 1820.

COMPARATO, Fábio Konder. Retenção de recursos estaduais pela União. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, n. 24, 1998.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, p. 9. 23 mar. 1927.

CORREIO DA MANHÃ. Notas sociais: viagens. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 7-7. 2 maio 1909.

CORREIO DA MANHÃ. Notas: : Impedimento de Primitivo Moacyr. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 28 dez. 1909.

CORREIO DA MANHÃ. Notas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 20 out. 1909.

CORREIO DA MANHÃ. Pacote all Cap. Roca da Comm. Havvecker. **Correio da Manhã: Ano VIII**. Rio de Janeiro, p. 7-7. 17 jan. 1909.

CORREIO DA MANHÃ. Posse de Humberto de Campos na Academia Brasileira de Letras. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 9 maio 1920.

CORREIO PAULISTANO. A coleção 'Brasiliana' comemorando o seu 100º volume! **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 12-13. 25 nov. 1937.

CORREIO PAULISTANO. Atos da mesa da Câmara dos Deputados. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 6-6. 28 mar. 1916.

- CORREIO PAULISTANO. Comitativa do Ministro da Guerra. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 4-4. 7 mar. 1922.
- CORREIO PAULISTANO. Concurso na Câmara. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 2-2. 29 dez. 1906.
- CORREIO PAULISTANO. Documentos Parlamentares. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 4-4. 2 ago. 1919.
- CORREIO PAULISTANO. Notas sociais. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 2-2. 5 maio 1912.
- CORREIO PAULISTANO. Sociais: viagens. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 1-1. 9 nov. 1906.
- CORREIO PAULISTANO. Sociais. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 5-5. 18 nov. 1917.
- CORREIO PAULISTANO. Visita de juristas americanos. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 4-4. 21 jul. 1912.
- CORREIO PAULISTANO. Visita do Sr. Guglielmo Ferrero. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 2-2. 9 nov. 1906.
- COSTA, Emília Vioti da. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COUTO FERRAZ, Luiz Pedreira do. Relatório do ano de 1853, p.62. In COUTO FERRAZ, Luiz Pedreira. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, 1854.
- CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto Federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União. O FNDE em destaque**. São Paulo, 2009. USP. Tese de doutoramento.
- CUNHA, Luiz Antonio. A universidade Temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed.(revistas). São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 232.
- CURY, Carlos R. Jamil. A educação e a primeira constituinte republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, Autores Associados, 2005, p. 69-80. a
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e Sociedade: revista de educação**, Campinas: Cortez, v. 28, n. 100 — especial, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2010. b
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação**, nº 2, p 4-17, Mai/Jun/Jul/Ago 1996. c
- DAVIES, Nicholas. **O financiamento da educação estatal no Brasil: novos ou velhos desafios?** Revista Educação On-line PUC-Rio nº 10, p. 31-63, 2012.
- DIARIO CARIOCA. O código Civil. A publicação dos documentos relativos à sua elaboração. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 7 set. 1916.

- DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006.
- EDITOR DE O PAIZ (Rio de Janeiro) (Ed.). Ecos das manobras militares: : O Sr. Calógeras visita o Instituto Borges de Medeiros. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 8 abr. 1922.
- F. A Instrução e as Províncias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIX, n.º 111, p. 12-12. 13 maio 1939b.
- F. Educação e Ensino. Bibliografia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIX, n.º 11, p. 12-12. 20 maio 1939c.
- F. Educação e Ensino. Bibliografia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVIII, n.º 121, p. 10-10. 26 maio 1938b.
- F. Educação e Ensino. Bibliografia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 7-7. 21 abr. 1939a.
- F. Enciclopédia de Primitivo Moacyr. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVIII, n.º 108, p. 10-10. 11 maio 1938a.
- F. Primitivo Moacyr – A Instrução e as Províncias – 3.º volume, 571 páginas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano L, n.º 97, p. 8-8. 26 abr. 1940.
- F. Primitivo Moacyr – A Instrução e a República – 3º vol. 249 páginas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LI, n.º 46, p. 9-9. 25 fev. 1942.
- FALECIMENTOS. **A Notícia**. Rio de Janeiro, p. 6-6. 20 ago. 1900.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4ª edição / 11ª reimpressão de 2011. Edição revista. São Paulo: Globo, 2011.
- FARIA, Fernando Antonio. **Arquivo de sombras: a privatização do Estado brasileiro nos anos iniciais da Primeira República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda, 2001.
- FERNANDES, Enilda; SILVA, Iara Augusta. A alfabetização nos manuais didáticos: o estado da arte. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p.36-57, mai.2010 – ISSN:1676-2584.
- FERNANDES, Florestan. **A educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 2006.
- FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.
- FERRARO, Alceu Ravello. **Liberalismos e educação**. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 41 maio/ago. 2009, 308 – 325.

FONSECA, Deodoro da et al. **Mensagens Presidenciais:** (1890 - 1930). Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>. [consultado em 12-07-2011].

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista brasileira de história da educação** n° 13 jan./abr. 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 29-59, Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

FURTADO, Celso. A federação por fazer. In **Quem és tu federação**. Brasília: Itamaraty, 1999. p. 39-41. (Publicação da Comissão Nacional para as comemorações do V centenário do Descobrimento do Brasil).

GAZETA DE NOTÍCIAS. Aviso aos legisladores. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 26 abr. 1920.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Documentos Parlamentares: Revisão Constitucional. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 2 dez. 1927.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Documentos Parlamentares: Revisão Constitucional. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 2 set. 1927.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Documentos Parlamentares. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 17 jul. 1917.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Exoneração de Primitivo Moacyr. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 7-7. 16 fev. 1911.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Falecimentos: Velório de Machado de Assis. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 30 set. 1908.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Notas de viagens. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 13 fev. 1913.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Notas de viagens. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 5-5. 13 set. 1913.

GOHN, M.G. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. História e memória da educação: a organização do sistema escolar em Uberabinha, MG, no final do Século XIX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 137-156, abr. 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 159-185, Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

GONÇALVES, Diana Vidal; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados.

- GONDRA, José; TAVARES, Pedro (2004). **A instrução reformada:** ações de Coutto Ferraz nas províncias do ES e Rio de Janeiro e na Corte. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (mimeo).
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRÊMIO da Faculdade Livre de Direito. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 1-1. 28 jan. 1893.
- HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Messeder. **A invenção do Brasil moderno.** Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOMENAGEM a Luiz Vianna. **Rua do Ouvidor.** Rio de Janeiro, p. 4-5. 7 out. 1899.
- IHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito.** 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- ISAÚ, P. Manoel (org.). A instrução pública e instituições escolares segundo os relatórios dos presidentes da província de São Paulo (1835-1889): considerações pontuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p. 71 –92, jun. 2006 - ISSN: 1676-2584
- JORNAL DO BRASIL. A Instrução e a República. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano LII, n.º 149, p. 7-7. 27 jun. 1942b.
- JORNAL DO BRASIL. A Instrução e o Império. **Jornal do Brasil.** Educação e ensino. Rio de Janeiro, ano XLVII, p. 14-14. 30 out. 1937c.
- JORNAL DO BRASIL. A Instrução e o Império. **Jornal do Brasil.** Educação e ensino. Rio de Janeiro, ano XLVII, p. 14-14. 30 out. 1937c.
- JORNAL DO BRASIL. Educação e Ensino. Bibliografia. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano LII, n.º 120, p. 7-7. 24 jun. 1942a.
- JORNAL DO BRASIL. Educação e Ensino. Bibliografia. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano LII, n.º 120, p. 7-7. 24 jun. 1942a.
- JORNAL DO BRASIL. Educação e Ensino. Primitivo Moacir. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 7-7. 6 out. 1942.
- JORNAL DO BRASIL. Enciclopédia do Ensino Nacional: : O trabalho do Sr. Primitivo Moacir. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 25-25. 14 jul. 1942.
- JORNAL DO BRASIL. Nomeações. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 1-1. 1 dez. 1905.
- JORNAL DO BRASIL. **Primitivo Moacir.** A instrução e o Império. 2º volume. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano XLVII, p. 14-14. 10 out., n.º 238. 1937b.
- JORNAL DO BRASIL. **Primitivo Moacir.** A instrução e o Império. 2º volume. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano XLVII, p. 14-14. 6 out., n. 234 .1937a.
- JORNAL DO BRASIL. Sociais: viagens. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 1-1. 12 jan. 1907.
- KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do homem burguês.** São Paulo: Editora SENAC, 2000.

- LIMA, Oliveira. **História da civilização**. 13ª ed. São Paulo: melhoramentos, 1963.
- LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32, p.48-64, dez.2008 - ISSN: 1676-2584.
- LOBO, Thereza (1990). **Descentralização**: conceitos, princípios, prática governamental. Cadernos de Pesquisa, n. 74, p. 5-10, agosto
- LOPES, Eliane M. T. e GALVÃO, Ana M. de O. História da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOPES, Sonia de Castro; MARTINEZ, Silvia Alicia. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos. **Revista brasileira de história da educação** n° 15 set./dez. 2007.
- LOPES, Sonia de Castro. Flagrantes da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro nas páginas da revista O Ensino Primário (1884-1885). **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, n. 24, p. 139-165, set./dez. 2010.
- LOPES, Sonia de Castro. Um ensaio de formação docente no Rio de Janeiro: a escola normal livre do município da corte (1874-1875). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas.
- LOURENÇO FILHO. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. **RBEP**. vol. 66. n° 212. p.179-185. jan/abr. 2005.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACHADO NETO, Brasília. O município no Brasil. **Revista Brasileira dos Municípios**, jan./jun. 1958, p. 1. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn41\\_42%20jan\\_jun1958.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn41_42%20jan_jun1958.pdf)>. [consultado em 20-04-2010].
- MACHADO, J. T. Montalvão. **No II centenário da instrução primária: 1772- 1972**. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972. 200 p.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Pensamento e ação. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte imperial. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**. 6:381-403, 1844; 2.ed.389-411.
- MEDINA, Anamaria V. de A. (1987). **Tarefas ou poder**: o que descentralizar? Cadernos de Pesquisa, n. 60, p. 45-47, fevereiro.
- MEIRELES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 15ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

- MENDES, Teixeira. **A nova reforma do ensino secundário e superior perante a verdadeira política republicana moderna**. Rio de Janeiro: 7 de abril de 1911.
- MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009 - ISSN: 1676-2584.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; SAÍZ Paula Geron. A organização da escola primária pública do Paraná: período provincial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p. 39-53, jun. 2006 - ISSN: 1676-2584.
- MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Tradução de Manoel Inocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília, DF: UnB, 1981.
- MIORIN, Maria Ângela. **A Biblioteca Pedagógica Brasileira da Companhia Editora Nacional e o ensino de matemática**: livros, autores e estratégias editoriais. Horizontes, v. 24, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2006.
- MOACYR, Primitivo. **O ensino público no Congresso Nacional**: Breve notícia. Rio de Janeiro: Não Identificada, 1916. 206 p.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural I. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 23 set. 1929.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural III. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 06 out. 1929.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural IV. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 13 out. 1929.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural VI. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 27 out. 1929.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural VI. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 10 nov. 1929.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural IX. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 16 nov. 1929.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural XXI. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 6 jan. 1930.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural XIX. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 26 jan. 1930.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural XXVI. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 30 mar.1930.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural XXVII. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 6 abr. 1930.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural XXVII. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 15 abr. 1930.
- MOACYR, Primitivo. A instrução publica e a Republica (1917 - 1929): Crônica Inatural XIX. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 0-0. 20 abr. 1930.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império** (subsídios para a História da Educação da Educação no Brasil). 1823 - 1853. 1º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 615 p. (Coleção Brasileira - vol. 147).

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império** (subsídios para a história da educação no Brasil). 1850-1887. 2º volume. Reformas do Ensino. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira - vol. 87).

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império** (subsídios para a História da Educação da Educação no Brasil). 1854 - 1889. 3º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira - vol. 121).

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (subsídios para a história da educação no Brasil). 1834 - 1889. 1º volume. (Das Amazonas às Alagoas). São Paulo: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939a. 593 p. (Brasíliana. vol 147).

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (subsídios para a história da educação no Brasil) 1835-1889. v. 2. (Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939b. 593 p. (Brasíliana. vol 147-A).

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias (Subsídios para a História da Educação da Educação no Brasil) 1835 – 1889**. 3º volume (Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940a. 593 p. (Brasíliana. vol 147-B).

MOACYR, Primitivo. Ensino comum e as primeiras tentativas de nacionalização na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889). In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. **Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia**. Porto Alegre: Livraria Globo – Barcellos, Bertaso & Cia, 1940b. p. 1 - 14.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e a República. 1º volume:** Reforma Benjamim Constant (1890 - 1892). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941a. 259 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República. 2 volume:** Código Fernando Lobo (1892 - 1890). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941b. 241 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução na República. 3º volume:** Código Eptácio Pessoa. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941c. 250 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo. **A instrução pública no estado de São Paulo:** Primeira década republicana (1890 - 1893). 1º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942a. 273 p. (Brasíliana. vol. 213).

MOACYR, Primitivo. **A instrução pública no estado de São Paulo:** Primeira década republicana (1890 - 1893). 2º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942b. 391 p. (Brasíliana. vol. 213-A).

MOACYR, Primitivo. **A Instrução na República. 4º volume:** Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano (1911 - 1924). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942c. 362 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e República. 6º volume:** Ensino técnico industrial (1892 - 1929) e ensino comercial (1892 - 1928). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942d. 194 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução na República. 7º volume:** Ensino Agrônômico (1892 - 1929). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942e. 132 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo. Instrução primária e secundária no Município da Corte na Regência e Maioridade. In: TERCEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3., 1942, Rio de Janeiro. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942f. p. 505 – 561.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e a República. 5º volume:** Reforma João Luiz Alves - Rocha Vaz (1925 - 1930). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. 233 p. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MOACYR, Primitivo; QUEIMA, José P. dos Santos; AFAYRINH, F. P.. Companhia Pastoral Mineira: Parecer do Conselho Fiscal. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, p. 8843-8843. 13 nov. 1898

MONARCHA, Carlos. História da Educação Brasileira – Esboço da formação do Campo. In NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil.** Conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDR, Sorocaba, SP: Unisso, Ponta Grossa, Pr.: UEPG, 2007 (Coleção Memória da Educação).

MONARCHA, Carlos. História da Educação (brasileira): formação do campo, tendências e vertentes investigativas. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 21, p. 51-77, jan/abr 2007. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

NECROLOGIA. **O Paíz.** Rio de Janeiro, p. 2-2. 20 ago. 1900.

NOMEAÇÕES. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 1-1. 27 jan. 1905.

NOTAS: Recebimento de Grau. **O Paíz.** Rio de Janeiro, p. 2-2. 21 dez. 1894.

NOTAS. **Cidade do Rio: Jornal da Tarde.** Rio de Janeiro, p. 1-1. 27 jul. 1899.

O AVISO de 22 de julho. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, p. 1-1. 27 jan. 1893.

O Imparcial, Rio de Janeiro, p.5-5. 24 mar. 1927.

O IMPARCIAL. Brasileiros retornam da Europa. **O Imparcial.** Rio de Janeiro, p. 7-7. 13 out. 1914.

O MALHO. Exposição de Flores. **O Malho.** Rio de Janeiro, p. 16-16. 11 out. 1913.

O Paíz, Rio de Janeiro, 11 de mar, de 1898. Ano XIV, nº 4906, p.2.

O PAÍZ, Rio de Janeiro, p. 5. 29 jul. 1914.

O PAÍZ. Acumulações remuneradas. **O Paíz.** Rio de Janeiro, p. 3-3. 9 ago. 1916.

- O PAÍZ. Comitiva do Ministro da Guerra. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 7 mar. 1922.
- O PAÍZ. Instituto Borges de Medeiros. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 8 abr. 1922.
- O PAÍZ. Problemas legislativos: : Documentos Parlamentares. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 29 nov. 1920
- O SÉCULO. Falecimentos: Amélia da Purificação. **O Século**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 23 dez. 1909.
- O SÉCULO. Matinê do “Lírico”. **O Século**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 16 set. 1907.
- OLIVEIRA E SILVA, Arlette Pinto de. **Páginas da história** : notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 187 p.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de; ABBEG, Valter André Jonathan Osvaldo. A educação entre alíneas e incisos: o "uso" da legislação nas produções acadêmicas. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis09/art3\\_9.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis09/art3_9.html).
- OS REDATORES de debates na Câmara. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 13 set. 1903.
- PAIM, Antonio. **O relativo atraso brasileiro**. São Paulo: Editora Senac, 2000. (Livre Pensar 5).
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. Trad. GOLDWASSER, Maria Julia. São Paulo: Ática, 1990.
- PEDRO LIBORIO. Editorial: : Jurisprudência duvidosa. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p. 6-6. 19 abr. 1929.
- PEIXOTO, Afrânio. Prefácio. In: MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil. 1823 -1853**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 1-619. (Brasiliana).
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília. DF, 2000.
- PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos á historia e geographia do Brazil. **Revista do IHGB**. 3:149-157, 1841; 2.ed.149-57; 3.ed.121-7.
- PRAZERES, Otto. A instrução nas constituições americanas. **O Paíz**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 18 jul. 1916.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- REDATORES de debates da Câmara dos Deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 28 maio 1896.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. . O processo político na Primeira República. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REVISTA DA SEMANA. Associação da Mulher Brasileira. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, p. 19-19. 23 set. 1916.

REVISTA FON-FON. Fon Fon na Suíça: Alunos brasileiros no Chateau de Lancy. **Revista Fon Fon**. Rio de Janeiro, p. 58-58. 6 jul. 1912.

REVISTA FON-FON. Fon Fon na Suíça: Colégio Chateau de Lancy. **Revista Fon Fon**. Rio de Janeiro, p. 28-28. 10 set. 1910.

REVISTA FON-FON. Fon Fon na Suíça: O Dr. Primitivo Moacyr com seus dois filhinhos, atualmente em Genebra. **Revista Fon Fon**. Rio de Janeiro, p. 18-18. 17 abr. 1909.

REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. 1ª Exposição de Flores. **Revista Ilustração Brasileira**. Rio de Janeiro, p. 344-344. 16 out. 1913.

RIBEIRO, J. Querino. **A Memória de Martim Francisco sobre a Reforma dos Estudos na Capitania de São Paulo**: ensaio sobre a sua significação e importância. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, 1943.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana**: cultura política e pensamento educacional no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2004.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. O ensino elementar no Decreto Leôncio de Carvalho: “visão de mundo” herdada pelo tempo republicano? **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

ROXO, Euclides. **A matemática na educação secundária**. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

RUI BARBOSA. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In **Obras completas de Rui Barbosa**, vol. X, tomo I, p. 178. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947.

RUSSELL, Bertrand. **Educação e Ordem Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANT'ANA, Nuto. Livros Novos. A Instrução e a República” (3º volume). **Correio Paulistano**. São Paulo, nº 26.430, p. 2-2. 7 maio 1942a.

SANT'ANA, Nuto. Livros Novos. **Correio Paulistano**. São Paulo, nº 26.455, p. 11-11. 7 jun. 1942b.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.213-231, out. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 10ª ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário *Eccos Revista Científica*, vol. 10, núm. Esp, julho, 2008, pp. 147-167, Universidade Nove de Julho Brasil.

SECULO, O. Carta do leitor. **O Seculo**. Rio de Janeiro, p. 3-3. 31 dez. 1906.

SERRA, José; AFONSO, José Roberto Rodrigues. **O federalismo fiscal à brasileira**: algumas reflexões. [S.l.: s.n.], 1999. Paper apresentado ao Forum of Federations.

- SILVA, Diana de Cássia. As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no Termo de Mariana (1772-1835). In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. **Histórias de práticas educativas**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. p. 20-40.
- SOCIAIS: Viagens. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 20 fev. 1901.
- SOCIAIS: Viagens. **O Paíz: , Rio de Janeiro, , n. , p.4**. Rio de Janeiro, p. 4-4. 27 ago. 1900.
- SOCIAL: Missa de sétimo dia. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 5-5. 24 ago. 1900.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4º ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Livros Novos. **Correio Paulistano**. São Paulo, 18 jul. 1939. p. 5-5.
- SOUZA, Carlos Eduardo. Instruir para educar: ensino e questão nacional no Rio de Janeiro oitocentista (18822 – 1860). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, p. 17-34, set2013 – ISSN: 1676-2584.
- SOUZA, Celina. **Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências**. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 52, 2001.
- STACCONI, Giuseppe. **Gramsci 100 Anos Revolução e Política**. Editora: Vozes. Ano: 1993
- SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. 2. ed. Rev. Ampl. Campinas: Autores Associados, 2005.
- TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 6, n. 11 (2002): jan./jun. 2002.
- TAMBARA, Elomar. A educação feminina no Brasil ao final do século XIX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 67-89, Abr 1997. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- TANURI, Leonor Maria. Historiografia da Educação Brasileira: Contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-Graduação. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 2, n. 3 (1998): jan./jun. 1998.
- TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14, 61 -88.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14, 61 -88.
- TEIXEIRA, Anísio. Prefácio. In: MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil (1854 -1889)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 688 p. (Brasília).
- TEIXEIRA, Giselle Baptista; e SCHUELER . Alessandra Frota de. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de

professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 20, p. 137-164, maio/ago. 2009.

TRINDADE, Syomara Assuite; MENEZES, Irani Rodrigues. A educação na modernidade e a modernização da escola no Brasil: século XIX e início do século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 124-135, dez.2009 - ISSN: 1676-2584.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Tempos de Império: a trajetória da geometria como um saber escolar para o curso primário. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 73-94, set./dez. 2012.

VAINER, Carlos Bernardo (Org.). **Brasiliana Eletrônica**: Apresentação da coleção. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. **Revista brasileira de história da educação** n° 9 jan./jun. 2005.

VEIGA, Cyntia. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP, vol 11, n. 1(25), p. 143 – 178, jan/abr. 2011.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Primitivo Moacyr e a história da educação. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.94-97, fev. 1943. Ano III.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves,

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista brasileira de história da educação** n° 17 maio/ago. 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**: Introdução histórica. – Brasília: Plano, 2003.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Formação de professores para o ensino de primeiras letras na zona rural. Brasil, final do século XIX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 121-153, Jan/Abr 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

WILLEMS, Emílio. **A obra de Primitivo Moacyr e de outros autores**. Sociologia, São Paulo, v. 1, n. 3, ago. 1939.